

PAULO HENRIQUE ALONSO

**A CONSTRUÇÃO DE UM PATRIMÔNIO CULTURAL: O
TOMBAMENTO FEDERAL DE CATAGUASES, MINAS GERAIS.**

Belo Horizonte
Universidade Federal de Minas Gerais
2010

PAULO HENRIQUE ALONSO

**A CONSTRUÇÃO DE UM PATRIMÔNIO CULTURAL: O
TOMBAMENTO FEDERAL DE CATAGUASES, MINAS GERAIS.**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado da
Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito
parcial para obtenção do título de Mestre em Ambiente
Construído e Patrimônio Sustentável.

Área de concentração: Bens Culturais, Tecnologia e
Território.

Linha de pesquisa: Gestão do Patrimônio no Ambiente
Construído

Orientador: Prof. Leonardo Barci Castriota
Universidade Federal de Minas Gerais

Belo Horizonte
Universidade Federal de Minas Gerais
2010

A454c

Alonso, Paulo Henrique.

A construção de um patrimônio cultural [manuscrito] : o tombamento federal de Cataguases, Minas Gerais / Paulo Henrique Alonso. - 2010.

200f. : il.

Orientador: Leonardo Barci Castriota

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Cataguases (MG) - História. 2. Patrimônio histórico - Cataguases (MG). 3. Patrimônio cultural – Conservação e restauração. 4. Patrimônio cultural – Proteção. I. Castriota, Leonardo Barci. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD: 350.85

PAULO HENRIQUE ALONSO

“A construção de um patrimônio cultural: o tombamento federal de Cataguases, Minas Gerais”

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais

Comissão Examinadora:



Prof. Dr. Flávio de Lemos Carsalade (EAUFMG)



Prof. Dr. Leonardo Barci Castriota (EAUFMG)



Prof. Dr. Marcos Olender (UFJF)

Belo Horizonte, 05 de março de 2010.

RESUMO

Cataguases, município do Estado de Minas Gerais, obteve destaque nacional por suas manifestações culturais no século XX: o ciclo de cinema de Humberto Mauro e a literatura do grupo modernista *Verde*, na década de 1920; a arquitetura modernista com mobiliário, paisagismo, artes aplicadas e acervo artístico, a partir da década de 1940, sendo a maior parte de autoria da vanguarda de arquitetos e artistas modernos do Rio de Janeiro. Em 1994, o IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, reconhecendo o valor cultural dessas manifestações, efetua o tombamento da cidade com o estabelecimento de uma poligonal de proteção no centro histórico e inclusão de dezesseis bens imóveis tombados individualmente. Esta dissertação investiga o tombamento federal da cidade, abordando os conceitos que o embasaram, a escolha de algumas áreas e bens imóveis que foram tombados e outros que não foram protegidos e demais questões presentes no processo do tombamento. Um dos principais interesses neste tema é o fato de ser um tombamento que vem apontar uma diferenciação em relação ao que, normalmente, vinha acontecendo na proteção federal de conjuntos urbanos, na trajetória anterior do IPHAN. Abrange o período dos primeiros contatos entre a cidade e o IPHAN, em 1987 passando pela notificação de tombamento, em 1994, pela inscrição nos livros do tomo, em 2003, até 2009, quando centra nas questões relativas à gestão daquele patrimônio.

Palavras-chave: Cataguases – patrimônio cultural – preservação – tombamento

ABSTRACT

Cataguases in Minas Gerais State is a city which stood out for its cultural events in the 20th century: the period of Humberto Mauro cinema and the literature of the Modernist Group *Verde*, in the 1920s; the modernist architecture with furniture, landscaping, applied arts and the artistical collection from 1940s, great part of the founders of the modern vanguard of architects and artists who acted in Rio de Janeiro. In 1994, IPHAN, the Institute of National Historical and Artistical Heritage recognized the value of such events and put the city under the governmental trusting by establishing a polygonal of preservation in the historical center and the inclusion of sixteen buildings put individually under the governmental trusting. This dissertation investigates the way IPHAN managed to make the heritage of Cataguases nationally recognized, as the actions to implement such a recognition and how it has been acting on the preservation of the heritage of the city. It is approached the governmental trusting of Cataguases, the concepts which it was based on, the choice of some areas and buildings put or not under the governmental trusting and other issues in such a process. One of the main interests in this theme is the fact that this is a protection of urban sets differently made by the previous IPHAN. The first contacts between the city and IPHAN, in 1987, the process of governmental trusting itself in 1994 until its registering in the official documents only in 2003, until 2009 and the importance given to the issues related to the managing of this patrimony are also discussed.

Key-words: Cataguases – cultural heritage – preservation – governmental trusting

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Colégio Cataguases	23
FIGURA 2 – Residência de Francisco Inácio Peixoto	23
FIGURA 3 – Residência de Ottoni Alvim Gomes	24
FIGURA 4 – Residência de Josélia Peixoto de Medeiros	24
FIGURA 5 – Residência de Nélia Peixoto	24
FIGURA 6 – Hotel Cataguases	25
FIGURA 7 – Cine-teatro Edgard	25
FIGURA 8 – Edifício A Nacional	26
FIGURA 9 – Residências Operárias à rua Francisca de Souza Peixoto	26
FIGURA 10 – Monumento a José Inácio Peixoto	27
FIGURA 11 – Ponte Metálica sobre o Rio Pomba	27
FIGURA 12 – Fábrica de Fiação e Tecelagem	27
FIGURA 13 – Estação Ferroviária	27
FIGURA 14 – Museu de Eletricidade	27
FIGURA 15 – Grupo Escolar Coronel Vieira	28
FIGURA 16 – Educandário Dom Silvério	28
FIGURA 17 – Mapa com o perímetro de tombamento	29
FIGURA 18 – Grupo Escolar Guido Marlière	54
FIGURA 19 – Antigo Ginásio e Escola Normal de Cataguases	54
FIGURA 20 – Colégio Nossa Senhora do Carmo	54
FIGURA 21 – Hotel Villas	54
FIGURA 22 – Teatro Recreio	54
FIGURA 23 – Matriz Neogótica	55
FIGURA 24 – Palácio da Municipalidade	55
FIGURA 25 – Casa Carcacena	55
FIGURA 26 – Chácara Dona Catarina	55
FIGURA 27 – Bairro Jardim	56
FIGURA 28 – Igreja Santa Rita	56
FIGURA 29 – Residência Anamirtes Lacerda	57
FIGURA 30 – Residências à Rua dos Estudantes	57
FIGURA 31 – Coreto da Praça Rui Barbosa	58
FIGURA 32 – Praça Rui Barbosa	58
FIGURA 33 – Residência Mauro de Carvalho Ramos	58
FIGURA 34 – Túmulo do Verde Ascânio Lopes	58

FIGURA 35 – Túmulo Modernista	58
FIGURA 36 – Túmulo Modernista	59
FIGURA 37 – Residência de Milton Carvalheira Peixoto	59
FIGURA 38 – Residência à Rua Manoel da Silva Rama nº 36	59
FIGURA 39 – Zonas do Perímetro de Tombamento definidas pelo parecerista	66
FIGURA 40 – Residência Altamiro Peixoto	87
FIGURA 41 – Residência José Maria Porto Rocha	88
FIGURA 42 – Residência José Queiroz Filho	88
FIGURA 43 – Sindicato dos Trabalhadores em Energia Elétrica	88
FIGURA 44 – Residência Jayme Afonso de Souza	88
FIGURA 45 – Conjunto Habitacional Sandoval Azevedo	88
FIGURA 46 – Área Central de Cataguases. Áreas de destaque.	91
FIGURA 47 – Vila Operária Manoel Peixoto Ramos	92
FIGURA 48 – Vila da Estação Ferroviária	93
FIGURA 49 – Edificação na Rua Cleto da Rocha	93
FIGURA 50 – Edificação na Avenida Visconde do Rio Branco	93
FIGURA 51 – Edificação na Avenida Visconde do Rio Branco	93
FIGURA 52 – Edificação da antiga Rede Ferroviária Federal	94
FIGURA 53 – Edificação da antiga Rede Ferroviária Federal	94
FIGURA 54 – Túmulo de Deucleciana Ramos Peixoto	95
FIGURA 55 – Rua Alferes Henriques de Azevedo	101
FIGURA 56 – Zona de Proteção Cultural sugerida Plano Diretor de 2006	103
FIGURA 57 – Bairro Jardim descaracterizado	106
FIGURA 58 – Residência de Dona Josélia Peixoto descaracterizada	107
GRÁFICO 1 – Arquitetura no Município	85

LISTA DE SIGLAS

ASSEA	Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Cataguases
CINEPORT	Festival de Cinema dos Países da Língua Portuguesa
CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural
CR/IPHAN	Coordenadoria Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
CREA-MG	Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de Minas Gerais
DPHAN	Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
DR-SPHAN	Diretoria Regional – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
FAFIC	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cataguases
FAFICH	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
FELICA	Festival Literário de Cataguases
IAB-MG	Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento de Minas Gerais
IBPC	Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural
ICOM	International Council of Museums
ICOMOS	International Council on Monuments and Sites
IEPHA-MG	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
OAB-MG	Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de Minas Gerais
PCH	Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas
PDP	Plano Diretor Participativo
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SPHAN/FNpM	Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fundação Nacional pró-Memória
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UNESCO	United Nations Educational Scientific and Cultural Organization
ZPC	Zona de Proteção Cultural

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 O TOMBAMENTO	20
1.1 Os Antecedentes do tombamento. O projeto Memória e Patrimônio Cultural	30
1.2 O Processo de Tombamento	35
1.2.1 O Dossiê de Tombamento	36
1.2.1.1 <i>A Introdução</i>	36
1.2.1.2 <i>O Capítulo Memória e Ocupação do Território</i>	42
1.2.1.3 <i>O Capítulo Desenvolvimento Urbano de Cataguases</i>	45
1.2.1.4 Os anexos e encartes	52
1.2.1.5 O parecer do arquiteto Antônio Luiz Dias Andrade	60
1.2.2 As Correspondências de apoio ao tombamento	67
1.2.3 A reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural	68
1.2.4 A relatoria do Conselheiro Ítalo Campofiorito	70
1.2.5 As impugnações	74
1.2.6 A exclusão dos bens móveis do tombamento	75
2 AS LACUNAS DO TOMBAMENTO DE CATAGUASES: AS DIFERENÇAS ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA	82
2.1 Matriz de Santa Rita de Cássia	84
2.2 Arquitetura de Luzimar Góes Teles	86
2.3 Traçado do Perímetro de Tombamento	89
2.3.1 Bairro Jardim	89
2.3.2 Parte do entorno da Estação Ferroviária	92
2.3.3 Cemitério	94
2.4 Inventários	96
2.5 Gestão	98
CONCLUSÃO	108
REFERÊNCIAS	116
APÊNDICE A – Entrevista com Antônio Fernando Batista dos Santos	123
APÊNDICE B – Entrevista com Maria das Dores Freire	126
APÊNDICE C – Entrevista com Flavio Campos Grillo	128
APÊNDICE D – Entrevista com Claudia Marcia Freire Lage	131
APÊNDICE E – Mapa com localização das figuras	137
ANEXO A – Primeiras correspondências entre Prefeitura de Cataguases e IPHAN	139

ANEXO B – Programação geral das oficinas de pesquisa	145
ANEXO C – Relação de fotografias do Dossiê de Tombamento	147
ANEXO D – Parecer do Arquiteto Antônio Luiz Dias de Andrade	152
ANEXO E – Parecer de Ítalo Campofiorito	160
ANEXO F – Impugnação de Josélia Medeiros e Nélia Leite	167
ANEXO G – Correspondência dos impugnantes solicitando esclarecimentos	178
ANEXO H – Comunicado do IPHAN à Prefeitura de Cataguases sobre o tombamento	180
ANEXO I – Correspondência do IPHAN a Josélia Medeiros e Cia Industrial	186
ANEXO J – Parecer do IPHAN. Bens Móveis x Declaração Imposto de Renda	189
ANEXO K – Parecer do IPHAN para homologação do tombamento	193
ANEXO L – “Sociedade, governo e tombamento: um breve manifesto”	197

INTRODUÇÃO

Cataguases é um município da Zona da Mata de Minas Gerais, situado a 310 km da capital do Estado, Belo Horizonte. Possui área de 482 km² e estimativa populacional para 2009 de 70.507 habitantes¹. As ocupações iniciais que deram origem à cidade remontam de 1828, quando a Coroa Portuguesa resolve abrir caminhos nas áreas proibidas dos sertões do leste das Minas Gerais e Guido Tomás Marlière² funda o povoado. A ausência de ouro e pedras preciosas e o clima quente úmido e solo fértil propiciaram o surgimento da cultura cafeeira, que foi a base econômica da região até o início do século XX.³ A chegada de ferrovia em 1877, tendo Cataguases como ponto de distribuição dos ramais ferroviários para a região e de ligação com a capital do país – o Rio de Janeiro – foi um empreendimento que alavancou o desenvolvimento social, econômico e cultural da cidade. No início do século XX a cultura cafeeira começou a ceder lugar para a industrialização têxtil, que seria nos anos subsequentes a base econômica da cidade.

A cidade foi marcada por um desenvolvimento cultural de destaque no cenário brasileiro no século XX: na década de 1920, com o ciclo do cinema⁴ produzido por Humberto Mauro, Pedro Comello e Eva Nil e com a literatura modernista do grupo Verde⁵; a partir de 1940 até, aproximadamente, 1960 com o ciclo da arquitetura modernista com mobiliário, artes aplicadas, paisagismo e acervo artístico produzido em sua maioria pela primeira geração de modernistas do Rio de Janeiro.

Pode-se dizer que o marco inicial da arquitetura moderna em Cataguases é a encomenda, por Francisco Inácio Peixoto - um dos integrantes do grupo literário *Verde* e idealizador da Cataguases moderna - de sua residência, a Oscar Niemeyer.

¹ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.

² Guido Thomas Marlière foi coronel francês a serviço do Império do Brasil, comandante das Divisões Militares do Rio Doce, diretor geral dos índios e inspetor da estrada de Minas a Campos dos Goitacazes, que atualmente corresponde à ligação entre a região de Cataguases à cidade de Campos no Rio de Janeiro.

³ CARDOSO, 1955.

⁴ Sobre o Ciclo do Cinema de Cataguases veja GOMES (1974), GOMES (1994) e WERNECK (2009).

⁵ Sobre o Grupo *Verde* veja os importantes estudos de MORAN (1994), RUFFATO (2002), SANT'ANA (2009) e RICHA (2009).

Em seguida foi construído o Colégio Cataguases, também projeto de Niemeyer e encomenda da família Peixoto. Seguem-se então inúmeros outros projetos que a elite e a classe média cataguasense encomenda aos renomados arquitetos que atuavam no Rio de Janeiro e representavam a vanguarda da arquitetura brasileira naquele momento. São nomes como Carlos Leão, Aldary Toledo, Irmãos Roberto, Francisco Bolonha, entre outros. Junto aos arquitetos agregaram-se os artistas plásticos, paisagistas e design de móveis do período: Cândido Portinari, Djanira, Emeric Marcier, Anísio Medeiros, Bruno Giorgi, Jan Zach, Burle Marx, Joaquim Tenreiro. Além do acervo de obras de artes integradas, como painéis e esculturas, alguns imóveis foram adornados com um considerável acervo artístico, resultado da coleção de seus proprietários. A partir da década de 1960 destaca-se o arquiteto, morador da cidade, Luzimar Goés Telles com a maior produção de obras modernas de Cataguases.

Um dos motivos destas manifestações chamarem atenção no cenário nacional é o fato de elas terem se desenvolvido numa cidade do interior de Minas Gerais, longe dos grandes centros urbanos do país, numa época que a cidade contava com aproximadamente 20.000 habitantes e as condições de transporte e comunicação não eram tão fáceis como nos dias atuais. Mas, mesmo nessas condições, essas manifestações se deram quase que simultaneamente às vanguardas dos grandes centros brasileiros, como a Pampulha, em Belo Horizonte.

Naquele período nota-se o papel preponderante da família Peixoto que, proprietária das indústrias têxteis locais, financiou boa parte das obras modernas da cidade como suas próprias residências, muitas das moradias dos funcionários das indústrias de sua propriedade e diversos equipamentos como escola, cineteatro, hospital, monumentos, praças, entre outros. Neste contexto, devem-se dar créditos também ao escritor Marques Rebelo⁶, que, amigo da família Peixoto, influenciou e

⁶ Marques Rebelo (1907 – 1973, Rio de Janeiro – RJ). Nascido Eddy Dias da Cruz, Marques Rebelo dedicou-se ao jornalismo profissional no início dos anos 20. Publicou poemas nas revistas modernistas *Verde*, *Antropofagia*, *Leite crioulo* e outras. Entre seus primeiros livros, destacam-se *Três caminhos* (1933, contos); e os romances *Marafa* (1935) e *A estrela sobe* (1939). Sua obra considerada mais importante é o romance *Espelho Partido*, em sete volumes, onde um dos personagens tem todas as características de seu grande amigo, o escritor Francisco Inácio Peixoto.

concebeu, junto com Francisco Inácio Peixoto, muitas das idéias da Cataguases moderna.

Em 1994, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, reconhecendo o valor dessas manifestações culturais, efetua o tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico da cidade onde insere uma poligonal de tombamento e, dentro desta poligonal, tomba individualmente dezesseis bens imóveis.

Pela notoriedade cultural, principalmente as relativas à arquitetura modernista, a cidade recebe periodicamente muitos turistas, em sua maioria universitários, arquitetos, artistas plásticos, designers, entre outros. Foi neste sentido que, em 2008, o Instituto Cidade de Cataguases propôs a elaboração de um guia da arquitetura modernista para a cidade – que tivemos a oportunidade de desenvolver - com o objetivo de dar suporte às visitas dos turistas, além de divulgar e valorizar a arquitetura da cidade internamente e fora dos limites municipais. O guia é basicamente um catálogo que apresenta vinte e nove imóveis modernos juntamente com um mapa de localização, endereço, textos explicativos, fotografias, desenhos arquitetônicos, autoria, data de projeto e ou inauguração, ou seja, um inventário sintético da arquitetura modernista da cidade.⁷

Imaginou-se que a pesquisa para a elaboração do guia seria facilitada pelo fato de a cidade ter sido tombada em 1994 e, conseqüentemente, ter seus imóveis de valor cultural já inventariados. Porém, não foi esse o cenário encontrado. Não se localizaram os inventários no órgão responsável pelo tombamento – o IPHAN – e nem mesmo na Prefeitura da cidade. E, a partir deste momento, começaram algumas de nossas indagações em relação ao processo de tombamento da cidade. Esses inventários existiram e se perderam ou não foram feitos para o tombamento? Se os inventários não foram feitos, como se procedeu ao tombamento da cidade sem os mesmos?

⁷ALONSO, 2009. Além da versão impressa o guia está disponível gratuitamente para *download* no endereço eletrônico: www.fabricadofuturo.org.br/guiamodernista. O Instituto Cidade de Cataguases é uma instituição cultural que atua na cidade desde 2003.

A elaboração do guia necessitava da elaboração de um pequeno inventário, pelo menos dos imóveis que se desejava constar da publicação, o que foi feito no decorrer de sua execução. Foram priorizadas as pesquisas diretamente nas plantas arquitetônicas originais, no sentido de confirmar informações de fontes secundárias e obter informações de obras que não constavam de tais fontes, principalmente, autoria e data de projeto. Os originais serviriam também para as ilustrações do guia. Assim, elaborando esse pequeno inventário, nossas indagações anteriores começaram a ganhar dimensões mais detalhadas no que diz respeito ao tombamento. Chamou-nos a atenção o fato de algumas áreas do centro histórico não terem sido incluídas na poligonal de tombamento e de alguns bens, que consideramos também representativos, não terem sido tombados individualmente: o Bairro Jardim; parte do entorno da Estação Ferroviária; a Matriz de Santa Rita de Cássia, nenhuma obra de Luzimar Telles. Por que essas áreas e imóveis não foram incluídos no tombamento?

Foram essas questões que estabeleceram o ponto inicial que nos desafiaram a fazer esta dissertação e, conseqüentemente, começaram a nos chamar a atenção para outras questões mais amplas relativas ao tombamento de Cataguases, como, por exemplo, o fato de alguns grupos questionarem sistematicamente a forma de atuação do IPHAN na cidade e a ausência de critérios e normas claras para as intervenções na poligonal tombada. É claro que compreendemos que, por se tratarem de setores ligados ao setor imobiliário, essas provocações são normais tendo em vista os interesses desses grupos. Mas se se é questionado a ausência de critérios e normas, será que esse questionamento teria alguma relação com a forma como foi feito o tombamento? Essa também seria, a nosso ver, uma importante questão a ser investigada.

A partir da década de 1990 têm sido elaborada uma série de estudos e publicações sobre a trajetória da preservação do patrimônio cultural no Brasil, especialmente, sobre a trajetória do órgão federal de preservação, o IPHAN⁸, e sobre os conceitos

⁸ O órgão de preservação federal no Brasil sofreu desde sua criação, em 1937, várias denominações, de acordo com as diversas conjunturas políticas e culturais do país. Assim, em 1937 denomina-se SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; em 1946 passa para DPHAN – Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; em 1970, IPHAN – Instituto do Patrimônio

que têm fundado a preservação e construção do patrimônio cultural nacional. Desses estudos e dessas publicações destacamos: a tese de doutorado em antropologia de Mariza Santos, de 1992, intitulada *O tecido do tempo: a idéia do patrimônio cultural do Brasil*; a dissertação de mestrado em antropologia de Silvana Rubino, de 1992, com o título *As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do SPHAN – 1937/1968*; a tese de doutorado em arquitetura de Antônio Dias de Andrade, de 1993, intitulada *Um estado completo que jamais poderia ter existido*. Essas três investigam a trajetória do SPHAN a partir da gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade. Há os estudos que fazem análises comparativas entre as gestões de Rodrigo Andrade e a de Aloísio Magalhães: a tese de doutorado em antropologia de José Reginaldo Gonçalves, de 1990, com o título *Rediscoveries of Brazil: Nationalism and Historic Preservation as Narratives* e Maria Cecília Londres Fonseca com publicação de 1994 intitulada *O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de patrimônio no Brasil*. Mais recentemente tem-se a obra de Márcia Chuva com a publicação, em 2009, de *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)* E, ainda, especificamente, sobre o tombamento destacam-se as publicações de Sônia Rabelo de Castro com *O Estado na preservação dos bens culturais: o tombamento*, de 1991; e Maria Coeli Pires com *Da proteção do patrimônio cultural: o tombamento como principal instituto*, de 1994.

Segundo Fonseca (2005, p.24) a trajetória da política federal de preservação é marcada por dois momentos decisivos: o fundador – no final da década de 1930 – quando são criados o marco legal da preservação cultural no Brasil, o decreto-lei 25/1937 e o órgão federal responsável pela política de preservação nacional, o SPHAN; e o outro momento, o renovador – na segunda metade da década de 1970 e início da de 1980 – quando, sob o regime militar, teve que se pensar uma “prática de preservação compatível e não conflitante com o processo de desenvolvimento” e se elaboraram novas práticas de preservação. O momento fundador foi marcado pela gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade, de 1937 a 1967. “Foram alguns

Histórico e Artístico Nacional que atuava em conjunto com o PCH e CNRC; em 1979, SPHAN/FNpM – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fundação Nacional pró-Memória; em 1990, IBPC – Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural; em 1994, novamente IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

intelectuais modernistas que elaboraram, a partir de suas concepções sobre arte, história, tradição e nação, a idéia na forma do conceito de patrimônio que se tornou hegemônico no Brasil e foi adotado pelo Estado através do SPHAN”.⁹ Neste período privilegiaram-se, para preservação, as obras do período colonial brasileiro.¹⁰

O segundo momento, o renovador, tem como contexto histórico – décadas de 1950 e 1960 - o período de grande desenvolvimento industrial, crescimento urbano e interiorização através da construção de Brasília, em que o modelo anterior de preservação do SPHAN começa a se revelar inadequado. Faz-se necessário criar novas perspectivas que conciliem preservação com desenvolvimento. O período de 1967 a 1979 é o da gestão de Renato Soeiro, quando o IPHAN tenta se adaptar a uma nova conjuntura buscando ajuda internacional – a UNESCO - e coexistindo com outras instituições federais atuantes na esfera da preservação: o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH) e o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC).

Em 1973 é criado o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH), que partia do pressuposto de que a estrutura e experiência de trabalho do IPHAN eram insuficientes para atender às novas necessidades de preservação e “tinha como objetivo criar infraestrutura adequada ao desenvolvimento e suporte de atividades turísticas e ao uso de bens culturais como fonte de renda para regiões carentes do Nordeste, revitalizando monumentos em degradação”¹¹, tendo no IPHAN a função de referência conceitual e técnica.

Na década de 1970 as críticas que se dirigiam ao IPHAN, além do caráter operacional tinham também um viés conceitual.

Para setores modernos e nacionalistas do governo era necessário não só modernizar a administração dos bens tombados, como

⁹ FONSECA, 1994, p. 80.

¹⁰ Segundo levantamento de RUBINO (1996, p. 102) de 689 bens tombados em todo o país, na gestão de Rodrigo Andrade, 377 pertencem ao século XVIII e se “somarmos o século XVIII aos dois precedentes temos que a Colônia é o período por excelência do patrimônio nacional com 529 inscrições no total.” Do século XIX foram tombados 124 bens e no século XX, 6 bens. Destacam-se os tombamentos de obras modernistas: a Igreja da Pampulha em 1947, o Ministério da Educação e Saúde tombado em 1948 e o Parque do Flamengo em 1965.

¹¹ FONSECA, 2005, p.143

também atualizar a própria composição do patrimônio, considerada limitada a uma vertente formadora da nacionalidade, a luso-brasileira, a determinados períodos históricos, e elitista no trato dos bens culturais, praticamente excluindo as manifestações culturais mais recentes, a partir da segunda metade do século XIX, e também a cultura popular.¹²

Sob esses pressupostos, em 1975, é criado o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) tendo como dirigente Aloísio Magalhães. O CNRC tinha como proposta instrumentalizar a área da cultura para participar na elaboração dos projetos de desenvolvimento.

À diferença das instituições já existentes voltadas para o conhecimento e a proteção da cultura brasileira o CNRC não se propunha a coletar bens, e sim a produzir referências – com o recurso às ciências sociais, à documentação e à informática que pudessem ser utilizadas no planejamento econômico e social.¹³

O interesse que movia o grupo inicial que concebeu o CNRC, tendo à frente Aloísio Magalhães, era atualizar a reflexão sobre a realidade brasileira e buscar formulações adequadas para a compreensão da cultura no contexto brasileiro contemporâneo. Consideravam que o que faltava para conferir caráter ao produto e à nação brasileiros era uma tradição que estivesse não apenas cristalizada, internalizada, mas, sobretudo, viva, que fosse apreendida em sua dinâmica e pluralidade.¹⁴

Se, anteriormente, os quadros técnicos do SPHAN eram formados basicamente por arquitetos da vertente modernista, no CNRC o quadro era formado por técnicos com diversidade de formação acadêmica, que, segundo Fonseca, se direcionava numa perspectiva interdisciplinar para a compreensão dos processos culturais. Eram técnicos formados em ciências físicas e matemáticas, biblioteconomia, cientistas sociais, dentre outros.

Para Fonseca o trabalho do CNRC representou um passo importante no sentido de ampliar a noção de patrimônio no Brasil e a sua atuação estabeleceria os conceitos

¹² FONSECA, 2005, p.143.

¹³ FONSECA, 2005, p. 150.

¹⁴ FONSECA, 2005, p. 150.

e princípios que fundamentariam a política da Secretaria da Cultura do MEC em 1981 e que seriam, posteriormente, em 1988, incorporados à Constituição Federal.

Em 1979, o IPHAN, PCH e CNRC são unificados na Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), órgão normativo e na Fundação Nacional pró-Memória (FNpM), órgão executivo, tendo Aloísio Magalhães como secretário e presidente, respectivamente, até 1982.

Para Aloísio Magalhães, a fusão desses órgãos na SPHAN/FNpM

vinha revitalizar o IPHAN e operacionalizar o CNRC. Em termos conceituais a idéia era que o CNRC desenvolvia uma atuação complementar e crítica em relação ao IPHAN, que privilegiava os bens de pedra e cal. Tratava-se, nas palavras de Aloísio Magalhães suprir uma lacuna do IPHAN.¹⁵

Ainda na década de 1980, quando o país caminha para a redemocratização, começam a ser colocados em discussão as questões relativas à igualdade e diversidade que, de alguma forma, também vão refletir nas questões afetas à preservação.

No período de 1970-80

(...) coexistiram duas linhas de atuação paralelas num mesmo campo, - a da *pedra e cal*, continuidade do antigo Sphan, e a da *referência*, oriunda do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), criado em 1975 – que não conseguiram convir em um mínimo de definições comuns. A hegemonia do grupo de *referência*, na verdade se limitou ao plano discursivo; na prática, foi através dos tombamentos efetuados pela Sphan que continuou a ser construído o patrimônio histórico e artístico nacional.¹⁶

Em 1990, no governo de Fernando Collor de Melo (mar/1990-out/1992), juntamente com a política cultural do país, a de preservação é desestruturada. A SPHAN/FNpM é extinta e substituída pelo Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC). Da mesma forma é extinto o Conselho Consultivo da SPHAN.

¹⁵ FONSECA, 2005, p.154.

¹⁶ FONSECA, 2005, p. 24.

Em 1992, no Governo Itamar Franco (out/1992-jan/1995) o Conselho Consultivo é reconduzido e em dezembro de 1994 o IBPC volta a se chamar IPHAN.

No entanto, apesar dos aparentes esforços que se seguiram na tentativa de recuperar a imagem e consolidação da Instituição, formados nos anos anteriores ao governo Collor, ainda em 2003, o órgão apresentava grandes dificuldades. Veja trecho do depoimento de Maria Elisa Costa, presidente do Instituto entre 2003 e 2004, no início do governo Luiz Inácio Lula e já decorridos o governo Fernando Henrique Cardoso (jan/1995-jan-2003):

Nos tempos que se seguiram, tentou-se timidamente recuperar o espaço perdido. O IBPC reassumiu o nome tradicional de IPHAN, mas em termos práticos as dificuldades de toda ordem, inclusive financeiras, persistiram e se acentuaram – e o IPHAN consolidou uma imagem burocrática e pesada, ou seja, a negação de sua origem. O lado negativo do peso da máquina passou a ocupar todo o espaço, escondendo o lado positivo que, apesar de todos os pesares, a extraordinária dedicação individual de técnicos espalhados por todo o país soube manter, por amor à instituição, preservando a postura ética e competente que foi sua marca de origem.¹⁷

Os primeiros trabalhos em Cataguases com o órgão federal iniciam-se em 1987, através da SPHAN/FNpM, quando a instituição vinha construindo novas perspectivas de atuação. Curiosamente vê-se, nestes trabalhos iniciais, um viés das ideias concebidas no CNRC quando os técnicos da SPHAN/FNpM trabalham com a comunidade na coleta de relatos orais e nos diversos inventários realizados e a perspectiva, naquela época, não passava inicialmente por nenhum tombamento na cidade. O tombamento ocorre somente em 1994, quando o órgão já tinha passado pela desestruturação do governo Collor e ainda se recuperava no governo Itamar Franco. Cabe notar que, em 2003, quando são inscritos os bens de Cataguases nos livros do tombo, o IPHAN ainda não havia recuperado sua estrutura totalmente.

Esta pesquisa partiu assim numa primeira etapa, da leitura e entendimento do Processo de Tombamento de Cataguases que está nos arquivos do IPHAN. Para esclarecer algumas questões que não estavam presentes no processo, foram

¹⁷ COSTA, 2004.

entrevistados alguns técnicos chave no processo: Maria das Dores Freire, técnica da SPHAN/FNpM que foi responsável pelos primeiros contatos com a cidade e coordenadora dos trabalhos iniciais em Cataguases; Claudia Marcia Freire Lage, coordenadora da 13ª Coordenadoria do IPHAN em Belo Horizonte, responsável pelo tombamento; Flávio do Campos Grillo, técnico da SPHAN/FNpM responsável, nos trabalhos iniciais, em 1988, pelo inventário de evolução urbana; Antônio Fernando Batista dos Santos, técnico do IPHAN, responsável pelos inventários de Bens Móveis e Integrados, também nos trabalhos iniciais. Algumas questões poderiam ter sido esclarecidas por alguns protagonistas chave do processo, já falecidos: Antônio Andrade, parecerista do processo de tombamento; Lidia Estanislau, responsável pelo dossiê de tombamento e Francisco Inácio Peixoto Filho, Secretário Municipal de Cultura à época e filho do mecenas cataguasense, Francisco Peixoto.

O primeiro capítulo dessa dissertação apresenta o processo histórico do tombamento, desde os primeiros contatos da cidade com a SPHAN/FNpM, quando Cataguases solicitou consultoria daquele órgão, em 1987, até a inscrição do tombamento nos livros do tomo em 2003, passando pela exposição das peculiaridades do dossiê de tombamento, relatorias, impugnações e posterior exclusão dos bens móveis por ausência de inventário.

O segundo capítulo centra-se na investigação das questões que nos provocaram a pesquisa: obras e áreas não incluídas no tombamento; utilização ou não dos inventários e o processo de gestão – a relação da cidade com o IPHAN e vice-versa após o tombamento.

Complementam o texto escrito uma série de ilustrações, cuja localização espacial está sistematizada em mapa do APÊNDICE E. Da mesma forma, foram anexados alguns documentos que consideramos essenciais ao entendimento do processo: a transcrição das entrevistas realizadas e os documentos importantes que nos foram permitidos a fotocópia pelos órgãos envolvidos.¹⁸

¹⁸ Neste sentido é necessário mencionar a grande dificuldade e burocracia envolvida no acesso à documentação no IPHAN, mesmo se tratando de órgão público e a documentação envolvida ser de

1 O TOMBAMENTO

O Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico de Cataguases foi inscrito nos livros do tomo Histórico, Belas Artes e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 17 de fevereiro de 2003, com a seguinte descrição e cujas imagens estão registradas entre as FIG. 1 e 17:

Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico da Cidade de Cataguases, com a seguinte descrição do perímetro da área do tombamento: Inicia-se na Praça Getúlio Vargas, confluência da Avenida Astolfo Dutra e Rua Coronel João Duarte, segue em direção à Estação Ferroviária obedecendo o traçado da antiga ferrovia, atual Rua Visconde do Rio Branco, abraçando, na Praça Governador Valadares a Chácara de Dona Catarina, seguindo após em direção às dependências da Indústria Irmãos Peixoto, pela mesma Rua Visconde do Rio Branco, envolvendo-a, inclusive as vilas operárias existentes às Ruas Gama Cerqueira e Manoel Peixoto Ramos. Deste ponto retorna em direção à Praça Getúlio Vargas, seguindo pela linha de cumeada do morro lindeiro, daí perseguindo a Avenida Astolfo Dutra pela margem esquerda do canal do Córrego Lava-pés. Segue pela Avenida Humberto Mauro até atingir o Colégio Cataguases, envolvendo-o e retornando à Praça Doutor Cunha Neto. Neste ponto toma a Rua Eduardo Del Peloso, alcançando a Avenida Coronel Artur Luz. Segue por esta até encontrar a Avenida Astolfo Dutra cruzando-a e seguindo pela Rua Araújo Porto; em seu término, na Rua Doutor Lobo Filho, inflete à direita e logo após à esquerda alcançando o Rio Pomba pela Travessa São Vicente de Paula. Cruzando o Rio Pomba envolve o Cemitério e a Companhia Industrial de Cataguases, seguindo após pela Rua Francisca Peixoto, compreendendo a Praça José Inácio Peixoto. Segue pela Rua José de Almeida Kneipp; em seu término, junto ao eixo de cotovelo do Rio Pomba volta a atravessá-lo, seguindo pela margem esquerda até alcançar o ponto de confluência do Ribeirão Meia Pataca. Neste ponto persegue a direção da Rua Ascânio Lopes até a altura da Rua Professor Alcântara, cruzando o Meia Pataca e seguindo por esta mesma Rua Professor Alcântara nº 134, última residência de Dona Eva Comello, até atingir a Praça Sandoval de Azevedo. Segue após pela Rua Joaquim Peixoto Ramos até atingir a Praça Rui Barbosa, onde inflete à direita pela Rua João Duarte, retornando ao ponto de

interesse coletivo. Para se ter acesso ao Processo de Tombamento de Cataguases foi necessária correspondência, com justificativa formal, enviada pela Universidade Federal de Minas Gerais ao Superintendente da 13ª Coordenadoria do IPHAN em Belo Horizonte e, somente depois de sua anuência, se teve acesso aos documentos.

partida na Praça Getúlio Vargas (os imóveis limítrofes cujas testadas estejam voltadas para os eixos de Ruas e Avenidas, deverão ser considerados parte integrante deste perímetro). No interior do perímetro acima descrito, além da atual pavimentação das Ruas e Avenidas ficam tombados, em especial, os seguintes bens imóveis e integrados:

1. Prédio do Colégio Cataguases, atual Colégio Estadual Manoel Ignácio Peixoto; Chácara Granjaria; Arquiteto: Oscar Niemeyer; Paisagismo: Roberto Burle Marx; Escultura "O Pensador" de Jan Zach; Painel de Pastilhas de Paulo Werneck; Propriedade do Estado de Minas Gerais;
2. Prédio da Residência de Francisco Inácio Peixoto, à Rua Major Vieira nº 154; Arquiteto: Oscar Niemeyer; Paisagismo: Roberto Burle Marx; Propriedade do Espólio de Francisco Inácio Peixoto;
3. Prédio da Residência A.O.Gomes, à Avenida Astolfo Dutra nº 176; Arquiteto: Francisco Bologna; Painel de Azulejos (fachada externa) de Anísio Medeiros: Festa Nordestina; Afresco de Émeric Marcier: A lenda sobre o rapto das Sabinas; Propriedade de Nanzita Ladeira Salgado Alvim Gomes;
4. Prédio da Residência de Josélia Peixoto Medeiros, à Avenida Astolfo Dutra nº 146; Arquiteto: Aldary Henriques Toledo; Paisagismo: Francisco Bologna; Propriedade: Josélia Peixoto Medeiros;
5. Prédio da Residência de Nélia Peixoto, à Avenida Astolfo Dutra nº 116; Arquiteto: Edgard Guimarães do Vale; Paisagismo: Francisco Bologna¹⁹; Propriedade de Nélia Peixoto;
6. Prédio do Hotel Cataguases, à Rua Major Vieira nº 56; Arquitetos: Aldary Henriques Toledo e Gilberto Lemos; Paisagismo: Carlos Percy²⁰; Escultura Mulher de Jan Zach; Propriedade do Hotel Cataguases S/C Ltda.;
7. Prédio do Cine-Teatro Edgard, à Praça Rui Barbosa nº 174; Arquitetos: Aldary Henriques Toledo e Carlos Leão; Propriedade do Circuito Cinema Brasil Ltda./Loja Maçônica Labor e Trabalho e do Município de Cataguases;
8. Prédio do Edifício A Nacional, à Praça Rui Barbosa nº 68; Arquiteto: M.M.M. Roberto; Propriedade de Walter Ferraz Gomes e

¹⁹ O correto é Burle Marx como paisagista desta residência.

²⁰ A grafia correta é Carlos Perry.

Espólio Silvio Ferraz Gomes/Sebastião José de Carvalho/Antonio Gomes de Carvalho/Maria Cristina Carvalho Thomé/ Espólio de Atheniense Ferraz;

9. Conjunto de Prédios das Residências Operárias, à Rua Francisca Peixoto; Arquiteto: Francisco Bologna; Propriedade da Companhia Industrial de Cataguases;

10. Monumento a José Inácio Peixoto, à Praça José Inácio Peixoto; Arquiteto: Francisco Bologna; Escultura A família de Bruno Giorgi; Painel de azulejos As Fiandeiras de Cândido Portinari; Propriedade da Companhia Industrial de Cataguases e do Município de Cataguases;

11. Ponte Metálica sobre o Rio Pomba; Propriedade do Município de Cataguases;

12. Prédio da Fábrica Fiação e Tecelagem Cataguases/M. Ignácio Peixoto & Filhos, à Praça Manoel Ignácio Peixoto s/nº; Propriedade das Indústrias Irmãos Peixoto;

13. Prédio da Estação Ferroviária de Cataguases, à Praça Governador Valadares; Propriedade do Município de Cataguases;

14. Prédio do Museu da Eletricidade Cataguases-Leopoldina, à Av. Astolfo Dutra nº 41; Propriedade da Companhia Força e Luz Cataguases-Leopoldina;

15. Prédio do Edifício do Antigo Grupo Escolar Coronel Vieira, atual Escola Estadual Coronel Vieira, à Av. Astolfo Dutra nº 303; Propriedade do Estado de Minas Gerais;

16. Prédio do Educandário Dom Silvério, à Rua Doutor Lobo Filho nº 270; Painel (fachada externa) de Anísio Medeiros; Afresco da Capela Genesis de Émeric Marcier; Propriedade da Congregação das Irmãs Carmelitas da Divina Providência.²¹

Essa inscrição nos livros de tombo, ocorrida em 2003, é parte de um longo processo, iniciado em 1987, e que abordaremos a seguir.

²¹ ARQUIVO NORONHA SANTOS, 2009.



FIGURA 1 – Colégio Cataguases. Projeto de 1943 de Oscar Niemeyer, escultura de Jan Zach, mobiliário de Joaquim Tenreiro, mural de Cândido Portinari, painel em pastilhas de Paulo Werneck, paisagismo de Burle Marx. O Colégio abrigava ainda o Museu de Belas Artes composto por 32 obras entre pinturas, gravuras e esculturas e o Museu de Arte Popular com artesanato nacional e internacional.

a) Fachada frontal;

b) Saguão interno, mural Tiradentes de Cândido Portinari e mobiliário de Joaquim Tenreiro

Fonte: a) acervo do autor, 2008; b) Secretaria de Cultura de Cataguases, s/d.



FIGURA 2 – Residência Francisco Inácio Peixoto. Projeto de 1941 de Oscar Niemeyer, paisagismo de Burle Marx, mobiliário de Joaquim Tenreiro, esculturas nos jardins de Jan Zach e José Pedrosa.

a) Fachada frontal;

b) Jardim de fundos, Burle Marx;

c) Fachada posterior;

d) Interior, mobiliário de Joaquim Tenreiro

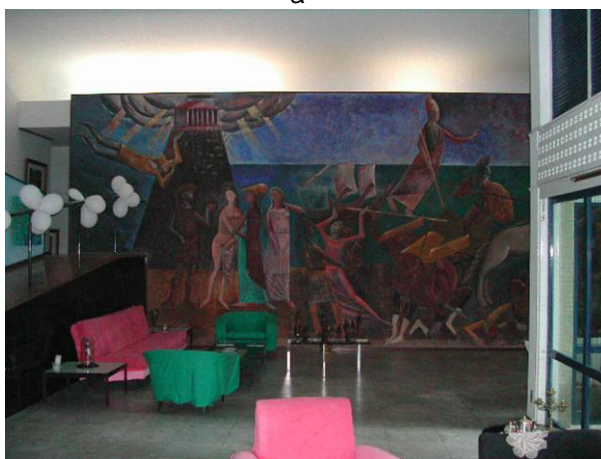
Fonte: a) b) acervo do autor, 2008; c) d) Joana Hardy, 2004



a



b



c



d

FIGURA 3 – Residência Ottoni Alvim Gomes e Nanzita Salgado. Projeto de 1957 de Francisco Bolonha.

- a) Fachada frontal;
- b) Detalhe da fachada frontal, painel em azulejos de Anísio Medeiros;
- c) Detalhe da sala de estar, painel de Emeric Marcier e mobiliário de Joaquim Tenreiro;
- d) Sala de jantar, mobiliário de Joaquim Tenreiro.

Fonte: acervo do autor, 2009.



FIGURA 4 – Residência de Josélia Peixoto Medeiros. Projeto de 1945 de Aldary Toledo, paisagismo de Francisco Bolonha.
Fonte: acervo do autor, 2008.



FIGURA 5 – Residência de Nélia Peixoto. Projeto de 1948 de Edgar Guimarães do Valle. Painel externo em pastilhas de Paulo Werneck.
Fonte: acervo do autor, 2007



a



b

FIGURA 6 – Hotel Cataguases. Projeto de 1948 de Aldary Toledo e Gilberto Lemos, paisagismo de Carlos Perry, escultura externa de Jan Zach.

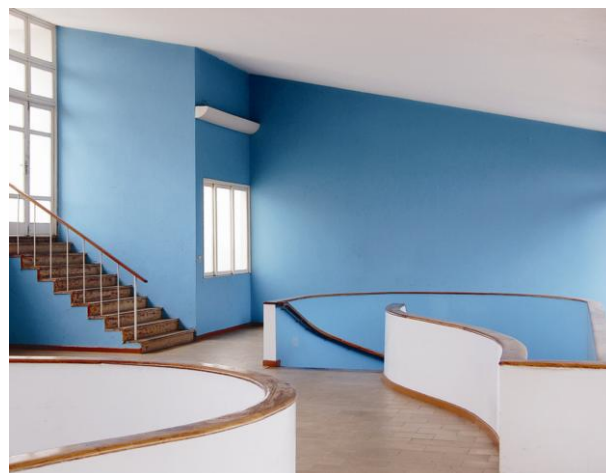
a) Fachada posterior;

b) Saguão interno

Fonte: acervo do autor, 2008



a



b

FIGURA 7 – Cineteatro Edgard. Projeto de 1946 de Aldary Toledo e Carlos Leão.

a) Fachada frontal;

b) Detalhe do salão de festas.

Fonte: a) acervo do autor, 2008;



FIGURA 8 – Edifício A Nacional. Projeto de 1953. Arquitetura do edifício e mobiliário de loja no térreo de MMM Roberto.

a) Fachada frontal;

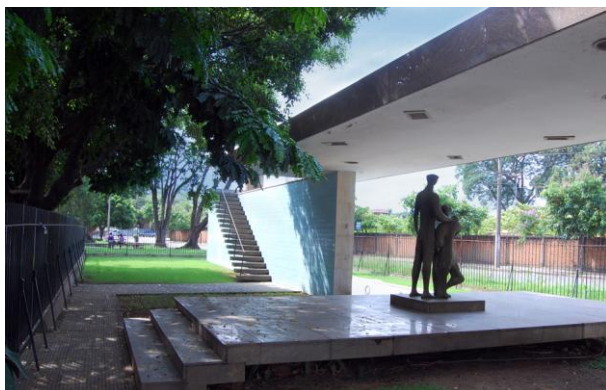
b) Passarelas no pátio interno da ala residencial

Fonte: acervo do autor, 2008.



FIGURA 9 – Residências Operárias à rua Francisca de Souza Peixoto, no Bairro Jardim. São dois edifícios cada um com 5 apartamentos dúplex. Projeto da década de 1950 de Francisco Bolonha.

Fonte: acervo do autor, 2008;



a



b

FIGURA 10 – Monumento a José Inácio Peixoto. Projeto de 1953 de Francisco Bolonha.

a) Vista de escultura de Bruno Giorgi;

b) Vista de painel em azulejos de Cândido Portinari

Fonte: acervo do autor, 2008.



FIGURA 11 – Ponte Metálica sobre o Rio Pomba. Obra de 1915.

Fonte: acervo de autor, 2008



FIGURA 12 – Fábrica de Fiação e Tecelagem de 1905.

Fonte: acervo do autor, 2008



FIGURA 13 – Estação Ferroviária de 1877.

Fonte: acervo do autor, 2007.



FIGURA 14 – Museu de Eletricidade

Fonte: acervo do autor, 2009.



a



b

FIGURA 15 – Grupo Escolar Coronel Vieira, construído em 1915.

a) Imagem de 1917;

b) Imagem de 2009.

Fonte: a) Secretaria de Cultura de Cataguases, 1917. b) acervo do autor, 2009



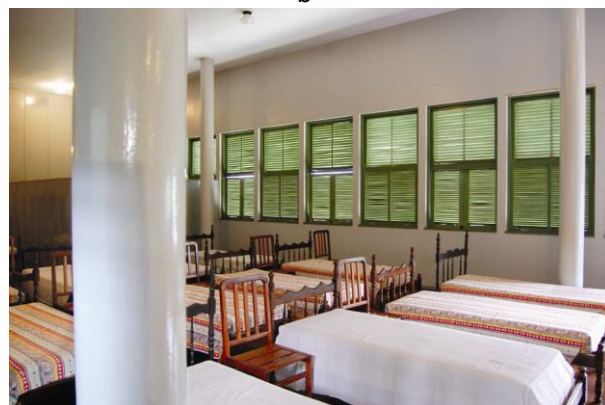
a



b



c



d

FIGURA 16 – Educandário Dom Silvério. Projeto de 1951 de Francisco Bolonha.

a) Edifício da Antiga Cadeia Municipal onde funcionou, posteriormente, o Educandário e foi demolido em 1951 para ceder lugar ao edifício modernista atual.

b) Fachada frontal do edifício atual. Paineis em azulejos de Anísio Medeiros;

c) Painel Interno de Emeric Marcier;

d) Interior

Fonte: a) acervo do Educandário, s/d; b) c) d) acervo do autor, 2008.

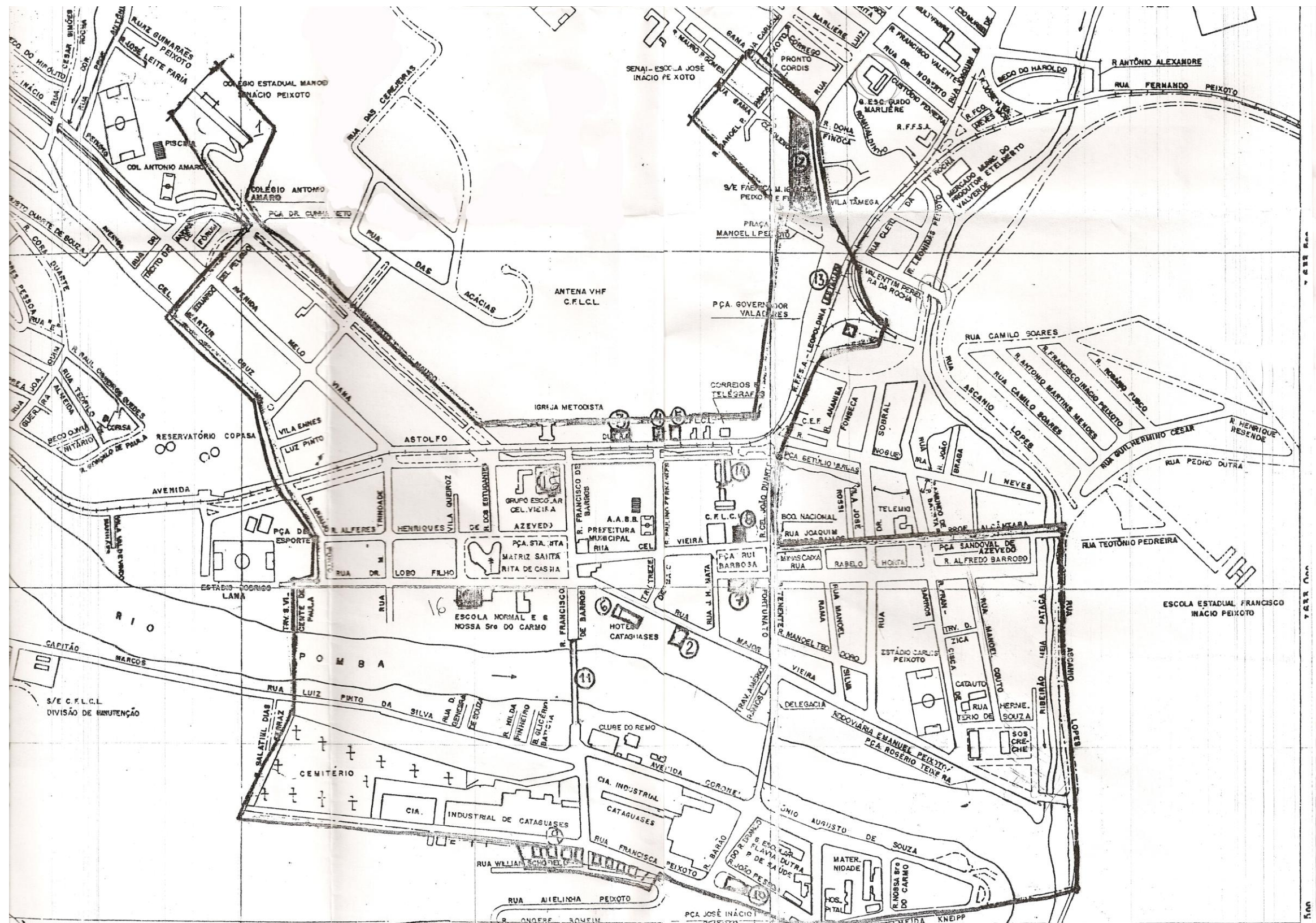


FIGURA 17 – Mapa do Conjunto Urbano de Cataguases com o perímetro de tombamento assinalado na linha mais forte do desenho. Reprodução de documento do Dossiê de Tombamento. Fonte: IPHAN, Processo de Tombamento de Cataguases, 1994.

1.1 Os Antecedentes do Tombamento. O Projeto “Memória e Patrimônio Cultural”

Em 1987, Cataguases, através da Secretaria de Municipal de Cultura, solicitou a presença da SPHAN/FNpM

com o objetivo de fazer um levantamento de dados visando o resgate da cultura e memória cataguasense, evidenciando, sobretudo a fase do modernismo na qual a cidade se faz presente de modo expressivo”²²

A partir daquele momento iniciou-se uma parceria entre Prefeitura Municipal de Cataguases, a 7ª DR SPHAN/FNpM de Minas Gerais e a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Cataguases (FAFIC) no projeto “Memória e Patrimônio Cultural de Cataguases” que desenvolveu pesquisas de história oral, memória visual, evolução urbana e inventário de bens móveis e integrados além de pesquisa documental no Arquivo Municipal e no Forum de Cataguases.²³

Os trabalhos foram divididos por três equipes com pessoal das instituições parceiras, especialmente, com professores e estudantes da faculdade local. Cada equipe responsabilizava-se por um tema - História Documental, Evolução Urbana (bens imóveis) e Bens Culturais Móveis e Integrados. Além do trabalho de memória oral outras atividades foram desenvolvidas, conforme consta nos documentos da época:

A Equipe de Inventário de Bens Móveis e Integrados trabalhou, em uma primeira etapa, o acervo público da cidade – painéis, pintura, mural e esculturas – e os Acervos do Museu de Belas Artes de Cataguases e do Museu de Arte Popular do Colégio Estadual Manuel Inácio Peixoto. Este trabalho consistiu em reconhecer, identificar e inventariar através de fichas cada peça dos acervos públicos.

A segunda etapa do trabalho, já iniciada, prevê o inventário dos acervos particulares que compreendem pinturas, esculturas, desenhos, gravuras, tapeçaria e mobiliário.”²⁴

²² ANEXO A.

²³ ESTANISLAU, 1991.

²⁴ PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES, 1988, v. 1, p. 33.

Os trabalhos foram iniciados com as “Oficinas de Pesquisas”²⁵, ocorridas entre 18 a 22 de abril de 1988, que incluíram leitura comentada da bibliografia específica, exercícios de teatro e conferência de profissionais convidados. As oficinas tinham o objetivo de preparar equipes locais para o trabalho de campo, análise de material coletado e organização de um centro de memória.

Segundo Antônio Fernando Batista dos Santos, responsável pela equipe de bens móveis e integrados

Quando a gente chegou ali as pessoas não tinham noção do que tinham. O primeiro trabalho que eu fiz na oficina lá... O grupo que trabalhou comigo... Foi mostrar o que tinha de importante na cidade. Na verdade eu apresentei várias imagens de arte modernista e no meio tinha várias coisas de Cataguases, coisas que eles passavam na porta todos os dias, tinha aquela escultura da praça ali [escultura de Bruno Giogi na praça José Inácio Peixoto], tinha a escultura do Jan Zach no jardim do Hotel, tudo estava ali... Ninguém, ninguém tinha visto. Nem isso aqui eles tinham visto, nem isso aqui eles tinham visto. Nem esses passarinhos aqui eles sabiam localizar que eram de Cataguases. [referência ao painel *Os Pássaros* de Anísio Medeiros que ilustra a capa do Guia Modernista de Cataguases que estava nas mãos de Antônio] Então eu tinha que mostrar: isso aqui é Cataguases. Às vezes a gente passava na porta... A gente entrava no grupo [Educandário Dom Silvério] quinhentas vezes e eles não sabiam que ali tinha um Anísio Medeiros. Então passou por aí. Aí eles passaram a identificar que aquilo que eles viviam todos os dias tinha alguma importância. Para falar a verdade acho que muitos deles não tinham noção que tinha coisa tão importante.²⁶

De acordo com Maria das Dores Freire, a técnica do SPHAN/pró-Memória, inicialmente responsável pela condução dos trabalhos em Cataguases, foi uma surpresa para os técnicos encontrar uma cidade que estava buscando o auxílio da SPHAN com o objetivo de implementar uma política de patrimônio cultural. Surpresa que se dava, segundo Freire, porque geralmente as gestões municipais das cidades que se relacionavam com a SPHAN, as mineiras do ciclo do ouro, viam o Instituição como órgão fiscalizador e policiador, o órgão que aflorava os conflitos relativos à dinâmica urbana dessas cidades. A SPHAN era vista com reservas pelas cidades em que atuava. Em Cataguases essa situação não estava em pauta.

²⁵ ANEXO B.

²⁶ SANTOS, 2009. APÊNDICE A.

Segundo Freire, por a cidade não possuir nenhuma experiência anterior com a preservação, ou até mesmo com o tombamento, a facilidade e oportunidade de “trabalhar diferente” era maior. Cataguases estava aberta às iniciativas de preservação, não estava contaminada pelas adversidades afloradas nas cidades sobre a tutela da SPHAN. Para a técnica o “trabalhar diferente” significava que o objetivo era desenvolver um trabalho de divulgação e valorização das manifestações culturais da cidade na intenção de preservá-las, diferente do que vinha sendo feito nas cidades históricas mineiras tombadas pelo IPHAN. O objetivo seria promover a preservação a partir da conscientização da população através do reconhecimento da importância de suas manifestações culturais. Não era intenção de o projeto fazer tombamento. Ou, se chegasse, o tombamento seria um desejo que afloraria da comunidade.

Porque eles não chamaram a gente para tombar nada. [...] A gente apostava que a comunidade poderia ser a melhor guardiã de seu patrimônio.

[...] Nunca foi objetivo nosso. Nem foi, por exemplo, “comer pelas beiradas”, vamos chegar... Nem foi estratégico para chegar ao tombamento. Não era isso. O projeto era aquilo mesmo: trabalhar com a cidade valorizando a sua memória, o seu patrimônio cultural que seria revelado neste trabalho... ia sendo revelado...

[...] Para mim (o tombamento) era uma contramão do nosso jeito, do nosso projeto original.²⁷

Neste sentido, o arquiteto Flavio Grillo, que coordenava a equipe de evolução urbana no projeto, corrobora e ratifica as ideias de Freire

O início do trabalho começou com um convite pela Lurdinha [Maria de Lourdes Paixão, secretária municipal de Cultura] e o Tarcisio, prefeito. Através da Doia [Maria das Dores Freire] chegaram no IPHAN querendo desenvolver um trabalho de preservação do patrimônio cultural dentro da cidade, mas uma coisa bem... até bastante bem diferente do trabalho que normalmente o IPHAN fazia. O IPHAN tinha, quero dizer, não sei hoje como é que está, porque eu tenho andado meio afastado de lá, mas tinha aquela coisa de tombar primeiro, quero dizer, usar o mecanismo de tombamento como preservação. Em Cataguases a coisa começou não pensando nisso. Pensou uma forma de desenvolver, dentro da cidade, um trabalho que gerasse uma formação no grupo que pudesse desenvolver dentro da cidade mesmo... que servisse como um núcleo que

²⁷ FREIRE, 2009. APÊNDICE B.

irradiasse a questão da preservação dentro da cidade sem pensar na possibilidade de tombamento. A palavra tombamento não era nem citada durante esse processo todo. Então esse processo durou alguns anos através de oficinas com trabalhos em escolas lá de Cataguases mesmo. Foi feito um inventário do acervo arquitetônico, do acervo de artes plásticas, de cinema e isso foi consolidado em dois livros que são os livros de memória que foi outra vertente do trabalho também que Lidia (Lidia Estanislau, socióloga coordenadora dos trabalhos de memória oral) ficou responsável por essa área. Bom aí depois disso o Tarcisio saiu e Lurdinha saiu também e então o trabalho em Cataguases deu uma queda e a coisa meio que morreu lá. E com isso ficou quieto dentro do IPHAN. Também eu e Doia saímos do IPHAN e eu fiquei completamente por fora do assunto e fui surpreendido com a notícia que Cataguases tinha sido tombada, isso na gestão de Claudia Lage, aqui em BH, no IPHAN.²⁸

O projeto “Memória e Patrimônio Cultural de Cataguases” fez a publicação em três volumes do livro *Memória e Patrimônio Cultural*, trabalho de memória oral, com registro de diversas personagens de Cataguases, com primeiro volume já em 1988, o segundo em 1990 e, o terceiro, em 1996.

Posteriormente, em 1994, a parceria se amplia:

O IPHAN, através da 13ª coordenação Regional de Minas Gerais e a Prefeitura de Cataguases vem trabalhando em parceria, desde 1988, com o projeto Memória e Patrimônio Cultural de Cataguases, que pesquisou a memória oral, visual e documental, além de inventariar os bens culturais imóveis, móveis e integrados. Essa parceria ampliou-se no projeto Cataguases: um olhar sobre a modernidade brasileira – proposta do Instituto dos Arquitetos do Brasil – Departamento de Minas Gerais, que encontrou apoio na Secretaria de Estado de Cultura, no Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA-MG e na população de Cataguases, sem qual nenhum desses projetos seria possível²⁹

Em 1º de fevereiro de 1994 acontece em Cataguases evento com a publicação de “Cataguases – um olhar sobre a modernidade”, do Instituto dos Arquitetos do Brasil – departamento de Minas Gerais - sobre a Arquitetura, as Artes Plásticas, o Mobiliário, o Cinema e a Literatura produzidos em Cataguases. O evento contou

²⁸ GRILLO, 2009. APÊNDICE C.

²⁹ IPHAN. Processo de Tombamento de Cataguases, 1994, fl. 014.

com exposição de fotografias e com a instalação da réplica do Painel “*Tiradentes*” no Colégio Cataguases³⁰. Pode-se dizer que aquela publicação foi uma das primeiras análises detalhadas daquelas manifestações culturais de Cataguases e foi muito utilizada para o embasamento técnico do dossiê de tombamento que seria feito naquele mesmo ano de 1994.

Em 26 de maio de 1994 o Presidente do então IBPC, Sr. Glauco Campello, solicita a 13ª Coordenação Regional (Minas Gerais) “que sejam elaborados estudos indispensáveis ao exame da conveniência do tombamento do Centro Histórico de Cataguases”³¹

Segundo Claudia Lage, coordenadora da 13ª regional do IPHAN à época

[O tombamento] Partiu de mim, pessoalmente... Enquanto superintendente e com o conhecimento de um trabalho que já vinha sendo feito em Cataguases e a intenção não era fazer um tombamento no sentido de um tombamento repressivo, jamais. Mas, um tombamento de reconhecimento de valor, não só do aspecto... Porque naquela época, nós já estamos falando disso há quinze anos, quinze anos atrás nós tínhamos muito arraigado de tombamento como proteção no sentido de se evitar que se aconteça alguma coisa, na verdade acabou acontecendo isso em Cataguases, mas não era essa a intenção. Foi um tombamento feito, inclusive, junto com a Pampulha. Arquitetura moderna. Então era sim, questão de reconhecer o valor nacional de Cataguases. Era essa a premissa do tombamento de Cataguases. Então foi partindo disso que eu levei a proposta ao presidente do IPHAN, na época Glauco Campello, que assumiu os dois e até foi feito num tempo bem rápido porque que ele queria que fosse feito... Não me lembro... Mas, enfim ele me deu todo apoio para que a gente fizesse isso e foi um trabalho... Uma proposta da regional com apoio da presidência do IPHAN³²

Se, anteriormente, não se tinha intenção expressa de tombar, a partir daqui o tombamento passa a ser uma possibilidade. Parece-nos, então, que neste momento há uma ruptura com o trabalho anterior, ou seja, com o Projeto “Memória e Patrimônio Cultural”.

³⁰ O Painel original foi vendido pelos seus proprietários, a família Peixoto, em 1979, ao Estado de São Paulo depois de ter sido oferecido ao Estado de Minas Gerais que rejeitou a compra. Atualmente, encontra-se no Memorial da América Latina.

³¹ IPHAN. Processo de Tombamento de Cataguases, 1994, fl.001.

³² LAGE, 2009. APÊNDICE D.

Em 7 de dezembro de 1994, acontece a 7ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, que tem na pauta, entre outros, o tombamento de Cataguases, acatado por unanimidade pelos conselheiros presentes.

O edital de notificação do tombamento do Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico da Cidade de Cataguases – Minas Gerais, “delimitado por um perímetro, bem como dos bens imóveis, móveis e integrados especialmente destacados” foi publicado no Diário Oficial da União em 5 de dezembro de 1994.³³

E, como citado anteriormente, somente em 2003, os bens foram inscritos nos livros de Tombo Histórico, Belas Artes e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, excetuando-se os bens móveis.

1.2 O Processo de Tombamento

Os documentos do processo de tombamento de Cataguases em poder da 13ª Coordenadoria do IPHAN, em Belo Horizonte, compõem três volumes. Ao todo são 267 folhas numeradas sequencialmente mais sete folhas sem numeração ao final do terceiro volume. As folhas encontram-se em ordem cronológica dos fatos, correspondendo a um período de nove anos e cinco meses – de 26 de maio de 1994 a 17 de novembro de 2003 - ou seja, do momento que o presidente do IPHAN solicita estudos visando ao tombamento até a confirmação de inscrição nos livros do tomo. Os volumes I e III possuem correspondências, pareceres e outros documentos – internos e externos ao IPHAN – que foram sendo gerados no decorrer desse tempo. O volume II é o dossiê de tombamento.

³³ IPHAN. Processo de Tombamento de Cataguases, 1994, fl.176. Diário Oficial da União, página 24420, seção 3, nº 229, segunda-feira, 5 de dezembro de 1994.

1.2.1 O Dossiê de Tombamento

O dossiê contém as folhas 009 a 165 do volume II do Processo. Trata-se do trabalho elaborado à época para subsidiar o tombamento³⁴. Sua composição é expressa pelo seguinte sumário:

1. Introdução
 2. Cataguases: Memória da Ocupação do Território
 3. Desenvolvimento Urbano de Cataguases
 4. Parecer do Arquiteto Antônio Luiz Dias de Andrade
- Anexos
- Perímetro de Tombamento
 - Índice de fotografias
 - Mobiliário do Colégio Cataguases
 - Plantas das quadras

Além do texto corrente, é formado em sua maioria por citações extraídas de jornais, de artigos publicados em congressos, de livros, do catálogo da exposição ocorrida em fevereiro de 1994³⁵ e, principalmente, da publicação “Cataguases – um olhar sobre a modernidade”.³⁶

1.2.1.1 A Introdução

A *Introdução* do Dossiê destaca a importância das parcerias estabelecidas e os trabalhos elaborados em conjunto desde 1988 através do Projeto “Memória e Patrimônio Cultural”.

Refletir sobre a modernidade brasileira através da mineira Cataguases implicou o trabalho conjunto de muitos – pessoas e instituições – e exigiu, na prática, a cooperação entre o Poder

³⁴ O dossiê é de autoria de Antônio Luiz Dias de Andrade (9ª CR/IPHAN/SP), Celeste Maria de Lima Rodrigues (Chefe da Divisão Técnica – 13ª CR/IPHAN/MG); Cláudia Márcia Freire Lage (Coordenadora Regional – 13ª CR/IPHAN/MG, Juliana Drummond (desenhos), Lídia Avelar Estanislau (coordenação GTT 13ª CR/IPHAN/MG), Pedro Ivo da Silveira Lobo (fotografia – DID/IPHAN/RJ), Vera Lucia Barbosa Brito (Faculdade de Filosofia de Cataguases).

³⁵ Exposição de fotografias ocorrida em fevereiro de 1994 na inauguração da réplica do Painel *Tiradentes*.

³⁶ PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES *et al*, 1994.

Público – municipal, estadual e federal – a colaboração da comunidade e o apoio de empresas, entidades e profissionais.³⁷

Concentra-se na descrição a importância do movimento modernista em Cataguases, iniciado na literatura dos *Verdes* que, segundo o texto, teria sido o caminho de abertura para as outras manifestações culturais na cidade que viriam a ocorrer a partir dali e que mostrariam a viabilidade dessas manifestações acontecer fora dos grandes centros.

A repercussão do fenômeno Cataguases deu-se principalmente em função da origem da revista *Verde*, pois a realização desta publicação da Mata ofereceu ao país uma resposta positiva sobre a viabilidade da produção cultural em regiões excluídas dos centros polarizadores de informações. Cataguases representou em escala nacional, o mesmo que o Brasil em escala internacional. Foi a tradução provinciana de um esforço de autossuperação cultural. (...) *Verde* nos auxilia a pensar a relativa autonomia das séries culturais e a importância da expressão individual, da marca de cada e toda localidade para a constituição de um Patrimônio.³⁸

Destaca também o ciclo cinematográfico de Humberto Mauro e a importância do mecenato

como elemento decisivo na produção e na difusão de bens culturais, encarnado na figura de empresários de perfil tão moderno quanto os artistas que apoiaram. Não se tem notícia da injeção de recursos públicos na formação do mais importante pólo da modernidade em Minas Gerais. Foi iniciativa privada local que promoveu a invasão de Cataguases pela arquitetura, pelas artes plásticas e pelo design com as características de modernidade que até hoje identificam e orgulham a cidade.³⁹

Chama a atenção o conteúdo do primeiro parágrafo da *Introdução*:

Este fim de século mostra a saturação de certas práticas e certas teorias e nos empurra para a busca de alternativas aptas a acercarem-se da identificação, documentação, proteção e promoção do patrimônio cultural, em sua pluralidade. Se antes as políticas públicas privilegiavam os monumentos barrocos e a homogeneidade dos conjuntos arquitetônicos setecentistas, agora são as cidades e

³⁷ IPHAN. Processo de Tombamento de Cataguases, 1994, fl.014.

³⁸ IPHAN. Processo de Tombamento de Cataguases, 1994, fl.016. Citado de MORAN, Patrícia. *Tangentes da modernidade: o Grupo Verde de Cataguases – província e cultura nos anos 20*. Rio de Janeiro. UFRJ. (mimeo), 1992.

³⁹ IPHAN. Processo de Tombamento de Cataguases, 1994, fl.015.

as diferenças que o espaço urbano concentra que estão no centro da cena. O patrimônio cultural é hoje composto, construído e tecido na vida cotidiana de todas as cidades, não apenas daquelas chamadas históricas, pois afinal a história de Minas não parou no século XVIII, nem a história do Brasil começou com a chegada dos portugueses. Agora que a orientação linear da História encontra-se sob relativa suspeição, a ocupação do território, com seus diferentes modos de criar, fazer e viver exigiu a superação da clássica distinção entre cultura e natureza. Agora, que a natureza não é mais um ambiente a ser explorado, mas uma parceira com a qual é preciso contar, querer ater-se apenas ao econômico, ou tolerar as representações desde que permaneçam limitadas ao nebuloso domínio da cultura, não é mais possível, porque a vida humana é uma mistura de ciência e poesia, de razão e paixão, de lógica e mitologia. Tudo isso ilustra os minúsculos, mas sólidos, fios que estruturam a trama sócio-cultural, e nos remete à necessidade de apreender o modo pelo qual cada um dos elementos da trama repercute nos demais. Não há objetos menores na existência social, tampouco há referências culturais menos nobres: todos os elementos – sejam eles quais forem – repercutem uns sobre os outros.⁴⁰

Esse trecho que inicia o dossiê vem, a nosso ver, balizar o que será a abordagem conceitual do patrimônio no decorrer de quase todo o relatório de tombamento. Percebe-se que a equipe que o elaborou já estava afinada com o conceito ampliado de patrimônio, que vinha se consolidando, a partir da segunda metade do século XX, em diversos congressos internacionais e Cartas Patrimoniais, principalmente, a partir da CARTA de VENEZA “que introduz as ideias de sítio urbano e da utilização social dos monumentos”⁴¹

Artigo 1º - A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas, também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural.⁴²

Observa-se que a última frase da *Introdução* quase que repete a última frase do 1º artigo da Carta de Veneza.

⁴⁰ IPHAN. Processo de Tombamento de Cataguases, 1994, fl.014. Citado de ESTANISLAU, Lúcia Avelar. Memória e patrimônio cultural: Cataguases/MG. Congresso Brasileiro sobre Patrimônio Histórico e Cidadania. São Paulo (mimeo). 1991.

⁴¹ CASTRIOTA, 2007.

⁴² CARTA DE VENEZA, 1964.

Também, neste sentido, cabe destacar a incorporação dessa nova abordagem ampliada de patrimônio na Constituição Federal do Brasil⁴³ de 1988 e o avanço conceitual em relação ao Decreto-lei nº 25 de 1937. Se no Decreto-lei nº 25⁴⁴, o patrimônio era tratado como histórico e artístico nacional e estava vinculado aos fatos memoráveis da história e ao seu valor excepcional quer seja arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico, na Constituição de 1988 a abordagem diz sobre patrimônio cultural “portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (grifos nossos). Não se trata mais somente de patrimônio histórico e artístico nacional, mas de patrimônio cultural. Não são mais somente fatos memoráveis e de valor excepcional, mas as referências da identidade, da ação e memória de diferentes grupos. Ou seja, o conceito se amplia. A Constituição de 1988 incorpora, então, os novos conceitos que vinham sendo discutidos pela comunidade internacional na segunda metade do século XX.

E aqui, nota-se que a equipe do IPHAN estava, de alguma forma, em sintonia com esses novos conceitos, lembrando-se que o Dossiê de tombamento de Cataguases foi feito em 1994, seis anos após a promulgação da Constituição Federal.

Chama atenção também, na *Introdução*, a referência aos conjuntos urbanos homogêneos setecentistas, bastante diferentes dos de Cataguases – o conjunto urbano de Cataguases é heterogêneo – aliás, esta será uma questão constantemente abordada pelos técnicos envolvidos no tombamento, como veremos mais adiante. Se antes o IPHAN estava lidando com o tombamento das cidades mineiras, do ciclo da mineração, com conjuntos urbanos homogêneos, a exemplo de Ouro Preto, Tiradentes, Serro, agora com Cataguases é diferente em dois aspectos: na heterogeneidade do seu conjunto urbano e no destaque para as artes e arquitetura modernistas.⁴⁵

Foi somente na década de 1920 que o tema da preservação cultural no Brasil começou a ser politicamente relevante, implicando no envolvimento do Estado. A

⁴³ Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, art. 216.

⁴⁴ Brasil. Decreto-lei nº 25 de 1937, art. 1º.

⁴⁵ SANTOS; LAGE, 2008, p.9.

arquitetura do período colonial brasileiro, Ouro Preto, por exemplo, começa a ser vista, pelos escritores do movimento modernista, como símbolo da identidade nacional. E, é essa arquitetura do passado nacional que irá desempenhar papel imprescindível tanto na formulação de uma política nacional de preservação quanto da própria arquitetura moderna brasileira. Se naquela época o Brasil já possuía uma rede de grandes museus federais em funcionamento, multiplicavam na “imprensa denúncias sobre o abandono das cidades históricas e a destruição irremediável dos *tesouros da nação*”.⁴⁶

Castriota (2003) destaca que, no Brasil, não foram os setores conservadores que elaboraram e implementaram as políticas de preservação do patrimônio, mas alguns intelectuais modernistas. E, lembra, ainda, que o modernismo, “Movimento renovador da cultura no Brasil, teve como característica geral, ao lado de uma crítica exarcebada à arte acadêmica, tradicional, a busca de raízes, colocando como parte de sua agenda a questão da identidade nacional.” Ao mesmo tempo em que mantêm contato como as vanguardas europeias, os modernistas desenvolvem uma relação peculiar com a tradição e recusam a ideia do rompimento radical com o passado.⁴⁷ Assim, os modernistas “redescobrem” Minas Gerais e, em especial, Ouro Preto, em que estaria representado no seu conjunto setecentista, a identidade nacional de “raízes genuínas”.

O Barroco local, que durante muito tempo fora considerado excêntrico e sem importância, é revalorizado pelos modernistas, que o vêem como uma síntese cultural própria, esboçada por uma sociedade no interior do país, que, isolada, retrabalha à sua maneira as diversas influências culturais.⁴⁸

Castriota chama a atenção para o fato de que a aproximação dos modernistas brasileiros ao passado do século XVIII assemelha-se à aproximação que as vanguardas europeias faziam do primitivo e do arcaico, com a particularidade de que o primitivo, aqui, aponta para as raízes nacionais. No Brasil, para as vanguardas, redescobrir culturas primitivas corresponde a redescobrir “uma outra

⁴⁶ CASTRIOTA, 2003.

⁴⁷ CASTRIOTA, 2003, p. 191.

⁴⁸ CASTRIOTA, 2003, P. 191.

cultura nacional, não oficial, presente, mas ignorada, na medida em que se mantivera à margem da cultura hegemônica.

Predomina entre os modernistas um discurso de apelo à “lição do passado”, não o passado imediato, da linguagem clássica relida pelo ecletismo, mas o passado da arquitetura colonial e barroca do século XVIII, onde identificavam formulações apropriadas e significativas para um projeto nacional. E, nesse interesse em recuperar o nosso passado colonial, a arquitetura tradicional, está contida uma perspectiva pragmática: “naquele período haveria uma série de lições a serem aprendidas pelos arquitetos modernos.”

Assim, é muito comum na época identificar-se uma espécie de correspondência entre essa arquitetura colonial e a arquitetura moderna, ressaltando os seus traços comuns: simplicidade, austeridade, pureza, bom uso dos materiais. Nesta linha, chega-se mesmo a se apontar semelhanças entre a estrutura da nossa arquitetura tradicional – o pau a pique – e o concreto armado.⁴⁹

Foi então, diante dessa leitura do passado, que se colocou, no Brasil, a questão da preservação do rico acervo, representado pelas cidades e arquitetura do período colonial, que era visto como imprescindível ao processo de construção da identidade nacional. Em 1933, consagra-se Ouro Preto como “monumento nacional”, por meio do Decreto nº 22.928 e, posteriormente, em 1937, é criado o SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - e o Decreto-lei nº 25/1937, que forneceu os meios legais para uma política de preservação, introduzindo o instrumento do tombamento.

Castriota ressalta que tanto a proteção de Ouro Preto quanto as primeiras ações do SPHAN derivam daquela “espécie de afinidade eletiva entre o nosso passado barroco colonial e a arquitetura moderna que se fazia”. Assim, sob esse ponto de vista, a arquitetura efetivamente brasileira teria começado no ciclo mineiro, no século XVIII, sendo as obras realizadas, anteriormente, interpretadas como uma transplantação direta da arquitetura de Portugal. E, seguindo tal tese, teríamos o mito de que somente a arquitetura barroca – além da modernista – teria dignidade, sendo o século e meio entre os dois períodos “considerados totalmente estéreis e

⁴⁹ CASTRIOTA, 2003, p. 192.

dignos de esquecimento”. Neste sentido, chama a atenção o fato de o ato de tombamento de Ouro Preto apontar como valor decisivo o “valor artístico” e não o “valor histórico” do conjunto, que é visto antes de mais nada sob o ponto de vista estético.

Considerada como expressão estética privilegiada, a cidade é abordada segundo critérios puramente estilísticos, ignorando-se completamente “sua característica documental, sua trajetória e seus diversos componentes como expressão cultural de um todo socialmente construído”⁵⁰

No entanto, Fonseca (2005, p. 198), citando texto de 1970 de Rodrigo Melo Franco de Andrade onde ele afirmava que “justifica a conservação de um sítio urbano quando este constitui criação notável e representativa da vida e da organização social de um povo, em determinada fase de sua evolução”, constata que foi dentro deste espírito que os centros históricos de Laguna, Natividade, São Francisco do Sul, Pirenópolis e Antônio Prado e outros foram tombados na década de 1980. Prática que começava a se tornar diferente dos primeiros núcleos históricos tombados pelo IPHAN, onde o que era levado em conta era a quantidade de bens “excepcionais que se concentravam no conjunto enquanto objeto interesse de proteção.”

1.2.1.2 O Capítulo *Memória e Ocupação do Território*

O Capítulo *Memória e Ocupação do Território* situa o município de Cataguases sob o ponto de vista geográfico e caracteriza o início da ocupação da região da Zona da Mata mineira, primeiro na tentativa de descoberta de ouro e diamantes e depois, diante do insucesso dessa empreitada, com a produção cafeeira.

Das regiões que acompanham de perto o infundável litoral brasileiro, foi a última a ser penetrada e povoada.

[...]

O cerco fiscal do território das minas foi uma preocupação constante da coroa portuguesa. Os capitães-gerais e governadores de São Paulo lutavam contra o contrabando proibindo a abertura de novas

⁵⁰ CASTRIOTA, 2003, p. 194 Citado de MOTTA, 1987, p.108

trilhas, exigindo passaporte e se empenhando na repressão. Ao norte tentou-se impedir qualquer comunicação com a Bahia e o Espírito Santo. O lado de Goiás e Mato Grosso era a extensão imensa da Zona Mineira. Restava a face voltada para o Rio de Janeiro, a que deu menos trabalho. Bastou a interdição régia de abertura de novos caminhos, criando as chamadas áreas proibidas dos sertões leste. Não havia melhor barreira para impedir o escoamento ilegal do ouro e dos diamantes. O obstáculo principal eram os índios – Goitacazes, Coroados, Puris, Guaranis e outros, todos com temível reputação – que ficaram tranquilos durante o correr do século, inclusive na foz do Paraíba e em toda baixada de Campos (...) O Rio Paraíba não se prestava à navegação e outros obstáculos eram a serra e as matas [...] ⁵¹

Descreve as características das diversas tribos indígenas que habitaram ou migraram para a região através de relatos de viagem de Saint-Hilaire⁵² e, posteriormente, a relação dos escravos na cultura do café. Destaca as origens do município, como foi constituído e se desenvolveu até a chegada da ferrovia

Na época de sua fundação ocupava apenas uma nesga plana de terra comprimida entre dois rios e um córrego e sombreada por grandes matas. Limitava-se o pequeno núcleo à capela – em homenagem a Santa Rita de Cássia – que dominava a planície e algumas choupanas. Seus habitantes eram índios e um pequeno número de brancos.

[...]

As condições físicas da região cujo centro era o arraial, tais como o clima quente e úmido, solos ricos em húmus pela presença das matas fizeram que grande número de fazendas prosperassem na região, principalmente as de café (...) O arraial foi tomado de impulso vigoroso; em todos os sentidos começaram-se a abrir estradas e caminhos carroçáveis, diminuindo as distâncias, e o arraial foi pouco a pouco, apresentando casas de comércio variadas, pois eram procuradas pelos fazendeiros de toda a vizinhança.

[...]

Cataguases deve seu maior desenvolvimento à chegada dos trilhos da Estrada de Ferro Leopoldina, na época de sua elevação a categoria de vila, no ano de 1877[...] ⁵³

⁵¹ IPHAN. Processo de Tombamento de Cataguases, 1994, fl.014. Citado de GOMES, Paulo Emílio Salles. *Humberto Mauro, Cataguases, Cinearte*. São Paulo: Perspectiva/Edusp, 1974.

⁵² Estes relatos são retirados de duas referências: (1) SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975 e (2) SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem às nascentes do Rio São Francisco*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975

⁵³ IPHAN. Processo de Tombamento de Cataguases, 1994, fl.022, citado de CARDOSO, Maria Francisca T.C. *Aspectos Geográficos da Cidade de Cataguases*. Separata da Revista Brasileira de Geografia, nº 4. Rio de Janeiro: IBGE/CNG, 1956.

Posteriormente, relata a criação da primeira indústria têxtil e a chegada da energia elétrica, em 1905, como importantes indutores do polo industrial da região. Cita e destaca a criação das primeiras escolas: Grupo Escolar de Cataguases de 1913 (FIG. 15); Grupo Escolar Astolfo Dutra e Grupo Escolar Guido Marlière de 1928 (FIG.18); Ginásio e Escola Normal de Cataguases de 1910 (FIG. 19), repassando sua evolução desde a criação oficial, em 1898, até 1943, quando é demolida a construção anterior dando lugar ao Colégio Cataguases projetado por Oscar Niemeyer, com destaque para o grêmio literário do Colégio e o Painei *Tiradentes* de Cândido Portinari; o Colégio Nossa Senhora do Carmo de 1912 (FIG. 20); o orfanato das irmãs Carmelitas, que a partir de 1958, já estava em funcionamento no prédio modernista de Francisco Bolonha com as obras de Emeric Marcier e Anísio Medeiros que “atuam juntos também na residência de Nanzita Ladeira Salgado Alvim Gomes, onde Marcier cria o afresco Rapto de Helena e Medeiros realiza na fachada, o mural Festa Nordestina”⁵⁴(FIG.16 e 3)

Esse capítulo do Dossiê termina com três citações que dizem respeito à memória: uma de Bolle (1994)⁵⁵ que através de um estudo sobre Walter Benjamin, “analisa a função da escrita como meio de preservação da memória cultural”; outra de Guattari (1992)⁵⁶ que aborda “a crise da cidade através de uma nova perspectiva de memória urbana” e a *última* de Santos(1993)⁵⁷ que ressalta que

Toda dificuldade se encontra em considerar a memória construída em termos de movimento, conflito e imprevisibilidade (...) À medida que aspectos sociais são considerados os conceitos de memória se diversificam: memória social, atos coletivos de lembrar e esquecer, tradição[...]

Nesses trechos percebe-se a preocupação em abordar não só o patrimônio edificado, mas também a memória e as formas de sua preservação.

⁵⁴ IPHAN. Processo de Tombamento de Cataguases, 1994, fl.028

⁵⁵ BOLLE, Willi. *Fisiognomia da metrópole moderna: representação da história em Walter Benjamin*. São Paulo: EUSP, 1994

⁵⁶ GUATTARI, Flix. Entrevista a AU nº 43, ago /set, 1992.

⁵⁷ SANTOS, Miriam. *O pesadelo da amnésia coletiva: um estudo sobre os conceitos da memória, tradição e traços do passado*. Revista Brasileira de Ciências sociais. ANDOCS, nº 23, 1993.

1.2.1.3 O Capítulo *Desenvolvimento Urbano de Cataguases*

O Capítulo *Desenvolvimento Urbano de Cataguases* inicia ressaltando a importância da ferrovia para expansão da cultura cafeeira e as relações da Zona da Mata com o Rio de Janeiro que “decorrerem da proximidade geográfica aliada a laços de parentesco que configuram múltiplas influências recíprocas”⁵⁸ Destaca, através de várias citações, a forma dada ao arraial por Guido Thomaz Marlièrie que “traçou os limites territoriais e estabeleceu a primeira lei de uso e ocupação do solo em Cataguases:”

(...) Neste sítio mandei afincar por este mesmo três marcos de pau, chamado *marmelada*, e lavrados, para evitar discussões futuras entre ele os moradores do arraial. A estrada nova atravessa este em linha reta. Delineei as ruas na distância de 50 passos de um outro ângulo da Igreja. A praça pública e o lugar futuro para o corpo da Igreja, que por ora não tem senão a Capela-Mor, a fim de que se forme uma povoação bem regular, para a qual convida a sua bela localidade. Deixo os mais poderes e recomendação ao Sargento Henrique José de Azevedo para conceder terreno para casas e quintais, na projeção delineada, deixando 7 palmos de intervalo entre uma casa e outra, para serventias públicas e poder acudir a qualquer incêndio, na forma do retrocitado Diretório para a criação de arraiais em terras de índios. O Diretório não concede mais de 60 palmos de frente e 100 de fundos para quintal, permitindo-o o terreno para o Reverendo Capelão, Comandante e pessoas graduadas; 50 ditos para os que são de classe média, com 80 de fundos; 40 enfim, para os mais habitantes, e 70 de fundos. Nada de quintais nas frentes, entremeados com as casas. Ninguém tem direito de edificar terreno destinado para a praça pública, a qual fica pertencendo à comunidade em geral e a ninguém em particular. E por parecer justo este arranjo aos moradores e ao Sargento doador, o qual fiz para o bem público, em virtude de meu cargo, lavrei este termo, para servir de regulador para o futuro, por mim assinado, assim como pelas pessoas presentes, ficando cópia dele depositada em mãos do já mencionado Sargento, para conhecimento e inteligência de todos. Quartel General do Porto dos Diamantes, em 26 de maio de 1828.⁵⁹

⁵⁸ IPHAN. Processo de Tombamento de Cataguases, 1994, fl.029.

⁵⁹ IPHAN. Processo de Tombamento de Cataguases, 1994, fl.029 citado de MUSEU Histórico Alípio Vaz. *Termo de Doação de Terras* transcrito de RESENDE e SILVA, Artur Vieira de; RESENDE, Astolfo Vieira de. *O Município de Cataguases*. Cataguases: Imprensa Oficial, 1908.

Posteriormente o texto reforça novamente a chegada da ferrovia, 50 anos depois de fundado o arraial por Marlière, e as consequências desse empreendimento no contexto do desenvolvimento local

[...] No dia 7 de setembro de 1877 Cataguases eleva-se à categoria de Vila, e neste mesmo dia, é inaugurado o primeiro trecho da Estrada de Ferro Cataguases Railway. Cataguases tornou-se, por sua situação especial, empório comercial da zona e ponto forçado de exportação e embarque de toda a região. Assim, confluíram para Cataguases comerciantes, pequenos industriais e operários de muitos pontos, principalmente para os trabalhos de prolongamento da Estrada de Ferro.⁶⁰

[...] Coincidindo com o levantamento das estações para os trens, as marcas de enriquecimento não se limitavam mais às sedes das grandes fazendas mas alcançavam os perímetros urbanos. (...) Em Cataguases o Hotel Villas e, sobretudo, o Teatro Recreio oferecem uma visão plástica de progresso. Cataguases se desenvolvia ilhada no mar de café que tocava o Brasil para a frente. Os imigrantes estrangeiros afuiam, não só para as lavouras a fim de ir substituindo o braço escravo e complementando o braço patrão, mas também para exercerem o artesanato e o comércio⁶¹ (FIG. 21 e 22).

Em 1889 Cataguases

[...] é assolada por uma epidemia de febre amarela e medidas de engenharia sanitária são apresentadas por André Gustavo Paulo de Frontin: [...] serviços de água potável e esgotos, complementados pela retificação de trechos do Meia Pataca, desobstrução de brejos e aterro de áreas pantanosas. [...] Entre 1889 e 1896 a cidade enfrentava a epidemia e, ao mesmo tempo, tornava-se próspero mercado. Algumas famílias cariocas, perseguidas por Floriano Peixoto, buscavam asilo em Cataguases, tornando a vida social mais brilhante.

O texto segue com a citação de Miranda (1994)⁶² dando destaque para as transformações que surgiram no final do século XIX e início do século XX, resultantes da prosperidade econômica e da ligação ferroviária com o Rio de

⁶⁰ IPHAN. Processo de Tombamento de Cataguases, 1994, fl.031 citado de Prefeitura Municipal de Cataguases. *Memória e Patrimônio Cultural*. Belo Horizonte: UFMG, 1988. vl. 1

⁶¹ IPHAN. Processo de Tombamento de Cataguases, 1994, fl.032 citado de GOMES, Paulo Emílio Salles. *Humberto Mauro, Cataguases, Cinearte*. São Paulo: perspectiva/EDUSP, 1974.

⁶² MIRANDA, Selma Melo. *Arquitetura em Cataguases* in PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES et al. *Cataguases um olhar sobre a modernidade. Um Jornal sobre a modernidade*. Cataguases, 1994.

Janeiro: o deslocamento e expansão da malha urbana para a região da estação ferroviária; as novas construções, muitas em estilo eclético. Destaca a construção da matriz neogótica de 1894, o Palácio da Municipalidade de 1896, o Banco de Cataguases, o Palacete Passos, a Casa Carcacena (1917), a Fábrica Irmãos Peixoto (1905), a Chácara Dona Catarina e, novamente o Hotel Villas (FIG. 21 a 26). Ainda, através da citação de Miranda o texto aborda o destino industrial da cidade que se consolida a partir dos anos 1930 e a ampliação da trama urbana em direção aos morros e o surgimento das vilas operárias

[...] A expansão urbana se dá em direção aos morros seguindo os trilhos da ferrovia: sete vilas operárias, entre as quais se destaca o Bairro Jardim, em interessante disposição a cavaleiro da Cia Industrial Cataguases.⁶³ (FIG. 27)

Nas sete páginas seguintes, através de citações, o texto se concentra na formação do Grupo Verde, seus feitos e suas relações com os escritores de outros centros, passando por algumas referências ao cinema

[...] Foram dois movimentos, na verdade a correr paralelos, um deles tornando forma na revista Verde, o outro no cinema de Humberto Mauro. Dele participaram duas dezenas de jovens entre os quais o mais velhos se aproximavam dos 30 anos de idade – caso de Mauro e do poeta Enrique de Resende, dois engenheiros mais ligados nas artes que nas ciências exatas.

[...] Foi nas sessões do Grêmio Literário Machado de Assis, que começou a nascer o grupo Verde. (...) O núcleo da futura revista era formado, além de Enrique de Resende e Rosário Fusco – bom escritor e extraordinário personagem – por Guilhermino César, Francisco Inácio Peixoto, um jovem professor do ginásio, Martins Mendes, e por Ascânio Lopes Quatorzevoltas, estudante de direito em Belo Horizonte – dono quem sabe do melhor talento do grupo. Morto de Tuberculose aos 22 anos, em janeiro de 1929.(...) O poeta ainda vivia, no segundo semestre de 1927, quando os meninos do Grêmio Literário Machado de Assis se reuniram no Café do Fonseca, no centro da cidade, para decidir como seria sua revista. (...) Lançada em setembro de 1927, sob o comando de Enrique de Resende – que de ponta a ponta financiou a aventura praticamente sozinho – e tendo como redatores Martins Mendes e Rosário Fusco, a revista voltou a sair todos os meses até o final do ano. Em janeiro de 1928, por alguma razão não explicada, o verde que fazia a moldura nas capas anteriores tornou-se vermelho. (...) Uma segunda fase em todo o caso, retomando a cor primitiva, foi iniciada em maio

⁶³ IPHAN. Processo de Tombamento de Cataguases, 1994, fl.033

de 1929, para esgotar-se nesse número, quase todo dedicado à memória de Ascânio Lopes.⁶⁴

Essa parte encerra com uma síntese de Branco⁶⁵ que descreve o movimento literário da cidade desde a década de 1920 até 1980, onde aborda os vários ciclos literários, pelos quais a cidade passou.

A seguir, o texto dedica uma pequena parte ao cinema de Cataguases – o ciclo inicial e o levantamento de toda a filmografia desde 1921 até 1979, feita por Marco Antônio de Campos Guimarães que trabalhou no Projeto “Memória e Patrimônio Cultural”, a partir de 1988. A respeito do ciclo inicial:

O chamado Ciclo de Cataguases – surto de produção cinematográfica que a cidade conheceu nos anos 20 – revelou três nomes principais: Humberto Mauro, Pedro Comello e sua filha Eva Nil (pseudônimo de Eva Comello), uma das mais conhecidas atrizes do cinema brasileiro do período mudo.(...) Mauro chega à fotografia e ao cinema através de Pedro Comello, seu mestre na arte das imagens fixas e em movimento. Pedro Comello, nascido em Novara, na região piemontesa da Itália, chega a Cataguases em 1914, vindo do Cairo, com a mulher Ida e dois filhos: Eva e Roger. (...) Poliglota, pintor, executante de diversos instrumentos musicais, (...) logo se instala na região central da cidade e monta em sua residência um ateliê de fotografia. Nesse ateliê Humberto Mauro se informa a respeito de emulsões e revelação de fotos fixas. A amizade entre o homem habilidoso (27 anos) e o imigrante quarentão aprofunda-se e tem início a colaboração que resultou no Ciclo de Cataguases (...)⁶⁶

Então, o texto aborda a construção das obras modernistas, nos anos 1940, pelos arquitetos cariocas e a importância que tiveram Francisco Inácio Peixoto e Marques Rebelo na concepção dos novos edifícios e para a formação de “uma nova mentalidade”.

[...] Havia um propósito transformador que buscava atingir profundamente as estruturas socioculturais e políticas da cidade,

⁶⁴ IPHAN. Processo de Tombamento de Cataguases, 1994, fl.034 citado de WERNECK, Humberto. *Os ases de Cataguases in Piracema. Revista de Arte e Cultura*. Rio de Janeiro. FUNARTE/IBAC/MINC nº 2, ano 2, 1994.

⁶⁵ BRANCO Joaquim. *Depois da Revista Verde* in COSTA, Levy Simões da. *Cataguases Centenária*. Juiz de Fora: Esdeva Empresa Gráfica S/A, 1977.

⁶⁶ IPHAN. Processo de Tombamento de Cataguases, 1994 fl 42, citado de GOMES Paulo Augusto. *Modernidade e modernismo no ciclo de Cataguases* in PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES et al. *Cataguases um olhar sobre a modernidade*. Um Jornal sobre a modernidade. Cataguases, 1994.

como forma de alterar-lhes os rumos e promover o desenvolvimento social através dos benefícios que a era moderna poderia trazer [...] Contava-se com um parque industrial em expansão, uma intelectualidade afinada com o modernismo que embora dispersa possuía laços estreitos com a cidade, uma burguesia em ascensão suscetível de sensibilizar-se com as propostas modernas e as sólidas bases econômicas e políticas da família Peixoto. Além disso, havia o interesse de arquitetos e artistas divulgarem seu trabalho e as repercussões de apoio oficial a nova arquitetura brasileira e de sua projeção no contexto arquitetônico internacional. A par dessa cadeia de fatores, Francisco Peixoto trabalhou arduamente e empregou todo o seu prestígio pessoal e extraordinária tenacidade nos empreendimentos, tornando-se personalidade chave do processo. [...] as obras espelham os postulados básicos da nova arquitetura: a racionalidade dos partidos, as estruturas em concreto armado e os pilotis, a liberdade de plantas e fachadas. Está presente também não só aquele sentido plástico característico das realizações arquitetônicas brasileiras que se expressou, não somente na composição e tratamento dos volumes e superfícies e no emprego das formas curvas, mas também na integração das artes plásticas e do paisagismo (...) Nota-se claramente a intenção de transformar a cidade mediante um processo que logo de início envolve edifícios de grande valor simbólico como a igreja e o cine-teatro.⁶⁷

Lembramos que essa ideia de uma nova mentalidade, com propósito transformador, baseada nas ideias modernas, mas que, no entanto, não foram bem sucedidas, vai ser uma questão abordada pelo parecerista Antônio Dias de Andrade, em seus argumentos sobre os desafios colocados para a preservação de Cataguases.

Posteriormente o texto passa para as artes plásticas, nas quais destaca a formação de coleções particulares com artistas nacionais e internacionais e cita a inauguração do Painel *Tiradentes* de Cândido Portinari, em 1949, no saguão do Colégio Cataguases; as obras de Bruno Giorgi e Cândido Portinari na praça José Inácio Peixoto (FIG. 10); a obra de Djanira na Igreja Santa Rita (FIG. 28) e

A onda da pintura mural e dos painéis que se espalha por Cataguases nas residências particulares e prédios públicos, distinguindo-se a pintura abstrata de Domenico Lazzarini⁶⁸

⁶⁷ IPHAN. Processo de Tombamento de Cataguases, 1994 fl 44

⁶⁸ IPHAN. Processo de Tombamento de Cataguases, 1994 fl 45 citado de ÁVILA, Cristina. *Cataguases: a importação plástica como vontade modernista* in PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES et al. *Cataguases um olhar sobre a modernidade. Um Jornal sobre a modernidade*. Cataguases, 1994.

Observa-se que aqui foi dado destaque para uma obra de Domenico Lazzarini (FIG. 29), no pilotis de residência projetada por Luzimar Góes Teles, que não teve nenhuma de suas obras tombadas individualmente, apesar de intensa produção em Cataguases.

A partir daqui, o texto descreve o surgimento do mobiliário, cujo destaque é Joaquim Tenreiro, que projetou os móveis da residência de Francisco Peixoto, do Colégio Cataguases, da clínica e residência de Ottoni Alvim Gomes e Nanzita, além de mobiliário internacional

Os interiores modernos em Cataguases complementam-se com móveis internacionais de Marcel Breuer, Mies Van der Rohe, Eero Saarinen, Henry Bertoina.⁶⁹

O texto destaca que a residência de Francisco Peixoto e o Colégio Cataguases, apesar de não estarem citados nos registros recentes das obras de Niemeyer, são citados em publicações internacionais como em Papadaki (1950). O registro dessa publicação internacional serviu inclusive, segundo o texto, para a reprodução dos desenhos dessas obras no dossiê, tendo em vista, que os originais não foram encontrados. Estes são os únicos bens imóveis cujas plantas arquitetônicas encontram-se no dossiê.

As três páginas seguintes são uma análise teórica das obras de Francisco Bolonha, inclusive das obras fora de Cataguases, através de citações de Franco⁷⁰ e Miranda⁷¹. Francisco Bolonha “*que aos 25 anos de idade foi capa de L’ Architecture d’Aujurd’hui (1948, nº 21), além de verbete para a 4ª edição da enciclopédia inglesa Contemporary Architects*”. De Bolonha são citados as casas da Rua dos Estudantes de 1948 (FIG. 30); o conjunto do Bairro Jardim (FIG.27); o Orfanato Dom Silvério de

⁶⁹ IPHAN. Processo de Tombamento de Cataguases, 1994 fl 47 citado de BARAÇAL, Anaildo Bernardo. *A trajetória da modernidade do mobiliário brasileiro através de Cataguases* in PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES et al. *Cataguases um olhar sobre a modernidade. Um Jornal sobre a modernidade*. Cataguases, 1994.

⁷⁰ FRANCO. Luiz Fernando. Francisco Bologna ou a modernidade resiste ao clichê. In: *Arquitetura & Urbanismo*. Rio de Janeiro. FAU/UFRJ, 1988.

⁷¹ MIRANDA, Selma Melo. *Arquitetura em Cataguases* In PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES et al. *Cataguases um olhar sobre a modernidade. Um Jornal sobre a modernidade*. Cataguases, 1994.

1954 (FIG. 16); o coreto da praça Rui Barbosa (FIG.31); o monumento a Francisco Inácio Peixoto (FIG. 10); os projetos paisagísticos das residências de José Pacheco, José Peixoto, João Peixoto e Hugo Lanna.

Chama a atenção neste capítulo a seguinte citação, que se conecta e sintoniza com o primeiro parágrafo da Introdução do dossiê, quando é abordada a questão do conceito ampliado do patrimônio:

Preservar a memória da cidade tentando resgatá-la enquanto imagem. Mas não só a imagem enquanto tudo aquilo que se mostra. Além disto, é preciso pensar no que fica invisível, naquilo que por não ser evidente não pode ser representado, aquilo que brota da imagem, no que está presente no interior da imagem e emerge de maneira de ver e ler a imagem. (...) Hoje a imagem da cidade com seus elementos casuais, suas diferenças, suas perspectivas conflitantes, contém também outros signos de civilização susceptíveis de várias leituras.⁷²

Em seguida, o texto cita o edifício *A Nacional* dos irmãos Roberto (FIG.8) e a arquitetura de Luzimar Goés Teles:

Outros arquitetos vão deixar suas marcas na paisagem urbana tais como Luzimar Cerqueira de Góes Telles, que além de trazer para Cataguases o mobiliário da Domus (com loja montada no espaço onde é hoje a sede administrativa da Faculdade de Filosofia de Cataguases), desenvolveu inúmeros projetos, entre eles as residências Rodrigo Lanna, Francisco Tavares Noletto, os edifícios do Banco do Brasil, Associação Atlética do Banco do Brasil, Fórum e Hospital de Cataguases, diversos estabelecimentos industriais e comerciais, além da reforma das Praças de Santa Rita e Rui Barbosa.⁷³

Finalmente o texto afirmando que “desde 1988 a história de Cataguases vem sendo contada pelos seus próprios sujeitos”, através do Projeto “Memória e Patrimônio Cultural”; relata que, neste período, foram feitos dois filmes documentários: *Cataguases: um olhar sobre a modernidade brasileira*, de 1988, e *Cataguases Patrimônio da Modernidade*, de 1994; a exposição *Cataguases um olhar sobre a modernidade*, em fevereiro de 1994 e a inauguração da réplica do painel *Tiradentes*,

⁷² IPHAN. Processo de Tombamento de Cataguases, 1994 fl 52 citado de SILVA, Regina Helena Alves da. *Cidade e memória* in *Varia História*. Belo Horizonte: UFMG/FAFICH nº 12, 1993.

⁷³ IPHAN. Processo de Tombamento de Cataguases, 1994 fl 052.

no Colégio Cataguases. Relaciona ainda às atividades desenvolvidas no Museu de Eletricidade (FIG. 14), inaugurado em 1985, e cita duas encenações de 1994 do grupo de teatro Totem. Ao final, recomenda que

O patrimônio cultural de Cataguases, que sem dúvida transcende os limites municipais e estaduais, já *identificado e documentado*, deve receber proteção federal, através de sua inscrição nos Livros do Tombo Histórico, das Belas Artes, das Artes Aplicadas, bem como no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, além da necessária promoção dispensada ao patrimônio cultural brasileiro, conforme parecer do arquiteto Antônio Luiz Dias de Andrade.⁷⁴

1.2.1.4 Os anexos e encartes

No dossiê há ainda desenhos, plantas sem escala, em papel tamanho A3 da residência de Francisco Inácio Peixoto – um corte e a planta baixa de cada pavimento - e do Colégio Cataguases – planta baixa dos três pavimentos - intitulado “ACADEMIA DE CATAGUAZES”.⁷⁵

Em relação aos anexos há o desenho do perímetro estabelecido para o tombamento com a identificação dos bens tombados individualmente; uma coleção de 120 fotografias⁷⁶ e três fotomontagens panorâmicas da cidade, coloridas, distribuídas em pranchas em formato A3; 15 pranchas em formato A4 que reproduzem o mobiliário desenhado por Joaquim Tenreiro para o Colégio Cataguases e 69 pranchas, também em formato A4, com levantamento cadastral do centro de Cataguases feito pela Prefeitura, em 1993, onde em cada prancha há o desenho de uma quadra.

É interessante analisar a coleção de fotografias que foram inseridas no dossiê. Houve uma intenção em abranger, através das fotos, assim como no texto, as mais variadas manifestações sociais e culturais da cidade: há muitas fotos da arquitetura, artes, mobiliário e paisagismo modernistas, mas, além disso, há fotos de capas da

⁷⁴ IPHAN. Processo de Tombamento de Cataguases, 1994 fl 054

⁷⁵ De acordo com o texto do dossiê, por não terem sido encontrados os originais, estes desenhos foram reproduzidos de PAPADAKI, 1950.

⁷⁶ A relação de fotografias podem ser vistas no ANEXO C.

revista *Verde*, de cenas ou cartazes de filmes de Humberto Mauro, Pedro Comello, Eva Nil, Paulo B. Martins; de uma variada arquitetura eclética tanto residencial como institucional; espaços públicos; arborização da cidade; vilas operárias; operários saindo de bicicleta de uma das indústrias têxteis e destacando-se, pela quantidade de fotos, o edifício do museu de eletricidade. Dar-se-á destaque aqui, porque será objeto de análise no decorrer deste trabalho, para o fato de que havia fotos da Igreja Santa Rita de Cássia, externas e internas; da vila operária do Bairro Jardim e de diversas obras do arquiteto Luzimar Góes Telles e, curiosamente três túmulos: um intitulado Túmulo do Verde Ascânio Lopes e os outros dois intitulados apenas como Túmulo Modernista. (FIG. 33 a 36)

No dossiê, com exceção da residência de Francisco Inácio Peixoto e do Colégio Cataguases que possuem desenhos, não há qualquer outro levantamento ou inventário sistematizado de bens imóveis ou móveis da cidade, apesar de se citar constantemente no texto que o patrimônio cultural da cidade teria sido devidamente identificado e documentado.

Até aqui se percebe que houve no dossiê de tombamento uma preocupação em destacar as manifestações culturais, desde a formação da cidade até o período de produção modernista. Houve um cuidado em descrever em como a cidade foi se formando até chegar ao modernismo do ponto de vista social, econômico e cultural: o primeiro traçado, a produção cafeeira, a industrialização, o operariado, as edificações ecléticas, as primeiras escolas, a literatura dos *Verdes*, o cinema de Humberto Mauro, Pedro Comello e Eva Nil, o mobiliário nacional de Tenreiro e o internacional, a arquitetura e artes modernistas, com destaque para algumas manifestações culturais posteriores ao Movimento Moderno – na literatura, no teatro e a atuação do Museu de Eletricidade em 1994. Parece, assim, que houve uma intenção em abordar o patrimônio cultural de Cataguases sob um prisma ampliado.



FIGURA 18 – Grupo Escolar Guido Marlière de 1928.

Fonte: acervo do autor, 2009.



FIGURA 19 – Ginásio e Escola Normal de Cataguases. Este edifício cedeu lugar, em 1943, ao Colégio Cataguases projetado por Oscar Niemeyer conforme a FIG. 1.

Fonte: Secretaria de Cultura de Cataguases, s/d.



a



b

FIGURA 20 – Colégio Nossa Senhora do Carmo.

a) Primeiro edifício na Praça Santa Rita;

b) Segundo edifício construído em substituição ao primeiro.

Fonte: a) Secretaria de Cultura de Cataguases, s/d. b) acervo do autor, 2008.



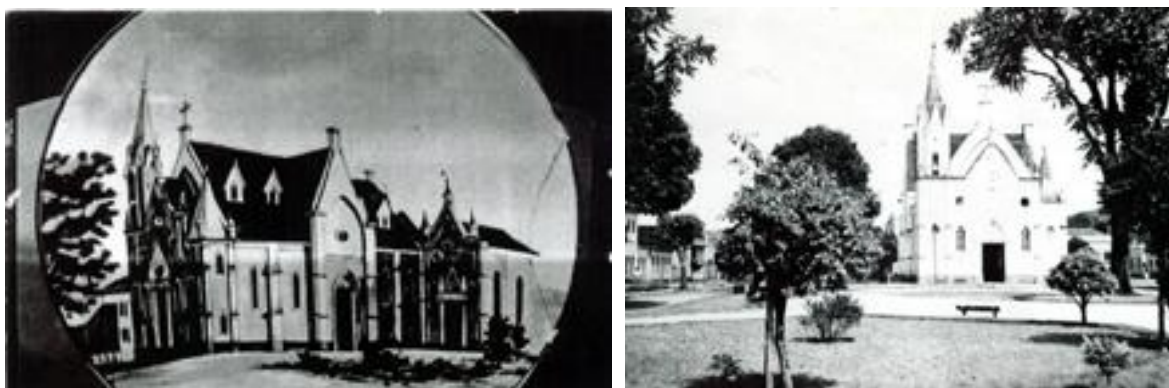
FIGURA 21 – Hotel Vilas com projeto de Bergamini da última década do século XIX.

Fonte: acervo do hotel, s/d.



FIGURA 22 – Cineteatro Recreio cuja construção iniciou-se em 1893 e foi demolido em 1946 para dar lugar ao atual Cine-teatro Edgard modernista da FIG. 7.

Fonte: Secretaria de Cultura de Cataguases, s/d.



a

b

FIGURA 23 – Matriz de Santa Rita de Cássia. Projeto de Augusto Rousseau, de 1896. Demolida em 1944 para ceder lugar para atual igreja modernista da FIG. 28. Fonte: Secretaria de Cultura de Cataguases, s/d.



FIGURA 24 – Prefeitura Municipal, projeto de Agostinho Horta Barbosa, inaugurada em 1894. Fonte: acervo do autor, 2008



FIGURA 25 – Casa Carcacena nas proximidades da Estação Ferroviária, inaugurada em 1917 e demolida no final da década de 1980. Fonte: Secretaria de Cultura de Cataguases, s/d.



FIGURA 26 – Chácara Dona Catarina, próxima à Estação Ferroviária. Fonte: acervo do autor, 2008.



FIGURA 27 – Vila operária do Bairro Jardim. São 100 moradias individuais onde, posteriormente, foram acrescentados, na 1ª rua, a de menor cota, os conjuntos do Francisco Bolonha de dois pavimentos ilustrados na FIG. 9.

- a) Moradias da 3ª rua;
- b) Moradias da 2ª rua, lado direito, as únicas que não têm afastamento frontal.
- c) Moradias da 2ª rua, lado esquerdo;
- d) Implantação da vila na encosta nas proximidades da Cia Industrial Cataguases (indústria têxtil)

Fonte: a, b , c) acervo do autor, 2008; d) Secretaria de Cultura de Cataguases, s/d.



FIGURA 28 – Matriz de Santa Rita de Cássia. Projeto de 1944, arquiteto Edgar Guimarães do Valle. A obra ficou pronta somente em 1968.

- a) Fachada frontal com painel em azulejos de Djanira;
- b) Detalhe de fachada lateral

Fonte: acervo do autor, 2008.



FIGURA 29 – Residência Anamirtes Lacerda com projeto de 1958 do arquiteto Luzimar Góes Teles.

- a) Vista geral da residência;
- b) Vista do Painel de Domenico Lazzarine no pilotis

Fonte: acervo do autor, 2009.



FIGURA 30 – Residências à Rua dos Estudantes com projeto de 1948 do arquiteto Francisco Bolonha e azulejos na fachada de Anísio Medeiros que podem ser vistos nas fotos a e b. As moradias sofreram reformas em 1972 que dentre outras mudanças retiraram os azulejos de Medeiros.

Fonte: a, b) L'Architecture D'Aujourd'Hui, 1952, fascículo 42-43, p.82-89; c) d) acervo do autor, 2008.



FIGURA 31 – Coreto na Praça Rui Barbosa. Projeto de 1957 do arquiteto Francisco Bolonha. Fonte: acervo do autor, 2008



FIGURA 32 – Praça Rui Barbosa. Projeto de 1957 do arquiteto Luzimar Góes Telles. Fonte: acervo do autor, 2008



a



b

FIGURA 33 – Residência Mauro de Carvalho Ramos, que figura na coleção de fotografias do Dossiê de Tombamento. Projeto de 1955 do arquiteto Luzimar Góes Teles.

- a) Fachada frontal;
- b) Detalhe da varanda e mobiliário

Fonte: acervo do autor, 2008.

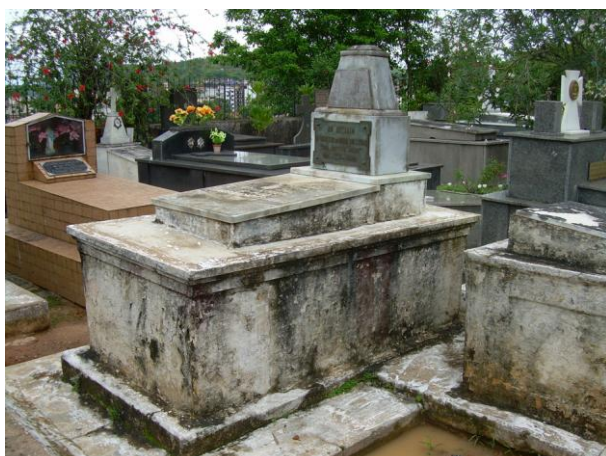


FIGURA 34 – Túmulo do modernista Ascânio Lopes que figura na coleção de fotografias do Dossiê de Tombamento.

Fonte: acervo do autor, 2009



FIGURA 35 – Túmulo que figura na coleção de fotografias do Dossiê de Tombamento como Túmulo Modernista

Fonte: acervo do autor, 2009



FIGURA 36 – Túmulo que figura na coleção de fotografias do Dossiê de Tombamento como Túmulo Modernista.

Fonte: acervo do autor, 2009



FIGURA 37 – Residência Eclética que figura na coleção de fotografias do Dossiê de Tombamento.

Fonte: acervo do autor, 2009



a



b



c

FIGURA 38 – Residência à Rua Manoel da Silva Rama que figura na coleção de fotografias do Dossiê de Tombamento.

- a) Fachada frontal;
- b) Interior;
- c) Interior.

Fonte: acervo do autor, 2006

1.2.1.5 O parecer do arquiteto Antônio Luiz Dias de Andrade⁷⁷

O dossiê ainda contém um parecer técnico do arquiteto Antônio Luiz Dias de Andrade, recomendando o tombamento. Nele se situa, num primeiro momento, o fato de que, naquela época, 1994, a arquitetura moderna brasileira estava sendo objeto de variadas atenções e de que o interesse em reconhecer as expressões culturais do movimento moderno como parte integrante do patrimônio cultural do país, colocava desafios aos órgãos de preservação. Seria necessário, segundo o parecerista, discernir e estabelecer critérios adequados para a escolha de quais manifestações deveriam ser colocadas sob tutela do poder público.

Responsabilidade que apresenta aos órgãos de preservação um novo e colossal desafio - discernir nos quadros de vida de nossas cidades as manifestações merecedoras de tutela do poder público. Este o problema que vem estimulando os técnicos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e cujo equacionamento está a exigir o estabelecimento de critérios adequados.

Da mesma forma que a técnica Lídia Estanislau, no primeiro parágrafo do dossiê, preocupa-se com o conceito ampliado do patrimônio, aqui também Andrade chama a atenção para essa questão. Expõe a necessidade, no caso do movimento moderno, de levar em conta o processo histórico, ou seja, a base social, econômica e cultural pela qual e com o qual o movimento configurou-se.

No plano conceitual é mister situar o debate, orientando-se no sentido da superação da dicotomia entre as obras tidas e havidas de excepcional valor, expressões máximas e acabadas dos novos enunciados estéticos, emblemáticas de um novo período artístico ou reveladoras de notáveis qualidades de seus criadores e aquelas que apenas denotam os padrões recorrentes, diluídas nas paisagens rotineiras do cotidiano urbano "que não são dignas de admiração, não orgulham o país e nem celebrizam o autor delas" (Mário de Andrade). Esforço de superação que pressupõe a compreensão dos bens culturais de forma indissociável dos quadros de vida dos quais são parte integrante, denunciando os conflitos e as contradições da realidade. Somente assim nos será permitido perceber o verdadeiro poder de influência das presenças notáveis como elemento de transformação social, fundador e documento de novas concepções da cidade.

⁷⁷ A íntegra do parecer de Andrade está no ANEXO D.

De outro lado, a separação rígida entre os chamados períodos artísticos poderá por vezes nos conduzir a equívocos ou a compartimentações estanques, pois nem sempre o desenvolvimento técnico e artístico se dá por intermédio de rupturas irreconciliáveis. Estudos recentes sobre a modernidade encontram a sua gênese na efervescência da sociedade europeia do século passado, estimulada pelo progresso técnico. Desse modo não nos é permitido compreender devidamente o movimento moderno e suas respectivas expressões arquitetônicas e urbanísticas se não levarmos em consideração o processo histórico em sua verdadeira dimensão, qual seja a instituição e o desenvolvimento da sociedade industrial em seus diversos estágios.

E, especificamente, em relação a Cataguases Andrade reforça a ideia de que deveria haver algum suporte cultural a mais que seria testemunha e representante também das manifestações culturais ali ocorridas. Indicava que essas testemunhas não deveriam ser restritas aos exemplares significativos do Movimento Moderno.

Com efeito, permanecem como testemunhas evidentes, denunciando os movimentos culturais que conferem notoriedade à cidade, as obras de arquitetura moderna, seu mobiliário e acervo artístico, insuficientes, entretanto, para atestar a complexidade, amplitude, até mesmo as contradições, das iniciativas "modernistas de Cataguases".

Restrito o tombamento às obras de arquitetura mais representativas, não há como evitar a redução do sentido e o significado do movimento moderno alcançados na cidade. Há o risco, inclusive, destas obras virem a ser compreendidas como referências significativas no quadro da produção de arquitetos ilustres, autores de seus respectivos projetos, e que têm assegurado lugar de destaque na historiografia da arquitetura moderna no Brasil, dissociando-as, portanto, das peculiares condições em que foram produzidas em Cataguases, e de seus antecedentes.

Parece que Cataguases representava, àquela época, em 1994, um claro desafio em relação a qual forma a ser adotada no processo de reconhecimento e preservação das suas manifestações culturais. Como abordado anteriormente, Cataguases não se conforma num conjunto homogêneo, como as cidades históricas mineiras, pelas quais o IPHAN trabalhou no passado e cuja preservação de conjuntos urbanos vinha

se pautando pelo critério da homogeneidade – Ouro Preto, Diamantina, Serro, etc.⁷⁸ As edificações e obras do modernismo em Cataguases estavam disseminadas na cidade mesclando-se às de outros períodos no tecido urbano – neocolonial, art déco, eclético, contemporâneas, arquitetura industrial. Para os técnicos envolvidos no processo, no caso de se reconhecer somente as obras modernas de valor significativo poder-se-ia incorrer no risco de não reconhecer toda a importância do processo cultural, social e econômico que ali se instalou. Assim, vê-se claramente aqui a necessidade de incorporar os conceitos ampliados do patrimônio. O desafio estava em como fazê-lo.

Importa notar que mesmo apreendidas no âmbito da fisionomia urbana, tais obras não configuram um conjunto homogêneo e articulado, encontrando-se disseminadas na cidade, mesclando-se às manifestações de períodos mais antigos, ora perturbadas pela presença de construções recentes, sem algum caráter, desorientando as tentativas de se identificar uma área de abrangência e tratar o problema na sua dimensão urbanística.

Não obstante tais problemas pensamos que a melhor forma de se promover o reconhecimento e a proteção do patrimônio cultural da cidade é considerá-lo enquanto parte integrante do centro urbano; a ausência de unidade enfatiza uma das principais características do movimento moderno em Cataguases, qual seja o seu caráter inconcluso. As contradições e conflitos decorrentes do tratamento do conjunto representam ademais fator relevante para o entendimento dos processos identificados com os êxitos e malogros dos rumos imprimidos à renovação da cidade e a ação dos "modernistas".

Andrade coloca o fato de que “parece ter havido (em Cataguases) um propósito deliberado de lançar sementes de uma nova cidade”, ligado ao ideário de que o Movimento Moderno seria propiciador de uma nova sociedade, mais humana e mais justa. Cita como exemplo deste suposto propósito o fato de os espaços simbólicos da população terem sido substituídos pela arquitetura moderna: a igreja neogótica e o Teatro Recreio (FIG. 23 e 22). No entanto, essa intenção não chegou a ser concluída⁷⁹

⁷⁸ SANTOS, LAGE (2008, p. 9)

⁷⁹ Andrade cita uma possível frase de Francisco Inácio Peixoto “o prócer das iniciativas pioneiras relacionadas com a ‘reforma urbana’ que declarou em uma de suas últimas entrevistas que Cataguases havia sido um grande equívoco, pensando assim em justificar o insucesso de seu empenho em moldar a cidade à imagem do projeto professado pelos arquitetos modernos.” Essa

Se os novos padrões floresceram na cidade, contudo, não foram suficientes para apagar de todo os remanescentes da primitiva vila. A vontade de construir sobre os alicerces antigos modernas estruturas não foi plenamente alcançada, [...]

Mas, para Andrade, mesmo esses novos padrões não tendo sido totalmente implementados, Cataguases evidenciou-se no panorama das cidades brasileiras:

[...] Cataguases evidencia-se no panorama das cidades brasileiras. Testemunha o ideal da modernidade, as diferentes maneiras como se manifestou no país, o sonho de uma nova condição de vida urbana, "mais humana, socialmente mais justa, senão também mais bela". Não há cidade no país onde circunstâncias discrepantes entre si fizeram emergir iniciativas marcadas pela vontade de mudança, desejo de romper com os hábitos, as tradições estratificadas na rotina do cotidiano que costuma frequentar as sociedades interioranas; cosmopolitizar-se, entregar-se às formas redentoras.

E já adentrando no que se materializava na escolha de um perímetro e ratificando o que seria um novo conceito a ser trabalhado na preservação afirma ainda:

Cataguases revela na complexidade de sua história um novo conceito de Centro Histórico, considerando-se, sobretudo, os seus períodos mais recentes. Conceito que rompe os limites impostos pelo peso da herança adquirida irrefletidamente da cultura europeia, acostumada a circunscrever os interesses prioritários aos remanescentes da sociedade pré-industrial cujo ideal de harmonia sempre estimulou os sentimentos de admiração e respeito.

Cataguases não é a Ouro Preto da modernidade; representa uma espécie de síntese da história recente do país, potencializada, realçados os seus tons com tintas fortes, sensíveis e brilhantes. Nessa medida, afirma-se como patrimônio nacional, testemunho de sucessos e reveses. E como "Centro Histórico" haverá de ter seus limites traçados. Como "Centro Histórico" haverá de dispor de critérios e normas que disciplinem sua gestão.

Em tais afirmações Andrade explicita as dificuldades da preservação, através dos instrumentos convencionais, que se apresentariam no caso da preservação do Centro Histórico de Cataguases em consonância com os novos conceitos que estavam trabalhando.

A experiência brasileira e os nossos respectivos instrumentos legais mostram-se mais ou menos apropriados para enfrentar situações convencionais. Novos conceitos ou tentativas diversas ficam a descoberto. Mesmo assim, parece-nos possível adaptar as disposições em vigor à ideia de preservação que se quer dar a Cataguases.

Neste sentido, antecipando alguns problemas de gestão, o arquiteto ainda sugere algumas diretrizes, deixando claro que deveriam ser adotados preceitos diferentes dos que vinham se adotando para as cidades tombadas até aquele momento. Frente a isso, são suas sugestões: tombam individualmente exemplares mais representativos dentro do perímetro do Centro Histórico; inventariar, dentro desse perímetro, os imóveis relacionados à formação e desenvolvimento da cidade e submetê-los à tutela do IPHAN no caso de demolições e ou reformas; submeter às posturas municipais os demais imóveis – os não tombados e não inventariados; elaborar plano urbanístico que contemple a preservação e referende as medidas iniciais estabelecidas pelo tombamento; criar um conselho assessor à preservação com diversas entidades.

Os limites traçados para o perímetro do Centro Histórico, primeiramente, não deverão acarretar na aplicação pragmática dos preceitos que vigoram para as cidades tombadas, ou seja, obriguem o controle rígido sobre quaisquer obras novas ou reformas que se pretenda empreender em seu interior. Trata-se no caso de uma espécie de declaração de área de interesse cultural, ao menos num primeiro momento. Nesta área serão selecionados os exemplares mais representativos; estes sim tombados individualmente.

Andrade termina seu parecer descrevendo o perímetro que se acredita espelhar “o processo de formação e desenvolvimento urbano” da cidade, pela qual subdivide em quatro zonas, e relacionando os bens culturais imóveis, móveis e integrados além da pavimentação das ruas e avenidas que deveriam ser tombados individualmente (FIG. 39)

A primeira zona está delimitada pelo baixo terraço que se eleva junto ao Rio Pomba e seu tributário Meia Pataca, definindo o sítio escolhido para a implantação do primitivo núcleo, a zona antiga da cidade. A segunda compreende a primeira área de expansão urbana, determinada pelo traçado da ferrovia, região onde se acham a

estação ferroviária, depósitos e armazéns, as instalações pioneiras das Indústrias Irmãos Peixoto, vilas operárias, o Hotel Villas, etc. A terceira abriga o novo bairro surgido após a canalização do Córrego Lava-pés, integrando a várzea insalubre à estrutura urbana; trata-se da área mais nobre da cidade. Persegue os eixos das avenidas Astolfo Dutra e Humberto Mauro, tendo como limite extremo o Colégio Cataguases. A última está situada na margem direita do Rio Pomba e envolve as novas instalações da Companhia Industrial de Cataguases, a vila operária, o hospital, maternidade e o cemitério.

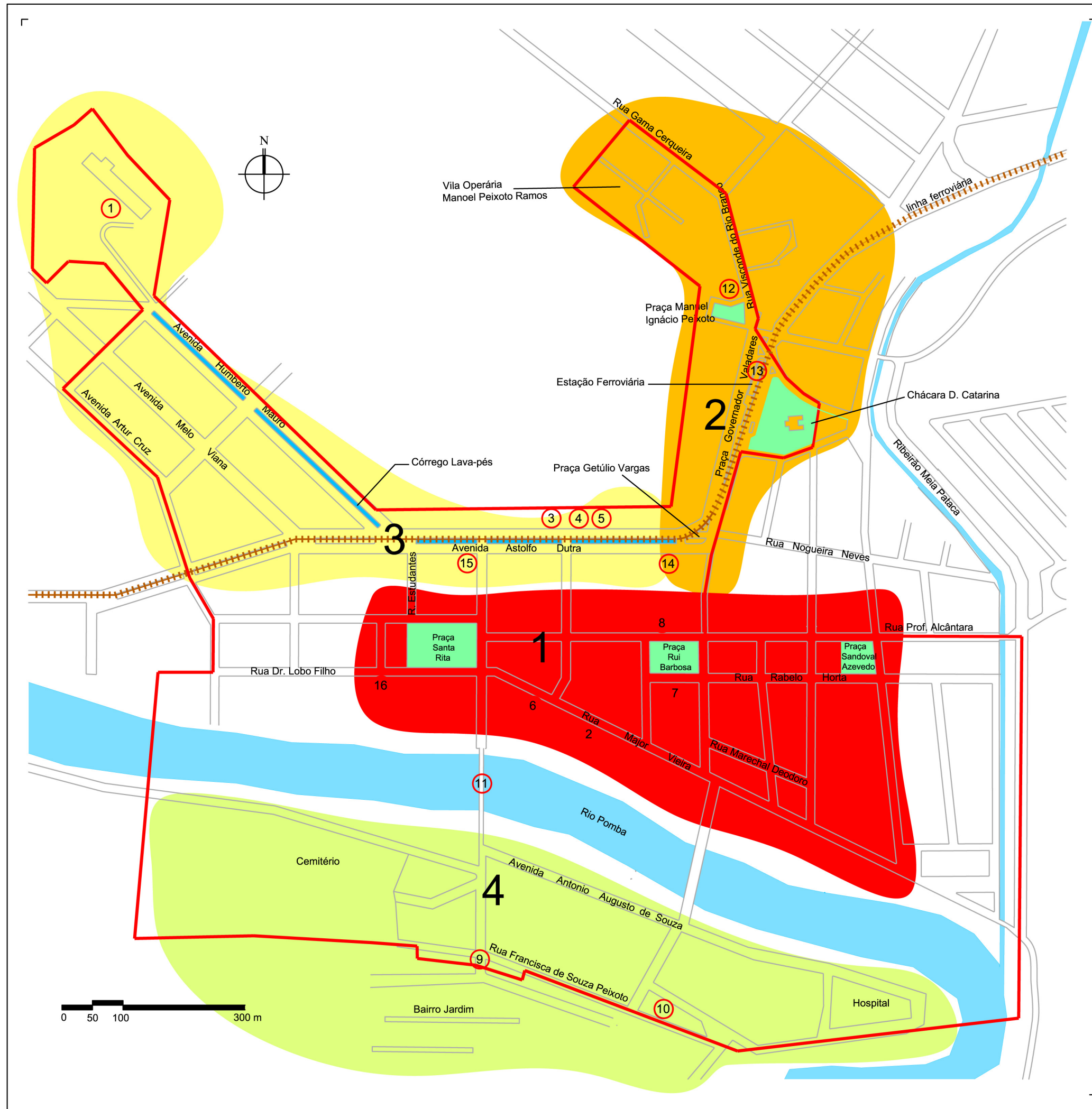
Ao final do parecer, depois da listagem dos bens individuais, Andrade acrescenta uma observação, importante para as questões que aqui serão levantadas mais à frente:

O Inventário de Bens Móveis e Integrados da Secretaria Municipal de Cultura/Prefeitura Municipal de Cataguases, cujas cópias passam a fazer parte do presente processo de tombamento, deverá ser completado com relação aos seguintes imóveis tombados: Residência Francisco Inácio Peixoto, Residência O. A. Gomes, Residência Josélia Peixoto Medeiros e Hotel Cataguases, uma vez que o tombamento deverá estender-se ao mobiliário e acervo artístico.

Aqui, cabe ressaltar, que vai ser justamente a ausência desses inventários – o supostamente em poder da Prefeitura de Cataguases e os que Andrade recomenda que sejam feitos, conforme sua observação acima – que vai gerar a retirada dos bens móveis da inscrição dos livros do tomo.

- Perímetro de Tombamento
- Imóveis Tombados Individualmente
 - 1 - Colégio Cataguases
 - 2 - Residência Francisco Inácio Peixoto
 - 3 - Residência Ottoni Alvim Gomes
 - 4 - Residência de Josélia Peixoto de Medeiros
 - 5 - Residência Nélia Peixoto
 - 6 - Hotel Cataguases
 - 7 - Cine Teatro Edgard
 - 8 - Edifício "A Nacional"
 - 9 - Conjunto de Residências Operárias
 - 10 - Monumento a José Inácio Peixoto
 - 11 - Ponte Metálica sobre o Rio Pomba
 - 12 - Fábrica de Fiação e Tecelagem de Cataguases
 - 13 - Estação Ferroviária de Cataguases
 - 14 - Museu de Eletricidade Cataguases-Leopoldina
 - 15 - Antigo Grupo Escolar Coronel Vieira
 - 16 - Educandário Dom Silvério
- 1 Primeira zona - "baixo terraço que se eleva junto ao Rio Pomba e seu tributário Meia-Pataca, sítio escolhido para o primitivo núcleo"
- 2 Segunda Zona - "primeira área de expansão urbana, determinada pelo traçado da ferrovia"
- 3 Terceira Zona - "novo bairro surgido após a canalização do Córrego Lava-pés"
- 4 Quarta Zona - "margem direita do Rio Pomba e envolve as novas instalações da Companhia Industrial Cataguases, a vila operária, o hospital, maternidade, cemitério"

FIGURA 39 - Zonas do Perímetro de tombamento conforme parecer de Antônio Andrade
 Elaboração Paulo Henrique Alonso, 2009
 Fonte: IPHAN, Processo de Tombamento de Cataguases, 1994.
 Prefeitura Municipal de Cataguases



0 50 100 300 m

1.2.2 As correspondências de apoio ao tombamento

No mês de novembro de 1994, um mês antes do Conselho Consultivo do IPHAN se reunir para avaliar o tombamento de Cataguases, alguns atores importantes da cidade enviaram correspondências aos Conselheiros apoiando a iniciativa de tombamento. Foram eles: o escritor cataguasense, Joaquim Branco; o diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cataguases, Professor Luiz de Melo Sobrinho; o prefeito de Cataguases, Tarcísio Henriques Filho; o presidente da Associação de Engenheiros e Arquitetos de Cataguases (ASSEA), Alberico Dutra de Siqueira Filho, cujo correspondência é oportuno transcrever:

Prezados Senhores:

Após entendimentos mantidos com a Sra. Vera Lúcia Barbosa Brito – Assistente do Processo de Preservação do Patrimônio de Cataguases, vimos pela presente, externar o apoio desta entidade a esta iniciativa, que julgamos tão necessária à nossa cidade.

Na oportunidade, sugerimos que todo e qualquer trabalho – relativo à preservação do patrimônio de nossa cidade, seja feito em sintonia e se possível, incorporado ao Anteprojeto de Lei de Zoneamento de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo Urbano de Cataguases, que se apresenta atualmente em fase final de elaboração, através do departamento de Engenharia da Prefeitura Municipal de Cataguases.

Também enviou correspondência aos conselheiros o Secretário Municipal de Cultura à época, Francisco Inácio Peixoto Filho, filho do mecenas Francisco Inácio Peixoto, cuja correspondência se reproduz abaixo e se discutirá mais à frente:

Prezados Senhores,

Confirmando nossos entendimentos quando da visita à nossa cidade, em outubro passado, de técnicos da Coordenadoria do IBPC em Minas Gerais, gostaríamos de reafirmar nossa preocupação em preservar o Patrimônio Cultural de Cataguases, através do tombamento de suas obras públicas e, sobretudo, de algumas privadas que, pelo seu valor histórico ou artístico, merecem ser, além de revitalizadas também divulgadas.

Tivemos, na ocasião, oportunidade de discutir com a equipe os bens que julgamos necessário tomar e estamos à disposição de V. Sas se necessitarem de minha colaboração.

Saudações Cordiais,

Francisco Inácio Peixoto Filho

Percebe-se que, de certa forma, houve alguma movimentação em Cataguases no sentido de sensibilizar e passar a ideia ao Conselho de que a cidade era favorável e desejava o tombamento.

Chama atenção a preocupação do presidente da Associação dos Engenheiros e Arquitetos no sentido de o tombamento estar em sintonia com a legislação urbana local e não com a legislação federal. Curiosamente as legislações urbanas municipais são instrumentos abordados tanto no parecer de Andrade, quanto de Campofiorito, o relator do processo no Conselho. E, essa será uma discussão que se arrastará ao longo dos anos, após o tombamento, em que setores da cidade ligados à construção civil e ao mercado imobiliário questionarão o papel do IPHAN no município.

Da mesma forma, destaca-se o teor da correspondência do Secretário de Cultura, onde diz que teve oportunidade de discutir com a equipe os bens que julgava necessário tomar.

Essas questões serão melhor discutidas no decorrer do capítulo seguinte.

1.2.3 A reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural

Em 7 de dezembro de 1994, aproximadamente seis meses depois de terem se iniciado oficialmente os trabalhos para efetuar o tombamento de Cataguases, o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural⁸⁰ se reúne, em sua 7ª reunião, no Palácio Gustavo Capanema, no Rio de Janeiro.

⁸⁰ Estavam presentes os seguintes conselheiros: Augusto Carlos da Silva Telles, Francisco Iglésias, Gilberto João Carlos Ferrez, Ítalo Campofiorito, Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão, Maurício Roberto, Marx Justo Guedes, representantes da sociedade civil, Carlos Alberto Cerqueira Lemos, representante do IAB e, ausentes, por motivo justificado: Ângelo Oswaldo de Araujo Santos, Germano Vasconcelos Coelho, Jaime Lerner, José Ephem Mindlin, Maria do Carmo de Melo Franco Nabuco, Modesto Souza Barros Carvalhosa, Roberto Cavalcanti de Albuquerque, representantes da sociedade civil, Arnaldo Campos dos Santos Coelho, representante do Museu Nacional, Fernanda Cecília Nobre Ribeiro da Luz Colagrossi, representante do Conselho Internacional de Monumentos e

O presidente do Conselho, Glauco Campello, destacou as presenças na reunião do prefeito de Cataguases, Tarcísio Henriques Filho, do Secretário de Cultura da cidade, Francisco Inácio Peixoto Filho “que desenvolveram um trabalho extraordinário pela preservação dos bens culturais daquela cidade” e, também, a presença de Bernardo Novaes da Mata Machado, secretário adjunto de Cultura do Município de Belo Horizonte. O secretário adjunto de Cultura de Belo Horizonte estava presente, tendo em vista, também, o tombamento da Orla Pampulha na pauta da reunião do Conselho.

Além da proposta de tombamento do centro histórico de Cataguases, incluindo bens culturais imóveis, móveis e integrados, com relatoria do conselheiro Ítalo Campofiorito, estavam em pauta a proposta de tombamento do Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico de Penedo, em Alagoas e a proposta de tombamento do Conjunto Urbanístico e Arquitetônico da Orla da Pampulha, em Belo Horizonte, com relatoria de Maurício Roberto, ambas aprovadas por unanimidade. No caso da Pampulha “ficando para futura reunião do Conselho o exame da delimitação precisa da área a ser protegida.”

No que se refere a Cataguases, a ata registra:

“O Conselheiro leu parte do seu parecer: [...] Pedindo licença para omitir a descrição da área urbana, rua por rua, preferiu distribuir entre os membros do Conselho um mapa com as indicações necessárias e quatro pranchas de reproduções coloridas das obras de arte modernistas existentes em um pequeno trecho da cidade. Esclareceu que no seu voto subdividiu a área em três zonas, especificando a importância e os limites de cada uma delas. Comunicou que os estudos, dos quais resultou a colaboração da comunidade local – intelectuais e instituições – e a aprovação do Prefeito da Cidade, presente à reunião. Atribuindo importância a esses prédios nem sempre é da melhor qualidade arquitetônica, mas que, em conjunto, formam uma *gestalt*, ou seja uma forma total que tem qualidades que as formas parciais não possuem, opinou que devem ser conservados para manter viva a lembrança da poesia, do cinema e de outras manifestações que ali se desenvolveram. Especificou os bens culturais móveis, imóveis e integrados, além da atual pavimentação

das ruas e avenidas, da escrita urbana onde se pode recordar aquilo que milagrosamente aconteceu naquela cidade. Falou sobre o Colégio de Cataguases, risco original de Oscar Niemeyer, depois modificado, e sobre o painel Portinari, atualmente exposto no Memorial da América Latina. Concluindo, retomou a leitura da parte final do seu parecer.⁸¹

1.2.4 A relatoria do conselheiro Ítalo Campofiorito⁸²

Ítalo Campofiorito foi o técnico pertencente ao Conselho do Patrimônio, responsável pela análise e relatoria do processo de tombamento de Cataguases.

Em sua relatoria, Campofiorito recomenda o tombamento de Cataguases. Ressalta a importância de Cataguases como “um lugar da modernidade que se deve proteger, comemorar e reviver” dando grande destaque para as manifestações da literatura, da arquitetura, do mobiliário, do paisagismo, das artes modernas e do cinema.

O valor geral é mais do que excepcional, é único. É arte moderna no mais amplo sentido da expressão, abrangendo poesia, prosa e edição gráfica de literatura; arquitetura, painéis, murais, revestimentos, mobiliário, quadros, esculturas e arquitetura de jardins, e mais o cinema do Ciclo de Cataguases. Vale dizer, manifestações da melhor arte moderna brasileira, acontecidas entre as décadas de 20 e 40, na maior densidade verificada no país em qualquer época.

Com isso, ratifica o parecer de Antônio Dias de Andrade

Proponho, então, de acordo com a manifestação do Departamento de Proteção a fls. 3 e 4 do vol. I e nos termos do relatório do arquiteto Antônio Luiz Dias de Andrade, que transcrevo *ipsis litteris*, a descrição do perímetro a ser tombado, bem como a lista dos bens imóveis, móveis e integrados [...]

Sua relatoria tem um caráter mais abrangente, conceitual. Diferentemente de Andrade, Campofiorito não se atém aos detalhes do como fazer. E quando se atém,

⁸¹ IPHAN. Processo de Tombamento de Cataguases, 1994, fls 179 a 207. Ata da 7ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

⁸² A íntegra da relatoria encontra-se no ANEXO E.

deixa de citar a necessidade de tutela pelo IPHAN dos bens a ser inventariados dentro do perímetro

Ao contexto urbanístico que identifica as relações históricas e artísticas entre os referidos indivíduos arquitetônicos - justamente considerados, nas palavras dos técnicos do IPHAN, "área de interesse cultural" - é que se chamaria de sítio ou "centro histórico" para um tombamento devidamente amenizado, a fim de que a fiscalização administrativa do IPHAN fique reduzida à proteção dos bens tombados e, além disso, as demolições, reformas ou novas construções sejam subordinadas "tão somente às posturas municipais".⁸³

Conforme já abordado, Andrade havia recomendado que, além dos bens tombados, deveriam ser subordinados também à tutela do IPHAN os bens de valor cultural a serem inventariados dentro do perímetro de tombamento e, além disso, tinha sugerido um plano urbanístico de preservação pelas quais as posturas municipais deveriam estar subordinadas. Campofiorito não se atém a esses detalhes.

No entanto, a nosso ver, o relator avança ao sugerir a noção de "ecomuseu" como instrumento para a preservação das manifestações ocorridas em Cataguases.

Creio que só a noção de um ecomuseu levaria, no âmbito do perímetro tombado, à continuidade e revitalização permanente dessa memória. Em sua concepção mais avançada, o ecomuseu será, justamente, a celebração cotidiana, intelectual e lúdica, comunitária e cidadã, do bairro cultural central, do *cor* modernista de Cataguases.

Campofiorito, em sintonia com o conceito ampliado de patrimônio, intrínseco no dossiê de tombamento, propõe uma nova forma de tratamento e gestão do perímetro a ser tombado: um "eco museu", cujos conceitos parecem atender aos pressupostos da preservação do patrimônio que se pretendia para Cataguases.

Segundo Passos (2003), foi a Declaração de Santiago do Chile, conclusão do encontro organizado pela UNESCO e pelo ICOM, em 1972, que lançou "as sementes

⁸³ Ressaltamos que curiosamente esse trecho é utilizado, com muita frequência, por grupos ligados à construção civil e ao setor imobiliário, em Cataguases, em seus manifestos contrários ao IPHAN, justificando que somente compete àquele Instituto a tutela dos bens tombados individualmente e que o tombamento de Cataguases é "devidamente amenizado". Abordaremos esse aspecto no próximo capítulo.

do Ecomuseu”. Este encontro foi o ponto de inflexão e tomada de consciência sobre a necessidade de renovação do papel dos museus e o ponto de partida da “nova museologia”. “Uma nova concepção da ação dos museus: o museu integral destinado a dar à comunidade uma visão de conjunto do seu meio natural e cultural.” Foi a Declaração de Quebec, em 1985,

que dá aos museus sentido completamente novo, onde o passado se coloca a serviço do futuro, a dominância cultural é substituída pela diferença cultural, a exploração da natureza é substituída pela conservação do ambiente, o universal pelo local, as ações individuais pelo engajamento das comunidades e, além de seu papel educativo, os museus assumem a tarefa de alavancar o desenvolvimento social, cultural e econômico.⁸⁴

A palavra Ecomuseu foi criada em 1971 por Hughes de Varine-Bohan com o objetivo de distinguir a prática museológica tradicional de um novo conceito de museu, em que os principais paradigmas são a participação da população e o envolvimento das comunidades.⁸⁵ O conceito e princípios essenciais de Ecomuseu se devem a Georges Henri Rivière:

Um ecomuseu é um instrumento que o poder político e a população concebem, fabricam e exploram conjuntamente. O poder, com os especialistas, as instalações e os recursos que fornece; a população de acordo com suas aspirações, seus conhecimentos e suas competências.⁸⁶

Numa cidade, suas construções e objetos têm valores capazes de exprimir e identificar a história de sua comunidade. Um objeto, por simples que seja, é portador de valores que não escapam ao olhar de Rivière : ‘o que vale para as construções, vale também para o objeto; um garfo de madeira, uma foice, deverão ser escolhidos entre milhares de outros por expressar o máximo de características médias para uma determinada região’⁸⁷

Observa-se aqui como há sintonia entre o texto de Introdução do Dossiê feito por Lídia Estanislau, bem como a proposta do Projeto “Memória e Patrimônio Cultural” com o conceito de Rivière. No Ecomuseu a tradicional trilogia do museu (prédio +

⁸⁴ PASSOS, 2003.

⁸⁵ ECOMUSEU MUNICIPAL DO SEIXAL.

⁸⁶ MUSEUM, 1985. (tradução do espanhol, pelo autor)

⁸⁷ PASSOS, 2003.

coleção + público) é substituída por (território + patrimônio + população/comunidade).⁸⁸

Dando sequência à relatoria, em correspondência de 13 de julho de 1995, encaminhada a Glauco Campello, presidente do IPHAN, Campofiorito complementa suas ideias a respeito do seu parecer anterior. Apresenta duas questões: uma referindo-se à necessidade de tutela do IPHAN sobre a vizinhança dos bens tombados individualmente e a necessidade de se preservar a escala urbana configurada na década de 1940 – aqui preocupando-se com o detalhe - e, outra, esclarece a noção de ecomuseu sugerida no parecer anterior.

Entendo que além das ruas e avenidas, mencionadas expressamente, não há dúvida que, conforme a legislação vigente, estarão sob tutela as vizinhanças dos bens tombados individualmente, sobretudo quanto a integridade física e visibilidade dos referidos bens. Gostaria de, por assim dizer, aperfeiçoar minha proposta, fixando a altura máxima de três pavimentos em quaisquer construções incluídas no perímetro de proteção, para não desfigurar a escala urbana existente ao final dos anos 40, além do que já tenha acontecido antes deste tombamento. Fora a proteção da vizinhança e da escala urbana, poderão, assim, as edificações subordinar-se “tão somente às posturas municipais”, como dizem o Relatório do meu parecer.

Uma segunda questão, ainda que menos objetiva, pode no entanto ser trazida a baila: a minha sugestão de recorrer-se à noção de *ecomuseu*, para vivência cotidiana do “*cor modernista de Cataguases*”, não pode ser confundida com a interpretação museográfica – por mais contemporânea que seja – que se dá aos acervos e coleções abrigados nos prédios dos museus. Quero apenas recomendar que se busque a noção seminal com que Georges Henri Rivièri fez evoluir a ideia de “museu ao ar livre” quando, nos anos 30, apoiado pelo governo francês do “*Front Populaire*”, desenvolvia a estrutura do futuro *Musée des Arts et Traditions Populaires*, em Paris.⁸⁹

⁸⁸ MARINHA DE TRONCALHA, 2008.

⁸⁹ IPHAN. Processo de Tombamento de Cataguases, 1994, fls. 244/245.

1.2.5 As impugnações

Dos dezesseis bens tombados individualmente, o IPHAN recebeu impugnação de tombamento de cinco deles, todos pertencentes à família Peixoto⁹⁰: Monumento a José Inácio Peixoto (FIG. 10); conjunto de prédio de Residências Operárias (FIG. 9); Fábrica de Fiação e Tecelagem (FIG. 12); residência de Josélia Peixoto Medeiros (FIG. 4); residência de Nélia Peixoto (FIG. 3). A notificação de tombamento ocorreu através do Diário Oficial da União de 5 de dezembro de 1994. Segundo os proprietários que impetraram as impugnações “jamais foram regular ou oficialmente notificados” do tombamento.⁹¹ Tomaram conhecimento do fato através de correspondência despachada pela Prefeitura Municipal de Cataguases de 8 de dezembro de 1994 e através do jornal oficial do município de 11 de dezembro de 1994.⁹²

Os recursos de impugnação, todos feitos pelo mesmo advogado, foram protocolados no IPHAN em 23 de dezembro de 1994, 18 dias após a publicação da notificação de tombamento no Diário Oficial da União.

Em 11 de setembro de 1995, aproximadamente oito meses após solicitarem a impugnação, os proprietários impugnantes remetem correspondência conjunta ao Presidente do IPHAN solicitando esclarecimentos a respeito das impugnações, tendo em vista que, até aquele momento, não obtiveram resposta do Instituto apesar de solicitações anteriores.⁹³

[...] 3. Entretanto, e para outra surpresa das petionárias, nenhuma decisão relativa às suas impugnações lhes foi, até essa data, oficialmente comunicada, e nem lhes foi respondida a correspondência remetida ao IPHAN por “*fac símile*”, a 13 de junho

⁹⁰ ANEXO F. De propriedade da família Peixoto somente os proprietários da residência de Francisco Inácio Peixoto não impugnaram o tombamento. Aqui cabe ressaltar que naquela época, Francisco Inácio Peixoto Filho, um dos herdeiros dessa residência, era secretário de cultura do município e foi favorável ao tombamento, conforme comprovam sua presença na reunião do conselho do IPHAN e correspondência remetida àquele Instituto exposta anteriormente.

⁹¹ IPHAN. Processo de Tombamento de Cataguases, 1994, fl. 246. ANEXO G.

⁹² ANEXO H.

⁹³ Correspondência assinada em conjunto por Cia Industrial, Indústria Irmãos Peixoto, Josélia Peixoto Pacheco de Medeiros e Nélia Peixoto Ferreira Leite.

de 1995, na qual já se reclamava esclarecimentos sobre a situação atual da questão;

Acreditam as Interessadas que são merecedoras, porque proprietárias dos imóveis em fase de tombamento, de informações, as mais detalhadas possíveis, a respeito da efetiva e atual fase do processo em comento;

Somente em 29 de abril de 1996, decorridos 16 meses da correspondência inicial, o IPHAN responde oficialmente às impugnações entre outras informações:

Nos termos do item 1º do art. 19 do Decreto-lei nº 25, de 30 novembro de 1937, todos os proprietários, pessoas físicas, cujos imóveis estão situados na área do referido “Conjunto” e, ainda, os proprietários de bens individualmente considerados foram notificados do tombamento através do **edital de notificação** publicado, na íntegra, no Diário Oficial da União, Seção 3, de 5 de dezembro de 1994, pág. 24420.

O prazo de 15 (quinze) dias para a impugnação do ato teve início a contar da data da publicação do edital de notificação na imprensa oficial, razão pela qual a peça impugnatória apresentada por V. S^{as}, em 23 de dezembro de 1994, foi considerada **intempestiva**⁹⁴.

Ainda, em 12 de novembro de 1996, os proprietários impugnantes protocolam na Justiça Federal, em Juiz de Fora, Mandado de Segurança contra Ato do Presidente do IPHAN, no qual tentam recorrer do caso. Não obtiveram sucesso. Conforme informação verbal de um dos responsáveis pelo mandado, os impugnantes resolvem abandonar o caso tendo em vista os altos custos advocatícios envolvidos e pouca possibilidade de sucesso do processo.

1.2.6 A exclusão dos bens móveis do tombamento

A respeito dos bens móveis tombados em sua residência, à Avenida Astolfo Dutra, nº 146, a senhora Josélia Peixoto Pacheco de Medeiros encaminha correspondência ao presidente do IPHAN, em 17 de maio de 1995, solicitando que “seja esclarecido, qual o real objeto de tombamento pretendido pelo IPHAN e de que se compõe esse acervo móvel e integrado”

⁹⁴ IPHAN. Processo de Tombamento de Cataguases, 1994, fls 254 a 257. ANEXO I.

Em 18 de janeiro de 1996, a procuradoria jurídica do IPHAN, emite o seguinte memorando à procuradora Chefe do Instituto na tentativa de resposta à correspondência da Senhora Josélia Medeiros:

I – Não constam dos autos o inventário de conhecimento capaz de diferenciar quantitativa e qualitativamente o universo de bens móveis e integrados dispostos no interior do imóvel da Avenida Astolfo Dutra nº 146, em Cataguases.

II – Embora algumas peças processuais façam menção ao acervo móvel e integrado da referida residência, o mesmo não pode ser considerado como tombado, em razão da falta de elementos para a sustentação desse ato.

III – Vale destacar que as fls 56 do Relatório do Arquiteto Antônio Dias de Andrade, em suas observações, o mesmo afirma que “o inventário de bens móveis e integrados da Secretaria Municipal da Cultura/Prefeitura Municipal de Cataguases, cujas cópias passam a fazer parte do presente processo de tombamento, deverá ser completado com relação dos seguintes imóveis tombados: Residência Francisco Inácio Peixoto, Residência A. O Gomes, Residência Josélia Peixoto Medeiros, Hotel Cataguases, uma vez que o tombamento deverá se estender ao mobiliário e acervo artístico.

IV- Esta PROJUR não se recorda de ter tido acesso ao citado inventário, pelo que recomenda, caso a Instituição não disponha do mesmo, venha solicitar ao Executivo local cópia do material, a fim de integrar os autos do processo.

V- E, ainda, com relação ao inventário dos demais acervos, o IPHAN deverá adotar os procedimentos necessários a catalogação dos bens para ao final, vir protegê-los mediante tombamento, na forma e para os fins do Decreto-lei 25/37 e da Portaria SPHAN 11/86.⁹⁵

A notificação de 1994, no Diário Oficial da União considerava que, além dos 16 bens imóveis, estariam tombados também os bens móveis e integrados a eles pertencentes, apesar de não estarem mencionados “*com muita precisão o acervo móvel que adorna alguns imóveis do conjunto em questão*”⁹⁶.

Alguns inventários de bens imóveis, móveis e integrados dos bens culturais dos quais se referem o tombamento, foram realizados no decorrer do projeto “Memória e

⁹⁵ IPHAN. Processo de Tombamento de Cataguases, 1994, fl. 248.

⁹⁶ IPHAN. Processo de Tombamento de Cataguases, 1994, fl. 238-239. Parecer PROJUR/IPHAN/RJ Nº 39/01 , 17/01/01.

Patrimônio Cultural”, tendo em vista os depoimentos de técnicos do IPHAN que trabalharam antes ou durante o processo de tombamento ou pela própria relatoria de Andrade, em sua observação final, onde recomenda que os inventários em poder da Prefeitura deveriam ser incorporados ao processo e completados com de outros bens tombados.

Neste sentido, o Presidente do IPHAN dirige correspondência ao Prefeito de Cataguases, em 30 de janeiro de 1996:

Com a finalidade de complementar o processo de tombamento do “conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico da cidade de Cataguases”, muito agradeceria a especial intervenção de Vossa Excelência a fim de que seja enviada a este Instituto uma cópia do inventário elaborado pela Secretaria Municipal de Cultura dessa Prefeitura, no qual estão arrolados os bens móveis e integrados existente no interior dos imóveis que compõem o conjunto acima citado.⁹⁷

Não há, portanto, no Processo de Tombamento, resposta a essa correspondência como também não foi localizada em outros arquivos do IPHAN.

Ainda, com o objetivo de completar o inventário do qual Andrade se referia, há uma correspondência, datada de 9 de abril de 1996, de Claudia Lage, Coordenadora Regional da 13ª CR/IPHAN, para Ana Maria Barroso, secretária do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que diz:

Em atenção ao MEMO GAB nº 107/96 de 25/03/96, do diretor do DEPROT, Arq. Sabino Barroso, referente ao tombamento de Cataguases/MG, informo que procederemos ao inventário dos bens móveis de Cataguases como prioridade de ação desta CR. No entanto, estamos aguardando recursos de diárias para o deslocamento de técnicos àquela cidade para a execução desse trabalho.⁹⁸

No entanto, Claudia Lage, em entrevista concedida em 2009, a este autor, não deixa claro se realmente esses inventários foram realizados:

⁹⁷ IPHAN. Processo de Tombamento de Cataguases, 1994, fl. 250.

⁹⁸ IPHAN. Processo de Tombamento de Cataguases, 1994, fl. 252.

Até porque o inventário foi feito... Eu tenho certeza absoluta que esse inventário foi feito. Não sei se eu estou confundido com que já tinha sido feito antes. Agora eu teria, quero dizer... Eu não sei o teor disso, mas eu não teria jamais feito a inscrição sem o mobiliário e os bens móveis. Eu teria feito o inventário, antes que se retirasse. Eu acho que exatamente uma das premissas do tombamento de Cataguases é a síntese que ele tem, se a gente retira esses dois itens perde muito. Eu não me lembro. A única lembrança que eu tenho é que havia um inventário. Não sei se do inventário anterior ou desse. Tem que conversar isso com o Toninho, com o Antônio Fernando para gente fechar isso.⁹⁹

E Flavio Grillo sobre o inventário urbano que desenvolveu no Projeto “Memória e Patrimônio Cultural afirma:

[...] A gente gerou fichas... elas estão no IPHAN. A gente não chegou a entrar dentro das casas. Algumas mais bacanas e que sobressaiam a gente entrava, dava uma olhada e fazia um inventário das plantas e as demais foram só fachadas mesmo. Tem isso tudo mapeado. Tem os mapas. A gente pegou o eclético, depois pegamos o moderno – a gente fez os dois períodos - o ecletismo da formação da cidade mesmo e depois do período modernista. Deu umas 200 fichas mais ou menos. Isso foi feito em conjunto com o pessoal de Cataguases. Foi montado duas ou três equipes que foram fazendo. A gente fez o treinamento deles lá. Eram estudantes da FAFIC. Foi feito inclusive o inventariamento da parte de obras de arte também. Quando você conversar com Antônio Fernando ele vai te falar sobre isso.¹⁰⁰

E de acordo com Antônio Fernando,

Foi feito inventário pela comunidade. A Lurdinha [Maria de Lourdes Paixão, secretária municipal de cultura à época] vai te falar isso. Pela comunidade... Então a gente estabeleceu as fichas, que foram até umas fichas mais simplificadas... Agora nesse momento eu não posso te falar o que não foi inventariado. Acho que foi Dona Josélia... Teve um colecionador que não permitiu fazer o inventário... dos bens móveis e bens integrados, principalmente, os bens integrados externos [...] não foram todos que permitiram ... Que eu lembro acho que foi a Nanzita. Isso deve existir [o inventário], na prefeitura, em algum lugar... A Lurdinha deve te informar isso. O IPHAN não ficou com cópia pelo seguinte: na época isso não era informatizado... Foi datilografado... Então a gente não ficou com cópia... Agora neste momento eu não posso te falar o que foi feito. Mas que foi, foi.

⁹⁹ LAGE, 2009. APÊNDICE D.

¹⁰⁰ GRILLO, 2009. APÊNDICE C.

[...]

Eu confundo D. Josélia com Nanzita... dona Josélia é que tinha a Ceia... Então foi ela que não permitiu [inventariar].¹⁰¹

No entanto, é importante registrar que mesmo os inventários dos acervos artísticos tendo sido feitos ou não, houve, já em 1988, uma consulta formal do IPHAN à Receita Federal sobre a implicação que se teria, do ponto de vista de pagamento de tributos e imposto de renda, no caso de inventariar o acervo artístico de particulares que

[...] foi sendo adquirido no decorrer do tempo, quando não tinham a valorização que têm hoje e deixaram de ser lançados na Declaração de Rendimentos, muitas vezes por falta de documentação hábil para instruir o procedimento.¹⁰²

A assessoria jurídica do IPHAN relata que a Receita Federal estava destinando “atenção especial para problemas de obras de arte, porque sua venda por particulares não é tributada e a grande valorização desses bens conduz a um conseqüente enriquecimento ilícito.”

E que

A nível da 7ª DR e Superintendência, da Receita Federal de Minas Gerais não há como oferecer qualquer garantia aos cidadãos no desenvolvimento do trabalho de cadastramento pela Pró-memória. Mesmo não havendo divulgação, a SPHAN/Pró-Memória, se solicitada, não pode negar informações ao Ministério da Fazenda.¹⁰³

Portanto, essa foi uma preocupação a mais que os técnicos do IPHAN tiveram que lidar à época do inventariamento dos bens.

Somente decorrido quase um ano, em 29 de abril de 1996, a senhora Medeiros, obteve do IPHAN resposta à sua correspondência que questionava quais bens móveis teriam sido objeto de tombamento¹⁰⁴:

Comunico a V. S^a., que por força da decisão proferida pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, embora tenha constado do edital de notificação, foram excluídos do tombamento o mobiliário e o

¹⁰¹ SANTOS, 2009. APÊNDICE A.

¹⁰² ANEXO J.

¹⁰³ ANEXO J.

¹⁰⁴ IPHAN. Processo de Tombamento de Cataguases, 1994, fl. 255. O IPHAN responde à D. Josélia de Medeiros na mesma correspondência que oficialmente respondeu às impugnações.

acervo artístico, estando tombado o bem imóvel situado na avenida Astolfo Dutra nº 146 (Arq. Aldary Toledo e Paisagismo de Francisco Bologna), de propriedade de V. S^a. E, portado, submetido ao regime de proteção especial nos termos do decreto-lei nº 25, de 30 /11/1937.

Por razões que não se conseguiu esclarecer, os inventários solicitados à Prefeitura não foram remetidos ao IPHAN e os que o IPHAN faria, aparentemente não foram feitos.¹⁰⁵ Como se pode constatar, a ausência desses inventários no processo teve como conseqüência a exclusão dos bens móveis do tombamento.

Em 17 de abril de 2001, parecer do departamento jurídico do IPHAN para fins de homologação do tombamento do conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico da Cidade de Cataguases afirma:

[...]

Passados cinco anos, nem o Município nem a 13^a SR/IPHAN atenderam ao solicitado, já que até o momento não constam dos autos as referências necessárias e indispensáveis à identificação do acervo móvel.

E, considerando que a proteção incidente sobre os bens móveis demanda a realização de inventário contendo dados cadastrais que permitam a plena identificação dessas peças, melhor será no momento, não contabilizar tal categoria na pretendida homologação do tombamento.

[...]

A proposta de portaria ministerial, portanto, poderá se basear no teor constante do ofício GAB/IPHAN nº 231/94, de 02.12.94, dirigido ao Município de Cataguases, com exclusão expressa aos bens móveis, nos termos da minuta que se apresenta, em anexo.¹⁰⁶

Dessa forma, foram inscritos nos Livros do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Histórico; e das Belas Artes,

O Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico da Cidade de Cataguases, no Estado de Minas Gerais, de acordo com o perímetro delimitado nos autos, observada a condição de especial destaque

¹⁰⁵ Esses inventários, apesar de terem sido exaustivamente procurados para essa pesquisa, não foram localizados. Buscaram-se nos arquivos do IPHAN em Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo bem como, em Cataguases, na Prefeitura e na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras – FAFIC.

¹⁰⁶ IPHAN. Processo de Tombamento de Cataguases, 1994, fl. 261 a 263. ANEXO K.

conferida aos bens imóveis e integrados relacionados, assim como a da exclusão do acervo móvel.¹⁰⁷ (grifo nosso)

¹⁰⁷ IPHAN. Processo de Tombamento de Cataguases, 1994, fl. 267.

2 AS LACUNAS DO TOMBAMENTO DE CATAGUASES: AS DIFERENÇAS ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA.

Ao se analisarem os documentos do processo de tombamento de Cataguases, sob a perspectiva conceitual, percebe-se que houve uma intenção clara em se abranger com o tombamento as várias manifestações culturais da cidade. Intenção que pode ser vista no conteúdo textual e de imagens do dossiê, nos pareceres de Andrade e Campofiorito e demais documentos, bem como nas várias referências explícitas ao conceito de patrimônio ampliado. O processo foi construído referenciado-se sempre nas manifestações tanto culturais quanto sociais e econômicas da cidade - a morfologia inicial do arraial, a economia cafeeira, a importância da ferrovia para o desenvolvimento econômico, social e urbano, a chegada de imigrantes, as edificações neocoloniais; ecléticas, *art dèco*, o processo de industrialização, a classe operária e suas vilas. Manifestações que, de alguma forma, não se diferenciam muito das de outras cidades da região ou até mesmo do Estado de Minas Gerais, que sofreram o mesmo processo de desenvolvimento. Mas, além destas, aconteceram as que dão notoriedade e chamam a atenção nacional para Cataguases: a literatura com os *Verdes*, o ciclo do cinema com Humberto Mauro, Pedro Comello e Eva Nil e a arquitetura, artes, mobiliário e paisagismo modernistas produzidos pelos arquitetos e artistas que atuavam no Rio de Janeiro, muitos da primeira geração de modernistas brasileiros e, posteriormente, com a grande produção de um arquiteto morador da cidade - Luzimar Telles. Assim, percebe-se que houve, no tombamento, uma intenção em reconhecer não somente as edificações modernas representativas, mas também as manifestações da literatura e do cinema e, além disso, levar em consideração o processo histórico que de alguma forma deu o suporte para que as manifestações notórias surgissem. Ambicioso em sua formulação, o tombamento não vai conseguir, no entanto, lidar convenientemente, com todas essas dimensões como veremos a seguir.

Foi delimitado um perímetro de tombamento, que além das obras modernas, representativas ou não, abrange um conjunto heterogêneo que diz do processo de formação e desenvolvimento da cidade. É o perímetro delimitado pelas quatro zonas

distintas conforme o parecer de Andrade: a da implantação do núcleo primitivo; da primeira área de expansão urbana provocada pela instalação da ferrovia; a do novo bairro surgido pela canalização do córrego Lava-pés e a da margem direita do Rio Pomba onde estão a indústria têxtil, o hospital maternidade, a vila operária e o cemitério (FIG. 39) Dentro deste perímetro foram escolhidos exemplares representativos, que foram tombados individualmente, sendo onze representantes do movimento moderno e outros cinco representantes de outros momentos da história da cidade. Sendo que, inicialmente, como foi visto, intencionou-se tomba dos bens individuais o acervo artístico e mobiliário, não se obtendo sucesso, por questões de ordem operacional. Ainda foi sugerido e esboçado um sistema de gestão para a preservação do conjunto pelo parecerista Antônio Andrade, que já reconhecia as dificuldades de preservação da cidade. E, avançando mais ainda na proposta de gestão, Campofiorito sugere a criação de um “ecomuseu”.

No entanto, apesar de se perceber que houve uma tentativa de incorporar os conceitos ampliados do patrimônio no plano teórico e conceitual, verifica-se que houve lacunas no plano da prática e operacionalização, ou seja, na delimitação do perímetro de tombamento, na escolha dos bens ditos representativos, na prática da gestão de proteção, na ausência dos inventários que resultou na exclusão dos bens móveis.

Chamam atenção: o fato de a Matriz de Santa Rita de Cássia e nenhuma obra do arquiteto Luzimar Goés Telles não terem sido incluídas como representativas e tombadas individualmente; o traçado do perímetro de tombamento que inclui o cemitério e não inclui as vilas operárias do Bairro Jardim e parte do entorno da estação Ferroviária que abriga galpões, armazéns e uma considerável quantidade de edificações ecléticas ligadas à expansão urbana daquela região.

Não foi o caso de essas obras e áreas não terem sido incluídas por terem passado despercebidos pelos técnicos envolvidos no tombamento. Pelo contrário, elas foram abordadas no dossiê, algumas inclusive com destaque.

Se havia preocupação com o processo histórico de formação social, como está claro no dossiê, por que esses bens ou áreas não foram incluídos no tombamento? Qual o critério utilizado que incluiu alguns bens e outros não?

2.1 Matriz de Santa Rita de Cássia

A Matriz de Santa Rita de Cássia (FIG. 28) é projeto de Edgar Guimarães do Valle de 1944, concluída somente em 1968. Possui mural externo em azulejos de Djanira e pinturas internas de Nanzita Salgado de 1996. Moderna, foi construída em substituição à antiga Matriz Neogótica (FIG. 23) o que, como citado no dossiê de tombamento, foi um dos atos que demonstraram a construção de uma mentalidade moderna na cidade. Na época, provavelmente, apresentou grande desafio construtivo, tendo em vista a quantidade de formas curvas e grandes vãos livres em concreto armado.

Em 2006, na elaboração do Plano Diretor Participativo, foi realizada uma pesquisa com a população cataguasense, utilizando o método de pesquisa por amostragem – *Survey* - para identificar quais seriam os edifícios mais representativos da arquitetura de Cataguases e o resultado foi o seguinte:

Em relação à arquitetura temos a quase unanimidade na avaliação popular em relação à Igreja de Santa Rita, com 93,3% de respostas válidas para os quesitos “importante” e “muito importante”; seguida pelo Colégio Cataguases, com 90,9% e a Chácara Catarina, com 84,4%. Aqui, a grande distinção encontra-se no conhecimento amplo destes monumentos pela comunidade o que os tornam amplamente populares.¹⁰⁸

¹⁰⁸ ESCOLA DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 2006.

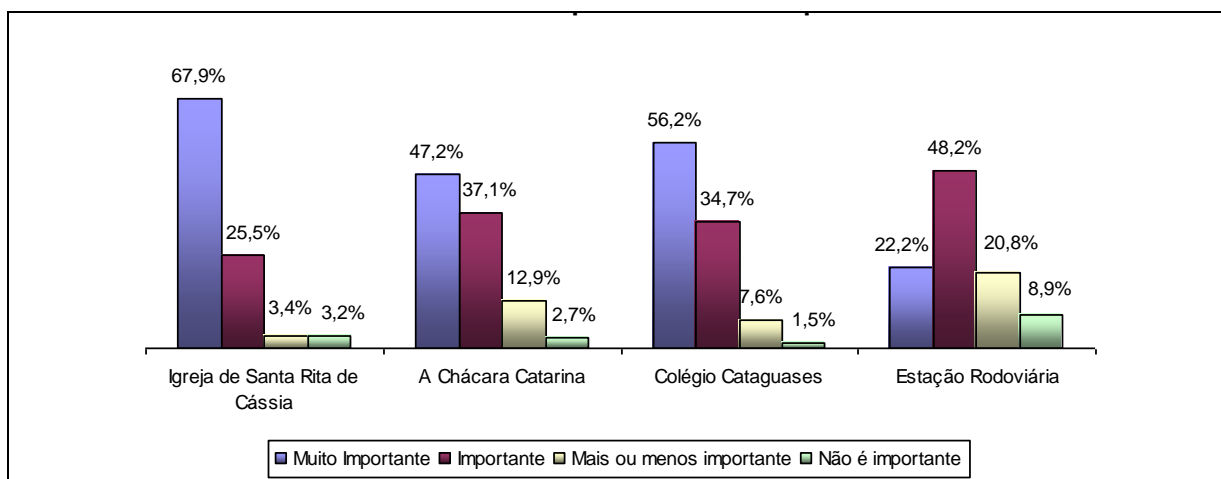


GRÁFICO 1 – Arquitetura no Município

Fonte: ESCOLA DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 2006.

Estes dados deixam claro que a Igreja é uma obra referencial para a população da cidade.

Francisco Inácio Peixoto, o mecenas que junto com Marques Rebelo idealizou a Cataguases moderna e que financiou junto com sua família boa parte das edificações modernas da cidade, inclusive parte da Igreja, fez a seguinte declaração em 1979, deixando claro que não gostava da arquitetura da Matriz:

Começou a decadência de Cataguases com a construção da Igreja, que serviu de equívoco para muita gente, confundindo Igreja moderna com modernoso. Culminou com a Dejanira (sic) que não teve nem a honestidade de vir aqui para ver onde é que iam botar o painel dela. E sapecou aquilo na frente da Igreja, já de si horrenda. Bom, felizmente já está destruída a terça parte. E eu falo sempre: o meu desejo é que viesse um terremoto, com um epicentro lá na Igreja e liquidasse aquilo.¹⁰⁹

Coincidentemente, mais tarde, em 1994, o filho de Francisco Inácio Peixoto, Francisco Inácio Peixoto Filho foi Secretário de Cultura da Cidade e participou ativamente do processo de tombamento e, como visto em sua correspondência de apoio ao tombamento, teve oportunidade de discutir com a equipe os bens que se julgava necessário tombarem.

¹⁰⁹ TOTEM. Entrevista com Francisco Inácio Peixoto, 3 de março de 1979, publicada no suplemento do Jornal Cataguases de 5 de abril de 1979 In *Jornal Cataguases*, 12 jan 1986.

Presumimos que essa coincidência – o filho do mecenas ter auxiliado na escolha dos bens a serem tombados - teria alguma relação com o fato de a Igreja não ter sido tombada. Francisco Peixoto Filho, por influência de seu pai, poderia ter considerado que a Igreja não seria um bem de valor representativo, influenciando, dessa forma, no fato de a Matriz não ter sido incluída na listagem de bens tombados individualmente.¹¹⁰

No entanto, Claudia Lage, coordenadora da 13ª regional do IPHAN à época, acredita que esse fato é uma questão somente de coincidência e que a equipe técnica pode ter avaliado que como a Igreja estava dentro do perímetro de tombamento ela estaria contemplada como protegida.¹¹¹ Mas, há de se considerar que, se se segue este raciocínio, não se escolheria nenhum bem representativo para tombamento individual dentro da poligonal tombada, uma vez que todos estariam protegidos pela delimitação do perímetro.

2.2 Arquitetura de Luzimar Góes Telles

Luzimar Natalino Cerqueira de Góes Telles nasceu em 1920 no Ceará e chegou em Cataguases em 1948, no auge da construção das obras modernas na cidade. Era funcionário do Banco do Brasil e formou-se arquiteto na Faculdade Nacional do Rio de Janeiro. Não era da primeira geração de arquitetos modernos que atuaram em Cataguases, mas sua produção arquitetônica na cidade foi maior que a de todos os arquitetos anteriores.¹¹² No entanto, mesmo sendo citado e com destaque em alguns trechos do dossiê de tombamento, tanto no texto como nas imagens, nenhuma de suas obras foi escolhida para tombamento individual¹¹³. Não foi escolhida nem

¹¹⁰ Essa dedução é reforçada informalmente através depoimento verbal, sem gravação, de Marcelo Inácio Peixoto, gestor do Instituto Francisca de Souza Peixoto, sobrinho-neto de Francisco Peixoto.

¹¹¹ LAGE, 2009. APÊNDICE D.

¹¹² Em documento localizado nos arquivos do IPHAN, em Belo Horizonte, que traz uma pequena biografia de Luzimar Telles, há uma relação de sessenta projetos seus realizados em Cataguases, 35 destes somente de residências. Contrariamente ao que está dito no dossiê de tombamento, não foi Francisco Bolonha o arquiteto que mais projetou em Cataguases, mas Luzimar Telles.

¹¹³ Algumas de suas obras estão aqui ilustradas nas FIG. 29, 32, 33, 40 a 45.

mesmo a Residência Anamirtes Lacerda onde se encontra a pintura mural abstrata de Domenico Lazzarini, pela qual o dossiê deu ênfase (FIG. 29).

Poderia ter sido o caso de os técnicos terem considerado como mais representativos somente as obras dos arquitetos e artistas da primeira geração de modernistas que projetaram em Cataguases: de fato eram os que tinham projeção nacional. No entanto, verifica-se que houve uma preocupação, pelo menos, de Antônio Andrade, em não se incorrer neste erro. Apesar de, em seu texto, estar justificando a escolha de um perímetro, Andrade chama atenção para o risco que seria a escolha das obras mais representativas:

Restrito o tombamento às obras de arquitetura mais representativas, não há como evitar a redução do sentido e o significado do movimento moderno alcançados na cidade. Há o risco, inclusive, destas obras virem a ser compreendidas como referências significativas no quadro da produção de arquitetos ilustres, autores de seus respectivos projetos, e que têm assegurado lugar de destaque na historiografia da arquitetura moderna no Brasil, dissociando-as, portanto, das peculiares condições em que foram produzidas em Cataguases, e de seus antecedentes.

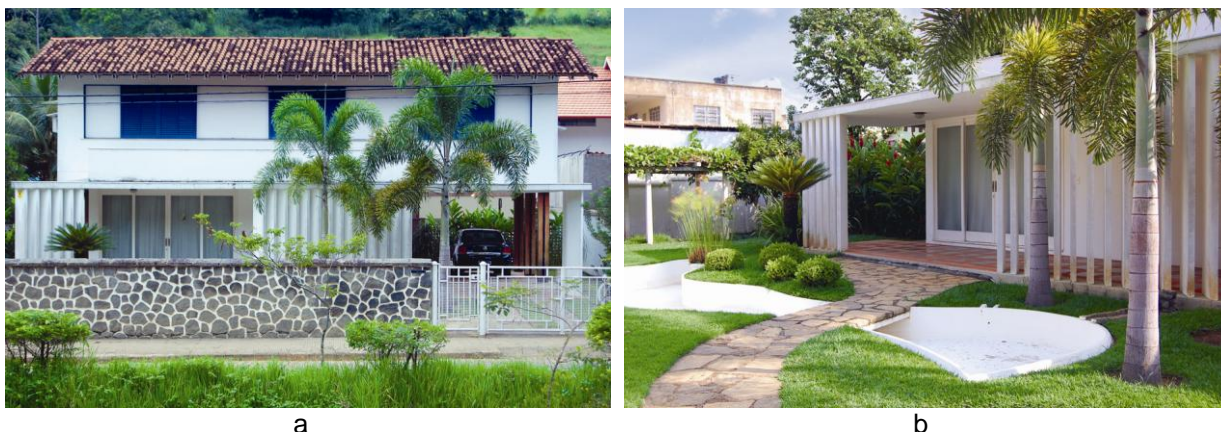


FIGURA 40 – Residência Altamiro Peixoto. Projeto de 1952 de Luzimar Goés Telles.

a) Fachada frontal; b) jardim frontal

Fonte: acervo do autor, 2009.



FIGURA 41 – Residência José Maria Porto Rocha. Projeto de Luzimar Góes Telles.
Fonte: acervo do autor, 2009.



FIGURA 42 – Residência José Queiroz Filho. Projeto de 1953 de Luzimar Goés Telles.
Fonte: acervo do autor, 2009.



a



b

FIGURA 43 – Sindicato dos trabalhadores em energia elétrica. Projeto de 1958 de Luzimar Góes Telles. Fonte: acervo do autor, 2009.



FIGURA 44 – Residência Jayme Afonso de Souza. Projeto de 1964 de Luzimar Góes Telles.
Fonte: acervo do autor, 2009



FIGURA 45 – Conjunto Habitacional. Projeto de 1960 de Luzimar Goés Telles. Esta é uma das obras da cidade encomendada pela família Peixoto para abrigar funcionários de suas indústrias.
Fonte: acervo do autor, 2009.

2.3 Traçado do Perímetro de Tombamento

Analisaremos a seguir as questões referentes ao traçado do perímetro de tombamento: o fato do Bairro Jardim e parte do entorno da estação ferroviária não terem sido incluídos no tombamento e, ao contrário, o cemitério ter sido incluído.

2.3.1 Bairro Jardim

Destacam-se nos documentos do tombamento várias referências à formação econômica e social de Cataguases incluindo a formação de vilas operárias – sete ao todo - resultado do processo de industrialização da cidade. Há destaque, inclusive, para a vila do Bairro Jardim (FIG 27). Mas mesmo passando muito próximo a esta vila, a poligonal de tombamento inclui somente os edifícios projetados por Francisco Bolonha, não incluindo as outras cem moradias dispostas na encosta projetadas e construídas antes da obra de Bolonha (FIG. 46).




O Bairro Jardim chama a atenção pela sua implantação: ruas quase que paralelas às curvas de nível; moradias implantadas no meio do terreno com afastamentos nas quatro faces; cortes cuidadosos nos terrenos de forma a evitar deslizamentos de terra; jardins frontais nas residências sem fechamentos por muros ou gradis (com exceção para a primeira fileira de residências do lado direito da segunda rua, onde as moradias não possuem afastamento frontal). Além disso, destaca-se a arborização por oitis em todas as ruas. Esta morfologia confere a essa vila operária condições bastante favoráveis de conforto ambiental, principalmente, no que diz respeito à ventilação e sombreamento, numa cidade onde os níveis de temperatura e umidade são razoavelmente desconfortáveis conforme verificado na elaboração do Plano Diretor de 2006.¹¹⁴ Este tipo de implantação, seria, a nosso ver, inclusive um

¹¹⁴ ESCOLA DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 2006.

exemplo a ser seguido nas demais ocupações de encostas no restante da cidade e um peso a mais para a inclusão da Vila no perímetro de tombamento.

É curioso o fato de que o perímetro de tombamento incluiu a vila operária Manoel Peixoto Ramos, que pertenceu à primeira indústria da cidade - a Fábrica de Fiação e Tecelagem que se instalou em 1905. Nesta vila, as moradias, diferentemente das do Bairro Jardim, obedecem a um tipo de implantação similar das cidades mineiras do ciclo do ouro: sem afastamentos frontais e laterais e com telhados em duas águas com cumeeira paralela à rua. Algumas edificações já foram reformadas com substituição da técnica construtiva inicial, mas ainda há muitas em pau a pique (FIG. 47).

Percebe-se nesta Vila operária alguma proximidade com os conceitos de Cidade Jardim de Ebenezer Howard. O próprio nome, Bairro Jardim, remete a Howard. Entretanto, não se descobriu se houve influência deliberada dos conceitos de Howard neste projeto.

-  Perímetro de Tombamento
-  Imóveis Tombados Individualmente
 - 1 - Colégio Cataguases
 - 2 - Residência Francisco Inácio Peixoto
 - 3 - Residência Ottoni Alvim Gomes
 - 4 - Residência de Josélia Peixoto de Medeiros
 - 5 - Residência Nélia Peixoto
 - 6 - Hotel Cataguases
 - 7 - Cine Teatro Edgard
 - 8 - Edifício "A Nacional"
 - 9 - Conjunto de Residências Operárias
 - 10 - Monumento a José Inácio Peixoto
 - 11 - Ponte Metálica sobre o Rio Pomba
 - 12 - Fábrica de Fiação e Tecelagem de Cataguases
 - 13 - Estação Ferroviária de Cataguases
 - 14 - Museu de Eletricidade Cataguases-Leopoldina
 - 15 - Antigo Grupo Escolar Coronel Vieira
 - 16 - Educandário Dom Silvério
-  Áreas de destaque pela sua inclusão ou não no perímetro de tombamento

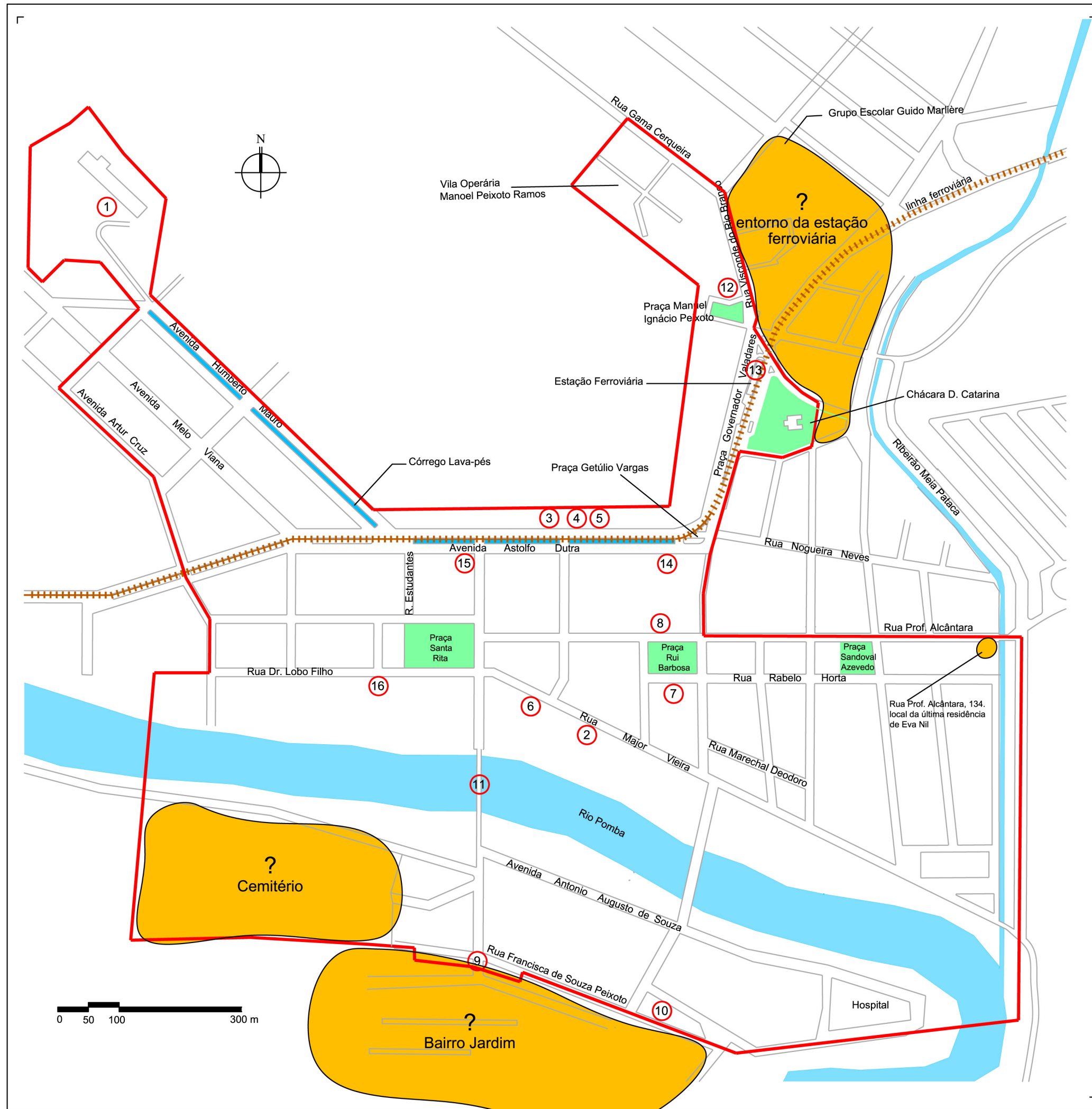


FIGURA 46 - Área Central de Cataguases. Áreas de destaque pela sua inclusão ou não no perímetro de tombamento.
 Elaboração: Paulo Henrique Alonso, 2009
 Fonte: IPHAN, Processo de Tombamento de Cataguases, 1994.
 Prefeitura Municipal de Cataguases



FIGURA 47 – Vila Operária Manoel Peixoto Ramos do início do século XX.
Fonte: acervo do autor, a) 2009 b)2007

2.3.2 Parte do entorno da Estação Ferroviária

A segunda área relevante não incluída no perímetro de tombamento é parte do entorno da Estação Ferroviária, que abrange as moradias dos funcionários da própria ferrovia – mais uma vila operária - e a quadra onde está o Grupo Escolar Guido Marlière que, além deste Grupo de 1928 (FIG. 18) abriga várias edificações que têm relação com a estação ferroviária. O curioso é que Antônio Andrade ao caracterizar esta área da cidade como uma das quatro em que se acreditava “ser os setores principais da cidade” a descreve da seguinte forma:

A segunda compreende a primeira área de expansão urbana, determinada pelo traçado da ferrovia, região onde se acham a estação ferroviária, depósitos e armazéns, as instalações pioneiras das Indústrias Irmãos Peixoto, vilas operárias, o Hotel Villas, etc.¹¹⁵

Porém, muitas edificações que têm relação direta com a ferrovia não foram incluídas como, por exemplo, as ilustradas nas FIG. 48 a 53.

De certa forma, alguns bens dessa área, mesmo não incluídos no perímetro, estão protegidos porque são limítrofes à linha perimetral, pois o tombamento considera que “os imóveis limítrofes cujas testadas estejam voltadas para os eixos de Ruas e

¹¹⁵ IPHAN. Processo de Tombamento de Cataguases, 1994, fl. 066 a 074. ANEXO D.

Avenidas, deverão ser considerados parte integrante deste perímetro”.¹¹⁶ Neste caso, incluem-se a vila operária da ferrovia e outros bens. (FIG. 48 a 51)

No entanto, não se conseguiu apurar se essa era uma condição que visava manter a ambiência de entorno do perímetro tombado ou se de fato a intenção seria proteção dos bens limítrofes à linha da poligonal. Mas mesmo dessa forma, o fato de esses bens limítrofes, a exemplo dos citados nas figuras acima, não terem sido incluídos no interior da poligonal de tombamento expõe o grau de importância, ou representatividade que lhes foram dados no processo de tombamento: se fosse dado o mesmo grau de importância, como os que estão dentro do perímetro, eles estariam dentro da poligonal.



FIGURA 48 – Vila da Estação Ferroviária não incluída no perímetro de tombamento.

Fonte: acervo do autor, 2009



FIGURA 49 – Edificação na Rua Cleto da Rocha, de 1929, vizinha à Estação Ferroviária, não incluída no perímetro de tombamento. Fonte: acervo do autor, 2009.



FIGURA 50 – Edificação na Avenida Visconde do Rio Branco, não incluída no perímetro de tombamento.

Fonte: acervo do autor, 2009



FIGURA 51 – Edificação na Avenida Visconde do Rio Branco vizinha à Estação Ferroviária não incluída no perímetro de tombamento.

Fonte: acervo do autor, 2009

¹¹⁶ ARQUIVO NORONHA SANTOS, 2009. Descrição do Perímetro de tombamento.



FIGURA 52 – Edificação da antiga rede ferroviária não incluída no perímetro de tombamento. pertence à mesma quadra das figuras 50, 51 e 53 e do grupo Escolar Guido Marlière.

Fonte: acervo do autor, 2009



FIGURA 53 – Edificação da antiga rede ferroviária não incluída no perímetro de tombamento: pertence à mesma quadra das figuras 50, 51 e 52 e do grupo Escolar Guido Marlière.

Fonte: acervo do autor, 2009

Por outro lado, se Bairro Jardim e parte da área da Estação Ferroviária não foram incluídas no perímetro, chama atenção o fato de o cemitério ter sido incluído.

2.3.3 Cemitério

O cemitério não está no “miolo” da área central, pelo contrário está à margem, a sudoeste da cidade, correspondendo um apêndice da área central. Caso estivesse no “miolo” poder-se-ia entender sua inclusão no perímetro devido à sua posição em relação ao centro – uma condicionante não proposital. (FIG. 46)

Mas, pelo contrário, a inclusão do cemitério no perímetro foi uma atitude deliberada. Andrade ao descrever a quarta zona, uma das que espelharia o processo de desenvolvimento urbano da cidade cita, especificamente, o cemitério:

A última está situada na margem direita do Rio Pomba e envolve as novas instalações da Companhia Industrial Cataguases, a vila operária, o hospital maternidade e o cemitério.¹¹⁷

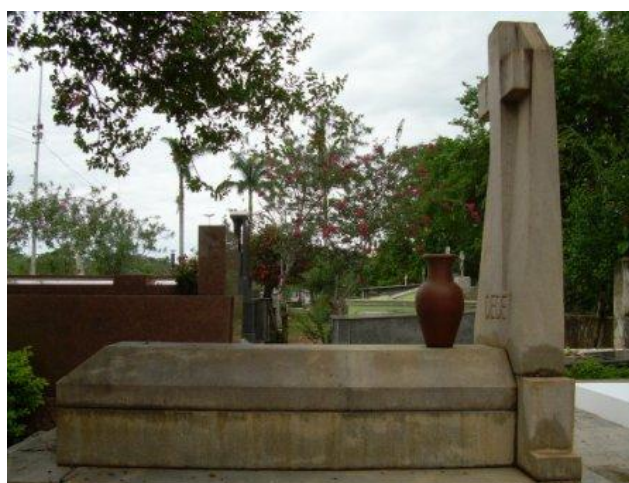
¹¹⁷ IPHAN. Processo de Tombamento de Cataguases, 1994, fl. 066 a 074. ANEXO D..

Conforme se observou, há no dossiê alusão, através da coletânea de fotografias, a três túmulos: um do escritor do movimento *Verde*, Ascânio Lopes (FIG. 34), falecido prematuramente em 1929; e outros dois túmulos intitulados de modernistas, um dos quais é de Levy Simões da Costa (FIG. 35), que escreveu em 1977 o livro *Cataguases Centenária*, importante publicação de referência na história da cidade e, no outro túmulo não há lápide de identificação (FIG. 36). Observa-se que nestes dois últimos, pelo título dado às imagens no dossiê, o destaque é dado ao estilo – túmulo modernista - e não à personagem, como feito no de Ascânio Lopes. Não se descobriu se a intenção, com a inclusão do cemitério, foi reconhecer a importância da memória de algumas personagens da cidade ou dizer que ali há obras de valor representativo – os túmulos modernistas - ou os dois juntos. Presume-se que, se a intenção fosse valorizar a memória, seriam mencionadas ou incluídas outras imagens de túmulos de mais personalidades importantes, não apenas de Ascânio Lopes.

Um fato curioso, em nenhum momento citado no dossiê, é que há no cemitério um túmulo, da década de 1930, da família Peixoto cujo projeto é atribuído a Paulo Werneck, que segundo Magalhães marcaria o início do surto da arquitetura modernista em Cataguases.¹¹⁸ (FIG. 54)



a



b

FIGURA 54 – Túmulo de Deuclaciana Peixoto Ramos de 1929, cujo projeto é atribuído a Paulo Werneck.

Fonte: acervo do autor, 2009

¹¹⁸ MAGALHÃES, 1990, p. 21.

Tendo em vista que essa informação não consta do dossiê, não nos parece que o tombamento a levou em consideração. Caso a tivesse considerado poderia ser uma das justificativas para inclusão do cemitério no perímetro tombado.

Aqui, não se questiona se o cemitério deveria ou não ser tombado. O que chama a atenção é o fato de o cemitério ter sido incluído no perímetro e outras áreas, que também espelham “o processo de formação e desenvolvimento urbano,” não terem sido incluídas.

2.4 Inventários

Não se conseguiu através dos documentos analisados ou entrevistas realizadas responder às indagações e dúvidas suscitadas acima. Nos documentos do processo de tombamento não há justificativa para a escolha desse ou daquele bem tombado nem mesmo para a escolha do perímetro de tombamento. Percebe-se que há uma justificativa do ponto de vista conceitual da necessidade de se preservar o “*cor*” modernista nas palavras de Campofiorito. Entretanto o que está no plano das ideias é repassado no conjunto, não individualizado – obra a obra ou manifestação cultural. O detalhamento das coisas individualmente que ao ser somado daria escopo ao conjunto não há. Não há inventário. Não há no processo os critérios e a justificativa técnica da escolha dos suportes – bens tombados individualmente e delimitação do perímetro - que representariam as manifestações culturais de Cataguases.

Alguns indícios deixam claro a intenção dos técnicos em incluir as manifestações da literatura e cinema no perímetro, mas indicam que se prescindiu de um detalhamento mais elaborado para subsidiar as escolhas dos suportes materiais. Por exemplo, em um trecho da descrição do perímetro se diz: “Rua Professor Alcântara, cruzando o Meia Pataca e seguindo por esta mesma rua Professor Alcântara, nº 134, última residência de Dona Eva Comello.” Aqui se percebe a intenção deliberada em preservar de alguma forma a memória da musa do cinema – Eva Nil – através da inclusão no tombamento de sua última residência. Entretanto, esse não seria o

endereço mais representativo e que de fato representaria a memória e história de Eva Nil. Sua atuação mais prodigiosa se deu em sua casa e estúdio de fotografia na Rua Marechal Deodoro, na primeira zona do perímetro descrito por Antônio Andrade. Na rua Professor Alcântara, Eva Nil viveu somente seus últimos anos de vida, quando já não mais atuava.

Então fica a dúvida se os inventários - instrumentos técnicos que subsidiariam o tombamento - foram utilizados na escolha dos bens tombados, até porque, como relatado, se eles foram feitos, não foram localizados pelo IPHAN após o ato de tombamento. No entanto, as indagações apontadas acima em relação ao que foi ou não incluído no tombamento, bem como a ausência dos inventários nos documentos do processo faz presumir que os mesmos não foram utilizados como instrumento e subsídio para estabelecer critérios e escolha. Veja-se o caso do acervo artístico e do mobiliário: foram excluídos dos livros de tomo porque não estavam relacionados no edital de notificação. Será que se os inventários tivessem sido utilizados esses bens não estariam relacionados?

Entretanto, para Claudia Lage, no momento em que foi feito, mesmo tendo essas lacunas, o tombamento de Cataguases já representava um avanço. Questionada por que algumas vilas operárias não foram contempladas no perímetro e porque outros bens também importantes não foram tombados, Lage responde:

Eu não saberia te dizer isso. É muito específico. Eu só posso te dizer que tudo foi muito criterioso. Agora acho que aí estão questões de momento. Quero dizer: a gente está saindo de quinze anos atrás, quando a gente propõe isso, a gente está propondo uma coisa que não era habitual, a gente está avançando dentro do próprio IPHAN. E aí eu não saberia te dizer qual que foi... Há quinze anos a gente lembrar isso... Não sei do que é documento daí a importância de documento e eu não estou nem com a leitura do dossiê aqui para lembrar. Até porque eu acho que a tendência institucional teria sido [tombar] só o núcleo modernista. Eu acho que a gente abranger essa área maior já foi um grande avanço. Porque o núcleo modernista é aquilo que está evidente... É o valor evidente. É o que sobressai na cidade. Você contemplar a história da cidade, a questão dos operários, a questão das vilas operárias... O que a gente conseguiu já foi um avanço. Por que para você ver: o dossiê... Outra coisa é ter uma relatoria e ter um conselho. O dossiê por si só não tomba né? O dossiê instrui para que tenha um relator. Na verdade é um tombamento meio diferente. Saiu um pouco daquilo que estava...

Para Minas absolutamente inovador... Para a prática de Minas sobre patrimônio é absolutamente inovador... Nós estamos falando de 1994...

[...]

Talvez porque a gente já estava avançando. Se a gente voltar em quinze anos atrás e pensa que Minas... para os tombamentos do século XVIII... e a gente propõe o tombamento de duas situações que são de patrimônio modernista [Pampulha e Cataguases] Então a gente já estava dando um passo bem maior, que talvez não tenha conseguido chegar no que você considera que seria ideal.¹¹⁹

2.5 Gestão

Desde o tombamento, as novas construções, demolições ou alterações de imóveis dentro do perímetro tombado têm sido submetidas pontualmente à análise de técnicos do IPHAN, em Belo Horizonte. Até o momento, 2009, não foram estabelecidos critérios claros e objetivos para tais intervenções. Entretanto, parece que essa não era a intenção, em 1994, dos técnicos envolvidos no tombamento de Cataguases.

Andrade em seu parecer, adiantando inclusive problemas de gestão sugere que ficariam sob a tutela do IPHAN somente os bens mais representativos tombados individualmente mais aqueles outros importantes na formação cultural da cidade, que deveriam ser inventariados, depois do ato de tombamento. Andrade sugere um prazo de seis meses, depois do tombamento, para que se façam tais inventários. Os demais imóveis – não representativos e não inventariados – subordinar-se-iam tão somente às posturas municipais. O arquiteto preocupa-se ainda com a necessidade de elaboração de um plano de preservação para o patrimônio cultural da cidade e sugere a criação de um conselho assessor com entidades públicas e privadas para gerir a preservação do patrimônio.

¹¹⁹ LAGE, 2009. APÊNDICE D.

No entanto, até o ano de 2009, passados 15 anos do edital de notificação, essas medidas não foram colocadas em prática.¹²⁰

Conseqüentemente, a falta de critérios claros e objetivos no que diz respeito às novas construções, demolições e reformas no perímetro tombado tem sido motivo de questionamentos de alguns setores da comunidade cataguasense, principalmente as ligadas ao setor imobiliário e à construção civil. Assim, por exemplo, em um manifesto, de 16 de janeiro de 2009, assinado por alguns desses setores traz o seguinte argumento:

As decisões na análise de projetos continuam até hoje por conta de técnicos do IPHAN, que dão seus pareceres sem qualquer base normativa e com caráter marcadamente subjetivo e discricionário. Em outras áreas de preservação como Petrópolis, Paraty, porções do Rio de Janeiro e Salvador, por exemplo, as regras são claras (e acessíveis à sociedade através da internet). Aqui não é assim: pareceres técnicos variam em função de quem analisa, resultando em acentuada rejeição ao tombamento por parte do povo.¹²¹

A complexidade da gestão desse patrimônio também fica muito evidente quando se trata das posturas municipais. E aqui é necessário observar o papel dos vários atores envolvidos na elaboração dessas posturas cuja prática tem demonstrado a prevalência de interesses de grupos econômicos.

É claro que ao sugerir a subordinação às posturas municipais Andrade entendia que deveriam estar de acordo com uma política de preservação daquele centro histórico. É oportuno, inclusive, reproduzir trecho da procuradoria jurídica do IPHAN quando da homologação do tombamento:

¹²⁰ Conforme consulta ao IPHAN/Belo Horizonte há um inventário de bens imóveis de interesse de preservação que foi iniciado em 2000 e permanece sem formatação final, restrito ao uso da Superintendência Regional do IPHAN em Belo Horizonte. Compõe-se de uma listagem dos imóveis que, embora não apresentem valor excepcional que lhes indique o tombamento, possuem características arquitetônicas que lhes conferem importância no contexto urbano. Abrange grande parte das construções ecléticas da cidade, de feições modernistas, art-deco e colonial. Este material é utilizado freqüentemente para análise interna das solicitações de reformas, demolições e novas construções, embasando os pareceres técnicos.

¹²¹ Sociedade, governo e tombamento: um breve manifesto. In *Jornal Cataguases*, Cataguases, 16 jan. 2009. Manifesto assinado por Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais/CREA-MG – Inspetoria de Cataguases, Ordem dos advogados do Brasil/OAB – Seccional de Cataguases, Câmara dos Diretores Lojistas de Cataguases – CDL, Associação Médica de Cataguases, Associação Comercial e Industrial de Cataguases, Sindicato do Comércio Varejista de Cataguases. A íntegra do manifesto encontra-se no ANEXO L.

Por fim, parece-me conveniente destacar que o tombamento do conjunto em questão, ainda que se indique a adoção da legislação municipal para o seu tratamento, a mesma só deverá ser aplicada em caráter subsidiário e desde que não seja conflitante com os ditames da norma originalmente estabelecida para a proteção em nível federal, disposta no art. 17 do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.¹²²

Interessante, aqui, remeter à correspondência do representante da ASSEA em apoio ao tombamento, onde já, em 1994, sinalizava a preocupação de alguns setores da comunidade cataguasense sobre a possibilidade de ingerência que o tombamento poderia vir gerar para o uso do solo da cidade.

Atualmente ainda está em vigor o Código de Zoneamento, Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo Urbano de Cataguases (leis municipais 2427 e 2428/95), elaborado logo após o tombamento

que não traduz nenhuma das preocupações com a preservação que estavam em discussão no âmbito do estudo de tombamento, chegando a se contrapor a ele quando recomenda, por exemplo, o adensamento da área central, praticamente coincidente com a poligonal de proteção.”¹²³

Em 2002, uma comissão técnica de assuntos urbanísticos e de construção instituída pela Prefeitura Municipal, numa tentativa de estabelecer diretrizes objetivas e evitar submissão ao IPHAN de todas as intervenções dentro do perímetro de tombamento, elabora uma instrução normalizadora¹²⁴ fixando critérios e normas que disciplinariam a gestão do interior do perímetro tombado. Dentre outras condicionantes, a instrução atribui parâmetros de afastamento frontal mínimo, altimetria, taxa de ocupação máxima e testada mínima do lote para novas construções. Parece que foi uma tentativa válida por tentar estabelecer critérios objetivos de gestão do Centro Histórico, o que até então, desde o tombamento, não tinha sido feito nem pelo IPHAN e nem pela Prefeitura. Porém, tais instruções, assim como a legislação de uso do solo vigente, novamente não se preocupavam com a preservação colocada

122 IPHAN. Processo de Tombamento de Cataguases, 1994, fl. 263. ANEXO K.

123 SANTOS; LAGE, 2005

124 Publicada no Diário oficial do município, *Jornal Cataguases*, em 21 de abril de 2002. A comissão que a elaborou foi composta por técnicos da Prefeitura Municipal e representante da ASSEA – Associação de Engenheiros e Arquitetos de Cataguases, não tendo a participação do IPHAN.

nos estudos de tombamento, pelo menos no sentido amplo de proteção que o dossiê abordava. Pontualmente, havia, sim, uma preocupação com a proteção, mas com uma abordagem apenas dos bens tombados individualmente, pelos quais se preservava a visibilidade num raio de 25 metros; da pavimentação das ruas e avenidas, que estava estabelecido claramente no tombamento e de uma tentativa de classificar o território por padrões de ocupação de acordo com as quatro zonas proposta por Andrade. No entanto, apresentavam lacunas no que se refere ao adensamento, verticalização e afastamentos desconsiderando peculiaridades da morfologia e paisagem do centro histórico. Como exemplo, se pode citar o estabelecimento de afastamentos mínimos entre dois e cinco metros em ruas onde não há afastamentos frontais e são compostas de edificações remanescentes do início do século XX, ecléticas em sua maioria. Se permitidos, tais afastamentos romperiam com o padrão morfológico histórico do lugar, estabelecidos inclusive em alguns casos quando da instalação do povoado por Marlière (FIG.55). Percebe-se que não houve preocupação com estas questões, não houve um estudo detalhado. E, além do mais, essas instruções não foram executadas em parceria com o IPHAN.



FIGURA 55 – Rua Alferes Henriques de Azevedo. Exemplo de edificações do início do século XX que não possuem afastamentos frontais.
Fonte: Bruno Abadias, 2010.

É interessante observar, no que diz respeito à preservação, como estava estritamente contida nestas instruções a preocupação com os bens tombados individualmente. Havia um caráter estrito. Aqui não se pensou no conceito ampliado proposto no dossiê de tombamento. A preocupação maior era estabelecer critérios claros e objetivos para as intervenções dentro da poligonal tombada e desvincular

da tutela do IPHAN as intervenções daquilo que não era tombado pontualmente. Tais instruções apesar de não implementadas formalmente e, sem anuência do IPHAN, serviram de parâmetros na gestão municipal do período de 2001/2004, sendo abandonadas nas gestões posteriores.

Em 2006, o município realizou o Plano Diretor Participativo (PDP) de acordo com os preceitos do Estatuto da Cidade, lei 10257/2001, com recursos do programa Monumenta destinados à preservação de sítios históricos tombados nacionalmente. Um dos eixos principais a ser tratado no PDP deveria ser a preservação do patrimônio da cidade, tendo em vista inclusive, o Programa Monumenta. De acordo como o Estatuto da Cidade e seguindo metodologia do Ministério das Cidades foram feitas, na elaboração do PDP, inúmeras leituras comunitárias¹²⁵, que em reuniões com a comunidade em diversos bairros e localidades da cidade, aferiram os desejos e propostas prioritárias que deveriam constar no Plano. Curiosamente, a proteção do patrimônio cultural não foi abordada espontaneamente pela comunidade em nenhuma das reuniões. As demandas em outras áreas como saneamento, infraestrutura urbana, habitação foram mais importantes. Mesmo assim, os técnicos responsáveis pelo PDP provocaram a discussão sobre o patrimônio, que somente foi receber destaque e atenção quando alguns grupos perceberam algumas restrições sugeridas pelos técnicos para preservar a ambiência urbana do centro histórico da cidade.

Na parte de zoneamento do anteprojeto do PDP sugerido pela equipe técnica¹²⁶, estabeleceu-se uma Zona de Preservação Cultural correspondente ao centro histórico tombado, que tinha porém com uma delimitação maior, incluindo aquelas áreas também importantes para a formação e consolidação cultural da cidade – como, por exemplo, o Bairro Jardim e parte da área da Estação Ferroviária não incluída no perímetro de tombamento (FIG.56).

¹²⁵ Foram feitos ao todo 37 encontros com a comunidade cataguasense para a discussão do PDP, dentre capacitações, leituras comunitárias e audiências públicas num período de seis meses.

¹²⁶ O município contratou equipe técnica da Universidade Federal de Minas Gerais que já atuava na cidade, desde agosto de 2004, através do seu Programa de Arquitetura Pública de ensino, pesquisa e extensão.

Nesta Zona foi sugerida uma taxa de permeabilidade mínima de 30% e altimetria máxima de nove metros para as novas edificações. Estas delimitações foram ancoradas em dois condicionantes: a manutenção da paisagem e conjunto urbano tombado nacionalmente, cuja pressão por verticalização tem sido forte nos últimos anos; e o conforto ambiental, procurando-se garantir a circulação de ventos e impedir a formação de ilhas de calor na área central.¹²⁷ (Lembramos que Campofiorito em complementação à sua relatoria do tombamento, também sugeria a altimetria máxima de três pavimentos para a poligonal tombada.) Aqui é importante deixar claro que essa limitação sugerida no PDP restringe a altimetria máxima do centro histórico em um plano geral. A lei de uso e ocupação do solo, que deveria ser elaborada logo após o PDP, é que deveria estabelecer altimetrias variadas, de acordo com as peculiaridades de cada parte do centro histórico, obedecendo ao máximo de três pavimentos.

Num primeiro momento, o anteprojeto do PDP elaborado pela equipe técnica e encaminhado pelo Núcleo Gestor foi aceito na íntegra pelo Executivo, que, remetido ao Legislativo municipal, logrou aprovação por unanimidade e sem alterações. Porém, quando a lei, já aprovada pela Câmara dos Vereadores, retorna ao Executivo para ser sancionada, o Prefeito Municipal, pressionado por alguns setores da construção civil¹²⁸, veta exatamente e somente os incisos que tratam da permeabilidade e altimetria das edificações na Zona de Proteção Cultural. O projeto de lei retorna ao Legislativo, que mantém o veto do prefeito.

Além disso, a lei que instituiu o Plano Diretor¹²⁹ estabeleceu prazo de 300 dias para revisão das legislações urbanísticas complementares para que se enquadrassem nas diretrizes do Plano que acabava de ser instituído. No entanto, isto não foi feito

¹²⁷ “A recomendação para o tipo de Clima de Cataguases é de favorecimento à ventilação, portanto, em escala urbana, deve-se prevenir contra o adensamento excessivo que possa bloquear os canais locais de vento, incentivando o uso de áreas verdes como meios para preservar espaços ainda desocupados e localizados em áreas onde ocorrem caminhos preferenciais de vento. As baixas velocidades observadas na maior parcela da área urbana de Cataguases são um fator problemático para o clima da cidade, que é quente e necessitaria de maior ventilação para ajudar na manutenção da qualidade do ar e para diminuir os efeitos da formação de “ilhas de calor” urbanas.” (ESCOLA DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 2006)

¹²⁸ Trata-se do mesmo grupo que publicou o manifesto mencionado acima.

¹²⁹ Lei nº 3.546/2006 – Institui o Plano Diretor Participativo de Cataguases, In *Jornal Cataguases*, 15 out. 2006.

até o momento, 2009, permanecendo em vigor a antiga Lei de Uso e Ocupação do Solo, que é, como já observamos é inadequada à preservação do conjunto tombado. Assim, vê-se o quão complexo tem sido a gestão desse patrimônio. De um lado por parte do município e de outro pelo próprio IPHAN, que, por não ter normas e critérios claramente estabelecidos e não ter executado as sugestões do parecer de Andrade, têm dado margem de ação a grupos influentes e com poderio econômico contrários à preservação.

Por outro lado pode se perceber, ao revés, como muitas edificações são preservadas mesmo não tendo sido tombadas,¹³⁰ enquanto outras, mesmo tombadas são descaracterizadas. Há por parte de alguns proprietários certo orgulho por possuírem seus imóveis, certo valor afetivo que parece os incluir na construção do que foi aquele “sentimento de construção de uma nova mentalidade moderna”, o que se verifica, principalmente, em relação à família Peixoto. Até o início de 2009 a família ainda era proprietária, através da sua indústria de tecidos, de vários imóveis na cidade – a vila operária Manoel Peixoto Ramos, Bairro Jardim, conjunto habitacional na praça Sandoval Azevedo, entre muitos outros construídos e financiados pelas gerações anteriores da família, no calor do movimento modernista. Enquanto a família foi proprietária, estes imóveis foram muito bem preservados nas suas características originais. Via-se que se concretizava nesta preservação o orgulho, o comprometimento com a história familiar e da própria cidade, pela qual a família Peixoto é uma das mais importantes protagonistas. A partir de 2009, no entanto, a família vendeu muito destes imóveis, as moradias das vilas inclusive. Os novos proprietários, talvez sem mais o “sentimento de uma nova mentalidade” e, por diversas outras condicionantes, destruíram ou mutilaram os imóveis. Exemplo pode ser visto claramente nas moradias do Bairro Jardim. (FIG. 57)

De outro lado, mesmo no que se refere aos bens tombados individualmente, onde se presume uma participação mais efetiva do IPHAN, há falhas. Um exemplo é a

¹³⁰ Essa percepção ficou muito clara quando participamos da elaboração do Guia de Arquitetura Modernista da cidade. Muitos proprietários faziam questão de nos contar o quão era prazeroso para eles manterem – mesmo com todas dificuldades aqui implicadas – as características originais de suas moradias. Desses podemos citar a residência Mauro Carvalho Ramos (FIG. 33) e a residência Roberto Castro Fonseca, ambas não tombadas e a própria residência de Francisco Inácio Peixoto tombada.

residência de Josélia Pacheco de Medeiros. Pelo menos nos últimos cinco anos, a residência abriga uma escola particular, que exhibe dois grandes letreiros na parte frontal, o que contraria o artigo 18 do Decreto-lei 25/1937; teve seu jardim, projeto de Francisco Bolonha, deliberadamente descaracterizado e têm sido acrescentadas à fachada divisórias que fecham a varanda frontal, o que mostra que há falhas na atuação do IPHAN. Chama atenção o longo tempo que a edificação se encontra neste estado – descaracterizado - sem nenhuma intervenção do IPHAN (FIG. 58).



a



b



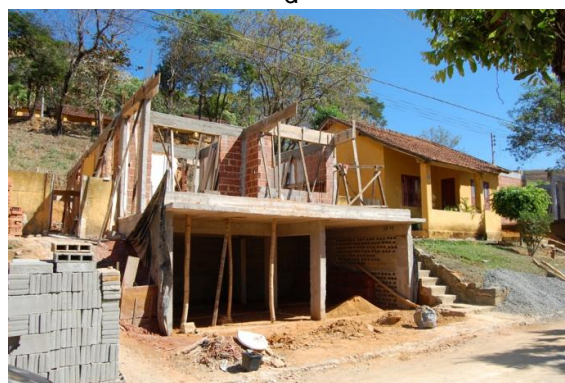
c



d



e



f

FIGURA 57 – Bairro Jardim descaracterizado. As imagens , b, e c mostram a mesma residência. Em a a edificação tinha sido recuperada pela Indústria na sua cor original, em 2006. Em b e c, depois de vendida, em 2009, vê-se sua descaracterização. Na imagem d, o morador acrescentou muro frontal onde antes não havia nenhum fechamento; em e alteração da fachada e em f vê-se nova edificação sendo construída no lugar da moradia original que foi demolida.

Fonte: acervo do autor. a) 2006; demais, 2009.



FIGURA 58 – Residência Josélia Peixoto de Medeiros descaracterizada.

a) fachada frontal, letreiro na fachada;

b) fachada frontal, divisórias que fecharam a varanda original.

Fonte: acervo do autor, 2009.

CONCLUSÃO

O tombamento de Cataguases ocorreu como um ato de reconhecimento de valor das manifestações culturais notórias ocorridas na cidade aliadas ao seu contexto histórico. Não foi um tombamento tendo em vista a perda iminente de algum bem ou visando à salvaguarda imediata. Não foi esse o caso. Não havia, naquele momento, iminência de perda. Reconheceu-se que houve na cidade, em certo momento, manifestações culturais notórias no campo do cinema, da literatura e da arquitetura com mobiliário, acervo artístico, paisagismo e artes aplicadas. E, numa prática que não era muito comum ao IPHAN e incorporando novos conceitos no campo da preservação do patrimônio, reconheceu-se que era preciso valorizar não só as manifestações notórias, mas também todo o processo que lhes permitiram surgir e acontecer. Daí a escolha de um perímetro de tombamento que se acreditou “refletir o processo de formação e desenvolvimento da cidade.” As questões relativas às formas de preservação e gestão ficaram para ser operacionalizadas após o ato do tombamento.

Inicialmente o processo começou de uma forma inusitada, como afirma Freire em seu depoimento¹³¹. Partiu da cidade a iniciativa em solicitar consultoria da SPHAN/FNpM para auxiliar no “resgate da cultura e memória cataguasense”. Havia, pois, uma intenção deliberada da cidade em trabalhar com o órgão federal, fato não muito comum nas outras cidades onde o IPHAN vinha atuando, tendo em vista os conflitos que a preservação do patrimônio afluía. Na proposta do trabalho inicial – “Memória e Patrimônio Cultural de Cataguases” - não se pensava em tombamento. A proposta era que, através de um trabalho de resgate, valorização e reconhecimento do patrimônio cultural da cidade, a própria população promovesse a preservação do seu patrimônio cultural. Nesse projeto, o tombamento se surgisse, deveria partir de um desejo da população e não do órgão oficial de preservação. Nesta perspectiva, a SPHAN/FNpM montou equipes locais para investigação e registro das manifestações culturais – história documental, evolução urbana, bens

¹³¹ FREIRE, 2009. APÊNDICE B.

móveis e integrados, memória visual – que trabalharam de 1988 até, aproximadamente, 1994, quando se efetua o tombamento federal. Se Campofiorito sugeriu um ecomuseu para Cataguases, parece que a proposta do Projeto “Memória e Patrimônio Cultural” já lançava as sementes dessa ideia, mesmo que explicitamente não pensada como ecomuseu. O projeto “Memória e Patrimônio Cultural” estava muito próximo da tríade – território + patrimônio + população/comunidade – representante do conceito de ecomuseu. Tem-se também o fato de que o tombamento representou para alguns técnicos envolvidos no projeto inicial uma ruptura com os trabalhos que vinham sendo elaborados, uma vez que a intenção não era tombá-los.

A nosso ver, poder-se-ia chegar ao tombamento e a outros instrumentos de salvaguarda e reconhecimento de valor, mas de uma forma mais criteriosa. Não se deveria ter prescindido dos registros e inventários para definição de perímetro e escolha de bens materiais. Deveriam ter sido definidos e implementados instrumentos de gestão no ato de tombamento e não, como pensado, o que acabou por não ocorrer. Se no dossiê de tombamento o patrimônio da cidade foi abordado conforme os conceitos ampliados do patrimônio, no ato do tombamento faltou a definição criteriosa dos suportes materiais tombados e a proposição de uma forma de gestão que refletissem esses conceitos. Se o Projeto “Memória e Patrimônio Cultural” vinha trabalhando numa perspectiva dos registros ou inventários – oral, evolução urbana, bens móveis e integrados, memória visual – o IPHAN prescindiu do trabalho anterior para resgate, preservação e reconhecimento do patrimônio cultural da cidade, utilizando para isso tão somente do tombamento. E mais: para o ato do tombamento não utilizou, como presumimos, os registros e inventários feitos, nem mesmo como subsídio para escolha de perímetro e bens individuais a serem tombados. Assim pode-se ver que se o IPHAN avançou por um lado ao adotar o conceito ampliado de patrimônio no dossiê, porém, não avançou na implementação e regulamentação da preservação, ou seja, nas ações. O processo parece que se encerrou no ato de tombamento, apesar dos pareceres de Andrade e Campofiorito apontarem para perspectivas de continuidade.

Em relação às inconsistências do próprio tombamento, não se conseguiu, através da análise inicial dos documentos do processo e das entrevistas, descobrir o motivo

explícito do fato de a igreja e de nenhuma obra de Luzimar Telles não terem sido reconhecidos como bens representativos que mereceriam tombamento individual. Da mesma forma, não se descobriu o porquê do Bairro Jardim e de parte do entorno da Estação Ferroviária não terem sido incluídos no perímetro ao contrário do cemitério. Presumimos, no entanto, que um dos motivos dessas falhas poderia ser o fato de não se ter utilizado o inventário como um instrumento que subsidiasse o entendimento cultural do lugar de forma mais detalhada.

Como vimos, Antônio Andrade havia sugerido que fosse feito um minucioso inventário que procurasse “levar em consideração o processo de formação e desenvolvimento da cidade e sua correspondente fisionomia urbana” a ser realizado no prazo de até seis meses após a homologação do ato de tombamento. Vê-se que Andrade sugere este inventário como instrumento de gestão – de certa forma, um avanço para a época. No entanto, no nosso entendimento, esse inventário deveria ter precedido o tombamento, pois além de ser utilizado para a gestão possibilitaria entender detalhadamente as relações intraculturais entre as diversas manifestações daquela cidade, não somente as de valor excepcional, mas também o que se estava buscando no dossiê, o conceito ampliado e, provavelmente, ter-se-iam evitado as lacunas deixadas no que diz respeito à escolha dos bens, entre outras.

Cabe lembrar que foi a ausência do inventário que excluiu os bens móveis da inscrição nos livros do tombo, apesar de que, neste caso, somente o tombamento não garantiria a preservação do “lugar da modernidade”, mencionado por Campofiorito, onde os bens móveis estão incluídos. O acervo artístico e mobiliário só teriam sentido como elementos deste lugar da modernidade se permanecem no seu lugar de origem - os imóveis que os abrigam. Portanto, parece que deveria ter sido desenvolvido um mecanismo complementar ao tombamento, que não deixasse os bens móveis serem retirados do seu lugar de origem. Lage, em sua entrevista, corrobora essa posição e informa que, já na época do tombamento, estudava-se a criação de um fundo como forma de garantir a permanência dos bens móveis na origem, no entanto, essa iniciativa não teria sido levada adiante.¹³²

¹³² LAGE, 2009. APÊNDICE D.

Neste sentido, o cinema e a literatura também estão presentes neste “lugar da modernidade”, e apesar de ter havido a intenção em preservar esses bens, como atesta o dossiê, essa não foi uma questão colocada no ato do tombamento. Como preservá-los? Com o tombamento? Ou qual outro instrumento? Qual a forma de manter a memória viva do Ciclo de Cinema e da literatura dos *Verdes* ocorridos na década de 1920? Tratava-se um desafio.

Curiosamente, neste aspecto, sem nenhuma atuação de órgão de preservação e mesmo sem intenção deliberada, a própria comunidade tem mantido viva a memória dessas manifestações. Como exemplos têm-se a criação do *Centro Cultural Eva Nil*, na antiga Estação Ferroviária, criado por iniciativa do poder público local que abriga a memória da atriz e fotógrafa do ciclo do cinema, inaugurado logo após o tombamento; o *Centro Cultural e Memorial de Humberto Mauro*, criado pela iniciativa privada e inaugurado nos anos 2000; a realização do CINEPORT (Festival Internacional de Cinema da Língua Portuguesa) em 2005; do Festival de Ver e Fazer Filmes, em 2008 e do FELICA (Festival Literário de Cataguases) em 2009. Além disso cabe destacar a existência de um movimento pela criação de um polo de audiovisual na cidade para formação de jovens. São iniciativas que, sem dúvida, existem em função do legado cultural anterior deixado pelo cinema e literatura e que vêm de alguma forma, preservar a memória deixada por aqueles legados culturais. Aqui é interessante observar que tais iniciativas se aproximariam também, por outro viés, da ideia de “ecomuseu”, pregada por Campofiorito.

Ainda em relação aos inventários, é importante acrescentar que eles poderiam inclusive subsidiar a elaboração de critérios de intervenção dentro do perímetro tombado através das posturas municipais – parcelamento, uso e ocupação do solo, código de obras e código de posturas – sugeridos por Andrade, além é claro de serem utilizados como instrumento de preservação no caso dos bens de valor cultural não tombados. Aqui cabe lembrar que, se a proposta do tombamento avançou ao transferir algumas responsabilidades para o município, através das posturas municipais, não se pensou na fragilidade e falta de capacidade institucional do município em definir tais posturas. Na época, Cataguases ainda não possuía nenhuma legislação de ordenamento municipal. Se por um lado isso era ruim para o desenvolvimento territorial adequado do município, por outro, poderia ser uma

oportunidade de o IPHAN, agora como órgão responsável pela preservação do patrimônio daquele lugar, auxiliar e provocar a discussão no sentido de construir em conjunto uma legislação municipal adequada. Não houve esse diálogo, pois como visto, aproximadamente um ano após o tombamento, o Município aprova legislação de uso, ocupação do solo e código de posturas que não estavam em sintonia com uma política de preservação.

Interessante observar, neste caso, o descolamento entre o ato do tombamento e a postura do município em relação às demais políticas ou instrumentos necessários à preservação cultural. O tombamento de Cataguases teve o apoio do poder público municipal - o Prefeito e o Secretário de Cultura emitiram correspondência e estiveram presentes, em ato de apoio, no Conselho que decidiu pelo tombamento. No entanto, a mesma gestão municipal que apoiou o tombamento aprovou posturas municipais que vão de encontro às políticas de preservação, contrariando inclusive o parecer de tombamento. A nosso ver, isso mostra que não houve um entendimento por parte do poder público municipal do significado e impacto que o ordenamento do território poderia estabelecer para a preservação do patrimônio cultural. Se para os técnicos do IPHAN, acostumados na lida diária com a preservação do patrimônio, trabalhar com os novos conceitos e aplicar novas formas de gestão já representava algum desafio naquela época, para um poder público municipal, que não tinha nenhuma experiência anterior com a preservação do patrimônio, este desafio se apresentava muito maior, gerando inclusive atitudes contrárias à preservação, como no caso das posturas municipais. Não se entendeu ou percebeu, por parte do município, que as posturas municipais deveriam ser instrumentos complementares à preservação. Avançou-se no sentido de incorporar um novo instrumento complementar à preservação – as posturas municipais - mas não se aventou a possibilidade de que o município não estava preparado para incorporá-lo.

E aqui cabe reforçar que quando Antônio Andrade sugere que o tombamento deveria ser devidamente amenizado - que os imóveis não inventariados no interior do perímetro estariam liberados do controle do IPHAN, subordinando-se tão somente às posturas municipais - fica muito evidente na sua relatoria que não se quis de forma alguma dizer que bastaria a subordinação a qualquer postura municipal, como dá a entender nos manifestos de alguns setores da comunidade,

mas posturas municipais em sintonia com a preservação do patrimônio cultural. Isso está evidente, quando Andrade, em sua relatoria diz:

A cidade está a reclamar um plano urbanístico adequado e cuja formulação se mostra polêmica. Em suas múltiplas premissas, o plano deverá contemplar a preservação de seu patrimônio cultural, referendando e complementando as medidas iniciais estabelecidas pelo tombamento.

A sugestão de Andrade era no sentido de avançar na gestão daquele patrimônio, fazer a gestão ficar mais célere, dividindo as responsabilidades de preservação entre IPHAN e município, sintonizando-se inclusive com os novos conceitos trabalhos do dossiê de tombamento.

Essa ideia de que as posturas municipais podem ser complementares às políticas de preservação, até o momento, 2009, não foi absorvida pela cidade, haja vista a tentativa sem sucesso dos técnicos do Plano Diretor de 2006, em incorporá-lo novamente em legislação municipal. Neste caso, houve a pressão explícita de determinados grupos na cidade em barrar as condicionantes para preservação propostas no Plano que, no entendimento desses grupos, impediriam o desenvolvimento econômico do município. Cabe dizer que de certa forma esses grupos se fortalecem quando decorridos quinze anos, desde a notificação de tombamento, o IPHAN ainda não tenha regulamentado o tombamento, ficando, como apontam esses mesmos grupos, as decisões na análise de projetos “até hoje por conta de técnicos do IPHAN, que dão seus pareceres sem qualquer base normativa e com caráter marcadamente subjetivo e discricionário.” E, aqui, percebe-se um movimento - diferente do que aconteceu no início do processo, em 1987, quando o município se aproxima do IPHAN e trabalham em sintonia – em que poder público municipal e alguns setores começam a questionar a atuação do IPHAN na cidade. Os conflitos afloraram não só pela situação natural que a preservação do patrimônio cultural provoca, mas agravados pela própria forma que o órgão federal de preservação vem atuando na cidade – com ausência de normas e critérios claros.

A nosso ver, como até mesmo colocado no parecer de Andrade, as políticas de preservação do patrimônio cultural de Cataguases deveriam ser feitas em conjunto – atuações complementares entre IPHAN e município. Caberia ao IPHAN além da sua

atuação pontual, que tem feito em relação às alterações, demolições ou novas construções no perímetro tombado, e que deve ser reposicionada no sentido de estabelecimento de normas e regras claras, executar e promover ações num sentido mais amplo, em atendimento inclusive às recomendações do próprio processo de tombamento.

Um outro problema correlato que se viu no decorrer do processo de tombamento foi a incapacidade tanto do IPHAN quanto do município no cumprimento de prazos e concretização das propostas. Viu-se o quão demorado foi a resposta do IPHAN aos questionamentos em relação às impugnações e ao questionamento da Senhora Josélia Medeiros a respeito dos bens móveis tombados. Da mesma forma, a distância temporal entre a notificação do tombamento e a inscrição nos livros do tomo – oito anos – em que uma das causas foi a demora na localização e possível realização dos inventários que acabaram por não se concretizar. E, do lado do município, a falta de celeridade no estabelecimento de posturas municipais adequadas à preservação. O próprio prazo que Plano Diretor Municipal de 2006 estabelece - 300 dias após a sua promulgação para que as leis urbanísticas complementares sejam elaboradas – não foi cumprido até o momento, 2009. É claro que se reconhecem as dificuldades de ordem institucional por quais podem ter passado o IPHAN logo após a redemocratização do país, o que de certa forma pode ter agravado o cumprimento dos prazos e concretização das propostas, mas que não justificam a permanência dessa postura por parte do Instituto.

Percebeu-se que se houve um entusiasmo inicial com o projeto “Memória e Patrimônio Cultural” ele foi se esvaindo no decorrer do tempo até perder força e não ter mais continuidade, encerrando-se com o contrário de sua proposta inicial - o tombamento por iniciativa do IPHAN e não da população. O curioso é que o projeto inicial é o que mais se aproxima da ideia de “ecomuseu” pregado no fim do processo por Campofiorito. Neste sentido, parece-nos que o tombamento foi precipitado. O IPHAN poderia ter recuperado o Projeto “Memória e Patrimônio Cultural”, que estava em sintonia com os conceitos do dossiê de tombamento e, depois de um trabalho mais detalhado e acabado, junto com a população, reconhecer o valor cultural da cidade não somente pelo ato do tombamento, mas também através de outras ações.

Hoje em dia, passados mais de 15 anos, parece que no caso de Cataguases, seria necessário, retomar o entusiasmo inicial de 1988 - a Prefeitura se aproximar do IPHAN e vice-versa e, juntamente com a população, elaborar um plano para a preservação do patrimônio cultural da cidade em consonância de fato com os novos conceitos de preservação, tantas vezes abordados no dossiê. Agora aqui com uma diferença, o tombamento já foi feito, o IPHAN tem responsabilidades reais sobre a preservação daquele patrimônio e há lacunas a serem resolvidas. É necessário utilizar não somente do tombamento, mas de outros instrumentos como os registros, a educação patrimonial, o incentivo, promoção e incremento às ações que já vêm acontecendo na cidade em relação ao cinema e literatura; a promoção de ações de divulgação do patrimônio, dando continuidade ao que se perdeu no decorrer do tempo - elaborar os inventários; rever, se necessário, o perímetro de tombamento; estabelecer e divulgar critérios e normas claras em relação à atuação do IPHAN na cidade; elaborar as legislações urbanísticas municipais em consonância com os critérios de um plano urbano de preservação e gestão e, principalmente, divulgar e dar acesso público e com facilidade a todos os documentos produzidos ao longo do processo. Reforçamos que, assim como nos trabalhos iniciais de 1988, é importante que a população participe das ações, se sinta coautora, juntamente com o poder público local e outros atores da sociedade civil organizada, como organizações não governamentais, escolas, faculdades locais, entre outros.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. *História oral: a experiência do Cpdoc*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1989. 202 p.
- ALONSO, Paulo Henrique (org.). *Cataguases. Arquitetura Modernista. Guia do Patrimônio Cultural*. Belo Horizonte: Instituto de Estudos do Desenvolvimento Sustentável, 2009. 120 p.
- ANDRADE, Antônio Luiz Dias de. *Um estado completo que pode jamais ter existido*. 1993. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.
- ARAUJO, Guilherme Maciel; CASTRIOTA, Leonardo Barci. Um capítulo da preservação em Belo Horizonte: o destino do mercado de Santa Tereza. In: Forum Patrimônio. V.1, nº 1, 2007. Disponível em: <<http://www.forumpatrimonio.com.br/index.php?editionID=35>>. Acesso em: 14 set 2009.
- ARAÚJO, Roberto Assumpção de. Cataguazes. Audaces d'Architecture et d'Art. *L'Architecture d'Aujourd'hui*, Bou-logne, année 23, n. 42-43, p. 82-89, août, 1952.
- ARQUIVO NORONHA SANTOS. Livros do tombo. *Cataguases, MG: conjunto histórico, arquitetônico e paisagístico* (Cataguases, MG). Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm>>. Acesso em: 25 maio 2009.
- ÁVILA, Cristina. Artes Plásticas. Cataguazes: a importação plástica como vontade modernista. In: PREFEITURA Municipal de Cataguazes *et. al. Cataguazes: um olhar sobre a modernidade*. Cataguazes: Prefeitura Municipal de Cataguazes, jan./fev. de 1994. - pp. 17-21. Disponível em: <<http://www.chica.org.br/cataguazes/modernismo/index.htm>>. Acesso em 17 mar. 2009.
- BAHIA, Denise Marques. De 1924 a 2004: das caravanas modernistas a uma revisão crítica do modernismo em Minas Gerais - Refazendo "o caminho percorrido" In *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*. Belo Horizonte : PUC-Minas, dez. 2004. Vol. 11. pp. 157-168. - Disponível em: <http://www.pucmg.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20050422101818.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2009.
- _____. O sentido de habitar e as formas de morar: a experiência modernista na arquitetura residencial unifamiliar de Belo Horizonte. 1999. 151 f. (Dissertação de mestrado). Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.
- BARAÇAL, Anaildo Bernardo. Mobiliário: A trajetória da modernidade do mobiliário brasileiro através de Cataguazes. In: PREFEITURA Municipal de Cataguazes *et. al. Cataguazes: um olhar sobre a modernidade*. Cataguazes, 1994. pp. 11-15. Disponível em: <<http://www.chica.org.br/cataguazes/modernismo/index.htm>>. Acesso em: 17 mar. 2009.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Presidência da República Casa Civil. Subchefia de assuntos jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 12 maio 2009.

_____. *Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937*. Presidência da República Casa Civil. Subchefia de assuntos jurídicos. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Decreto-Lei/Del0025.htm>> Acesso em: 12 maio 2009.

BRUAND, Yves. *Arquitetura Contemporânea no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1981

CALS, Soraia. *Tenreiro*. Rio de Janeiro: Bolsa de Arte, 1998.

CAMISASSA, Maria Marta S. Cataguases: una pequena ciudad en el interior do Brasil e suas viviendas In: *Cuaderno de Notas*. Madrid : dezembro de 2002. Vol. 9. pp. 95-110. Disponível em: <http://www.aq.upm.es/Departamentos/Composicion/webcompo/webcnotas/pdfs/CN9_5_Cataguases.pdf>. Acesso em 19 mar. 2009.

_____. O modernismo de Cataguases - Minas Gerais como identidade cultural. In XII SEMINÁRIO DE ARQUITETURA LATINO-AMERICANA - PENSAMIENTO CONSTRUIDO: LA INVESTIGACION EN ARQUITECTURA Y URBANISMO EN LATINOAMÉRICA. Concepcion-Chile : Universidad del Bio-Bio, 2007. - p. 162-162.

_____. Um olhar sobre a modernização da arquitetura brasileira e o caso de Cataguases. *Glauks*. Viçosa : (UFV) [s.n.], 2005. - Vol. 5. - p. 30-45.

CARDOSO, Maria Francisca T. C. Aspectos geográficos da cidade de Cataguases. Separata de: *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v.17, n. 4, p.423-48, out./dez. 1955.

CARTA DE VENEZA. *Carta internacional sobre a conservação e restauração de monumentos e sítios*. 1964. Disponível em: <http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Veneza_1964.pdf>. Acesso em: 12 maio 2009.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Intervenções sobre o Patrimônio Urbano: Modelos e Perspectivas. In. *Forum*. Intervenções em centros históricos. Belo Horizonte, vol.1, n.1, 2007. Disponível em: <<http://www.forumpatrimonio.com.br/print.php?articleID=113&modo=1>>. Acesso em: 12 maio 2009.

_____. *Patrimônio Cultural. Conceitos, Políticas e Instrumentos*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

_____. *Urbanização Brasileira*. Redescobertas. Belo Horizonte: C/Arte, 2003.

CASTRO, Sônia Rabelo de. *O Estado na preservação dos bens culturais: o tombamento*. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.

_____. *et al.* Mesa-redonda: tombamento. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: SPHAN, 1987, nº 22, p. 69-79.

CAVALCANTI, Lauro. (org.) *Guia de Arquitetura 1928-1960*. Quando o Brasil era moderno. Rio de Janeiro : Aeroplano, 2001. 300 p.

_____. *As preocupações do belo*. Rio de Janeiro: Taurus, 1995.

_____. *Moderno e brasileiro*. A história de uma nova linguagem na arquitetura (1930-60). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. , 2006.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*; MACHADO, Luciano Vieira (trad). São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os Arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS/CREA-MG – Inspetoria de Cataguases et al. *Sociedade, governo e tombamento: um breve manifesto*. Cataguases: Jornal Cataguases, 16 jan. 2009

COSTA, Levy Simões da. *Cataguases centenária*. Dados para sua história. Cataguases. 1977.

COSTA, Documentação necessária. *Revista do SPHAN*, Rio de Janeiro, 1937, nº 1, p.31-39.

COSTA, Maria Elisa. Entrevista. *Portal Vitruvius*. Revista trimestral, abr/maio/jun 2004, ano 5, vol.18. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/entrevista/mariaelisacosta/mariaelisacosta.asp>> Acesso em: 15 ago. 2009.

COUTO, Thiago Segall. Patrimônio Modernista em Cataguases: razões de reconhecimento e o véu da crítica In *Arquitextos - Periódico Mensal de textos de Arquitetura*. Vitruvius, 2004. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp264.asp>> Acesso em 19 mar 2009. - ISSN 1809-6298.

CURTIS, Julio Nicolau Barros de. *Vivências com a arquitetura tradicional: registros de uma experiência técnica e didática*. Porto Alegre: Editora Ritter do Reis, 2003.

ECOMUSEU MUNICIPAL DO SEIXAL. *O que é um ecomuseu?* Disponível em: <<http://www2.cm-seixal.pt/ecomuseu/ferramentas/faqs.html#n9>>. Acesso em: 21 maio 2009.

ESCOLA DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. *Plano Diretor Participativo de Cataguases*. Diagnóstico da Realidade Municipal. Belo Horizonte, 2006. (não publicado)

ESTANISLAU, Lídia Avelar. *Memória e Patrimônio Cultural: Cataguases/MG*. In: CONGRESSO BRASILEIRO SOBRE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CIDADANIA. Os diferentes suportes da memória. São Paulo, 1991. (mimeo)

FONSECA, Maria Cecília Londres da. *Da modernização à participação: a política federal de preservação no anos 70 e 80*. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1996, nº 24, p. 153-163.

_____. *O Patrimônio em Processo. Trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC – Iphan, 2005. 2. Ed. rev. ampl. (1ª ed. 1994)

FREIRE, Maria das Dores. Belo Horizonte, 19 nov. 2009. (1h50min). Entrevista concedida a Paulo Henrique Alonso.

GOMES, Paulo Augusto. *Modernidade e modernismo no ciclo de Cataguases*. In: PREFEITURA Municipal de Cataguases et al. *Cataguases: Um olhar sobre a modernidade*. Cataguases, 1994. Disponível em: <http://www.chica.org.br/cataguases/modernismo/index.htm>. Acesso em: 1 set 2008.

GOMES, Paulo Emílio Salles. *Humberto Mauro*. Cataguases: Cinearte, São Paulo: Perspectiva/Edusp, 1974.

GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. *A retórica da perda*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/IPHAN, 1997.

_____. *Rediscoveries of Brazil: Nationalism and Historic Preservation as Narratives*. 1990. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Antropologia. University of Virginia, Charlottesville, 1990.

GRILLO, Flávio Campos Belo Horizonte, 4 dez. 2009. (1h23min). Entrevista concedida a Paulo Henrique Alonso.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Cidades*. Cataguases. Estimativa da população 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 25 jun 2009.

INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTORICO E ARTISTICO NACIONAL (BRASIL). *Cartas patrimoniais*. Brasília: 1995. 343p.

_____. 13ª Coordenadoria Regional. *Processo de Tombamento*. Cataguases. MG. 1.342-T-94. Belo Horizonte, 1994. 3 vls. 274 fls.

_____. 13ª Coordenadoria Regional. *Cataguases – documentação histórica*. Belo Horizonte. (3 pastas – documentos diversos)

JORNAL Cataguases. Cataguases: 9 de set. de 1990. Edição Especial.

LAGE, Cláudia Márcia Freire. Ouro Preto, 16 dez. 2009. (50min7seg.). Entrevista concedida a Paulo Henrique Alonso.

MACEDO, Danilo Matoso. Da matéria à invenção. As obras de Oscar Niemeyer em Minas Gerais 1938-1955. Brasília: Câmara dos Deputados, 2005.

_____. Um nativismo esquecido: Residência na Zona da Mata Mineira revela a síntese de modernidade e tradição em Oscar Niemeyer. *AU Arquitetura e Urbanismo*. São Paulo : Pini, dez. de 2007. N. 165. - Disponível em: <<http://www.revistaau.com.br/arquitetura-urbanismo/165/artigo67571-2.asp>> Acesso em 17 mar. 2009..

MACEDO, Oigres Leci Cordeiro de. *Francisco Bolonha, modernidade insigne*. Viçosa-Cataguases : DOCOMOMO-Brasil IV, 2001. - Disponível em: <http://www.dau.uem.br/professores/macedo/bolonha_4docomomo.html>. Acesso em: 13 ago. 2008.

MAGALHÃES, Aloísio. *E Triunfo?* A questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

MAGALHÃES, Washington. Cataguases: meio século de modernidade. *Revista Minas Gerais*. Belo Horizonte, nº 26, jun. 1990.

MARINHA DE TRONCALHADA. *Ecomuseu*. 2008. Disponível em: <<http://marnoto.blogs.sapo.pt/360.html>>. Acesso em: 20 maio 2009.

MESSENTIER, Leonardo Marques de. Plano de Preservação: um instrumento necessário. In LIMA, Evelyn Furquim Werneck; MALEQUE Miria Roseira. *Espaço e Cidade. Conceitos e leituras*. Rio de Janeiro : 7letras, 2007. 2ª ed.

MIRANDA, Selma Melo. *Arquitetura*. In: PREFEITURA Municipal de Cataguases *et. al. Cataguases: um olhar sobre a modernidade*. Cataguases, 1994. Disponível em: <<http://www.chica.org.br/cataguases/modernismo/index.htm>>. Acesso em: 1 set. 2008.

MORAN, Patrícia. *A descoberta de Cataguases*. In: PREFEITURA Municipal de Cataguases *et. al. Cataguases: Um olhar sobre a modernidade*. Cataguases, 1994. Disponível em: <http://www.chica.org.br/cataguases/modernismo/index.htm>. Acesso em: 1 set 2008.

MOTTA, Lia. A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, 1987, nº 22, p. 108-122.

MOURA, Antonio de Paiva. *Uma tradição de modernidade*. In: PREFEITURA Municipal de Cataguases *et. al. Cataguases: um olhar sobre a modernidade*. Cataguases, 1994. Disponível em: <<http://www.chica.org.br/cataguases/modernismo/index.htm>> Acesso em: 1 set. 2008.

MUNICÍPIO DE CATAGUASES PODER EXECUTIVO. *Mensagem de veto encaminhado à Câmara Municipal nº 008/2006*. Cataguases: Jornal Cataguases, 26 nov. 2008.

_____. Lei 3546/2006 – Institui o Plano Diretor Participativo de Cataguases. Cataguases: Jornal Cataguases: 15 out. 2006.

MUSEUM. *Imágenes del ecomuseo*. Paris: Unesco. nº 148, vol. XXXVII, 1985. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/ulis/cgi-bin/ulis.pl?database=&lin=1&futf8=1&ll=s&gp=1&look=museumsp&sc1=1&sc2=1&ref=http://unesdoc.unesco.org/ulis/museum/searchsp.html&nl=1&req=2&by=3&au=Rivière,%20George%20Henri>> Acesso em: 20 maio 2009.

NETTO, Marcos Mergarejo; DINIZ, Alexandre M. A. A herança modernista de Cataguases-MG: A geografia do espaço urbano. *Sociedade & Natureza*. Uberlândia : [s.n.], Vol. 16. - pp. 57-69, dez. de 2004. Disponível em: <http://www.sociedadnatureza.ig.ufu.br/viewarticle.php?id=38>. Acesso em: 1 set. 2008.

NUNES, Cristina Pereira. *Cataguases – parecer de vistoria, informe histórico, pesquisa histórica e texto*. Belo Horizonte: Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA-MG.s.d. (não publicado)

OLIVIERI, Alcione Lidia Abreu. *Incursões na biblioteca de Francisco Inácio Peixoto*. Cataguases: Instituto Francisca de Souza Peixoto, 2009.

PAPADAKI, Stamo. *The Work of Oscar Niemeyer*. New York: Reinold Publishing Corporation, 1950.

PASSOS, Evandro Ferreira. LIMA, Antônio José Costa. *O Ecomuseu e desenvolvimento local*. In: VIII REUNIÃO DA Red POP. XII CONGRESSO DA SOMEDICyT, 2003, León, Guanajuato, México. Disponível em: <www.redpop.org/8reunion/9rrp_ponencias/evandropassos.rtf> Acesso em: 20 maio 2009.

PIRES, Maria Coeli Simões. *Da proteção ao patrimônio cultural: o tombamento como principal instituto*. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES et al. *Cataguases um olhar sobre a modernidade*. Um Jornal sobre a modernidade. Cataguases, 1994.

_____. *Memória e Patrimônio Cultural*. Belo Horizonte: UFMG, 1988-1990-1996. 3 v.

RIBEIRO, Sandra Bernardes. Brasília, memória, cidadania e gestão do patrimônio cultural. São Paulo: Annablume, 2005.

RICHA, Ana Lúcia Guimarães. *Uma vanguarda à moda de Cataguases*. Cataguases: Empresa Instituto Francisca de Souza Peixoto, 2008. 280p.

RUBINO, Silvana. *As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – 1937/1968*. 1992. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Antropologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

_____. O mapa do Brasil passado. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1996, nº 26, p. 97-105.

RUFFATO, Luiz. *Os Ases de Cataguases*. Uma história dos primórdios do modernismo. Cataguases: Instituto Francisca de Souza Peixoto, 2002. 128p.

SANT'ANA, Rivânia Maria Trotta. *O Movimento Modernista Verde de Cataguases-MG: 1927-1929*. Cataguases: Empresa Instituto Francisca de Souza Peixoto, 2008. 376p.

SANTOS, Antônio Fernando Batista dos. Belo Horizonte, 4 dez. 2009. (48min35seg). Entrevista concedida a Paulo Henrique Alonso.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. Preservar não é tomar, renovar não é por tudo abaixo. *Revista Projeto*. São Paulo, n. 86, abr. 1986.

SANTOS, Cecília Rodrigues dos; LAGE, Claudia Freire. *Cataguases: patrimônio da modernidade*. Arquitectos 056, jan. 2005. Texto especial 273. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/arquitectos/arq000/esp273.asp>> Acesso em: 13 ago. 2008

_____. Centro Histórico de Cataguases: Tombamento e Gestão. In: ARQUIMEMÓRIA, Salvador, 2008.

SANTOS, Mariza Veloso Mota. *O tecido do tempo: a idéia de patrimônio cultural no Brasil – 1920-1970*. 1992. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto de Ciências Sociais, Faculdade de Antropologia, Universidade de Brasília, 1992.

SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil 1900-1990*. São Paulo : Edusp, 1997.

SILVA, Eloisa Castro. *As representações do Colégio de Cataguases e de suas práticas educativas nas memórias de seus ex-alunos (década de 1950)*. 2005. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estácio de Sá. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://www.chica.org.br/cataguases/monografia/monografia.htm>. Acesso em: 17 mar. 2009.

SILVA, Fernando Fernandes da. *As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

TOTEM. *Em Cataguases fora de Cataguases*. Entrevista com Francisco Inácio Peixoto, 3 de março de 1979. Cataguases, *Jornal Cataguases* 5 abr. 1979 *apud* *Jornal Cataguases*. Suplemento Especial. Cataguases, 12 jan 1986.

WERNECK, Ronaldo. Kiryrí Bendáua Toriboca Opé: Humberto Mauro revisto por Ronaldo Werneck. São Paulo: Arte Paubrasil, 2009.

WILLIAMS, Daryle. *Making Brazil Modern: Political Culture and Cultural Politics Under Getúlio Vargas, 1930-1945*. 1995. Tese (doutorado em História) – Department of History, Stanford University, Stanford, California, 1995.

ZANCHETI, Silvio Mendes. *Conservação urbana: textos de momento*. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2008 (Textos para discussão.Nº 30). Disponível em: < www.ceci-br.org/ceci/br/informacao/acervo-para-discusao/2-cursos.html?...30>. Acesso em 14 nov. 2009.

APÊNDICE A

Transcrição de trechos da entrevista com **Antônio Fernando Batista dos Santos**, conservador, funcionário do IPHAN, responsável pela equipe de Bens Móveis e Integrados no Projeto “Memória e Patrimônio Cultural de Cataguases”.

Entrevistador: Paulo Henrique Alonso

Data e local da entrevista: Belo Horizonte, 4 de dezembro de 2009.

Duração: 48min35seg

Trecho entre 2min17seg a 13min13seg

Foi feito inventário pela comunidade. A Lurdinha [Maria de Lourdes Paixão Resende, secretária de cultura de Cataguases à época] vai te falar isso. Pela comunidade, então a gente estabeleceu as fichas, que foram até umas fichas mais simplificadas... Agora nesse momento eu não posso te falar o que não foi inventariado. Acho que foi Dona Josélia... Teve um colecionador que não permitiu fazer o inventário, dos bens móveis e bens integrados, principalmente, os bens integrados externos [...] não foram todos que permitiram ... Que eu lembro acho que foi a Nanzita. Isso [os inventários] deve existir, na prefeitura, em algum lugar... A Lurdinha deve te informar isso. O IPHAN não ficou com cópia pelo seguinte: na época isso não era informatizado ... Foi datilografado... Então a gente não ficou com cópia... Agora neste momento eu não posso te falar o que foi feito. Mas que foi, foi. Olha, o do Chico Peixoto foi feito e aquele acervo que eu não sei para onde foi, que estava guardado com o Chico Peixoto, esse também foi.

[...] No fechamento mesmo do tombamento eu não trabalhei, como o Flavio também não trabalhou diretamente. Ele não estava aqui. Ficou uma pessoa responsável que era a Lidia [Estanislau]. Lógico que eu ajudei em alguma coisa que ela precisava, dei algum apoio, mas diretamente no processo de tombamento eu não trabalhei. Não é nem questão de não me chamar, [para trabalhar no tombamento] a questão é a seguinte, não foi nem essa questão. Eu estava aqui com Lidia eu sabia o que estava acontecendo, mas naquele momento ali já tinha material preparado, então iam preparar o processo... Não sei se eles não sentiram necessidade de detalhar o acervo, como geralmente era feito, ela até poderia estar considerando que já existia isso, apesar de não ser citado. Agora, a gente está envolvido com tanta coisa aqui dentro... Se precisasse de alguma coisa ela comunicaria... Isso aconteceu com a Pampulha... Pampulha por exemplo no tombamento do seu acervo, os bens que estavam identificados foram incluídos e os que não foram identificados no momento não foram citados. Então no tombamento até fala ... e algum outro bem que possa aparecer depois do tombamento... tanto é que apareceu... Que deu um problema seriíssimo... Uma tela do Burtle Marx que estava guardada, que o proprietário do Clube falou que não estava tombada porque não estava citada no tombamento... Mas a gente conseguiu reverter o caso, por causa daquela citação. Neste caso acho que foi uma coisanão foi o caso de não ter chamado... a Lidia estava do lado da gente aqui... se precisasse de alguma coisa ela poderia chamar... e eu acho que a Lidia deve ter pensado: o inventário está lá. Existe. Então... Agora, este grupo não tinha um trabalho constante em Cataguases. A gente ia de tanto em tanto tempo porque a gente não estava só com isso a gente estava com vários projetos ao mesmo tempo. E tinha equipe que estava trabalhando lá. A gente ia de vez enquanto para ver o que estava sendo feito. A gente não teve um acompanhamento direto da coisa. Tanto que eu não posso identificar... Tanto tempo se passou... Eu não posso identificar o que foi realmente levantado. A idéia era realmente levantar todos, mas eu já te falo, alguns não permitiram inventariar... Naquela época eles estavam muito preocupados em vender. Quando a gente chegou ali as pessoas não tinham noção do que tinham. O primeiro trabalho que eu fiz na oficina lá, o grupo que trabalhou comigo foi mostrar o que tinha de importante na cidade. Na verdade eu apresentei várias imagens de arte modernista e no meio tinha várias coisas

de Cataguases, coisas que eles passavam na porta todos os dias, tinha aquela escultura da praça ali [escultura de Bruno Giogij], tinha a escultura do Jan Zach no jardim do Hotel, tudo estava ali. Ninguém, ninguém tinha visto. Nem isso aqui eles tinham visto, nem isso aqui eles tinham visto [o painel Os Pássaros de Anísio Medeiros que ilustra a capa do Guia Modernista de Cataguases e estava nas mãos de Antônio]. Nem esses passarinhos aqui eles sabiam localizar que eram de Cataguases. Então eu tinha que mostrar: isso aqui é Cataguases. Às vezes a gente passava na porta ali e a gente entrava no grupo [Educandário Dom Silvério] quinhentas vezes e eles não sabiam aqui ali tinha um Anísio Medeiros. Então passou por aí. Aí eles passaram a identificar que aquilo que eles viviam todos os dias tinha alguma importância. Para falar a verdade acho que muitos deles não tinham noção que tinha coisa tão importante. A partir daí desperta alguns cifrões né...

[...]

Então por isso que alguns não permitiram o inventário. Mas foram feitos.

15min26seg – 19min16seg

Os inventários ficaram em Cataguases. Foram feitos. A gente não ficou com nada aqui. Porque se fosse na época de inventário digital a gente poderia ter trazido cópia, mas não era, isso foi datilografado. Do Museu eu tenho certeza absoluta que foi. Do Museu e da casa do Chico [Francisco Peixoto] eu tenho certeza porque eu estava lá. Eu fiquei ajudando nesta parte.

20min37seg

Eu confundo D. Josélia com Nanzita... dona Jasélia é que tinha a Ceia... Então foi ela não permitiu [inventariar].

25min14seg – 26min45seg

A hora que surge os cifrões na cabeça da pessoa ninguém segura. Não é criticando não, mas quando a gente chegou em Cataguases, que eu vi aquele acervo, era uma decadência total. Total. Total. Total. Tudo era decadente. A gente entrava nas coisas, tinha poeira. Hoje eu não sei como está, mas na época era decadência total, era a modernidade em decadência. Era tudo muito decadente. As famílias eu acho que já estavam um pouco decadentes. Então a gente sentiu isso na pele. O negócio é proteger de alguma maneira... se é tombando ou como é que é, mas é de alguma maneira. E já tinha saído o painel do grupo... já tinha saído... foi a primeira coisa [Painel Tiradentes de Cândido Portinari, que saiu da cidade em 1979]. Enquanto tinha uma pessoa, lá dentro de Cataguases, que estava preocupada com a questão da cidade e que incentivou a compra daquele acervo, porque aquilo era importante, de certa maneira, isso protegia. Depois que essa pessoa não existia mais, começa realmente sair. Na verdade a idéia era proteger esse acervo. Mas, ao mesmo tempo em que a gente protege a gente cria o outro lado que é botar tudo em risco. Então assim a falta de um tombamento, desse tombamento mesmo de maneira geral com inventário, com todo o acervo, isso realmente foi falho. Agora, aí, não adianta tombar também se o proprietário não quer.

28min20seg – 29min13seg

O Chico Peixoto [Filho] abriu o acervo dele para inventário, para tudo. Agora, eu não lembro mais, eu tive só um contato com a dona Josélia, a Nanzita que é a pintora né, [sim] eu tive um contato com elas somente uma única vez. A Dona Josélia que era mais resistente em relação ao tombamento. A Nanzita já tinha essa coisa de ser artista e tudo mais. O acervo da Nanzita ainda existe? [existe] Aí? Está vendo? Era uma pessoa que tinha uma visão mais aberta.

33min26seg

[a respeito dos critérios que definiram o perímetro e as obras escolhidas para o tombamento] Eu não sei, mas acho que pode ter passado pela necessidade de concluir. Não sei. Eu não sei até que ponto também. Não tenho ideia.

APÊNDICE B

Transcrição de trechos da entrevista com **Maria das Dores Freire**, historiadora, funcionária do IPHAN em 1988, responsável pela coordenação geral dos trabalhos no “Projeto Memória e Patrimônio Cultural de Cataguases.”

Entrevistador: Paulo Henrique Alonso

Data e local da entrevista: Belo Horizonte, 19 de novembro de 2009.

Duração: 1h50min

Trecho entre 30min e 35min:

Eu não conhecia Cataguases. Eu não sabia da existência daquela... Eu tinha uma amiga que era cataguasense. Minha referência mais próxima era essa amiga. E na Sphan-próMemória nunca se falou em Cataguases...

Enfim notícias muito vagas... Eu não esperava encontrar o que encontrei. Cheguei na cidade e comecei a andar por aquela cidade e vendo assim... Primeiro foi me chamando a atenção a arquitetura eclética, o hotel - porque eu fiquei no hotel Cataguases, aí que eu fui sentindo que eu estava num lugar diferente. Então na primeira... eu lembro que era um calor horroroso não sei se foi mês de dezembro ou janeiro... novembro. Quente... mas quente demais. E acho que por tudo isso e a emoção.... Eu sei que eu sentei na mesa ...Então eu sei que tive uma vertigem na mesa de reunião, juntou tudo: o calor a emoção de estar ali entendeu? Aí eu voltei de lá muito encantada e outra coisa uma terceira coisa que me impressionou muito foi essa vontade do prefeito, o respeito, entendeu? Eles estavam de fato me esperando ali, o Tarcisio Henriques... Tem lá nos jornais tem fotos e tal... E desde então eu fiquei impressionada com a organização da prefeitura entendeu? E a vontade que eles estavam. O Tarcisio Henriques que é uma pessoa muito culta e... genro do Francisco Inácio Peixoto, então aí a gente começou a conversar e tal... E a Lurdinha [Maria de Lourdes Paixão de Resende, secretária municipal de cultura à época] aquele entusiasmo, aquela necessidade... aí a gente saiu andando pela cidade e foi assim.... aquele amor , aquele encantamento.

Eu voltei pro IPHAN. Na época era o Claudio Magalhães que era o diretor, daqui de Belo Horizonte. O Claudio, acho que ele está vivo ainda também. Quando a gente começou o projeto ele que deu força. Então na volta eu chamei essas pessoas, a Lidia [Estanislau] morava em Brasília ainda. Então eu falei: não gente, ali nós vamos trabalhar diferente. Eu via a chance da gente de fazer um trabalho diferente daquele que até então tinha sido feito. Porque eles não chamaram a gente para tombar nada. Eles chamaram o IPHAN para ajudá-los a pensar o que se podia fazer em termos de... um trabalho com patrimônio... Eles tinham criado na Prefeitura uma área de patrimônio histórico. Mas eles queriam saber como trabalhar, porque era uma cidade que não era barroca. Não tinha esse perfil da cidade mineira reconhecida e valorizada pelo IPHAN, pela política de patrimônio cultural. Aqui é uma chance de inovar em tudo. Trazer... porque não pode ficar parecendo pretensioso, mas eu vi a oportunidade da gente trabalhar com uma cidade que fugia ao perfil até então conhecido, cidade mineira patrimônio histórico de Minas Gerais do século XVIII, então uma cidade que escapava disso , mas cidade que teve essa vinculação.... Esse crescimento que remetia a esse outro momento da história de Minas e do Brasil e teve o surto modernista ali. Aquele acontecimento de ligar economia cultura e o social também como preocupação de uma gestão... Aquelas pessoas que pensaram aquela cidade que realizaram aquilo tudo na cidade e a possibilidade então de trabalhar com as todas referências culturais dessa cidade. Ela era virgem de qualquer intervenção. Ela não trazia nenhuma marca. Ela era um campo aberto e com as pessoas querendo... o que mais que eu poderia querer? Eu lembro que cheguei aqui enlouquecida e chamei o Flávio, o Toninho, o Marco Antônio que cuidou da pesquisa de imagens, de referências documentais e depois aquilo tudo que aconteceu... A convivência dos verdes com Humberto Mauro fazendo cinema no mesmo momento, mas não

tinha nada a ver um com o outro numa cidade do interior de Minas. Ou seja, Cataguases tinha sido mais do que a cidade que também viveu o processo de industrialização. Então eu trouxe isso e eles ficaram animadíssimos também.

55min a 59 min:

O momento me parece que foi a tal exposição. Essa exposição que se pensou com a entrada da secretaria de cultura, do IEPHA. Um olhar sobre Cataguases. Não é isso? A exposição... nessa ida a exposição o Glauco se encantou com Cataguases e voltou entusiasmado. Eu não estava lá como eu estou te falando, eu era contra, eu me... acho que eu não deixei isso escrito em lugar nenhum. Mas a minha posição sempre foi contrária, por que eu achava... Primeiro isso era desfazer um caminho que a gente vinha fazendo apostando naquilo de que era possível: sim construir com a cidade uma relação de apreço, de respeito contrariada a idéia de patrimônio cultural construído com a comunidade sendo ela – a gente apostava, eu apostava nisso - que ela poderia ser a melhor guardiã de seu patrimônio, claro que com todo esse trabalho – apoiando e participando. O casamento da gestão municipal com a instituição do patrimônio IPHAN, poderia agregar outras instituições também, mas que isso fosse sendo construído, e não que a gente de repente voltasse atrás, para mim isso era um retrocesso entendeu? Fazer o tombamento. Retomar aquela forma de trabalhar de cima para baixo . Acho que a cidade não estava preparada para isso. Isso poderia gerar na cidade aquele sentimento de insolução, vamos dizer, que a cidade desenvolveu... Para mim era uma contramão do nosso jeito, do nosso projeto original.

(...)

A ideia era essa... Cataguases nasceu como projeto... a Instituição tomou conhecimento de Cataguases foi nesse contexto e nessa circunstância que eu estou te falando e com esse sentido de implementar uma ação que expressasse toda essa idéia, essa concepção, esse conceito mais abrangente e amplo do patrimônio que nossa constituição justamente em 1988 consagrou. Eu acho que o tombamento se ele emergisse desse processo que ainda estava em curso, que foi... o projeto depois foi perdendo força dentro da própria instituição ...

Porque o instrumento de tombamento... Isso... eu sou cria do CNRC eu sou cria dessa instituição de patrimônio e eu continuo pensando isso de tombamento: é necessário mas jamais suficiente. E, em Cataguases, isso não correspondia ao tombamento chegar daquela maneira. Acho que na cidade e mesmo assim em qualquer lugar eu acho que tombamento soa como alguma coisa que ameaça. Imagina uma cidade que não tinha nenhuma história ou tradição de lidar com o patrimônio... Eu lembro de uma coisa que a gente lamentou: a destruição da Casa Carcacena...

a partir de 1h7min55 s

Nunca foi objetivo nosso nem foi, por exemplo, “ comer pelas beiradas” , vamos chegar... Nem foi estratégico para chegar ao tombamento. Não era isso. O projeto era aquilo mesmo: trabalhar com a cidade: valorizando a sua memória, o seu patrimônio cultural que seria revelado neste trabalho. Ia sendo revelado... Então por isso que a gente transitava bem entre as pessoas.

a partir de 1h22m22s

Era mais um trabalho de valorização, de sensibilização, de valorização. Nunca... Nunca a gente pensou que era para tomar. Se essa idéia de tombamento viesse a surgir ela surgiria de um processo natural em que todos tivessem de acordo com isso. Se pudesse até ser talvez um tombamento municipal ou estadual, etc

APÊNDICE C

Transcrição de trechos da entrevista com **Flavio Campos Grillo**, arquiteto, funcionário do IPHAN em 1988, responsável pela equipe de Evolução Urbana no “Projeto Memória e Patrimônio Cultural de Cataguases”.

Entrevistador: Paulo Henrique Alonso

Data e local da entrevista: Belo Horizonte, 4 de dezembro de 2009.

Duração: 1h23min

Trecho entre 1min e 5min2seg

O início do trabalho foi com um convite feito pela Lurdinha e o Tarcisio, prefeito, e através da Doia [Maria das Dores Freire, técnica do IPHAN que fez os primeiros contatos com Cataguases] chegaram no IPHAN querendo desenvolver um trabalho de preservação do Patrimônio Cultural dentro da cidade. Mas uma coisa bem... até bastante bem diferente do trabalho que normalmente o IPHAN fazia. O IPHAN tinha, quero dizer não sei hoje como é que está porque eu tenho andado meio afastado de lá, mas tinha aquela coisa de tombamento primeiro, quero dizer usar o mecanismo de tombamento como preservação. Em Cataguases a coisa começou não pensando nisso. Pensou uma forma de desenvolver dentro da cidade um trabalho que gerasse uma formação no grupo que pudesse desenvolver dentro cidade mesmo... que servisse como um núcleo que irradiasse a questão da preservação dentro da cidade sem pensar na possibilidade de tombamento. A palavra tombamento não era nem citada durante esse processo todo. Então esse processo durou alguns anos através de oficinas com trabalhos em escolas lá de Cataguases mesmo. Foi feito um inventário do acervo arquitetônico, do acervo de artes plásticas de cinema e isso foi consolidado em dois livros que são os livros de memória que foi outra vertente do trabalho também que Lidia ficou responsável por essa área. Bom, aí depois disso o Tarcisio saiu e Lurdinha saiu também e então o trabalho em Cataguases deu uma queda e a coisa meio que morreu lá. E com isso ficou quieto dentro do IPHAN. Também eu e Doia saímos do IPHAN e eu fiquei completamente por fora do assunto e fui surpreendido com a notícia que Cataguases tinha sido tombada, isso na gestão de Claudia Lage, aqui em BH no IPHAN. E quem tinha montado o processo de tombamento todo foi a Lidia. Então quando você fala desta questão das obras me parece estranho porque a Lidia ela... o olhar dela tendia muito mais para essa questão de vila operária, essa questão social... e a coisa ficou meio restrita aos medalhões da arquitetura mesmo né. Não pegaram o caráter urbano. A gente coloca uma coisa importante o paisagismo elaborado pelo Paulo de Frontin. Uma das primeiras cidades a ter um paisagismo planejado... a escolha das espécies...

[...] A gente gerou fichas. Elas estão no IPHAN. A gente não chegou a entrar dentro das casas, algumas mais bacanas a que sobressaiam a gente entrava e dava uma olhada na planta.. fazia um inventário das plantas... os demais foram só fachadas mesmo.

Tem isso tudo mapeado ... tem os mapas... A gente pegou o eclético depois pegamos o moderno – a gente fez os dois períodos - o eclétismo da formação da cidade mesmo e depois do período modernista. Deu umas 200 fichas mais ou menos. Isso foi feito em conjunto com o pessoal de Cataguases . Foi montado duas ou três equipes que foram fazendo. A gente fez o treinamento deles lá. Eram estudantes da FAFIC. Foi feito inclusive o inventariamento da parte de obras de arte também. Quando você conversar com Antônio Fernando ele vai te falar sobre isso.

20min25seg a 20min42seg

Na verdade o que eu concluo é que não foi utilizado o principal conceito do trabalho que era fazer uma coisa em conjunto com a cidade. O IPHAN fez um retrocesso na história dele, se fechou, voltou na década de 1930 se comportou como no princípio da história quando a preservação no Brasil era feita por decreto.

31min43seg a 32min24seg

A gente começou a fazer uma tentativa de um traçado urbano com a evolução da cidade... ficaram uns papéis soltos. Por que isso era um dos caminhos que a gente estava tentando desenvolver nos trabalhos. Era essa história como é que a cidade foi se formando... e a gente estava fazendo porque não tinha a base cadastral...

37min45seg a 38min31seg

Eu sai em 1993 e fiquei um ano de licença. Eu fiquei sabendo... A Doia me contou pelo telefone... Você não sabe o que aconteceu? Vou te contar? Tombaram Cataguases... A Lidia sempre foi presente Eu não sei se o Toninho participou disso... Eu sei que as pessoas que participaram guardaram segredo não contaram para ninguém o que estava acontecendo.

42min30seg a 45min45seg

Paulo Alonso: Porque que eles chegaram ao tombamento?

Flavio Grillo: Eu acho que aí a gente tem até uma certa responsabilidade. Na verdade o tombamento foi a consolidação de um mito... Essa coisa do... que começou assim um grupo de arquitetos de Belo Horizonte... dentro da escola de arquitetura ainda... dois arquitetos foram a Cataguases passeando por não sei onde, estavam indo para não sei onde... passaram por Cataguases e chegaram contando: nossa lá tem coisa do Niemeyer, tem Portinari isso e aquilo... aí foram construindo essa história dentro da escola de arquitetura aqui [antes de 1988]. Aí eu lembro que já era recém formado, trabalhava com o Éolo Maia, a gente fez um grupo de arquitetos... aí foi o Veveco, acho que o Gustavo foi também... um grupo de arquitetos. Arrumamos uma excursão com ônibus e tudo mais para visitar Cataguases. Então essa coisa foi sendo construída que era exceção dentro de Minas Gerais e realmente é né ...você não tem uma cidade que tem um conjunto desse com a representatividade uma qualidade que Cataguases tem. E tinha na época um cervo de obras fantástico. Então Cataguases começou a se pintar como sendo quase que como um museu, não um prédio... um conjunto de prédios que cada um tinha um pouco de coisas que mereciam ser vistas. Então era quase como se fosse um museu acervo um museu território não sei como se chama isso. Um conjunto de obras arquitetônicas de valor e dentro das obras arquitetônicas um mobiliário com um desenho muito excepcional umas obras de arte excelentes, com um pessoal muito simpático que deixava você entrar dentro das casas para ver essas coisas todas e que preservava aquele material todo. Porque neste período as famílias ainda tinham grana, estavam bem financeiramente e realmente eram muito cordiais e muito simpáticos. Você fica abrindo sua casa... tinha um grupo de estudantes de Belo Horizonte, 30, você abre sua casa, serve cafezinho, mostra tudo... não rola né. Aí criou-se esse negócio. Tanto que quando pintou dentro do IPHAN essa coisa de fazer um estudo sobre Cataguases a coisa era meio lógica entendeu. Mas aí tentou-se manter esse astral que Cataguases tinha.

47min45seg a 48min30seg

Aí tem esse caso.... Eu acho que os órgãos de preservação de uma maneira geral não conseguem lidar com essa coisa de trabalhar a preservação em conjunto com a população, vão tentando, tentando, na primeira dificuldade eles acionam a lei e aí usam o poder da lei ou você preserva ou você vai preso.

49min45seg a 50min20seg

O tombamento foi em cima de um mito, na verdade. As casas estão acabando. O acervo de obras de arte já não existe mais, a literatura não sei a quantas anda, o cinema não existe.

01h06min57seg

A gente acreditava... A gente sabia que depois de alguns anos, depois de algum trabalho, o grupo ia perceber a necessidade de ter algum mecanismo legal para preservar algumas coisas. Porque todo mundo sabia que tinha alguns inimigos, a própria Prefeitura inclusive. Então algumas medidas legais cautelares teriam que ser tomadas em alguns momentos para preservar alguma coisa, para garantir a preservação de alguma coisa. Não só o filho do fulano de tal, em determinado momento, ou o filho dele poderia querer fazer um prédio no lugar da casa ou mesmo a prefeitura, ou a fábrica ou não sei quem, em algum momento, poderia querer fazer alguma coisa errada. Então todo mundo pensava que em algum momento seria necessário pensar em alguma medida legal para preservar algumas coisas. Não sei se seria o tombamento. Mas isso era considerado assim... Um dia a gente pensa nisso. A gente tinha certeza que... pelo andar da carruagem que a gente sentia, como tinham algumas famílias que estavam em decadência financeira, algumas coisas, obras de arte não vão ficar aqui, a gente sabe que a última cartada que eles têm é essa.

APÊNDICE D

Entrevista com **Claudia Márcia Freire Lage**, Coordenadora Regional da 13ª CR/IPHAN/MG em 1994

Entrevistador: Paulo Henrique Alonso

Data e local da entrevista: Ouro Preto, 16 de dezembro de 2009.

Duração: 50min7seg.

Paulo Alonso: Você era coordenadora da 13ª Regional do IPHAN quando se deu o tombamento de Cataguases. No processo de tombamento vemos que houve o envolvimento também do IPHAN/SP através da 9ª Regional e ainda há alguns documentos que reportam ao IPHAN no Rio de Janeiro. Qual era o papel de cada uma dessas regionais no processo de tombamento? Por que havia essas três regionais envolvidas?

Cláudia Lage: A intenção de ter três regionais envolvidas era de dar maior qualificação, dar maior qualidade ao trabalho, porque o meu pressuposto sempre foi trabalhar na regional... Trabalho numa instituição federal e aí era procurar pessoas que poderiam contribuir de uma forma positivamente e aprimorar a qualidade deste trabalho. Então estas pessoas estavam identificadas, naquele momento, poderiam ser outras, mas naquele momento estavam identificadas no Rio de Janeiro e na nona eram pessoas que trabalhavam especificamente... Tinham conhecimento mais específico sobre arquitetura moderna, que foi o José Pessoa, que você deve ter identificado, não me lembro bem se foi só o José, o Janjão [Antonio Dias de Andrade] em São Paulo e a Cecília Rodrigues. A Cecília Rodrigues já trabalhava com arquitetura moderna e trabalha. O José Pessoa também e o Janjão era um ícone dentro do IPHAN. Isso foi uma característica da minha administração, da minha gestão, de sempre.... Como a gente tinha poucas pessoas... E também a gente não tinha esse limite... De uma instituição federal, então você pode sempre buscar pessoas que poderiam contribuir para o aprimoramento desse trabalho. Foram identificadas essas pessoas e o Janjão foi o grande... Acho que foi o grande último trabalho que ele fez na Instituição porque logo depois ele faleceu. Depois nós continuamos. Depois do tombamento nós continuamos esse trabalho de uma proposta de gestão que é aquele artigo meu e da Cecília que está no Vitruvius. Então, para mim, não há limite porque é da 13ª, é de Minas Gerais. Para mim é do IPHAN.

Paulo Alonso: De onde partiu, ou de quem partiu a necessidade de fazer o tombamento? Como se iniciou? Quem provocou o processo?

Cláudia Lage: Partiu de mim, pessoalmente... Enquanto superintendente e com o conhecimento de um trabalho que já vinha sendo feito em Cataguases e a intenção não era fazer um tombamento no sentido de um tombamento repressivo, jamais. Mas, um tombamento de reconhecimento de valor, não só do aspecto... Porque naquela época, nós já estamos falando disso há quinze anos atrás, há quinze anos atrás nós tínhamos muito arraigado de tombamento como proteção no sentido de se evitar que se aconteça alguma coisa, na verdade isso acabou acontecendo em Cataguases mas não era essa a intenção. Foi um tombamento feito, inclusive, junto com a Pampulha. Arquitetura moderna. Então era sim: questão de reconhecer o valor nacional de Cataguases. Era essa a premissa do tombamento de Cataguases. Então foi partindo disso que eu levei a proposta ao presidente do IPHAN, na época Glauco Campello, que assumiu os dois e até foi feito num tempo bem rápido porque que ele queria que fosse feito... Não me lembro... Mas, enfim ele me deu todo apoio para que a gente fizesse isso e foi um trabalho ... Uma proposta da regional com apoio da presidência do IPHAN. Eu já conhecia Cataguases. Conhecia o valor de Cataguases. Esse valor tinha que ser reconhecido... Foi uma coisa que saiu do nada não. Foi uma questão de reconhecer realmente o valor de Cataguases. Porque para mim Cataguases é síntese do modernismo no Brasil, nós temos todas as expressões de artes em Cataguases. Nós temos cinema,

nós temos literatura, não temos artes plásticas, temos arquitetura, temos escultura, temos mobiliário, temos tudo, artes aplicadas, tudo em Cataguases. Então o IPHAN 13ª já vinha fazendo um trabalho anterior junto a Cataguases que não tinha inclusive a uma intenção de tombamento. Foi uma coisa até discutida na época dentro 13ª. Se chegaria a tombamento ou não e nos efeitos negativos que teriam esse do tombamento. Para mim a intenção de tombamento estava ligada muito diretamente à questão do reconhecimento. Para mim aquele espaço era o espaço sagrado do modernismo no Brasil, para mim era uma síntese. Tanto da qualidade, quanto da diversidade de ter todos aqueles aspectos contemplados em Cataguases. Então isso que foi a diretriz que levou ao tombamento.

Paulo Alonso: A equipe que trabalhou anteriormente no processo: Maria das Dores Freire, Flávio Grillo e Antônio Fernando me disseram que não havia intenção inicial de tombamento. Você me disse que essa questão do tombamento de Cataguases era discutida no IPHAN, parece que havia uma certa dúvida quanto ao tombamento...

Cláudia Lage: Não era uma questão de dúvida. Era uma questão do significado do tombamento, era até mais conceitual. Entendia-se que talvez não precisasse tombamento, não seria o caso de tombamento. A Lídia Avelar Estanislau também fazia parte do grupo, você não teve oportunidade porque ela faleceu. Mas o entendimento que a gente chegou, até o Antonio Fernando compartilha disso, o Flávio saiu, então não vem ao caso, é de que Cataguases merecia esse reconhecimento. E então nós como IPHAN... Eu entendo que não tenho que pensar o tombamento como uma questão negativa. Mas uma questão positiva e todo esse procedimento foi discutido... Tanto o tombamento com a Prefeitura de Cataguases... Com o mesmo grupo. Um grupo que começou com um trabalho de valorização, que teve depois continuidade e eu considero que culminou no tombamento num ponto de vista positivo e foi todo discutido na prefeitura que na época o prefeito era o Tarcísio Filho que vem a ser o filho do Tarcísio que começou o processo anterior. Inclusive o Tarcísio Filho foi à reunião do Conselho, foi um procedimento todo trabalhado na Secretaria de Cultura...

Paulo Alonso: No processo de tombamento há uma correspondência do Sr. Francisco Inácio Peixoto Filho, datada de 24 de novembro de 1994, para o IPHAN, em que ele diz: "*Confirmando nossos entendimentos quando da visita à nossa cidade, em outubro passado, de técnicos da Coordenadoria do IBPC em Minas Gerais, gostaríamos de reafirmar nossa preocupação em preservar o Patrimônio Cultural de Cataguases, através do tombamento de suas obras públicas e, sobretudo, de algumas privadas que, pelo seu valor histórico ou artístico, merecem ser, além de revitalizadas também divulgadas. Tivemos, na ocasião, oportunidade de discutir com a equipe os bens que julgamos necessário tombamento e estamos à disposição de V. Sas se necessitarem de minha colaboração*". Vc chegou a ter contato com o Sr. Francisco Peixoto Filho. Qual a colaboração dele no processo? Que papel ele exerceu? Quais bens são esses que ele julgava necessário tombamento?

Cláudia Lage: Como eu te disse ele participou disso. Ele apoiando... Ele fazendo parte desse processo. Nós tivemos lá e nos reunimos com ele. Conversamos. Discutimos com ele e ele teve interesse em que tivesse esse reconhecimento tanto é que ele coloca aí. Mas que o painel tinha saído o painel estava em São Paulo, o painel do Colégio, mas não foi isso que motivou o tombamento. O que motivou o tombamento foi o reconhecimento e aí no processo de tombamento se trabalhou a cidade no seu percurso histórico não só o núcleo modernista, mas a cidade no seu núcleo histórico. Agora, foram tombadas edificações individualmente pelo valor excepcional que essas edificações têm. Agora quais são exatamente não me lembro. Possivelmente eu não sei se todas que ele sugeriu foram contempladas porque passaram por um processo técnico. Porque tá dito isto né. Eu não me lembro dessa sugestão, eu não me lembro. Mas, é muito claro quais são. Quem conhece Cataguases... Isso aflora em Cataguases quais foram as edificações. Então os resultados dos nossos estudos foram as edificações que foram recebendo tombamento individual inclusive com seu acervo.

Paulo Alonso: Como foi feita a definição do perímetro de tombamento? E dos bens tombados individualmente? Como a equipe que trabalhou no processo fez essa escolha?

Cláudia Lage: Foi tudo estudado em loco. Foi um processo de estudo e discussão teórica, conceitual, não foi uma coisa aleatória não. Foi avaliado tanto do ponto de vista histórico, quanto do ponto de vista físico. Tanto que não é somente o núcleo modernista. Contemplou a cidade na sua história.

Paulo Alonso: Porque a igreja não foi tombada?

Cláudia Lage: Eu não saberia te dizer por que. Eu não me lembro. Confesso que estou até surpresa com essa informação. Porque a intenção... Nossa linha nunca foi de avaliação do ponto de vista estético – bonito ou feio. Com certeza isso não foi. Estou achando estranho. Um lapso não seria o mais adequado. Até gostaria que você investigasse o que foi. Você leu todo o processo para saber? Porque eu não acredito que não tenha sido alguma avaliação de mérito do bem não. Porque pode ter sido o seguinte: não a tombou individualmente, mas ela está contemplada no conjunto. Pode ter sido isso, mas eu não saberia te dizer. Não me lembro. Até porque nós fizemos junto Pampulha. Eu era superintendente regional com mil outras coisas. Eu não cuidei pessoalmente da instrução como técnica. Eu acompanhei e coordenei, mas do ponto de vista de superintendente. Agora quem teve a coordenação técnica foram outras pessoas que pegaram na massa para poder fazer a coisa, digamos assim. Eu trabalhei nisso aí, fiz a coordenação, mas, não elaborei o dossiê. Então sinceramente eu não saberia... Talvez a Cecília Rodrigues saiba... O Francisco Peixoto não poderia contribuir nessa questão não, mas, a Lídia, e o Janjão com certeza. Mas com certeza eu posso te dizer que não foi por avaliação de feio, bonito. Não foi. Não foi essa a premissa de avaliação. O que pode ter acontecido é o que eu já falei. Como estava contemplada no conjunto, por algum motivo, que deve ter modificado. Eu não me lembro depois de tanto tempo. Eu até participei de todas as discussões, participei de tudo. Como eu te disse, eu não peguei na massa da elaboração, participei das discussões, mas eu não me lembro.

Paulo Alonso: O Francisco Peixoto afirmou em uma entrevista, em 1979, não gostar da Igreja. Você acha que pode ter alguma relação com o fato de seu Filho, o Francisco Peixoto Filho, ao auxiliar na relação de bens a serem tombados, conforme mencionou na correspondência acima, ter papel no fato de ela não ter sido tombada, influenciado pelo gosto do pai?

Cláudia Lage: Não. Não. É uma questão de coincidência. Isso eu posso te adiantar, é uma questão de coincidência. Primeiro essa lista ele mandaria, mas passou pela equipe que estava trabalhando e ele jamais interferiria em qualquer... Isso eu posso falar por mim... Pela minha maneira de atuar e pela maneira dos técnicos que atuaram. Tenho certeza absoluta. Absoluta. É uma coincidência. O que pode, vou reafirmar, é na avaliação técnica, ter se chegado que como a igreja estava contempla no conjunto e consideraram que seria o caso, mas não posso te responder isso. Mas esse lado aí não. A interferência de Francisco Peixoto [Filho], não. Francisco Peixoto [Filho] interferiu no ponto de vista de apoio. De apoio, mas jamais interferindo no que ou não ou dando diretriz neste sentido. Jamais.

Paulo Alonso: Eu percebi que a construção do dossiê foi feita em cima do conceito ampliado de patrimônio. Parece que a intenção não foi ficar somente nas obras significativas do modernismo, mas ampliar para a história da cidade... a industrialização, os operários, as vilas operárias... Cataguases foi um dos primeiros sítios históricos heterogêneos tombados, diferente de Ouro Preto, de nossas cidades históricas do ciclo do ouro...

Cláudia Lage: Principalmente para Minas Gerais que tem uma tradição, que não tinha nem uma cidade que não fosse do século XVIII tombada, não tinha nenhuma área urbana, nenhuma área de patrimônio urbano tombado que não fosse do século XVIII. Então para gente era um desafio muito grande: assumir o tombamento de uma área urbana modernista, moderna, digamos assim, ou contemporânea, mais moderna... E como lidar com isso? A gente sabia que estava numa seara complicada, mas nem por isso a gente achava que não devia assumir esse desafio. Que era um aprendizado. Acho que isso fica claro no nosso artigo do Vitruvius.

Paulo Alonso: Mas então por que o perímetro não contemplou algumas vilas operárias, como o Bairro Jardim por exemplo?

Cláudia Lage: Eu não saberia te dizer isso. É muito específico. Eu só posso te dizer que tudo foi muito criterioso. Agora acho que aí estão questões de momento. Quero dizer: a gente está saindo de quinze anos atrás, quando a gente propõe isso, a gente está propondo uma coisa que não era habitual, a gente está avançando dentro do próprio IPHAN. E aí eu não saberia te dizer qual que foi... Há quinze anos a gente relembra isso... Não sei do que é documento daí a importância de documento e eu não estou nem com a leitura do dossiê aqui para relembra. Até porque eu acho que a tendência institucional teria sido só o núcleo modernista. Eu acho que a gente abranger essa área maior já foi um grande avanço. Porque o núcleo modernista é aquilo que está evidente... É o valor evidente. É o que sobressai na cidade. Você contemplar a história da cidade, a questão dos operários, a questão das vilas operárias... O que a gente conseguiu já foi um avanço. Por que para você ver: o dossiê... Outra coisa é ter uma relatoria e ter um conselho. O dossiê por si só não tomba né? O dossiê instrui para que tenha um relator. Na verdade é um tombamento meio diferente. Saiu um pouco daquilo que estava... Para Minas absolutamente inovador... Para a prática de Minas sobre patrimônio é absolutamente inovador... Nós estamos falando de 1994...

[...]

Paulo Alonso: No processo de tombamento há uma correspondência de D. Josélia Pacheco de Medeiros, de 17 maio de 1995, dirigida ao IPHAN, onde ela solicita o esclarecimento de qual o real acervo móvel e integrado que foi tombado da sua residência? Na notificação de tombamento não havia a relação desses bens. Foi feito o inventário dos bens móveis? Se sim onde ele se encontraria? A ausência desse inventário excluiu quando da inscrição nos livros do tombo os bens móveis.

Cláudia Lage: Eu saio do IPHAN em 1999. Fim de setembro. Em outubro de 1999 eu já não estou mais no IPHAN. Eu sou obrigada a te dizer que eu não acompanhei essa notícia. Ninguém me comunicou, não tive conhecimento... Eu teria tido outra atitude... Até porque o inventário foi feito... Eu tenho certeza absoluta que esse inventário foi feito. Não sei se eu estou confundido com que já tinha sido feito antes. Agora eu teria, quero dizer... Eu não sei o teor disso, mas eu não teria jamais feito a inscrição sem o mobiliário e os bens móveis. Eu teria feito o inventário, antes que se retirasse. Eu acho que exatamente uma das premissas do tombamento de Cataguases é a síntese que ele tem, se a gente retira esses dois itens perde muito. Eu não me lembro. A única lembrança que eu tenho é que havia um inventário. Não sei se do inventário anterior ou desse. Tem que conversar isso com o Toninho, com o Antônio Fernando para gente fechar isso. A intenção nossa era de que os bens móveis e mobiliário não saíssem de Cataguases. Eu me lembro de ter ido lá, de ter conversado com os proprietários, informando, esclarecendo que com o tombamento eles não perderiam a posse, eles poderiam vender. Mas a gente não tinha interesse que eles saíssem de Cataguases. Então a intenção nossa era formar um fundo para que no momento que esses proprietários quisessem desfazer desses bens que eles fossem adquiridos por esse fundo e mantidos em Cataguases. Era essa a ideia. A gente chegou a trabalhar nisso... De como seria esse fundo, de que maneira, como. Cheguei a ter contato com a empresa... De energia... Força e Luz Cataguases Leopoldina. Cheguei a ter contato com eles. A intenção era que a gente constituísse um fundo mesmo para poder adquirir... Quer dizer não saísse. Mas também... E o problema que pegava eram os bens móveis. Só quem não questionava isso era o Chico Peixoto. Olha, teve um inventário que não foi feito, que a gente não teve acesso, não sei qual que foi, não sei se foi da Josélia. Tenho uma vaga lembrança disso. A gente não conseguiu fazer porque não deixaram a gente nem entrar... A gente não conseguiu ter acesso...

Paulo Alonso: Não foi feita a notificação pessoal para os proprietários com os bens tombados individualmente. Essa notificação foi feita via Diário Oficial. Mas o que você pensa disso?

Claudia Lage: É uma questão jurídica que não saberia responder. Não vou te responder isso não. Não sou a pessoa mais adequada para responder isso não. Mas se foi feita assim, foi a forma adequada. Foi juridicamente adequada. Porque nessa época a gente já cercava isso bem [...]

Acho que o diário Oficial já serve como notificação. Não tenho certeza se do ponto de vista legal. Se é exatamente isso. Mas eu tenho certeza, sim, de que quem fez isso na época foi a Sista Souza e ela é muito cuidadosa, ela não erraria nunca uma coisa dessas, não teria um lapso desses. Acho que é uma questão legal. Não cabe a mim pensar isso porque é uma questão legal. O que eu sei é que assim... Essas pessoas... A gente vai discutir a aqui se foi autoritário ou se não foi... Qual que era a intenção desse tombamento. Aí a gente tem que pensar isso do ponto de vista do que é coletivo. Se a gente pensa do ponto de vista individual a gente não consegue chegar na questão do tombamento que é um ato de reconhecimento de um valor coletivo. Se eu começar a pensar no problema de cada um eu não vou muito pensar no coletivo. Então o que a gente pensou é reconhecer aquilo como valor de toda a nação, quero dizer: aquilo passa a ser um patrimônio de todos os brasileiros. Então, dentro dessa perspectiva eu só posso pensar que tem um documento legal, que se está de acordo com o documento legal... E a gente tomou todos os procedimentos, as pessoas tinham conhecimento, a gente conversou com a Prefeitura, que é a representante, as pessoas na cidade sabiam... Primeiro que... eu que trabalho com patrimônio, achar que patrimônio é uma traição... Para mim tombamento é reconhecimento E, depois, houve um trabalho na cidade, as pessoas sabiam o que estava sendo feito. Então, agora, se gente entrar no mérito se as pessoas tem que ser notificadas... É um procedimento legal... Se esse procedimento legal foi seguido... Tanto é que as pessoas apresentaram, pediram impugnação... Então correu todo um trâmite... Acho que foi tudo legal... Juridicamente legal e acho que politicamente também. Agora, é evidente que o tombamento interfere mesmo no direito de propriedade assim como qualquer legislação urbana.

[...]

Paulo Alonso: Em sua opinião por que houve a impugnação do tombamento pelos proprietários do Monumento a José Inácio Peixoto, Vila Operária, Indústria Irmãos Peixoto, Residência da D. Josélia Pacheco de Medeiros Peixoto e de D. Nélia Peixoto?

Claudia Lage: Porque é normal. Faz parte do processo. O procedimento das pessoas de pedirem impugnação porque naquele momento eles entendem, em geral até por desconhecimento, ou, no caso específico, acredito naquilo que eu te falei, por causa dos bens móveis... Por não poder dispor dos bens móveis individualmente... Quer dizer na verdade até podem... Eu não me lembro se no processo de tombamento tem alguma referência a que eles permaneçam no local. Se não tem, eles poderiam sair até de Cataguases. Que era o fundo que a gente queria para mantê-los em Cataguases. Podem ser comercializados. Agora o ideal era que não saíssem de lá, porque o objetivo era esse. Aí se saíssem... Infelizmente... Tanto é que depois eu, Janjão e Cecília continuamos trabalhando. O processo não termina com o tombamento. O processo continuaria dando apoio à Prefeitura discutindo com a Prefeitura... plano diretor, legislação e tal... E um tombamento que não tinha um caráter... me fugiu a palavra... Que era muito comum na década de 80 que se tombava para poder... Um caráter de impedir de que acontecesse alguma coisa que estava sob ameaça, no sentido de tirar a ameaça... Não era esse o caráter... E isso acabou acontecendo porque depois veio uma lei de uso e ocupação do solo que arrasa com a cidade, que entende a cidade como se fosse uma Copacabana. Cria uma cidade com prédios um grudado no outro e aquela coisa toda. E aí a gente chegou a ter algumas reuniões com a prefeitura. Chegamos a trabalhar no Hotel Cataguases... a construção da piscina... o Hotel já estava tombado. Janjão que discuti isso e nós fomos lá. Eu fui depois do tombamento várias vezes para Cataguases, com Janjão e Cecília para a gente continuar o processo. Porque, no nosso entendimento, o processo não terminava com o tombamento principalmente depois com a gestão da cidade.

[...]

A gente conseguiu montar uma equipe maravilhosa. Tanto para a Pampulha como para Cataguases.

Paulo Alonso: Você teria alguma coisa a acrescentar?

Claudia Lage: Foi um tombamento que me deixou muito confortável, até porque teve a presença do prefeito, uma coisa que não era muito comum. O prefeito estava presente na reunião do Conselho. Ele e o secretário de cultura. Eu acho que isso é uma legitimação de todo o processo que a gente manteve junto com a prefeitura, não só com a prefeitura, mas também com o Chico Peixoto [Filho] que além de secretário de cultura era também proprietário. Então me deixou muito confortável. Talvez se agente tivesse tido um tempo maior... Mas é bom a gente ter um limite de tempo... Porque se não vai ficando uma coisa...






Eu lamento que depois não tenha tido a continuidade do que a gente pretendia. Porque para mim não seria só o ato de tomar. Seria principalmente o desafio de fazer a gestão dessa cidade. O patrimônio modernista, uma cidade contemporânea, uma coisa diferente do que a gente estava habituada a trabalhar. Com as cidades do século XVIII, muda o parâmetro completamente.

Paulo Alonso: Se o dossiê já trabalhava com o conceito de patrimônio ampliado, porque no tombamento ficaram de fora coisas muito importantes...

Claudia Lage: É talvez porque a gente já estava avançando. Se a gente voltar em quinze anos atrás e pensa que Minas... para os tombamentos do século XVIII... e a gente propõe o tombamento de duas situações que são de patrimônio modernista. Então a gente já estava dando um passo bem maior, que talvez não tenha conseguido chegar no que você considera que seria ideal. Nada impede até a partir do seu trabalho que se peça uma reformulação disso com seu estudo. Acho que é bem legal. Acho que o tombamento é inclusive dinâmico neste sentido. Então se naquele momento a gente entendeu daquela forma, hoje talvez possa entender diferente. Você está dizendo que tem outras obras que eram tão importantes quanto. Talvez a nossa visão tenha sido a que conseguiu chegar naquele limite. Aquele limite, já era bem, eu te garanto que para época era bem... não quero utilizar a palavra avançado mas.... a palavra é essa... mas tem outra palavra... depois eu lembro de qual que é a palavra exata.

APÊNDICE E

Mapa com localização das figuras

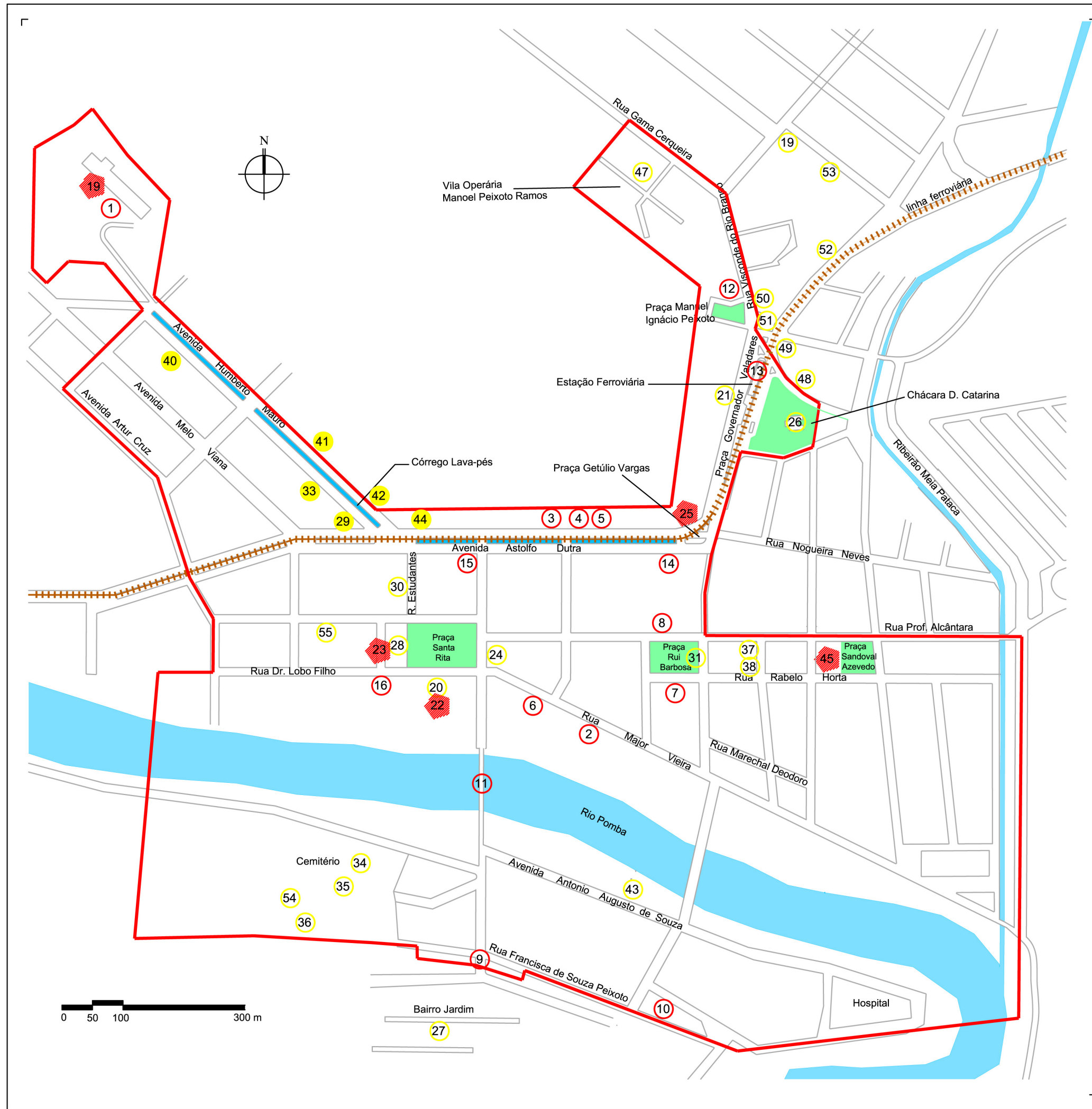
-  Perímetro de Tombamento
-  Imóveis Tombados Individualmente
-  projetos de Luzimar Goés Telles
-  Imóveis demolidos
-  demais imóveis

OBS: Os números dentro dos ícones referem-se ao mesmo número das figuras no texto da dissertação

- 1 - Colégio Cataguases
- 2 - Residência Francisco Inácio Peixoto
- 3 - Residência Ottoni Alvim Gomes
- 4 - Residência de Josélia Peixoto de Medeiros
- 5 - Residência Nélia Peixoto
- 6 - Hotel Cataguases
- 7 - Cine Teatro Edgard
- 8 - Edifício "A Nacional"
- 9 - Conjunto de Residências Operárias
- 10 - Monumento a José Inácio Peixoto
- 11 - Ponte Metálica sobre o Rio Pomba
- 12 - Fábrica de Fiação e Tecelagem de Cataguases
- 13 - Estação Ferroviária de Cataguases
- 14 - Museu de Eletricidade Cataguases-Leopoldina
- 15 - Antigo Grupo Escolar Coronel Vieira
- 16 - Educandário Dom Silvério
- 18 - Grupo Escolar Guido Marlière
- 19 - Antigo Ginásio e Escola Normal de Cataguases
- 20 - Colégio Nossa Senhora do Carmo
- 21 - Hotel Villas
- 22 - Antigo Teatro Recreio
- 23 - Antiga Matriz Neogótica
- 24 - Palácio da Municipalidade - Prefeitura
- 25 - Casa Carcacena
- 26 - Chácara Dona Catarina
- 27 - Bairro Jardim
- 28 - Igreja Santa Rita
- 29 - Residência Anamirtes Lacerda
- 30 - Residências na Rua dos Estudantes
- 31 - Coreto da Praça Rui Barbosa
- 33 - Residência Mauro de Carvalho Ramos
- 34 - Túmulo do Verde Ascânio Lopes
- 35 - Túmulo Modernista
- 36 - Túmulo Modernista
- 37 - Residência de Milton Carnevalina Peixoto
- 38 - Resid. na Rua Manoel da Silva Rama, 36
- 40 - Residência Altamiro Peixoto
- 41 - Residência José Maria Porto Rocha
- 42 - Residência José Queiroz Filho
- 43 - Sindicato dos Trabalhadores Energia Elétrica
- 44 - Residência Jayme Afonso de Souza
- 45 - Conjunto habitacional
- 47 - Vila Operária Manoel Peixoto Ramos
- 48 - Vila da Estação Ferroviária
- 49 - Edificação na Rua Cleto da Rocha
- 50 - Edificação na Rua Visconde do Rio Branco
- 51 - Edificação na Rua Visconde do Rio Branco
- 53 - Edificação da antiga Rede Ferroviária Federal
- 54 - Túmulo de Deucleiana Ramos Peixoto
- 55 - Rua Alferes Henriques de Azevedo

APÊNDICE E - LOCALIZAÇÃO DAS ILUSTRAÇÕES

Elaboração: Paulo Henrique Alonso
 Fonte: IPHAN, Processo de Tombamento de Cataguases, 1994.
 Prefeitura Municipal de Cataguases



ANEXO A

Primeiras correspondências entre Prefeitura de Cataguases e SPHAN/FNpM

Fonte: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (BRASIL). 13ª Coordenadoria Regional. *Cataguases – documentação histórica*. Belo Horizonte. (3 pastas – documentos diversos)



PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES

Nº. 014/87

ASSUNTO: Faz Solicitação

SERVIÇO : Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo

outubro, 09

1987

Senhora Coordenadora,

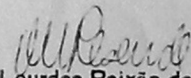
Informamos que, há cerca de um mês, mantivemos contato pessoal com a representante do C.N.R.C. da 7ª DRE/MG, Sra. Maria das Dores Freire, para a qual expusemos o interesse deste município em fazer um levantamento de dados visando do resgatar a cultura e memória Cataguasense, enfatizando principalmente a fase do movimento modernista, na qual esta cidade é considerada pioneira.

Sendo assim, vimos solicitar de V.Sª. autorização para a vinda da referida técnica a Cataguases, quando poderá prestar a esta Secretaria um acompanhamento e orientações adequadas para desenvolvermos este trabalho.

Esclarecemos que a Prefeitura Municipal assumirá as despesas de alimentação e hospedagem durante a permanência da Sra. Maria das Dores Freire neste Município.

No aguardo de um pronunciamento favorável e, na oportunidade, reiteramos os protestos de elevada estima e alta consideração.

Atenciosamente


Maria de Lourdes Paixão de Rezende
Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo

À Ilma. Sra.

ANA REGINA MACHADO CARNEIRO

DD COORDENADORA DO C.N.R.C.

RIO DE JANEIRO - RJ

Fundação Nacional próMemória

Of.nº 734/87

Belo Horizonte, 28 de outubro de 1987

Senhor Prefeito,

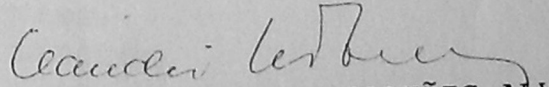
Acuso o recebimento de seu ofício nº357/87, relacionado com a participação da servidora Maria das Dores Freire nos levantamentos de dados visando a um projeto cultural em Cataguases.

Permito-me externar minha satisfação pela iniciativa dessa Prefeitura, através de sua Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo: Cataguases representa, efetivamente, um marco na cultura do Estado e do país. O resgate das documentações e preservação dos testemunhos desse momento cultural singular merecem ser objeto de planos e projetos prioritários no âmbito da SPHAN/Pró-Memória.

Estou autorizando a mencionada servidora a articular, com essa Prefeitura, sua presença em Cataguases.

Valho-me da oportunidade para lhe renovar a manifestação de meu especial apreço.

Atenciosamente,


CLÁUDIO AUGUSTO DE MAGALHÃES ALVES
DIRETOR REGIONAL 7ª DR/SPHAN/FNPM

Exmº Sr.
Dr. Tarcísio Henriques
DD. Prefeito Municipal de
CATAGUASES/MG

CMA/rac



PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES

Nº.

ASSUNTO: Solicitação

SERVIÇO :Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo.

DATA: 30/11/87

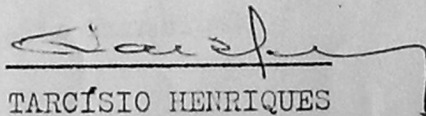
Senhor Coordenador

A presença de Maria das Dores Freire, re-
presentante do C.N.R.C. da 7ª DR/MG, em Cataguases, no período
de 17 a 19 do corrente mês, fortaleceu o nosso propósito de
evidenciar Cataguases como polo irradiador de Cultura, e prin-
cipalmente no que diz respeito à fase do modernismo.

Assim sendo, gostaríamos de poder conti-
nuar contando com o assessoramento direto desse órgão para de-
senvolvimento de um projeto Cultural, inclusive promovendo a
vinda de técnicos para organizar uma oficina de Pesquisa da His-
tória Oral, preparando e instrumentalizando pessoal para tra-
balho de campo.

Na certeza de um pronunciamento favorá-
vel, antecipamos os nossos agradecimentos e apresentamos os
protestos de elevada estima e alta consideração.

Atenciosamente,



TARCÍSIO HENRIQUES

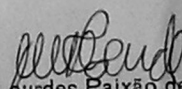
Prefeito Municipal

Ao Ilmo.Sr.

PROFESSOR JOSÉ MARIA B. DE PAIVA

DD. Coordenador Geral do C.N.R.C;

BRASÍLIA - DF.



Maria de Lourdes Paixão de Resende
Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Of. nº 874/87

Belo Horizonte, 18 de dezembro de 1987.

Senhor Prefeito,

Acuso o recebimento de seu ofício nº 131/87, de 16 do corrente, de que foi portadora a Secretária Municipal de Cultura, Esportes e Turismo de CATAGUASES, que participou de proveitosa reunião sobre ações a serem desenvolvidas pela SPHAN/Pró-Memória nessa cidade.

Informo-lhe que o Plano de Trabalho desta Diretoria Regional, em sintonia com as demais coordenadorias da SPHAN/Pró-Memória, em especial as áreas de Referência Cultural, Registro e Documentação, já aprovado preliminarmente, inclui o Projeto **MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL DE CATAGUASES**, cujo objetivo principal é o resgate da história social e identificação desse patrimônio, focalizando especificamente a base industrial do início do Século XX e o movimento modernista.

É nosso propósito que os trabalhos a serem desenvolvidos se processem com plena integração dos órgãos do Ministério da Cultura e todos os agentes locais, Municipalidade, instituições culturais e de ensino, em fim, a comunidade de Cataguases como um todo.

Exmº. Sr.

Dr. Tarcísio Henriques

D.D. Prefeito Municipal

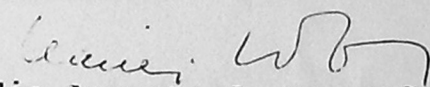
CATAGUASES - MG

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Esse projeto visa, ainda, a contribuir para a formação de equipes interdisciplinares locais, dotando-as de treinamentos e metodologias que as habilitem a elaborar e executar suas propostas, estudos e projetos.

É meu propósito, no início do próximo exercício, em visita a Cataguases, discutir com V. Ex^a os pontos básicos de um convênio entre essa Municipalidade e a SPHAN/Pró-Memória, visando às nossas metas comuns.

A oportunidade me favorece, com meus renovados protestos de apreço, formular-lhe e à comunidade de Cataguases meus melhores votos de paz e prosperidade.


Cláudio Augusto de Magalhães Alves
Diretor Regional/7^aDR/SPHAN/FNPM

ANEXO B

Programação geral das oficinas de pesquisa

Fonte: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (BRASIL). 13ª Coordenadoria Regional. *Cataguases – documentação histórica*. Belo Horizonte. (3 pastas – documentos diversos)



PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES

Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo

Programação Geral das Oficinas de Pesquisas

Dia 18-04-88 — Segunda-feira

19:30 horas — Abertura

— Composição da mesa

20:00 horas — “A cidade como Expressão da Modernidade”

— Palestra a ser proferida por **Celina Albano**, socióloga, professora da FAFIC/UFMG.

— Coordenadora da mesa: **Maria das Dores Freire**, Historiadora do CNRC/7ª DR/MG da SPHAN/pró-Memória.

SECRETARIA MUNICIPAL DE
CULTURA, ESPORTES E TURISMO
Pça. Rui Barbosa, 174 - Cx Postal 137
36.770 - CATAGUASES - MG

Dia 19-04-88 — Terça-feira

19:30 horas — “A Literatura em Cataguases”

— Palestra a ser proferida por **Lina Tâmega Del Peloso**, Ex-professora de Literatura da UFB/DF.

— Debatedora: Profª **Valéria Abrlta**, da UFJF.

— Coordenador da mesa: **Marco Antônio de Campos Guimares**, Pesquisador de Cinema do CNRC/7ª DR/MG, do SPHAN/pró-Memória.

Dia 20-04-88 — Quarta-Feira

19:30 horas — “Modernismo nas Artes Plásticas”

— Palestra a ser proferida pela Profª **Cristina Ávila**, pesquisadora de arte moderna.

— Debatedora: Prof. **Márcio Sampaio**, artista plástico e Prof. da Escola de Belas Artes.

— Coordenador da mesa: Prof. **Roberto Lacerda**, arquiteto da SPHAN/pró-Memória.

Dia 21-04-88 — Quinta-feira

19:30 horas — “Arquitetura Moderna: Cataguases, por exemplo”

— Palestra a ser proferida pelo Arquiteto **Ítalo Campofiorito**, da SPHAN/pró-Memória.

— Debatedor: Arquiteto **Eolo Maia**.

— Coordenador da mesa: Arquiteto **Flávio Campos Grillo**, da SPHAN/pró-memória.

Dia 22-04-88 — Sexta-feira

19:30 horas — “Aventuras e Desaventuras da Modernidade”

— Palestra a ser proferida **José de Anchieta Corrêa**, filósofo e professor da UFMG.

— Coordenadora da mesa: Profª **Lídia Avelar Estanislau**, socióloga do CNRC/7ª. DR/MG. da SPHAN/pró-Memória.

As oficinas terão atividades específicas à tarde e atividades comuns, para o pessoal envolvido no Projeto, quando serão tratados os seguintes temas:

— História Oral;

— Memória Visual;

— Inventário dos Bens Móveis e Integrados;

— Inventário dos Bens Imóveis: Estudo da Evolução Urbana.

ANEXO C

Relação de fotografias do Dossiê de Tombamento

Fonte: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (BRASIL). 13ª Coordenadoria Regional. *Processo de Tombamento. Cataguases. MG. 1.342-T-94*. Belo Horizonte, 1994. VI. 2.

Transcrição do Índice de Fotografias do Dossiê de Tombamento

Prancha 1 [panorâmicas da cidade - 3 fotomontagens]

Prancha 2 (esquerda para a direita de cima para baixo)

- 01 . Antigo Colégio Antônio Amaro
02. Revista Verde
03. Escola Estadual Coronel Vieira
04. Cartaz filme de Humberto Mauro
05. Colégio Cataguases: mobiliário Joaquim Tenreiro [foto do anfiteatro]
06. Detalhe fachada frontal do Colégio Cataguases: Arq. Oscar Niemeyer
07. Túmulo do Verde Ascânio Lopes
08. Troféus do Colégio Cataguases
09. Cinema e Literatura [fotos da revista verde e cartaz de cinema]
10. Classe da Escola Estadual Manuel Inácio Peixoto
11. Museu de Eletricidade Cataguases Leopoldina
12. Salão de Entrada do Colégio Cataguases
13. Painel de Paulo Werneck, colégio Cataguases
14. Oficina de Artes plásticas: Museu de Eletricidade
15. Salão do Colégio Cataguases: mobiliário Tenreiro
16. Colégio Cataguases
17. Acervo do Museu de Eletricidade Cataguases Leopoldina
18. Revista Verde
19. Detalhe da Escola Estadual Coronel Vieira
20. Oficina de Violão: Museu de eletricidade
21. Cartaz do filme de Paulo Bastos Martins (O Anunciador – o homem das tormentas)
22. Acervo do Museu de Eletricidade Cataguases-Leopoldina
23. Jan-Zach: O pensador
24. Fachada do Colégio Cataguases

Prancha 3 (esquerda para a direita de cima para baixo)

01. Ponte metálica sobre o Rio Pomba
02. Verdes e Humberto mauro [fotografia dos integrantes da Verde mais Mauro]
03. Res. Francisco Peixoto: arq. Oscar Niemeyer
04. Acervo Francisco Peixoto [quadro de Santa Rosa]
05. Vegetação Praça Rui Barbosa
06. Acervo Francisco Peixoto [quadro de Portinari]
07. Detalhe da Fachada Frontal de Fábrica desativada [fábrica de fiação e tecelagem]
08. Praça rui Barbosa
09. Fachada lateral fábrica desativada
10. Acervo Francisco Peixoto (Tenreiro) [poltrona]
11. Res. Francisco Peixoto: paisagismo de Burle Marx
12. Res. Francisco Peixoto
13. Tecelãs CIA/Cia Industrial Cataguases
14. Acervo Francisco Peixoto (Jean Luçart)
15. Acervo Francisco Peixoto (pedrosa)
16. Res. Francisco Peixoto, biblioteca
17. Res. Francisco Peixoto, detalhe sala de música
18. Res. Francisco Peixoto, varanda segundo piso
19. REs. Francisco Peixoto, paisagismo Burle Marx

20. Arboção do Centro Histórico
21. Detalhe da fachada lateral da fábrica
22. Res. Francisco Peixoto. Efigie de Marques Rebelo
23. Res. Francisco Peixoto, paisagismo Burle Marx
24. Res. Milton Carnevalheira Peixoto [residência eclética de 1 pavimento]

Prancha 5 (esquerda para a direita de cima para baixo)

01. Eva Comello (Nil) em Os Mistérios de São Mateus
02. Interior Cine-Teatro Edgard: arq. Aldary Toledo e Carlos Leão
03. Cena de Senhoria Agora Mesmo de Pedro Comello
04. Res. Josélia Peixoto Medeiros, arq. Aldary Toledo
05. Detalhe da Fachada do Cine-Teatro Edgard
06. Hospital Maternidade
07. Res. Josélia Pacheco Medeiros: paisagismo Francisco Bologna
08. Detalhe Fachada Frontal Cine-Teatro Edgard
09. Humberto Mauro
10. Cine-teatro Edgard (sede da Secretaria Municipal de Cultura)
11. Cena O anunciador (...) Paulo B. Martins
12. Hospital de Cataguases
13. Detalhe afresco de Marcier, Genesis, capela Educandário Dom Silvério
14. Humberto Mauro
15. Av. Astolfo Dutra, 490 [residência art déco]
16. Cena de Brasa Dormida, Humberto Mauro
17. Res. Josélia Peixoto Medeiros
18. Res. Nélia Peixoto: painel Paulo Werneck
19. Detalhe fachada Educandário dom Silvério
20. Res. Josélia Peixoto Medeiros (Ceia de Portinari)
21. Av. Humberto Mauro [Residência Mauro Carvalho Ramos, obra de Luzimar Telles]
22. Paisagismo Av. Humberto Mauro [jardim na residência Mauro Carvalho Ramos, obra de Luzimar Telles]
23. Detalhe Marcier Genesis
24. Res. Nélia Peixoto: arq. Edgard Guimarães do Valle

Prancha 4 (esquerda para a direita de cima para baixo)

01. Painel Portinari As Finadeiras
02. Córrego Lavapés
03. Bruno Giorgi A Família
04. Capela Escola Normal (art déco)
05. Residência com Painel de Lazzarini [projeto de Luzimar Telles]
06. Detalhe painel de Lazzarini [em residência projetada por Luzimar Telles]
07. Hotel Villas
08. Acervo do Museu de Eletricidade Cataguases Leopoldina
09. Conjunto Habitacional Operários [praça Sandoval de Azevedo]
10. Detalhe Monumento a José Inácio Peixoto: arq. Francisco Bologna
11. Interior da Igreja Santa Rita, arq. Edgard G. do Valle
12. arq. moderna vernacular
13. Jan Zach: Mulher (acervo Hotel Cataguases)
14. Detalhe Arquitetura Escola Coronel Vieira
15. Torre Sineira Igreja Santa Rita

16. Túmulo Modernista
17. Detalhe arquitetura Hotel Vilas
18. Fachada Frontal 2º piso, Hotel Vilas
19. Praça José Inácio Peixoto: arq. Francisco Bologna
20. Paineis Djanira: Igreja Santa Rita
21. Saída da fábrica [alguns operários de bicicleta e moto]
22. Escadaria para o coro: Igreja Santa Rita
23. Túmulo modernista
24. Detalhe fachada posterior Igreja Santa Rita

Prancha 7 (esquerda para a direita de cima para baixo)

01. Hotel Cataguases: arqs Aldary Toledo e Gilberto Lemos
02. Estação Ferroviária de Cataguases
03. Hotel Cataguases: mobiliário Jan Zach
04. Residência Noêmia Carvalho Rosa [arq. Luzimar Telles]
05. Detalhe fachada frontal do hotel Cataguases
06. Hotel Cataguases: paisagismo Carlos Percy (sic)
07. Jan Zach: Mulher, Acervo Hotel Cataguases
08. Jan zach: mobiliário e pintura, acervo do Hotel Cataguases
09. Hotel Cataguases: paisagismo Carlos Percy (sic)
10. Acervo Hotel Cataguases, mobiliário Jan Zach
11. Idem
12. Idem
13. Idem
14. Res. Willian Schofield: arq. Francisco Bologna
15. Rua Manoel da Silva Rama nº 76 [residência eclética]
16. Acervo Hotel Cataguases
17. Detalhe fachada principal do Hotel Cataguases
18. Rua Eduardo Del Pelozo, 62, Granjaria (res. Rosário Fusco)
19. Hotel Cataguases arq. Aldary Toledo e Gilberto Lemos
20. Jan Zach, banco, acervo Hotel Cataguases
21. Rua Alferes Henriques de Azevedo
22. Hotel Cataguases: fachada e paisagismo
23. Arquitetura moderna vernacular
24. Hotel Cataguases, fachada frontal

Prancha 6 (esquerda para a direita de cima para baixo)

01. Detalhe estrutura escadaria A Nacional: arq. MMM Roberto
02. Vila Operária (Manuel Peixoto Ramos)
03. Res. Nanzita Gomes: arq. Francisco Bologna, mobiliário Joaquim Tenreiro
04. Vila operária antiga e moderna [bairro jardim, primeiro plano uma casa amarelinha e depois as de 2 andares do Bolonha]
05. Detalhe painel Anísio Medeiros Festa Nordeste
06. Detalhe passarela edifício A Nacional
07. Detalhe acabamento fachada Vila Operária: Arq. Francisco Bologna
08. Mobiliário A Nacional: arq. MMM Roberto
09. Interior loja A Nacional: MMM Roberto
10. Fachada principal edifício A Nacional [loja e apartamentos]
11. Duplex A Nacional: arq. MMM Roberto (mobiliário Domus)

12. Detalhe Residência Nanzita Gomes
13. Geminadas: arq. Francisco Bolonha [autoria correta: Aldary Toledo]
14. Res. Nanzita Gomes, Afresco Marcier Rapto das Sabinas
15. Pátio Interno A Nacional
16. Detalhe passarela pátio interno A Nacional
17. Res. Nanzita Gomes, mobiliário Tenreiro
18. Detalhe passarela A Nacional
19. Idem
20. Res. Nanzita Gomes
21. Bairro Jardim (residências de operários) arq. Francisco Bolonha
22. Sindicato dos trabalhadores Ind. Fiação e Tecelagem
23. Res. Nanzita Gomes: arq. Francisco Bologna; mobiliário Joaquim Tenreiro
24. Res. Nanzita Gomes: sala de jantar Joaquim Tenreiro

ANEXO D

Parecer do arquiteto Antônio Luiz Dias de Andrade

Fonte: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (BRASIL). 13ª Coordenadoria Regional. *Processo de Tombamento. Cataguases. MG. 1.342-T-94*. Belo Horizonte, 1994. VI. 2. Fls 066-074

Transcrição do Parecer do ARQUITETO ANTÔNIO LUIZ DIAS DE ANDRADE

A moderna arquitetura brasileira tem sido objeto de variadas atenções. A princípio não foram poucos os que, confortados nas idéias cristalizadas nas academias, esbravejaram contra aquilo que lhes parecia constituir sacrilégio inadmissível à boa conduta, à proporção canônica, ao estilo e à forma apropriada, estimulando entre os seus oponentes veementes autos de fé no mundo novo anunciado pela modernidade.

As primeiras e comoventes expressões dos novos princípios entre nós sepultaram as polêmicas transtornadas, cedo inscrevendo-se nos compêndios internacionais, legitimando-as, revestindo-as de enorme prestígio, freqüentemente utilizado pelas novas classes dirigentes em seu empenho reformista.

A arquitetura brasileira, até então, em sua ingrata história, ao transpor modelos em voga no continente europeu - e cujos momentos de maior glória ocorreram quando artistas e artífices incultos superaram a precariedade do meio no exercício de magistrais intuições e extraordinário poder criativo, reelaborando os modelos originais - jamais havia alcançado a unanimidade internacional.

Tão significativa afirmação se fez logo sentir entre os modernos arquitetos brasileiros, parecendo-lhes, afinal, lograr resposta definitiva para os problemas da arquitetura, elaborando novos dogmas, ainda não devidamente superados. Hoje descortinamos um novo momento. Vemos aflorar estudos analíticos, pesquisadores diversos dedicados a desvelar e melhor compreender a experiência brasileira da moderna arquitetura exercendo a necessária crítica, indispensável no esforço se nos são reclamados caminhos novos, desfeita a antiga unanimidade.

Não obstante a complexidade atual do panorama da produção arquitetônica brasileira e os termos em que se encontram situados os debates contemporâneos, um novo interesse passa a revestir a nossa história da arquitetura moderna: o reconhecimento de suas expressões como parte integrante do patrimônio cultural do país. Responsabilidade que apresenta aos órgãos de preservação um novo e colossal desafio - discernir nos quadros de vida de nossas cidades as manifestações merecedoras de tutela do poder público. Este o problema que vem estimulando os técnicos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e cujo equacionamento está a exigir o estabelecimento de critérios adequados.

Assim colocado o problema algumas objeções são inevitáveis. Importa primeiramente reconhecer que não se trata de preocupação inovadora, pois são antigas as pioneiras iniciativas associadas à proteção de bens desta natureza; basta recordar que o tombamento do Palácio da Cultura no Rio de Janeiro data de 1948, poucos anos após sua conclusão. Os exemplos de Brasília, as casas de Warchavchik, a Capela de São Francisco de Assis, na Pampulha, os edifícios de Lúcio Costa, no Parque Guinle, entre tantas outras iniciativas dos órgãos estaduais e municipais, tornam extensa a relação.

Uma segunda objeção tem sido apresentada sob argumento de que a produção do século passado somente agora vem despertando estudos sistematizados - até então reservados aos cuidados preservacionistas ao legado colonial - e, portanto, estaríamos atropelando cronologicamente a ordem das prioridades. Tais possíveis questionamentos mais uma vez nos remetem ao problema do critério a ser respeitado, quer na conceituação do problema, quer na metodologia a ser adotada.

No plano conceitual é mister situar o debate, orientando-se no sentido da superação da dicotomia entre as obras tidas e havidas de excepcional valor, expressões máximas e acabadas dos novos enunciados estéticos, emblemáticas de um novo período artístico ou reveladoras de notáveis qualidades de seus criadores e aquelas que apenas denotam os padrões recorrentes, diluídas nas paisagens rotineiras do

cotidiano urbano "que não são dignas de admiração, não orgulham o país e nem celebrizam o autor delas" (Mário de Andrade). Esforço de superação que pressupõe a compreensão dos bens culturais de forma indissociável dos quadros de vida dos quais são parte integrante, denunciando os conflitos e as contradições da realidade. Somente assim nos será permitido perceber o verdadeiro poder de influência das presenças notáveis como elemento de transformação social, fundador e documento de novas concepções da cidade.

De outro lado, a separação rígida entre os chamados períodos artísticos poderá por vezes nos conduzir a equívocos ou a compartimentações estanques, pois nem sempre o desenvolvimento técnico e artístico se dá por intermédio de rupturas irreconciliáveis. Estudos recentes sobre a modernidade encontram a sua gênese na efervescência da sociedade européia do século passado, estimulada pelo progresso técnico. Desse modo não nos é permitido compreender devidamente o movimento moderno e suas respectivas expressões arquitetônicas e urbanísticas se não levarmos em consideração o processo histórico em sua verdadeira dimensão, qual seja a instituição e o desenvolvimento da sociedade industrial em seus diversos estágios.

No plano metodológico as dificuldades para se organizar as iniciativas não são menores e comportam num primeiro momento recolher e sistematizar os dados necessários. Dificuldades que se avolumam quando reconhecemos que a tarefa jamais será satisfatoriamente cumprida senão sob a forma de colaboração estreita entre as diversas instituições interessadas. Apresenta-se a oportunidade de enfrentar o problema da preservação da arquitetura moderna, obrigando-nos a estudar os procedimentos e critérios apropriados. Assim, não há dúvida que o patrimônio representado na cidade de Cataguases não poderá permanecer desconsiderado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Os minuciosos estudos realizados pela 13ª Coordenação Regional constituem argumentos suficientes para afirmar a importância e a necessidade da definição de medidas em benefício de seu reconhecimento, proteção e valorização. Coloca-se, contudo, a dificuldade de se traduzir a real dimensão dos processos culturais ali ocorridos na seleção de um conjunto de bens para efeito de sua respectiva inscrição nos Livros de Tombo.

Com efeito, permanecem como testemunhas evidentes, denunciando os movimentos culturais que conferem notoriedade à cidade, as obras de arquitetura moderna, seu mobiliário e acervo artístico, insuficientes, entretanto, para atestar a complexidade, amplitude, até mesmo as contradições, das iniciativas "modernistas de Cataguases".

Restrito o tombamento às obras de arquitetura mais representativas, não há como evitar a redução do sentido e o significado do movimento moderno alcançados na cidade. Há o risco, inclusive, destas obras virem a ser compreendidas como referências significativas no quadro da produção de arquitetos ilustres, autores de seus respectivos projetos, e que têm assegurado lugar de destaque na historiografia da arquitetura moderna no Brasil, dissociando-as, portanto, das peculiares condições em que foram produzidas em Cataguases, e de seus antecedentes.

Importa notar que mesmo apreendidas no âmbito da fisionomia urbana, tais obras não configuram um conjunto homogêneo e articulado, encontrando-se disseminadas na cidade, mesclando-se às manifestações de períodos mais antigos, ora perturbadas pela presença de construções recentes, sem algum caráter, desorientando as tentativas de se identificar uma área de abrangência e tratar o problema na sua dimensão urbanística.

Não obstante tais problemas, pensamos que a melhor forma de se promover o reconhecimento e a proteção do patrimônio cultural da cidade é considerá-lo enquanto parte integrante do centro urbano; a ausência de unidade enfatiza uma das principais características do movimento moderno em Cataguases,

qual seja o seu caráter inconcluso. As contradições e conflitos decorrentes do tratamento do conjunto representam ademais fator relevante para o entendimento dos processos identificados com os êxitos e malogros dos rumos imprimidos à renovação da cidade e a ação dos "modernistas".

Francisco Inácio Peixoto, o prócer das iniciativas pioneiras relacionadas com a "reforma urbana", declarou em uma de suas últimas entrevistas que Cataguases havia sido um grande equívoco, pensando assim em justificar o insucesso de seu empenho em moldar a cidade à imagem do projeto professado pelos arquitetos modernos. Nada mais coerente com o ideário o qual nos lembra Anatole Kopp em seu livro "Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa", referindo-se às firmes convicções disseminadas entre os arquitetos, que as suas obras seriam propiciatórias de uma nova sociedade, o "condensador social" de uma condição de vida mais justa e equilibrada.

Pensamento que vemos afirmado por Lúcio Costa, em carta dirigida ao então Ministro Gustavo Capanema por ocasião da inauguração da obra fundadora da Moderna Arquitetura Brasileira - o Palácio da Cultura, sede do Ministério da Educação e Saúde, acreditando tratar-se do embrião de um novo espaço: *Eis porque, neste oásis circundado de pesados casarões de aspecto uniforme e enfadonho, viceja agora, irreal na sua limpidez cristalina, tão linda e pura flor - flor do espírito, prenúncio certo de que o mundo para o qual caminhamos inelutavelmente poderá vir a ser, apesar das previsões agourentas de um saudosismo reacionário, não somente mais humano e socialmente mais justo, senão também mais belo.*

Intenções que permeiam incessantemente os princípios defendidos pelos arquitetos brasileiros em seus projetos, jamais recusando a pensar sua obra como parte dissociada de uma nova ordem, anunciando-a, pretendendo induzi-la. A construção de Brasília coroou a devoção, afinal alcançaram os arquitetos a oportunidade de escutar a sua cidade.

Francisco Peixoto, estimulado e auxiliado por Marques Rebelo, a seu modo tentou em Cataguases uma radical reforma urbana, perseguindo a sua vontade de modernidade, a qual havia aderido quando jovem integrando-se ao grupo Verde. Pretendeu introduzir as imagens idealizadas de um mundo novo, criando as referências logo assumidas pelas elites da cidade, que não vacilaram em recorrer aos mais renomados e competentes profissionais, comprometidos com o ideário de vanguarda, para edificar suas residências, prédios comerciais, instituições culturais, educacionais e religiosas, monumentos etc, enriquecendo-os com notáveis obras de arte e mobiliário inovador.

Até o padre não hesitou em demolir a velha igreja neogótica, substituindo-a por um novo templo, retoricamente moderno. Assim como o antigo Cine-Teatro Recreio viu ruir suas paredes ornamentadas e que haviam acolhido nos primeiros tempos os entusiastas da nova arte, erguendo-se no mesmo local um novo e gigantesco cinema e clube social. Os espaços antigos da cidade foram refeitos. Espaços simbólicos da população. Parece ter havido um propósito deliberado de lançar as sementes de uma nova cidade.

As repercussões foram intensas. Surge em Cataguases uma arquitetura moderna "vernacular". Os padrões acatados pelas elites servem como fonte de inspiração para reelaborações anônimas, reproduções adaptadas, por vezes felizes e criativas, outras ostensivas e vazias, apenas revestindo e ornamentando as soluções tradicionais herdadas dos períodos anteriores. Se os novos padrões floresceram na cidade, contudo, não foram suficientes para apagar de todo os remanescentes da primitiva vila. A vontade de construir sobre os alicerces antigos modernas estruturas não foi plenamente alcançada, daí, talvez, o sentimento de frustração revelado por Francisco Inácio Peixoto.

Permanecem mesclados aos modernos edifícios os sinais do passado, estabelecendo contraponto, diálogo silencioso que faz desvelar as entranhas dos processos de vida que acompanharam a história da

cidade. Belos e modernos edifícios cercados por cuidadosos jardins, guardando em seu interior preciosos acervos artísticos, convivem com prédios vetustos, tradicionais residências, ameaçados todos pelos tapumes que surgem aqui e acolá, anunciando a verticalização crescente do centro histórico.

Não obstante o sentimento de frustração que acompanha o relato dos protagonistas das reformas intentadas, Cataguases evidencia-se no panorama das cidades brasileiras. Testemunha o ideal da modernidade, as diferentes maneiras como se manifestou no país, o sonho de uma nova condição de vida urbana, "mais humana, socialmente mais justa, senão também mais bela". Não há cidade no país onde circunstâncias discrepantes entre si fizeram emergir iniciativas marcadas pela vontade de mudança, desejo de romper com os hábitos, as tradições estratificadas na rotina do cotidiano que costuma frequentar as sociedades interioranas; cosmopolitizar-se, entregar-se às formas redentoras.

Francisco Inácio julgou-se derrotado em seu empenho, contudo Cataguases resta impregnada do sentimento da modernidade e permanece imobilizada sob o peso de uma tradição que já se mostra antiga. Se verdadeiro o raciocínio - em que pese o natural entusiasmo de haver assistido as "presenças insígnias" irrompendo surpreendentemente na comportada malha urbana traçada por Marlière - não basta escolher as mais comoventes manifestações arquitetônicas da modernidade de Cataguases para sublinhar nos anais dos bens culturais do país o reconhecimento de sua importância. Cataguases revela na complexidade de sua história um novo conceito de Centro Histórico, considerando-se, sobretudo, os seus períodos mais recentes. Conceito que rompe os limites impostos pelo peso da herança adquirida irrefletidamente da cultura européia, acostumada a circunscrever os interesses prioritários aos remanescentes da sociedade pré-industrial cujo ideal de harmonia sempre estimulou os sentimentos de admiração e respeito.

Cataguases não é a Ouro Preto da modernidade; representa uma espécie de síntese da história recente do país, potencializada, realçados os seus tons com tintas fortes, sensíveis e brilhantes. Nessa medida, afirma-se como patrimônio nacional, testemunho de sucessos e reveses. E como "Centro Histórico" haverá de ter seus limites traçados. Como "Centro Histórico" haverá de dispor de critérios e normas que disciplinem sua gestão.

Aqui iniciam-se os nossos problemas. A experiência brasileira e os nossos respectivos instrumentos legais mostram-se mais ou menos apropriados para enfrentar situações convencionais. Novos conceitos ou tentativas diversas ficam a descoberto. Mesmo assim, parece-nos possível adaptar as disposições em vigor à idéia de preservação que se quer dar a Cataguases. Os limites traçados para o perímetro do Centro Histórico, primeiramente, não deverão acarretar na aplicação pragmática dos preceitos que vigoram para as cidades tombadas, ou seja, obriguem o controle rígido sobre quaisquer obras novas ou reformas que se pretenda empreender em seu interior. Trata-se no caso de uma espécie de declaração de área de interesse cultural, ao menos num primeiro momento. Nesta área serão selecionados os exemplares mais representativos; estes sim tombados individualmente. Recorrendo-se aos efeitos do tombamento, previstos no artigo 18 do Decreto-Lei nº25/37, no interior do perímetro deverá estar relacionado um novo conjunto de bens imóveis, por intermédio de um minucioso inventário, que procure levar em consideração o processo de formação e desenvolvimento da cidade e sua correspondente fisionomia urbana. Os bens inventariados permanecerão sujeitos, exclusivamente, nos casos de demolições, reformas ou novas construções, à anuência prévia do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Os demais imóveis não inventariados no interior do perímetro estarão totalmente liberados do controle do IPHAN, subordinando-se, tão somente, às posturas municipais. Tal inventário deverá ser desenvolvido pelo IPHAN, caso aprovado e homologado o tombamento do Centro Histórico de Cataguases, num prazo máximo de seis meses e regulamentado por portaria do Senhor Presidente, ouvido o Conselho Consultivo.

Sabemos que não bastam tais providências. O problema da preservação de um conjunto mais complexo de bens culturais remete-nos às questões afetas à gestão da cidade, subordinando-se aos interesses diversos e antagônicos que confluem no debate sobre a administração da cidade. Não há critério ou orientação especializada que resolva o embate.

Os problemas da cidade de Cataguases, em sua essência, são os problemas da sociedade brasileira. A cidade está a reclamar um plano urbanístico adequado e cuja formulação se mostra problemática. Em suas múltiplas premissas, o plano deverá contemplar a preservação de seu patrimônio cultural, referendando e complementando as medidas iniciais estabelecidas pelo tombamento. Nesse sentido, julgamos conveniente sugerir desde já a criação de um Conselho Assessor constituído por representantes das instituições públicas e privadas envolvidas direta e indiretamente na administração da cidade, tais como a Prefeitura Municipal, Câmara Legislativa, IPHAN, IEPHA-MG, IAB-MG, OAB-MG, ICOMOS, entidades educacionais e culturais, membros e lideranças comunitárias, etc. Este Conselho teria como principal atribuição o estudo de medidas complementares de proteção e valorização do patrimônio cultural da cidade, examinar e propor soluções para problemas e situações não previstas, quer pela legislação municipal, quer pela regulamentação do tombamento e, sobretudo, assessorar a elaboração do plano diretor e a legislação de uso e ocupação do solo urbano.

O Perímetro que acreditamos abranger os setores principais da cidade compreende quatro zonas distintas, espelhando o processo de formação e desenvolvimento urbano. A primeira zona está delimitada pelo baixo terraço que se eleva junto ao Rio Pomba e seu tributário Meia Pataca, definindo o sítio escolhido para a implantação do primitivo núcleo, a zona antiga da cidade. A segunda compreende a primeira área de expansão urbana, determinada pelo traçado da ferrovia, região onde se acham a estação ferroviária, depósitos e armazéns, as instalações pioneiras das Indústrias Irmãos Peixoto, vilas operárias, o Hotel Villas, etc. A terceira abriga o novo bairro surgido após a canalização do Córrego Lavapés, integrando a várzea insalubre à estrutura urbana; trata-se da área mais nobre da cidade. Persegue os eixos das avenidas Astolfo Dutra e Humberto Mauro, tendo como limite extremo o Colégio Cataguases. A última está situada na margem direita do Rio Pomba e envolve as novas instalações da Companhia Industrial de Cataguases, a vila operária, o hospital, maternidade e o cemitério. O traçado deste perímetro pode ser assim descrito:

Inicia-se na Praça Getúlio Vargas, confluência da Avenida Astolfo Dutra e rua Cel. João Duarte, segue em direção à Estação Ferroviária obedecendo o traçado da antiga ferrovia, atual Rua Visconde do Rio Branco, abraçando na Praça Governador Valadares a "chácara de Dona Catarina", seguindo após em direção às dependências da Indústrias Irmãos Peixoto pela mesma Rua Visconde do Rio Branco, envolvendo-a, inclusive as vilas operárias existentes nas ruas Gama Cerqueira e Manoel Peixoto Ramos. Deste ponto, retorna em direção à Praça Getúlio Vargas seguindo pela linha de cumeeada do morro lindeiro, daí perseguindo a Avenida Astolfo Dutra pela margem esquerda do canal do Córrego Lavapés. Segue pela Avenida Humberto Mauro até atingir o Colégio Cataguases, envolvendo-o e retornando à Praça Dr. Cunha Neto. Neste ponto, toma a Rua Eduardo del Peloso, alcançando a Avenida Cel. Artur Cruz. Segue por esta até encontrar a Avenida Astolfo Dutra, cruzando-a e seguindo pela Rua Araújo Porto; em seu término, na Rua Dr. Lobo Filho, inflete à direita e logo após à esquerda alcançando o Rio Pomba pela Travessa São Vicente de Paula. Cruzando o Rio Pomba, envolve o Cemitério e a Companhia Industrial Cataguases, seguindo após pela Rua Francisca de Souza Peixoto, compreendendo a Praça José Inácio Peixoto. Segue pela Rua José de Almeida Kneip; em seu término, junto ao eixo de cotovelo do Rio Pomba, volta a atravessá-lo seguindo pela margem esquerda até alcançar o ponto de confluência do Ribeirão Meia Pataca. Neste ponto, persegue a direção da Rua Ascânio Lopes até a altura da Rua Professor Alcântara, cruzando o Meia Pataca e seguindo por esta mesma Rua Professor Alcântara até atingir a Praça Sandoval de Azevedo. Segue após pela Rua Joaquim Peixoto Ramos até atingir a Praça Rui Barbosa, onde inflete à direita pela Rua João Duarte, retornando ao ponto de partida, na Praça Getúlio Vargas.

No interior do perímetro acima descrito devem ser tombados individualmente os seguintes bens culturais imóveis, móveis e integrados, além da atual pavimentação das ruas e avenidas:

01 - Colégio Cataguases, atual Colégio Estadual Manoel Ignácio Peixoto
Chácara Granjaria
Arq. Oscar Niemeyer
Paisagismo Roberto Burle Marx
Escultura *O Pensador*, Jan Zach
Painel de pastilhas, Paulo Werneck
Mobiliário original, Joaquim Tenreiro
Propriedade: Governo do Estado de Minas Gerais

02 - Residência Francisco Inácio Peixoto
Rua Major Vieira, nº 154
Arquiteto Oscar Niemeyer
Paisagismo Roberto Burle Marx
Mobiliário original, Joaquim Tenreiro
Propriedade: Espólio Francisco Inácio Peixoto

03 - Residência O.A. Gomes
Av. Astolfo Dutra, nº 176
Arquiteto Francisco Bologna
Painel de azulejos (fachada externa) de Anísio Medeiros: *Feira Nordestina*
Afresco Emeric Marcier: *A lenda sobre o rapto das sabinas*
Mobiliário original: Joaquim Tenreiro
Propriedade: Nanzita Ladeira Salgado Alvim Gomes

04 - Residência de Josélia Peixoto Medeiros
Avenida Astolfo Dutra, 146
Arquiteto Aldary Henriques Toledo
Paisagismo Francisco Bologna
Propriedade: Josélia Peixoto Medeiros

05 - Residência Nélia Peixoto
Av. Astolfo Dutra, nº 116
Arquiteto Edgard Guimarães do Vale
Paisagismo Francisco Bologna
Propriedade: Nélia Peixoto

06 - Hotel Cataguases
Rua Major Vieira, nº 56
Arq. Aldary Henriques Toledo e Gilberto Lemos
Paisagismo Carlos Perca
Escultura Jan Zach - *Mulher*
Mobiliário geral: Jan Zach
Propriedade: Hotel Cataguases S/C

07 - Cine Teatro Edgard
Praça Rui Barbosa, nº 174
Arq. Aldary Henriques Toledo e Carlos Leão
Propriedade: Circuito Cinema Brasil Ltda/Loja Maçônica Labor e Trabalho/Prefeitura Municipal de Cataguases

08 - Edifício "A Nacional"
Praça Rui Barbosa nº 68
Arq. M.M.M. Roberto

Propriedade: Walter Ferraz Gomes e Espólio Sílvio Ferraz Gomes/Sebastião José de Carvalho/Antônio Gomes de Carvalho/Maria Cristina Carvalho Thomé/Espólio Ateniense Ferraz

09 - Conjunto de Residências Operárias
Rua Francisca Peixoto
Arq. Francisco Bologna
Propriedade: Companhia Industrial de Cataguases

10 - Monumento a José Inácio Peixoto
Praça José Inácio Peixoto
Arq. Francisco Bologna
Escultura Bruno Giorgi *A Família*
Painel de Azulejos Cândido Portinari *As Fiandeiras*
Propriedade: Companhia Industrial de Cataguases/Prefeitura Municipal de Cataguases

11 - Ponte Metálica sobre o Rio Pomba
Propriedade: Prefeitura Municipal de Cataguases

12 - Fábrica Fiação e Tecelagem Cataguases/M. Ignácio Peixoto e Filhos
Praça Manoel Ignácio Peixoto, Sn

13 - Estação Ferroviária de Cataguases
Praça Governador Valadares
Propriedade: Prefeitura Municipal de Cataguases

14 - Museu da Eletricidade Cataguases-Leopoldina
Av. Astolfo Dutra, nº 41
Propriedade: Companhia Força e Luz Cataguases-Leopoldina

15 - Edifício do antigo Grupo Escolar Coronel Vieira, atual Escola Estadual Coronel Vieira
Av. Astolfo Dutra, nº 303
Propriedade: Governo do Estado de Minas Gerais

16 - Educandário Dom Silvério
Rua Dr. Lobo Filho, nº 270
Painel (fachada externa) Anísio Medeiros
Afresco Capela Emeric Marcier *Genesis*
Propriedade: Irmãs Carmelitas.

OBS.: O Inventário de Bens Móveis e Integrados da Secretaria Municipal de Cultura/Prefeitura Municipal de Cataguases, cujas cópias passam a fazer parte do presente processo de tombamento, deverá ser completado com relação aos seguintes imóveis tombados: Residência Francisco Inácio Peixoto, Residência O.A. Gomes, Residência Josélia Peixoto Medeiros e Hotel Cataguases, uma vez que o tombamento deverá estender-se ao mobiliário e acervo artístico.

É o nosso parecer.

São Paulo, 14 de novembro de 1994.
Arq. Antônio Luiz Dias de Andrade

ANEXO E

Parecer de Ítalo Campofiorito

Fonte: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (BRASIL). 13ª Coordenadoria Regional. *Processo de Tombamento. Cataguases. MG. 1.342-T-94*. Belo Horizonte, 1994. Vl. 2. Fls 167-171 e 244-245

Ao
Dr. Glauco Campello
Presidente do IPHAN

Examinei o processo em pauta e quero demonstrar a maior admiração pelo trabalho conjunto dos técnicos deste Instituto, com participação solidária da Prefeitura Municipal e da comunidade local em todos os níveis em que foi ouvida e memorizada. A informação histórica, artística, cartográfica, as citações selecionadas e, sobretudo, o convincente panorama do universo visual envolvido - tudo me pareceu o melhor possível.

Trata-se de tombar o "centro histórico", eu diria melhor, o sítio histórico central, da cidade de Cataguases, na Zona da Mata, estado de Minas Gerais. A proteção seria alcançada pelo arrolamento de dezesseis bens imóveis, sete dos quais acompanhados por bens móveis e integrados que lhes pertencem. Ao contexto urbanístico que identifica as relações históricas e artísticas entre os referidos indivíduos arquitetônicos - justamente considerado, nas palavras dos técnicos do IPHAN, "área de interesse cultural" - é que se chamaria de sítio ou "centro histórico" para um tombamento devidamente amenizado, a fim de que a fiscalização administrativa do IPHAN fique reduzida à proteção dos bens tombados e, além disso, as demolições, reformas ou novas construções sejam subordinadas "tão somente às posturas municipais".

Basta ler o farto relatório técnico para convencer-se do valor excepcional do conjunto para a história da arte moderna brasileira. O valor geral é mais do que excepcional, é único. É arte moderna no mais amplo sentido da expressão, abrangendo poesia, prosa e edição gráfica de literatura; arquitetura, painéis murais, revestimentos, mobiliário, quadros, esculturas e arquitetura de jardins, e mais o cinema do Ciclo de Cataguases. Vale dizer, manifestações da melhor arte moderna brasileira, acontecidas entre as décadas de 20 e 40, na maior densidade verificada no país em qualquer época.

É impossível referir tudo aqui, mais sei que se trata de velhos conhecidos nossos, alguns em pleno gênio ou vigor criativo, como Oscar Niemeyer, Francisco Bologna e Anísio Medeiros, por exemplo. Os outros, que já partiram, deixaram-nos em tal força de modernidade que, culturalmente, ainda vivem entre nós. Sobretudo neste Palácio da Cultura, onde há lembranças de todos eles: Portinari, Bruno Giorgi, Roberto Burle Marx e Carlos Perry; Goeldi e Guignard; Jan Zach e Pedrosa; Marcier, Joaquim Tenreiro e Carlos Werneck. Integram-se, assim, em Cataguases, à arquitetura de Niemeyer, de Aldary Toledo ou dos irmãos Roberto, os murais, azulejos e mosaicos de Portinari, Anísio e Werneck, os jardins de Roberto e Perry, as esculturas de Bruno, Zach e Pedrosa.

No caso particular da Casa Peixoto, que visitei há alguns anos, no âmbito dos presentes estudos, o que se vê é, pelo menos no Brasil, inaudito. Duas gerações mantiveram a casa que Niemeyer projetou em 1940 com o equipamento e a ambientação interior originais, intactos. Não só a estrutura e o espaço - jovem, moderno e vernacular a um tempo. Com seus pilares brancos e telhas vãs, mais os revestimentos de madeira e os quadros nas paredes, como se tivessem sido pendurados ontem. Devem ser um testemunho raríssimo no mundo do gosto e do zeitgeist modernistas.

Mas, além da arquitetura e das obras de arte, houve a Revista Verde e o Ciclo Cinematográfico de Cataguases, ainda na década de vinte. Também no caso da Revista Verde, nomes como Enrique de Resende e Rosário Fusco ou de seus padrinhos, Mário e Oswald de Andrade, são velhos amigos. "Verde, Revista Moderna", disse Mário de Andrade. Com ela comunicaram-se Manuel Bandeira, Cassiano Ricardo, Blaise Cendrars, Guillaume Apollinaire... Quanto ao Ciclo Cinematográfico de Cataguases, é proeza ainda maior do que a da arquitetura ou das artes trazidas do Rio, ou mesmo do que a Verde dos jovens literatos que se dispersaram, ainda em botão, nos anos 30 ("quando Verde não saiu mais, quando os meninos se espalharam..." diz Marques Rebelo, in "Cataguases 1937", pg. 27 e 28 do vol. 2 deste processo). O "surto" de produção cinematográfica que revelou Humberto Mauro, Pedro Comello e Eva Nil é, na verdade, o 1º capítulo, e não o menor, da história da sétima arte no Brasil. Confirma-se, portanto, que há em Cataguases um "lugar de modernidade" que se deve proteger, comemorar e reviver. Daí o tombamento solicitado, que eu proponho que se aprove hoje. Sabemos todos que, ao tombar, preservamos valores, mas o que arrolamos nos livros são objetos sólidos que aqueles valores tingem ou "cavalgam", como dizem os axiólogos. Por isso, proponho

que esse tombamento seja enunciado na ordem inversa da que vem no esplêndido relatório do arquiteto Antônio Luiz Dias de Andrade (pg. 48 e 56 do vol. 2). Em vez de um "centro histórico", como ele diz numa livre extensão semântica e em cujo interior se destacariam os imóveis de valor individual, e depois de ler suas profundas considerações sobre a complexidade cultural e urbanística em causa - eu prefiro pensar, primeiro, nos bens sólidos (imóveis, móveis e integrados) - tombados no Livro Histórico, para posterior exame de quais também merecem ir ao Livro de Belas Artes. E quanto ao contexto urbano, definido pelos técnicos do IPHAN, concordo em tombá-lo, sim, e nos termos do relatório, como "Área de Interesse Cultural" e "Lugar da Modernidade". Ou seja, não como um núcleo de um desenvolvimento urbano em diferentes épocas históricas (a imagem de Olinda, São João del Rei, Florença ou Roma), mas como trecho de escrita urbana, segmento, ou sítio central do tecido urbano, aonde há sinais, traços, pegadas, possíveis releituras da modernidade que se quer preservar. Creio que só a noção de um ecomuseu levaria, no âmbito do perímetro tombado, à continuidade e revitalização permanente dessa memória. Em sua concepção mais avançada, o ecomuseu será, justamente, a celebração cotidiana, intelectual e lúdica, comunitária e cidadã, do bairro cultural central, do cor modernista de Cataguases.

Proponho, então, de acordo com a manifestação do Departamento de Proteção a fls. 3 e 4 do vol. I e nos termos do relatório do arquiteto Antônio Luiz Dias de Andrade, que transcrevo *ipsis litteris*, a descrição do perímetro a ser tombado, bem como a lista dos bens imóveis, móveis e integrados que se seguem:

"O perímetro que acreditamos abranger os setores principais da cidade compreende quatro zonas distintas, espelhando o processo de formação e desenvolvimento urbano. A primeira zona está delimitada pelo baixo terraço que se eleva junto ao Rio Pomba e seu tributário Meia Pataca, definido o sítio escolhido para a implantação do núcleo primitivo, a zona antiga da cidade. A segunda compreende a primeira área de expansão urbana, determinada pelo traçado da ferrovia, região onde se acham a estação ferroviária, depósitos e armazéns, as instalações pioneiras das Indústrias Irmãos Peixoto, vilas operárias, o Hotel Villas etc. A terceira abriga o novo bairro surgido com a canalização do Córrego Lavapés, integrando a várzea insalubre à estrutura urbana; trata-se da área mais nobre da cidade. Persegue os eixos das avenidas Astolfo Dutra e Humberto Mauro, tendo como limite extremo o Colégio Cataguases. A última está situada na margem direita do Rio Pomba e envolve as novas instalações da Companhia Industrial Cataguases, a vila operária, o hospital, maternidade e cemitério.

O traçado deste perímetro pode ser assim descrito: inicia-se na Praça Getúlio Vargas, confluência da Avenida Astolfo Dutra e rua Cel. João Duarte, segue em direção à Estação Ferroviária obedecendo o traçado da antiga ferrovia, atual Rua Visconde do Rio Branco, abraçando na Praça Governador Valadares a "chácara de Dona Catarina", seguindo após em direção às dependências da Indústrias Irmãos Peixoto pela mesma Rua Visconde do Rio Branco, envolvendo, inclusive as vilas operárias existentes nas ruas Gama Cerqueira e Manoel Peixoto Ramos. Deste ponto, retorna em direção à Praça Getúlio Vargas seguindo pela linha de cumeeada do morro lindeiro, daí perseguindo a Avenida Astolfo Dutra pela margem esquerda do canal do Córrego Lavapés. Segue pela Avenida Humberto Mauro até atingir o Colégio Cataguases, envolvendo-o e retornando à Praça Dr. Cunha Neto. Neste ponto, toma a Rua Eduardo del Peloso, alcançando a Avenida Cel. Artur Cruz. Segue por esta até encontrar a Avenida Astolfo Dutra, cruzando-a e seguindo pela Rua Araújo Porto; em seu término, na Rua Dr. Lobo Filho, inflete à direita e logo após à esquerda alcançando o Rio Pomba pela Travessa São Vicente de Paula. Cruzando o Rio Pomba, envolve o Cemitério e a Companhia Industrial Cataguases, seguindo após pela Rua Francisca de Souza Peixoto, compreendendo a Praça José Inácio Peixoto. Segue pela Rua José de Almeida Kneip; em seu término, junto ao eixo de cotovelo do Rio Pomba, volta a atravessá-lo seguindo pela margem esquerda até alcançar o ponto de confluência do Ribeirão Meia Pataca. Neste ponto, persegue a direção da Rua Ascânio Lopes até a altura da Rua Professor Alcântara, cruzando o Meia Pataca e seguindo por esta mesma Rua Professor Alcântara até atingir a Praça Sandoval de Azevedo. Segue após pela Rua Joaquim Peixoto Ramos até atingir a Praça Rui Barbosa, onde inflete à direita pela Rua João Duarte, retornando ao ponto de partida, na Praça Getúlio Vargas.

No interior do perímetro acima descrito devem ser tombados individualmente os seguintes bens culturais imóveis, móveis e integrados, além da atual pavimentação das ruas e avenidas:

01 - Colégio Cataguases, atual Colégio Estadual Manoel Ignácio Peixoto
Chácara Granjaria
Arq. Oscar Niemeyer
Paisagismo Roberto Burle Marx
Escultura O Pensador, Jan Zach
Painel de pastilhas, Paulo Werneck
Mobiliário original, Joaquim Tenreiro
Propriedade: Governo do Estado de Minas Gerais

02 - Residência Francisco Inácio Peixoto
Rua Major Vieira, nº 154
Arquiteto Oscar Niemeyer
Paisagismo Roberto Burle Marx
Mobiliário original, Joaquim Tenreiro
Propriedade: Espólio Francisco Inácio Peixoto

03 - Residência O.A. Gomes
Av. Astolfo Dutra, nº 176
Arquiteto Francisco Bologna
Painel de azulejos (fachada externa) de Anísio Medeiros: Feira Nordestina
Afresco Emeric Marcier: A lenda sobre o rapto das sabinas
Mobiliário original: Joaquim Tenreiro
Propriedade: Nanzita Ladeira Salgado Alvim Gomes

04 - Residência de Josélia Peixoto Medeiros
Avenida Astolfo Dutra, 146
Arquiteto Aldary Henriques Toledo
Paisagismo Francisco Bologna
Propriedade: Josélia Peixoto Medeiros

05 - Residência Nélia Peixoto
Av. Astolfo Dutra, nº 116
Arquiteto Edgard Guimarães do Vale
Paisagismo Francisco Bologna
Propriedade: Nélia Peixoto

06 - Hotel Cataguases
Rua Major Vieira, nº 56
Arq. Aldary Henriques Toledo e Gilberto Lemos
Paisagismo Carlos Perca
Escultura Jan Zach - Mulher
Mobiliário geral: Jan Zach
Propriedade: Hotel Cataguases S/C

07 - Cine Teatro Edgard
Praça Rui Barbosa, nº 174
Arq. Aldary Henriques Toledo e Carlos Leão
Propriedade: Circuito Cinema Brasil Ltda/Loja Maçônica Labor e Trabalho/Prefeitura Municipal de Cataguases

08 - Edifício "A Nacional"
Praça Rui Barbosa nº 68
Arq. M.M.M. Roberto
Propriedade: Walter Ferraz Gomes e Espólio Sílvio Ferraz Gomes/Sebastião José de Carvalho/Antônio Gomes de Carvalho/Maria Cristina Carvalho Thomé/Espólio Ateniense Ferraz

09 - Conjunto de Residências Operárias
Rua Francisca Peixoto
Arq. Francisco Bologna
Propriedade: Companhia Industrial de Cataguases

10 - Monumento a José Inácio Peixoto
Praça José Inácio Peixoto
Arq. Francisco Bologna
Escultura Bruno Giorgi A Família
Painel de Azulejos Cândido Portinari As Fiandeiras
Propriedade: Companhia Industrial de Cataguases/Prefeitura Municipal de Cataguases

11 - Ponte Metálica sobre o Rio Pomba
Propriedade: Prefeitura Municipal de Cataguases

12 - Fábrica Fiação e Tecelagem Cataguases/M. Ignácio Peixoto e Filhos
Praça Manoel Ignácio Peixoto, S/n

13 - Estação Ferroviária de Cataguases
Praça Governador Valadares
Propriedade: Prefeitura Municipal de Cataguases

14 - Museu da Eletricidade Cataguazes-Leopoldina
Av. Astolfo Dutra, nº 41
Propriedade: Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina

15 - Edifício do antigo Grupo Escolar Coronel Vieira, atual Escola Estadual Coronel Vieira
Av. Astolfo Dutra, nº 303
Propriedade: Governo do Estado de Minas Gerais

16 - Educandário Dom Silvério
Rua Dr. Lobo Filho, nº 270
Painel (fachada externa) Anísio Medeiros
Afresco Capela Emeric Marcier Genesis
Propriedade: Irmãs Carmelitas.

É o meu parecer.
No IPHAN, 5 de dezembro de 1994.
Ítalo Campofiorito

Niterói, 13 de julho de 1995

Ilmo. Sr.
Dr. Glauco Campello
MD. Presidente do IPHAN/MinC
Rio de Janeiro



Senhor Presidente,

Em seqüência a nossos entendimentos anteriores, trago ao prezado amigo, Presidente do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural deste Instituto, os seguintes esclarecimentos ao meu parecer de 5.XII.94 no processo nº 1.342-T-84, em que se propunha o Tombamento no Centro Histórico de Cataguases/ MG.

Terminava o meu parecer com a proposta, aprovada pelo colegiado em 10.12.94, de tombamento individual de 16 "bens imóveis, móveis e integrados", indicados e situados de forma clara e definida; acrescentava-se àquela lista a "atual pavimentação das ruas e avenidas", nos termos do Relatório do arquiteto Antônio Luiz Dias de Andrade e da manifestação do Departamento de Proteção, que integram o processo em causa. O perímetro da área a ser protegida como "de interesse cultural", repetiu ipsis litteris a descrição do referido Relatório, abrangendo "os setores principais da Cidade", a espelhar o "processo de formação de desenvolvimento urbano", do sítio que, consagrado pelo tombamento federal, deverá ser celebrado como "um lugar da modernidade".

Há dois aspectos, entretanto, que venho agora esclarece para eventual enriquecimento e mais objetividade dos termos em que será transcrito o arrolamento nos devidos livros do Tombo.

Em primeiro lugar, vale a pena detalhar melhor a intensidade e a abrangência da proteção proposta. Dentro do perímetro de proteção que, segundo parecer aprovado, não deve ser considerado *núcleo de desenvolvimento urbano em determinada época histórica* ("à imagem de Olinda, São João del Rei, Florença, ou Roma") mas, sim, como contexto físico, "trecho de *escrita urbana*", de "sinais, pegadas" do momento de modernidade a celebrar – sobre o quê, subtendia-se, deve ser exercida a proteção legal e a fiscalização administrativa que cabe ao IPHAN? Entendo que além das ruas e avenidas, mencionadas expressamente, não há dúvida que, conforme a legislação vigente, estarão sob tutela as vizinhanças dos bens tombados individualmente, sobretudo quanto a integridade física e visibilidade dos referidos bens. Gostaria de, por assim dizer,

aperfeiçoar minha proposta, fixando a altura máxima de três pavimentos em quaisquer construções incluídas no perímetro de proteção, para não desfigurar a *escala urbana* existente ao final dos anos 40, além do que já tenha acontecido antes deste tombamento. Fora a proteção da vizinhança e da *escala urbana*, poderão, assim, as edificações subordinar-se "tão somente às posturas municipais", como dizem o Relatório e o meu parecer.

Uma segunda questão, ainda que menos objetiva, pode no entanto ser trazida à baila: a minha sugestão de recorrer-se à noção de *ecomuseu*, para vivência cotidiana do "cor modernista de Cataguases", não pode ser confundida com a interpretação museográfica – por mais contemporânea que seja – que se dá aos acervos e coleções abrigados nos prédios dos museus. Quero apenas recomendar que se busque a noção seminal com que Georges Henri Rivière fez evoluir a idéia de "museu ao ar livre" quando, nos anos 30, apoiado pelo governo francês do *Front Populaire*, desenvolvia a estrutura do futuro *Musée des Arts et Tradicions Populaires*, em Paris. Tem surgido ecomuseus na França (Le Creusot) na Escandinávia, (Totum, na Noruega) e, em Portugal (Seixal), a partir da década de 70. Todos, por traço natural, ligados à produção econômica e aos trabalhadores, cujo ponto de vista, quando prevalece, vem sendo o potencial inovador das diversas implantações. Acrescento a esta comunicação, bibliografia mínima, para consideração dos técnicos do IPHAN. Mas, para terminar, não resisto a algumas citações de Rivière que indicam claramente o quanto é *aberto*, o projeto de ecomuseus:

"Um ecomuseu é o instrumento que o poder e a população concebem, fabricam e exploram em conjunto..."

"Um espelho onde esta população se olha para se reconhecer, onde ela busca explicações sobre o território a que está ligada..."

"Uma expressão do homem e da natureza..."

"Uma expressão de tempo..."

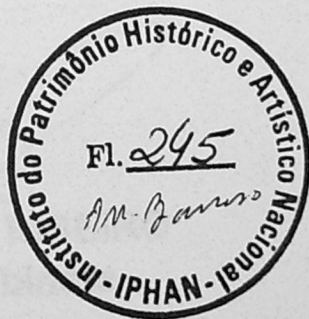
"Uma interpretação do espaço..."

"Um conservatório, na medida que ajuda a preservação e a valorização do patrimônio natural e cultural dessa população..."

"Uma escola, na medida que associa esta população a suas ações e estudos de proteção..."

Sem mais e juntando os meus respeitosos e cordiais cumprimentos,

Italo Campofiorito



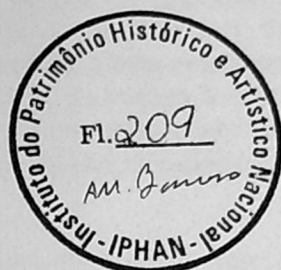
ANEXO F

Impugnação de Josélia Medeiros e Nélia Leite

Fonte: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (BRASIL). 13ª Coordenadoria Regional. *Processo de Tombamento. Cataguases. MG. 1.342-T-94*. Belo Horizonte, 1994. VI. 2. Fls 209-220

1219
23.12.94
Eduar

Ao
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN).



JOSÉLIA PEIXOTO PACHECO DE MEDEIROS e NÉLIA PEIXOTO FERREIRA LEITE, maiores, brasileiras, respectivamente viúva e separada judicialmente, residentes e domiciliadas, a primeira no Estado de Minas Gerais, no Município de Cataguases, a Avenida Astolfo Dutra, 146, e a segunda no Estado e Capital do Rio de Janeiro, no Bairro de Copacabana, na Rua Constante Ramos, 67, apartamento 701, neste ato representadas por seu procurador signatário (cf. Lei nº 8.906/94, art. 1º, inc. I), à luz dos instrumentos de mandato anexos (cf. Código Civil, art. 1.288, seg. parte), vêm apresentar, adiante, esta

IMPUGNAÇÃO

do processo de tombamento deflagrado por este Instituto, e o faz com suporte no Decreto-lei nº 25, de 30.11.37, no Decreto-lei nº 3.866, de 29.11.41, na Lei nº 8.029, de 12.4.90, no Decreto nº 99.492, de 30.9.90, no Decreto nº 99.602, de 13.10.90, e na Lei nº 8.113, de 12.12.90, para o que explana, a seguir, os fatos, as razões e os fundamentos que sustentam este recurso administrativo:

1- Por correspondência datada de 8 de dezembro de 1994, oriunda da Prefeitura Municipal de Cataguases, no Estado de Minas Gerais, às autoras foi dado saber e conhecer que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) havia deliberado tomar, nesta cidade, bens de propriedade das Impugnantes.

2- Da primeira foram tombados o prédio situado na Avenida Astolfo Dutra nº 146 e seus pertinentes paisagismo, mobiliário e acervo artístico; da segunda, o prédio na mesma Avenida, no número 116, acompanhado de seu paisagismo, atribuídos, os elementos postos indisponíveis, a Francisco Bologna.

3- As manifestantes não foram as únicas a ter seu patrimônio atingido pelo ato de tombamento. A extensão do conjunto arquitetônico da cidade, segundo Informe a comunicação a elas enviada pela Municipalidade, abrange inúmeros bens, nas suas mais variadas espécies e modalidades. Impõe, destarte, o IPHAN uma real e efetiva limitação administrativa, própria a casos que tais, mas, na hipótese aqui versada, com inescusável rigor e desnecessário dilargamento; evidente que, nos termos do ato de tombamento, cabe às atingidas expor as razões de oposição.



4- SOBRE A COMUNICAÇÃO DO ATO DE TOMBAMENTO.

4-1- O Decreto-lei nº 25, de 30.11.37, em seu artigo 9º, Item "1", manda que se dê, ao proprietário do bem objeto de tombamento, inequívoca ciência do processo, abrindo-lhe, inclusive, oportunidade de manifestação (v. CF/88, art. 5º, inc. LV). O *tombamento* (sic), podendo, no prazo de uma quinzena, ofertar, se razões tiver a tanto, a sua impugnação administrativa. Acresça-se a isso o fato de que o teor do artigo 7º, parte final, também eleva a notificação à condição de peça essencial, e não meramente accidental, nos processos de tal gênero.

4-2- Ora, as autoras não foram notificadas do processo de tombamento, e nem o IPHAN as informou sobre sua deflagração. Vieram a saber que foram atingidas no processo pela correspondência, com apócrifa assinatura, vinda da Prefeitura, de resumido conteúdo e de nenhuma razão ou motivação.

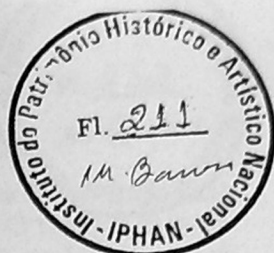
4-3- É a doutrina pátria pacífica em asseverar que, se é prevista em norma legal, a notificação é essencial à validade do ato, sem a qual não haverá as condições de desenvolvimento processual eficaz e regular exigíveis no Estado de Direito (cf., a respeito, DE PLÁCIDO E SILVA: in "Vocabulário Jurídico". 10ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 1987, vol. III, pág. 253). Quando, para possuir eficácia, deve o ato ou fato ser posto ao conhecimento dos interessados, e de forma inequívoca, sem o que a processualística administrativa abandonará os postulados de justiça e norma (v. FRANCO SOBRINHO, MANOEL DE OLIVEIRA: in "Introdução ao Direito Processual Administrativo". [s. ed.], São Paulo, Revista dos Tribunais, 1971, pág. 160).

4-4- Como limitação administrativa imposta ao proprietário - quer provisória, quer permanente -, o tombamento, como a desapropriação, implica oferta de prazo e de oportunidade de manifestação do atingido. Tanto que LIMONGI FRANÇA, nos seus comentários ao processo de expropriação por interesse público, diz que faz-se necessário a ciência do expropriado sobre o processo, sem o que o controle e a coordenação judiciais obstaculizarão o ato administrativo (cf. "Manual Prático das Desapropriações". 3ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 1987, pág. 50).

4-5- Ora, quando se cuida de trazer ao particular uma diminuição de poderes em torno do bem possuído, fá-la-á, sempre, a Administração pela forma que a norma legal haja prescrito. É a regra do artigo 82 do Código Civil: é válido o ato jurídico - "lato sensu" - tão-só quando se observa a "forma prescrita ou não defesa em lei" (sic) (grifo da transcrição).

4-6- A "forma prescrita (...) em lei" (sic) (grifos da transcrição), no tombamento, é a notificação, regularmente expedida e recebida, enviada ao proprietário. Sem ela não se pode dizer de regular processamento.

4-7- O ato - diz o mesmo Código, no seu artigo 130 - não tem préstimo quando, no seu procedimento, se deixa à parte "a forma especial, determinada em lei" (sic) (itálicos da transcrição). É "ad substantiam", por conseguinte, a notificação que o órgão de onde promana o tombamento envia ao dono do imóvel, assinando-lhe prazo para a anuência ou para a impugnação fundamentada.



5- SOBRE A INEXEQUIBILIDADE DO TOMBAMENTO PROCEDIDO.

5-1- Diz-se "tombar" do ato administrativo - muito embora secundado por um ato legislativo -, plenamente vinculado, que, a partir de um inventário de bens relativo a certo sítio objeto de proteção, inscreve tais bens em livro próprio, a que se vem discriminativo: não elege bens aleatoriamente mas é ato discriminatório, mas é ato mas, à base de laudo técnico, conclui que certos elementos necessitam de certa e especial proteção do Estado - proteção, aqui, como "longa manus".

5-2- Afirma o Decreto-lei nº 25/37, norma-base do processo de tombamento, que, tendo em mira "o conjunto de bens móveis e imóveis existentes" (sic), e quando a sua "conservação [é] de Interesse público" (sic), desde tal Interesse permaneça, com rigor, de

"sua vinculação a fatos MEMORÁVEIS da história do Brasil" (sic) (grifos e itálicos da transcrição)

ou mesmo de

"seu EXCEPCIONAL VALOR (...) ARTÍSTICO" (sic) (grifos e itálicos da transcrição),

pode o Administrador decretar-lhes o tombamento, atendidos os requisitos que a lei a ele impõe, inclusive o pré-aviso ao proprietário.

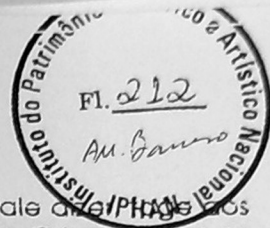
5-3- Duas são, destarte, as condições para a existência de bens tombáveis: uma é adstrita à memorabilidade do bem face à História nacional.

5-3-1- Memorável não é qualquer bem. Nem mesmo todo bem que esteja ligado à História pátria é, de si mesmo, memorável. É-o, tão-somente, aquele bem que, à vista de suas especiais peculiaridades, a ele intrínsecas, latamente reconhecidas por todos, represente ou se reflira, direta e verdadeiramente, a um período que se possa identificar como relevante. É memorável, pois, o bem que evoca, que põe à lembrança fato ou época significativos da existência do País.

5-3-2- Não é, então, memorável o bem que, embora esteja preso, por quesito de natureza artística ou semelhante, a determinado fato ou período da História, de si não contenha elemento, intrínseco ou extrínseco, que o faça integrante de sítio e ambiente que devam ser mantidos intocados. O monumento que, pela sua forma ou modo de execução, reflete certa tendência de uma dada época nem por tal razão poderá ser objeto de tombamento; é necessário, antes, que ele possua tais condições características que o vinculem, de plano, e inequivocamente, àquele fato ou período, reconhecidamente relevantes.

5-4- E outra condição é a excepcionalidade do valor artístico do bem.

5-4-1- Excepcional, de seu turno, é o que foge à regra-padrão, ao lugar-comum. É excepcional o bem que, pela sua execução, suas características, sua rareza, sua inusitada forma ou por suas origens, permita concluir que é único e incomum.



5-4-2- O bem excepcional é extraordinário ("extra ordinem"), vale dizer, os padrões de convencionalismo e mesmice em regra conhecidos. O bem a que se pode chamar excepcional é, ainda, invulgar e original: o vulgo se opõe ao que é invulgar justamente porque este impõe novidade, diferença, e até estranheza; já o original implica refugir à regra comum, normal.

5-4-3- A regra legal fala em excepcionalidade do VALOR ARTÍSTICO do bem. Há o valor artístico, em regra, quando o bem, pela sua originalidade, beleza, rareza ou mesmo invulgaridade, situa-se numa categoria distinta dos demais conhecidos. E, aqui, fala-se, como a Lei nº 5.988, de 14.12.73, em obra "original e inconfundível com (...) [outra], (...), divulgada anteriormente" (sic) (itálicos da transcrição) (cf., a respeito, JENSSEN, HERBERT: in "Direitos Intelectuais". [s. ed.], Rio de Janeiro, Itaipu, 1967, págs. 32 e ss.).

5-4-4- Valor artístico, aduz WALTER MORAES (cf. "Artistas, Intérpretes e Executantes". [s. ed.], São Paulo, Revista dos Tribunais, 1976, págs. 96 e ss.), é a importância que determinada obra - bem imaterial ou materiasl - possui em certa época, em face, principalmente, de suas características invulgares, especiais e inconfundíveis. Ora, só tem, assim, valor artístico o bem que reflita, nas suas peculiaridades, certa fase, época ou corrente de expressão humana.

5-4-5- A arte, acresce GRIZZOTTI (cf. "L'Art du Cinema". 1ª ed., Paris, Recueil-Sirey, 1978, pág. 12), é forma de expressão humana, ligada, essencialmente, ao modo, sempre mutável, pelo qual é a vida enxergada. E é por isso variável de período a período, de época a época, de cultura a cultura. Toda obra, assegura ele, possui sua relevância dentro da era em que foi produzida, espraiando seus efeitos sobre as outras idades; a relevância é o valor, isto é, a formulação da importância deste bem traduzido em elemento social. É o valor, pois, uma condição inerente à obra, se bem que não a todas; e exemplifica: o valor de um Picasso, de um Matisse, de um Degas, de Michelângelo está em que são a gênese de um estilo, seguido por outros, mas iniciado por eles.

5-5- Em "Bens Públicos" (cf. 2ª ed. aum. e atual., São Paulo, LEUD, 1975, pág. 362), sustenta CRETELLA JÚNIOR que uma das condições do tombamento é

"a caracterização precisa da qualificação ou enquadramento do bem, como sendo de valor histórico, artístico, arqueológico, etnográfico, bibliográfico, (...)" (sic) (itálicos da transcrição).

5-6- Ora, a precisa caracterização do bem a ser tombado importa identificar:

α- a natureza dos bens a serem tombados;

β- as razões administrativas do tombamento;

γ- se os bens estão a ser tombados face a sua "vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil" (sic) ou por "seu excepcional valor (...) artístico" (sic);

δ- a conveniência e a oportunidade do tombamento.

5-7- É verdade, outrossim, que o tombamento prende-se ao "poder de polícia" da Administração, como queria ZANOBINI, porque, em sua ótica,

"Qualunque limite consiste nella inibizione dell'esercizio di alcune facoltà che per se stesse potrebbero far parte del diritto di proprietà." (sic) (in "Corso de Diritto Amministrativo". 3ª ed., Milão, Giuffrè, 1938, vol. IV, pág. 140).

5-8- Todavia, a Constituição de 1988, em seus artigos 5º, Inciso XXII, e 170, Inciso II, garante aos cidadãos o *direito à propriedade*, apenas limitado em função de seu uso social, no dizer do constituinte daquele ano. Ora, já que o tombamento tem a nítida natureza de uma limitação administrativa à propriedade e porque o direito constitucional não pode ser violado, o ato administrativo que leva bens ao tombo deve ser efetivado com supedâneo na Carta-Mor nacional.

5-9- E tanto é assim que no "leading case" do tombamento no Brasil, denominado "Casos do Arco do Teles", o Supremo Tribunal Federal (STF) (cf. "Revista Forense" nº 98, pág. 586) declarou, em acórdão, que examinar a legalidade e a licitude dos atos de tombamento não é simplesmente verificar a existência das formalidades, mas examinar se as *condições* da lei foram observadas. No mesmo sentido vem o parecer de CARLOS MEDEIROS SILVA na "Revista de Direito Administrativo" (cf. nº 108, págs. 429-441), em que este jurista defende que é nulo o tombamento se não se conformaram as exigências legais à sua realização.

5-10- Ora, se o tombamento - como "In casu" - não foi precedido das avallações citadas no subitem 5-6, tem cabida o ensinamento de CRETELLA JÚNIOR, incluído em "Bens Públicos" (in *op. et loc. cit.*, pág. 376):

"(...), a rotulação, a qualificação, o enquadramento do bem, como histórico ou artístico, não é ato discricionário, porque envolve questão de fato, limitada, embora de maneira um tanto vaga, mas limitada, por texto expresso de lei.

"Como saber se o bem tombado se enquadra numa das hipóteses delineadas na lei? Vincula-se o bem à história? É mesmo objeto artístico? Interessa à arqueologia? A natureza dotou realmente a paisagem ou o local de traços tais que justifiquem as limitações?" (sic) (itálicos da transcrição).

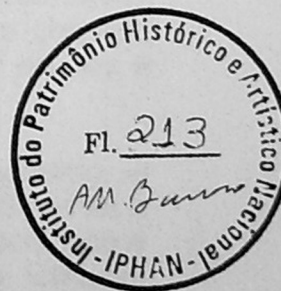
5-11- Na realidade, o que se busca saber é se:

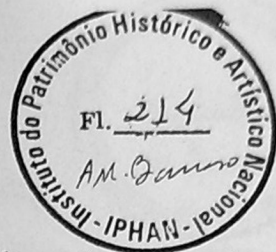
α- o bem poderia ter sido tombado?

β- o bem possuía as características que o sujeitavam ao tombamento?

γ- caberia, por isso, seu tombamento?

5-12- Mesmo antes da nova Constituição, HELY LOPES MEIRELLES, no seu até hoje insuperado "Direito Administrativo Brasileiro" (cf. 13ª ed. atual., São Paulo, Revista dos Tribunais, 1987, pág. 482), já cuidava da imprescindibilidade de notificação a ser remetida ao proprietário, que deveria ter aberto prazo para anuência e para a manifestação de oposição ao tombamento.





5-13- Mas, além disto, assegurava:

"*Nulo será o tombamento efetivado sem atendimento das imposições legais e regulamentares, pois que, acarretando restrições ao direito de propriedade há que observar o devido processo legal para sua formalização, (...) [podendo ser] apreciado tanto a legalidade dos motivos quanto a regularidade do procedimento administrativo em exame.*" (sic) (itálicos da transcrição).

5-14- E o mesmo pensava ANTÔNIO CARLOS DE ARAÚJO CINTRA, ao referir-se a tal problema em "Motivo e Motivação do Ato Administrativo" (cf. [s. ed.], São Paulo, Revista dos Tribunais, 1979, págs. 126 e 127):

"*Como já foi demonstrado, a motivação deve conter todos os elementos idôneos a justificar a edição do ato administrativo a que se refere, seja no plano da legalidade, seja - tratando-se de ato discricionário - no plano da conveniência e oportunidade.*" (sic) (grifos e itálicos da transcrição).

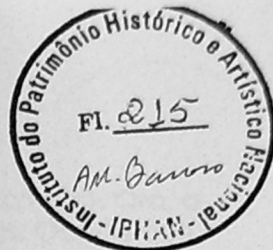
5-15- Seguindo-se daí, como pensa este tratadista, que

"*(...) a (...) publicidade que deve ser dada ao ato administrativo motivado deve abranger a sua motivação. Não se pode, (...), limitar a publicidade ao conteúdo do ato, ao (...) elemento decisório.*" (sic) (grifos e itálicos da transcrição).

5-16- De conseguinte, quando o tombamento, ato administrativo por excelência, é levado a cabo sem que os proprietários atingidos tenham sido informados sobre as suas circunstâncias, limites, extensão e alcance (cf. JUSO, RAFFAÈLE: in "Motivi e Motivazione nel Provvedimento Amministrativo". [s. ed.], Milão, Giuffrè, 1963, págs. 68 e ss.), é óbvio que os ditames da lei não foram obedecidos. E, se assim é, não é possível falar em legalidade e licitude do ato administrativo.

5-17- No seu ministério, FRANCISCO CAMPOS ensina que o ato administrativo pode ser revogado quando não possua as características próprias que o fazem normal e pacífico ante a lei. Sustenta o autor que o motivo (e também a motivação) está para o ato como a decisão judicial está para a legalidade. Assim, sem motivação (sem motivo) é o ato nulo, nenhum efeito produzindo (cf. "Direito Administrativo". [s. ed.], Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1958, vol. II, pág. 101), do que não discorda MIGUEL REALE (cf. "Revogação e Anulamento do Ato Administrativo". 2ª ed. rev. e atual., Rio de Janeiro, Forense, 1980, págs. 12 e ss.).

5-18- Ora, se o IPHAN sequer notificou as impugnantes acerca do tombamento, se não as fez cientes do processo que fora deflagrado, menos ainda declinou-lhes a motivação do ato de tombamento, e é certo que isso assim ocorreu. Então, não é possível, agora, examinar a viabilidade ou a necessidade da limitação; também não se pode saber se e em que condições amparou-se o IPHAN para impor-lhes a vontade da Administração Pública. Que critérios - se existentes - foram utilizados e empregados no tombamentos dos bens, e porque não somente os imóveis foram atingidos, mas também móveis e objetos supostamente artísticos. O ato que impôs às autoras o tombamento é eivado de nulidades, a contar mesmo da completa ausência de notificação exigida em lei.



6- SOBRE A AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO PARA O TOMBAMENTO.

6-1- É necessário compreender, de pronto, que o ato administrativo, para revelar-se pleno, eficaz e não-nulificado, deve ater-se aos *limites da lei*. O tombamento é dado ir além e acima da própria lei, mas nem por isto lhe é que cabe o tombamento. Trata-se de ATIVIDADE ADMINISTRATIVA LEGITIMADA, tal como se dá na desapropriação por interesse público. O Decreto-lei nº 3.365, com data de 21.6.41, em seu artigo 5º, expõe os casos ("numerus clausus") em que há de poder ocorrer a expropriação. Ora, analogamente, quando a Constituição, no seu artigo 216, incisos I a V, enumera os bens protegidos pela Administração, visa a dizer que, *havendo motivação*, é possível o tombamento; ou, de contrário, caso não exista motivação, ou se for insuficiente ou permitir erro, não será possível o tombamento, e nulo é o ato que o impuser ao particular.

6-2- Qual é, no caso enfocado, a motivação?

6-3- Analisando o tombamento em seu procedimento, adverte ANTÔNIO QUEIROZ TELLES (cf. "Tombamento e seu Regime Jurídico". [s. ed.], São Paulo, Revista dos Tribunais, 1992, pág. 69):

"O tombamento, como ato administrativo, requer motivação, isto é, a exposição das justificativas das razões da sua edição.

"(omissis).

"Realmente, este [refere-se ao parecer técnico] conterà as razões de fato e de direito que amparam a sua edição.

"Razões de fato, porque deverá expor e justificar as circunstâncias históricas, artísticas, arqueológicas, etnográficas, bibliográficas, ou paisagísticas, que envolvem determinado bem tornando-o, dessa forma, insuscetível de integrar o patrimônio nacional, de acordo com o art. 1º do decreto-lei 25/37." (sic) (grifos e itálicos da transcrição).

6-4- Voltando ao texto do Decreto-lei nº 25 e ao seu artigo 1º, "caput", tem-se que os bens sujeitos de tombamento são os móveis e imóveis que se vinculem a "fatos memoráveis da história do Brasil" (sic) ou aqueles que tenham "excepcional valor artístico" (sic), evidentemente apurado.

6-5- Evidentemente, os bens das autoras que foram tombadas não se enquadram, com certeza, na primeira categoria. A uma porque não são elementos próprios ou inerentes a fase ou época histórica nacional, visto não representarem movimento, ocorrência ou fato registrado como relevante; e a duas porque a maior parte dos bens possui "origem criadora" (VERNES) ou inspiração não-nacional, eclética, de tendência reconhecidamente cosmopolita.

6-6- Resta, por conseguinte, a segunda categoria, que deve ser aquela em que os bens foram catalogados.

6-15- O Poder Judiciário, em um sem-número de decisões, já assentou que só há o legítimo tombamento quando as condições da lei acham-se satisfeitas. Em muito como Relator o Ministro ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, julgou questão relativa a tal caso, e entendeu à época:

" (...) A lei qualifica, de modo muito contundente e, conseqüentemente, muito limitativo, os bens que podem e devem ser objeto de tombamento. É preciso que haja, do ponto de vista histórico, a vinculação a fatos memoráveis da história. Quanto ao resto, principalmente o artístico, que seja de excepcional valor.

" (...) Tal abordagem [abrangente] pretende descrever através das tipologias arquitetônicas, como é o caso, a cultura material de um determinado grupo social numa determinada época, ou seja, um jeito e gosto de fazer arquitetura dentro do momento do processo da nossa produção cultural.

"(omissis).

" Este conceito amplo de se ver o patrimônio histórico e artístico pode, de lege ferenda, vir a prevalecer, mas, de lege lata, está em completa dissonância com a legislação vigente. E a nova Constituição, de uma forma expressa, coloca esta alternativa no sentido de dois caminhos e não de uma opção livre (...)." (sic) (grifos e Itálicos da transcrição) (cf. "DJU-I", de 20.6.94, pág. 16.077)

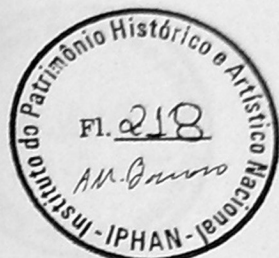
6-16- Destarte, se o tombamento não obedeceu ao regime instituído pela lei, tem-se, em verdade, uma quase-desapropriação, travestida de tombamento; ora, diz a Constituição vigente que a expropriação há de ensejar a justa indenização, tal como vem no seu artigo 5º, inciso XXIV. O mesmo acórdão do STJ, acima referido, é patente ao dizer que, se é proteção que busca o Poder Público, e se o que ele impõe ao particular é uma excessiva limitação na sua propriedade, o que quer a Administração, de fato, é desapropriar o bem.

6-17- O próprio HELY LOPES MEIRELLES, na obra já citada (cf. págs. 485 e 486), faz claro que, em tese, o tombamento não enseja indenização, mas, em alguns casos ela não é descartada.

6-18- Assevera este publicista:

" (...). É [o tombamento] preservação de bens de Interesse da coletividade, imposta pelo Poder Público em benefício de todos, e assim sendo não pode um ou alguns particulares serem sacrificados no seu direito de propriedade, sem a correspondente indenização reparatória do prejuízo causado pelo tombamento." (sic) (grifos da transcrição).

6-19- Deste modo, faz-se necessário observar que, no caso em tela, porque se fala em tombamento descaracterizado, em virtude da não observância dos precisos e necessários requisitos definidos em lei, inclusive no que respeita à notificação a que está obrigado o Instituto. Por tudo isso, e pelas razões que decorrem da lei, o tombamento imposto às autoras deve ser revogado.



Z- SOBRE AS PROVIDÊNCIAS QUE AS IMPUGNANTES PRETENDEM.

Z-1- À vista dos fatos e fundamentos expostos, pleiteiam as autoras:

α- que o tombamento imposto às impugnantes seja revogado, pela ausência dos requisitos necessários determinados em lei;

β- a reabertura de oportunidade administrativa - com fixação de prazo para que as impugnantes se manifestem -, a partir da nomenclatura;

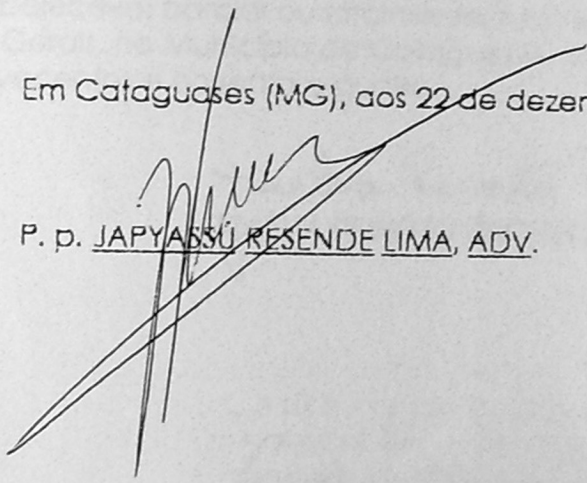
γ- o acolhimento das razões e fundamentos trazidos pelas autoras;

δ- a fixação de indenização compensatória para o tombamento imposto, tendo em vista que a limitação administrativa trouxe às impugnantes um ônus excessivo e um impedimento para alguns dos poderes inerentes à propriedade; e

e- tudo o mais que se faça necessário ao atendimento do pleiteado.

Pede e aguarda
DEFERIMENTO.

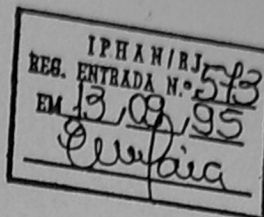
Em Cataguases (MG), aos 22 de dezembro de 1994


P. p. JAPYASSU RESENDE LIMA, ADV.

ANEXO G**Correspondência dos impugnantes solicitando esclarecimentos**

Fonte: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (BRASIL). 13ª Coordenadoria Regional. *Processo de Tombamento. Cataguases. MG. 1.342-T-94*. Belo Horizonte, 1994.

Cataguases (MG), 11 de setembro de 1995



IPHAN/GABDF.
R. 00881/95

CIC/DEJUR/191/95

Sr. Dr.
GLAUCO DE OLIVEIRA CAMPELLO
DD. Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)
Rua da Imprensa, 16 - 8º andar
Rio de Janeiro - RJ

Ref.: Tombamento - Impugnações escritas - Processo - Esclarecimentos (solicita)

Senhor Presidente,

As signatárias, em 1994, foram surpreendidas com a inclusão de alguns de seus imóveis, situados no Município de Cataguases, Minas Gerais, no elenco de bens provisoriamente tombados pelo IPHAN, embora jamais tenham sido regular e oficialmente notificadas de tal ocorrência, como determina o Decreto-lei nº 25, de 1937.

2. Interpuseram, por isso, sob os protocolos nº 1.218 e nº 1.219, de dezembro de 1994, as empresas Companhia Industrial Cataguases e Indústrias Irmãos Peixoto S. A., e também as Sras. Josélia Peixoto Pacheco de Medeiros e Nélia Peixoto Ferreira Leite, sempre com suporte no Decreto-lei nº 25/37, impugnações contra o tombamento provisório daqueles seus imóveis, situados em Cataguases;

3. Entretanto, e para outra surpresa das petionárias, nenhuma decisão relativa às suas impugnações lhes foi, até essa data, oficialmente comunicada, e nem lhes foi respondida a correspondência remetida ao IPHAN, por "fac simile", a 13 de junho de 1995, na qual já se reclamava esclarecimentos sobre a situação atual da questão;

4. Acreditam as Interessadas que são merecedoras, porque proprietárias dos imóveis em fase de tombamento, de informações, as mais detalhadas possíveis, a respeito da efetiva e atual fase do processo em comento;

5. Em razão disso, requerem a V. Exa. lhes seja informada, oficialmente, a decisão que o IPHAN proferiu em relação às impugnações citadas, isso acrescido das informações com vistas ao esclarecimento da atual posição do processo.

Esperando contar com a habitual prestimosidade de V. Exa.,

Cordialmente.

P/Companhia Industrial Cataguases

P/Josélia Peixoto Pacheco de Medeiros

P/Indústrias Irmãos Peixoto S. A.

P/Nélia Peixoto Ferreira Leite

COMPANHIA INDUSTRIAL CATAGUASES

ANEXO H

Comunicado do IPHAN à Prefeitura de Cataguases sobre o tombamento

Fonte: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (BRASIL). 13ª Coordenadoria Regional. *Processo de Tombamento. Cataguases. MG. 1.342-T-94*. Belo Horizonte, 1994.

SÉRVICO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA CULTURA
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN

OFÍCIO/GAB/IPHAN/Nº 231/94 Em 02/12/94

no dia 7/03/94.

Do: Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico
e Artístico Nacional - IPHAN
Endereço: Rua da Imprensa, 16 - 8º andar - Centro - RJ

Ao: Prefeito Municipal de Cataguases - MG.

Assunto: Da conhecimento de processo de tombamento do "Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico da Cidade de Cataguases - Minas Gerais".

Senhor Prefeito,

Cumpre-me levar ao conhecimento de Vossa Excelência que o Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico da Cidade de Cataguases - Minas Gerais, nos termos do perímetro a seguir descrito, bem como dos bens imóveis, móveis e integrados especialmente destacados são objeto de processo de tombamento neste Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.

Descrição do perímetro da área de tombamento:

"Inicia-se na Praça Getúlio Vargas, confluência da Avenida Astolfo Dutra e Rua Coronel João Duarte, segue em direção à Estação Ferroviária obedecendo o traçado da antiga ferrovia atual Rua Visconde do Rio Branco, abraçando, na Praça Governador Valadares a "Chácara de Dona Catarina", seguindo após em direção às dependências da Indústria Irmãos Peixoto, pela mesma Rua Visconde do Rio Branco, envolvendo-a, inclusive as vilas operárias existentes às Ruas Gama Cerqueira e Manoel Peixoto Ramos. Deste ponto retorna em direção à Praça Getúlio Vargas, seguindo pela linha de cumeeira do moço lindeiro, daí perseguindo a Avenida Astolfo Dutra, pela margem esquerda do canal do Córrego Lavapós. Segue pela Avenida

Associação Eng. CREA

CARTÓRIO DO 2º. OFÍCIO
CATAGUASES — M. GERAIS

AUTÊNTICO este documento, reprodução
fiel do original que me foi apresentado
Dou fé. Em testº. _____ da verdade.
Cataguases, 09 de 04 de 19 96

Vânia de Souza Mergh — Tabeliã
 Maria de Fátima Miranda - Substituta



Humberto Mauro até atingir o Colégio Cataguases, envolvendo-o e retornando à Praça Doutor Cunha Neto. Neste ponto toma a Rua Eduardo Del Peloso, alcançando a Avenida Coronel Artur Luz. Segue por esta até encontrar a Avenida Astolfo Dutra, cruzando-a e seguindo pela Rua Araújo Porto; em seu término, na Rua Doutor Lobo Filho, inflete à direita e logo após à esquerda alcançando o Rio Pomba pela Travessa São Vicente de Paula. Cruzando o Rio Pomba envolve o Cemitério e a Companhia Industrial de Cataguases, seguindo após pela Rua Francisca Peixoto, compreendendo a Praça José Inácio Peixoto. Segue pela Rua José de Almeida Kneipp; em seu término, junto ao eixo de cotovelo do Rio Pomba, volta a atravessá-lo, seguindo pela margem esquerda até alcançar o ponto de confluência do Ribeirão Meia Pataca. Neste ponto persegue a direção da Rua Ascânio Lopes até a altura da Rua Professor Alcântara, cruzando o Meia Pataca e seguindo por esta mesma Rua Professor Alcântara nº 134, última residência de Dona Eva Comello, até atingir a Praça Sandoval de Azevedo. Segue após pela Rua Joaquim Peixoto Ramos até atingir a Praça Rui Barbosa, onde inflete à direita pela Rua João Duarte, retornando ao ponto de partida, na Praça Getúlio Vargas (os imóveis limítrofes cujas testadas estejam voltadas para os eixos de Ruas e Avenidas deverão ser considerados parte integrante deste perímetro).⁶

No interior do perímetro acima descrito, além da atual pavimentação das Ruas e Avenidas, ficam tombados, em especial, os seguintes bens imóveis, móveis e integrados:

1. Prédio do Colégio Cataguases, atual Colégio Estadual Manoel Ignácio Peixoto, Chácara Granjaria, Arq. Oscar Niemeyer, Paisagismo Roberto Burle Marx; Escultura "O Pensador", Jan Zach; Painel de Pastilhas, Paulo Werneck, Mobiliário original, Joaquim Tenreiro, tudo de propriedade do Estado de Minas Gerais;
2. Prédio da Residência Francisco Inácio Peixoto, à Rua Major Vieira nº 154, Arq. Oscar Niemeyer, Paisagismo Roberto Burle Marx; Mobiliário original, Joaquim Tenreiro (acervo artístico) tudo de propriedade do Espólio de Francisco Inácio Peixoto;
3. Prédio da Residência A. O. Gomes, à Avenida Astolfo Dutra nº 176, Arq. Francisco Bologna, Painel de Azulejos (fachada externa) de Anísio Medeiros; Festa Nordestina; Afresco Emeric Marcier: A Lenda sobre o rapto das Sabinas; Mobiliário original, Joaquim Tenreiro; acervo artístico, tudo de propriedade de Nanzita Ladeira Salgado Alvim Gomes;
4. Prédio da Residência de Josélia Peixoto Medeiros, à Avenida Astolfo Dutra nº 146, Arq. Aldary Henriques Toledo, Paisagismo Francisco Bologna; Mobiliário original; acervo artístico, tudo de propriedade

Alvim Gomes

[Handwritten signature]

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
CATAGUASES — M. GERAIS

AUTÊNTICO e fiel reprodução
fiel do original que me foi apresentado
Dou fé. Em test. da ver. ade.
Cataguases, 09 de 04 de 96

Vânia de Souza Mergh - Tabelã
 Ivania de Fauma Miranda - Substitua

de Josélia Peixoto Medeiros; 5. Prédio da Residência Nêlta Peixoto, Avenida Astolfo Dutra nº 116, Arq. Edgard Guimarães do Vale, Paisagismo Francisco Bologna, de propriedade de Nêlia Peixoto; 6. Prédio do Hotel Cataguases, à Rua Major Vieira nº 56, Arqs. Aldary Henriques Toledo e Gilberto Lemos, Paisagismo Carlos Percy; Escultura "Mulher", Jan Zach; Mobiliário original, Jan Zach; acervo artístico, tudo de propriedade do Hotel Cataguases S/C Ltda; 7. Prédio do Cine-Teatro Edgard, à Praça Rui Barbosa nº 174, Arqs. Aldary Henriques Toledo e Carlos Leão, de propriedade do Circuito Cinema Brasil Ltda, Loja Maçônica Labor e Trabalho e do Município de Cataguases; 8. Prédio do Edifício "A Nacional", à Praça Rui Barbosa nº 68, Arq. M.M.M. Roberto; Mobiliário original da Loja "A Nacional", M.M.M. Roberto, tudo de propriedade de Walter Ferraz Gomes, Espólio Sílvia Ferraz Gomes, Sebastião José de Carvalho, Antônio Gomes de Carvalho, Maria Cristina Carvalho Thomé e Espólio de Athemense Ferraz; 9. Conjunto de Imóveis das Residências Operárias, à Rua Francisco Peixoto, Arq. Francisco Bologna, de propriedade da Companhia Industrial de Cataguases; 10. Monumento a José Inácio Peixoto, à Praça José Inácio Peixoto, Arq. Francisco Bologna; Escultura "A Família", Bruno Giorgi; Panel de Azulejos "As Fiandeiras", Cândido Portinari, tudo de propriedade da Companhia Industrial de Cataguases e do Município de Cataguases; 11. Ponte Metálica sobre o Rio Pomba, de propriedade do Município de Cataguases; 12. Prédio da Fábrica Fiação e Tecelagem Cataguases/M. Inácio Peixoto & Filhos, à Praça Manoel Inácio Peixoto s/nº, de propriedade das Indústrias Irmãos Peixoto; 13. Prédio da Estação Ferroviária de Cataguases, à Praça Governador Valadares, de propriedade do Município de Cataguases; 14. Prédio do Museu da Eletricidade Cataguases-Leopoldina, à Av. Astolfo Dutra nº 41, de propriedade da Companhia Força e Luz Cataguases-Leopoldina; 15. Prédio do Edifício do Antigo Grupo Escolar Coronel Vieira, atual Escola Estadual Coronel Vieira, à Av. Astolfo Dutra nº 303, de propriedade do Estado de Minas Gerais; 16. Prédio do Educandário Dom Silvério, à Rua Doutor Lobo Filho nº 270; Panel (fachada externa), Anísio Medeiros; Afresco da Capela "Genesis", Emeric Marcier, tudo de propriedade da Congregação das Irmãs Carmelitas da Divina Providência."

Em vista de tal fato, informo que os proprietários e/ou demais interessados foram regularmente notificados, por meio de edital, o que implica afirmar, desde então, o tombamento do predito conjunto e dos bens, imóveis, móveis e integrados especificamente destacados, conforme capitulam os arts. 5º e 10 do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.

CARTÓRIO DO 2º. OFÍCIO
CATAGUASES — M. GERAIS

AUTÊNTICO este documento, reprodução
fiel do original que me foi apresentado
Dou fé. Em testº. _____ da vergado.
Cataguases, 09 de 04 de 1996

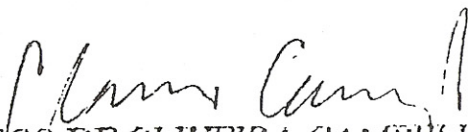
Vânia de Souza Mergh — Tabelã
 Maria da Fátima Miranda - Substituta

13

peço que passem a receber a proteção especial do Poder Público Federal, por meio do IPHAN, para os efeitos previstos notadamente nos arts. 17 e 18 do diploma legal citado.

Em face da responsabilidade do Município de Cataguases em expedir licenças de obras, construções e demolições, solicito considerar, com base no exposto, a necessidade da manifestação e aprovação prévias por parte da nossa 13ª Coordenação Regional, através de sua Coordenadora Dr.^a Cláudia Márcia Freire Lage, dos projetos a serem licenciados para o referido conjunto, bem como na vizinhança do mesmo.

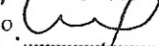
Contando com a valiosa colaboração dessa Prefeitura e de V. Ex.^a na proteção e preservação do patrimônio cultural do País, apresento os meus cordiais cumprimentos.


GLAUCO DE OLIVEIRA CAMPILLO
Presidente do Instituto do Patrimônio
Histórico e Artístico Nacional - IPHAN

Exm.^o Sr.
Dr. Tarcísio Henriques Filho
MD Prefeito Municipal de Cataguases
Praça Santa Rita s/n.^o
Cataguases - MG

CARTÓRIO DO 2.^o OFÍCIO
CATAGUASES — M. GERAIS

AUTENTICO e te documento, reprodução
fiel do original que me foi apresentado

Dou fé. Em test.^o  da vercade.

Cataguases, 09 de 09 de 1996

Vânia de Souza Mergh — Tabeliã
 Maria de Fátima Miranda - Substituta

Fundado em 28 de Janeiro de 1906

CATAGUASES

Semanário de Informações de Cataguases

PLANTÃO DE FARMÁCIAS
• Drograria São Lázaro
Rua Tenente Luís Ribeiro, 204
Tel.: 421-2125
• Farmácia Colúmbia
Calçada, 22 - Tel. 421-2147
• Drograria DuValério
Rua Cel. Paulino Fernandes, 40 Lj. 3
Tel.: 421-4166

Preço do exemplar: R\$ 0,20

Ano LXXXIX - Nº 2.303

Cataguases, 11 de dezembro de 1994

Patrimônio de Cataguases é preservado

O Prefeito Tarcísio Henriques Filho esteve na última quarta-feira, dia 7, no Rio de Janeiro para participar do reunião do Conselho Deliberativo do Patrimônio Histórico Nacional, órgão vinculado ao IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, do Ministério da Cultura. Na oportunidade, o prefeito recebeu o projeto de tombamento do Centro Histórico de Cataguases.

Participaram da reunião o Presidente do IPHAN, Glauco Campello, Ildo Campofioriti, ex-presidente e responsável pelo parecer sobre o tombamento de Cataguases, Antônio Luiz Dias de Andrade, Gilberto Ferraz, Maria da Conceição Belardo, Carlos Lemos, Almirante Max Justo Góes, Augusto Carlos da Silva Telles, Maria Tereza Correia da Silva, Maurício Roberto - arquiteto, autor do projeto do prédio de A Nacional, e o arquiteto Francisco Iglesias.

O prefeito também tratou do tombamento do Centro Histórico de Penedo (AL) e da lagoa da Pampulha (Belo Horizonte), ficou decidido o tombamento individual dos seguintes bens culturais imóveis, móveis e integrados, além da atual pavimentação das ruas e avenidas de Cataguases: Colégio Cataguases, Residência de Francisco Inácio Peixoto, Residência Nanzia Ladeira Salgado Alvim, Residência de Josélia Peixoto Medeiros, Cine-Teatro Edgard, Edifício "A Nacional", Conjunto de Residências Operárias (Bairro Jardim), Monumento a José Inácio Peixoto, Ponte Metálica sobre o Rio Pomba, Fábrica de Fiação e Tecelagem Irmãos Peixoto, Estação Ferroviária de Cataguases, Museu da Eletricidade, Cataguases Leopoldina, Edifício do antigo Grupo Escolar Coronel Vieira, atual Escola Estadual Coronel Vieira, e Educandário Dom Silvério.

O Prefeito Tarcísio Henriques Filho comentou a respeito do tombamento destes bens culturais de Cataguases, salientando que a preservação da história do município fica resguardada e demonstra a importância de Cataguases na vida-cultura do país. O prefeito também falou sobre o tombamento do Patrimônio Histórico de Cataguases.

Dr. Glauco Campello, Presidente do IPHAN, afirmou que o processo em pauta demonstra a maior administração do trabalho conjunto dos técnicos deste Instituto, com participação solidária da Prefeitura Municipal e da comunidade local em todos os níveis, em que foi ouvida e memorizada. A importância histórica, artística, cartográfica, as citações selecionadas e sobretudo, o convincente panorama do universo visual envolvido - tudo me pareceu o melhor possível. Trata-se de tombamento "centro histórico", ou seja melhor: o sítio central, da cidade de Cataguases, na Zona da Mata, estado de Minas Gerais. A preservação seria alcançada pelo arrolamento de dezessete bens imóveis, sete dos quais acompanhados por bens móveis e integrados que lhes pertencem. Ao contexto urbanístico que identifica as relações históricas e artísticas entre os referidos indivíduos arquitetônicos - justamente considerado, nas palavras dos técnicos do IPHAN, "área de interesse cultu-

ral" - é que se chamaria de sítio ou "centro histórico" para um tombamento devidamente amparado, a fim de que a fiscalização administrativa do IPHAN fique reduzida à proteção dos bens tombados, e, além disso, as demolições, reformas ou novas construções sejam subordinadas "isto somente, às posturas municipais".

Basear o fato relatório técnico para convencer-se do valor excepcional do conjunto para a história da arte moderna brasileira. O valor geral é mais do que excepcional, é único. Há arte moderna no mais amplo sentido da expressão, abrangendo poesia, prosa e edição gráfica de literatura; arquitetura, painéis murais, revestimentos mobiliário, quadros, esculturas e arquitetura de jardins; e mais o cinema do Ciclo de Cataguases. Vale dizer: manifestações da melhor arte moderna brasileira, acontecidas entre as décadas de 20 e 40, na melhor densidade verificada no país em qualquer época.

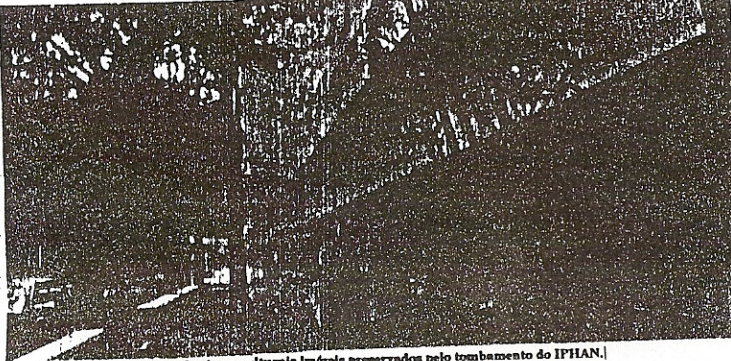
É impossível referir tudo aqui, mas sei que se trata de velhos conhecidos nossos, alguns em pleno gênio, ou vigor criativo, como Oscar Niemeyer, Francisco Bolonha e Anísio Medeiros, por exemplo. Os outros, que já partiram, deixaram-nos em tal força de modernidade, que, culturalmente, ainda vivem entre nós. Sobretudo neste Palácio da Cultura, onde há lembranças de todos eles: Portinari, Bruno Giorgi, Roberto Burle Marx e Carlos Perry, Goettli e Gulgnard, Jan Zach e Pedrosa. Marcis: Joaquim Tenreiro e Carlos Werneck. Integram-se, assim, em Cataguases, à arquitetura de Niemeyer de Aldary Toledo ou dos irmãos Roberto, os murais, azulejos e mosaicos de Portinari, Anísio e Werneck, os jardins de Roberto e Perry as esculturas de Bruno, Zach e Humberto.

No caso particular da Casa Peixoto, que visitei há alguns anos, no âmbito dos presentes estudos, o que se vê é, pelo menos no Brasil, inaudito. Duas gerações mantiveram a casa que Niemeyer projetou em 1940, com o equipamento e a ambientação interior original, intactos. Não só a estrutura original, jovem, moderno e vernacular a um tempo. Com seus pilares brancos e telhas vãs, mas os revestimentos de madeira e os quadros nas paredes, bordão de lã vermelha, pendurados ontem. Deverá ser um testemunho raríssimo no mundo do gosto e do refinamento modernistas.

Mas, além da arquitetura e das obras de arte, houve a Revista Verde e o Ciclo Cinematográfico de Cataguases, ainda na década de vinte. Também no caso da Revista Verde, nomes como Enrique de Resende e Rodolfo Fusco ou de seus padrinhos, Mário e Oswald de Andrade, são velhos amigos. "Verde. Revista Moderna", disse Mário de Andrade, com ele comunicaram-se Manuel Bandeira, Cassiano Ricardo, Blaise Cendrars, Guillaume Apollinaire... Quanto ao Ciclo Cinematográfico de Cataguases, é processo ainda maior do que o do arquitec- quietura ou das artes trazidas do Rio, ou mesmo do que a Verde dos jovens literatos que se dispersaram, ainda em botão, no anos 30 ("quando Verde não seguia mais, quando os meninos se espalharam..." - diz Marques Rebelo, in "Cataguases 1937", pg. 27 e 28 do vol. 2, deste processo).

O "surto" de produção cinematográfica que teve lugar em Cataguases, Pedro Cornelio e Eva Nil, e não o menor, da história da 7ª arte no Brasil. Confirma-se, portanto, que há em Cata-

(Foto Arquivo)



O Colégio Cataguases é um dos bens culturais imóveis preservados pelo tombamento do IPHAN.

guases um "lugar da modernidade" que se deve proteger, comemorar e reverter. Daí o tombamento solicitado, que eu proponho que se aprove hoje. Sabemos todos que, no tombamento, servimos valores, mas o que arrolamos nos livros são objetos sólidos que aqueles valores tingem ou "convivam", como dizem os sociólogos. Por isso, proponho que esse tombamento seja enunciado na ordem inversa da arquitetura Antônio Luiz Dias de Andrade (pgs. 48 e 56 do vol. 2). Em vez de um "centro histórico", como ele diz numa livre extensão semântica e, em cujo interior se destacariam os imóveis de valor individual, e depois de ler suas profundas considerações sobre a complexidade cultural e urbanística em causa - eu prefiro pensar, primeiro, nos bens sólidos (imóveis, móveis e integrados) tombados no Livro Histórico de Interesse Cultural, e "Lugar da Modernidade". Cito aqui, há tanto tempo em um desenvolvimento urbano em diferentes áreas históricas (a imagem de Olinda, São João del Rei, Florença ou Roma), mas como trecho de escrita urbana, segmento, ou sítio central do tecido urbano, aonde há sinais, traços, pegadas, possíveis reutilizações de modernidade que se quer preservar. Creio que só a noção de um ecumense levar, no âmbito do perímetro tombado, à continuidade e revitalização permanente dessa memória. Em sua concepção mais avançada, o ecumense será, justamente, a celebração cotidiana, intelectual e lúdica, comunitária e cidadã, do bairro cultural central, do cor modernista de Cataguases.

Proponho, então, de acordo com a manifestação do Departamento de Proteção a lls. 3 e 4 do vol. 1 e nos termos do relatório do arquiteto Antônio Luiz Dias de Andrade, que transcrito *ipsis litteris*, a descrição do núcleo de um desenvolvimento urbano em bens imóveis, móveis e integrados que se seguem:

"O perímetro que acreditamos abranger os setores principais da cidade compreende quatro zonas distintas, espelhando o processo de formação e desenvolvimento urbano.

A primeira zona está delimitada pelo baixo terreno que se eleva junto ao Rio Pomba e sítio tributário Meia Pataca, definido o sítio escolhido para a implantação do primitivo núcleo, a zona antiga da cidade. A segunda compreende a primeira área de expansão urbana, determinada pelo traçado da ferrovia, região onde se acham a estação ferroviária, depósitos e armazéns, as instalações pioneiras das indústrias Irmãos Peixoto, vilas operárias, o Hotel Villas, etc. A terceira abriga o novo bairro surgido após a canalização do Córrego Lavapés, integrando a várzea insubmersa à estrutura urbana; trata-se da área mais nobre da cidade. Persegue os eixos das avenidas Astolfo Dutra e Humberto Mauro, tendo como limite extremo o Colégio Cataguases. A última está situada na margem direita do Rio Pomba e envolve as novas instalações da Companhia Industrial de Cataguases, a vila operária, o hospital, maternidade e o cemitério.

O traçado deste perímetro pode ser assim descrito: inicia-se na Praça Getúlio Vargas, confluência da Avenida Astolfo Dutra, e rua Cel. João Duarte, segue em direção à Estação Ferroviária de Cataguases, antiga ferrovia, atual Rua Vinte e Nove de Abril, atravessando o Rio Branco, abrangendo, na Praça Governador Valadares, a "chácara de Dona Catarina", seguindo após em direção às dependências da Indústria Irmãos Peixoto, pela mesma Rua Vinte e Nove de Abril, envolvendo-a, inclusive as vilas operárias existentes às Ruas Garça Cequeira e Manoel Peixoto Ramax. Desse ponto retorna em direção à Praça Getúlio Vargas, seguindo pela linha de cumada do muro lúdeiro, daí perseguindo a Avenida Astolfo Dutra, pela margem esquerda do canal do Córrego Lavapés. Segue pela Avenida Humberto Mauro até atingir o Colégio Cataguases, envolvendo-o e retornando à Praça Dr. Cunha Neto. Neste ponto toma a Rua Eduardo Del Peixoto, alongando-se até encontrar a Avenida Astolfo Dutra, cruzando-a e seguindo pela Rua Araújo Porto; em seu término, na Rua Dr. Lobo Filho, inflete à direita e logo após à esquerda alcançando o Rio Pomba pela Travessa São Vicente de Paul. Cruzando o Rio Pomba envolve o Cemitério e a Com-

panhia Industrial de Cataguases, seguindo após pela Rua Francisco Peixoto, compreendendo a Praça José Inácio Peixoto. Segue pela Rua José de Almeida Kneip; em seu término, junto ao sítio de covelo do Rio Pomba, volta a atravessá-lo, seguindo pela margem esquerda até alcançar o ponto de confluência do Ribeirão Meia Pataca. Neste ponto persegue a direção da Rua Ascânio Lopes até a altura da Rua Prof. Alcântara, cruzando o Meia Pataca e seguindo por esta mesma Rua Professor Alcântara até atingir a Praça Sandoval de Azevedo. Segue após pela Rua Joaquim Peixoto Ramos até atingir a Praça Rui Barbosa, onde inflete à direita pela Rua João Duarte, retornando ao ponto de partida, na Praça Getúlio Vargas.

No interior do perímetro acima descrito, devem ser tombados individualmente os seguintes bens culturais imóveis, móveis e integrados, além da atual pavimentação das ruas e avenidas:

- 01 - Colégio Cataguases, atual Colégio Estadual Manoel Ignácio Peixoto Chacara Granjaria
- 02 - Residência Francisco Inácio Peixoto
- 03 - Residência A.O. Gomes
- 04 - Residência de Josélia Peixoto Medeiros
- 05 - Residência Nélia Peixoto
- 06 - Hotel Cataguases
- 07 - Cine-Teatro Edgard
- 08 - Edifício "A Nacional"
- 09 - Conjunto de Residências Operárias
- 10 - Monumento a José Inácio Peixoto
- 11 - Ponte Metálica sobre o Rio Pomba
- 12 - Fábrica Fiação e Tecelagem Cataguases - M. Ignácio Peixoto & Filhos
- 13 - Estação Ferroviária de Cataguases
- 14 - Museu da Eletricidade Cataguases - Leopoldina
- 15 - Edifício do Antigo Grupo Escolar Coronel Vieira, atual Escola Estadual Coronel Vieira
- 16 - Educandário Dom Silvério

- 05 - Residência Nélia Peixoto
- Av. Astolfo Dutra, nº 116
- Arq. Edgard Guimarães do Vale, Palangham Francisco Bologna
- Propriedade: Nélia Peixoto
- 06 - Hotel Cataguases
- Rua Major Vieira, nº 56
- Arqs. Aldary Henriques Toledo e Gilberto Lemos, Paisagismo Carlos Percy
- Escultura Jan Zach - Mulher
- Mobiliário geral: Jan Zach
- Propriedade: Hotel Cataguases S/C Ltda.
- 07 - Cine-Teatro Edgard
- Praça Rui Barbosa, nº 174
- Arq. Aldary Henriques Toledo e Carlos Leão
- Propriedade: Circuito Cinema Brasil Ltda./Loja Maçônica Labor e Trabalho
- Prefeitura Municipal de Cataguases
- 08 - Edifício "A Nacional"
- Praça Rui Barbosa, nº 68
- Arq. M.M.M. Roberto
- Propriedade: Walter Ferraz Gomes e Espólio Sílvio Ferraz Gomes/Schabasso José de Carvalho/Antônio Gomes de Carvalho/Maria Cristina Carvalho Thomé/Espólio Athienense Ferraz
- Mobiliário original da Loja A Nacional: MMM Roberto
- 09 - Conjunto de Residências Operárias
- Rua Francisco Peixoto
- Arq. Francisco Bologna
- Propriedade: Companhia Industrial de Cataguases
- 10 - Monumento a José Inácio Peixoto
- Praça José Inácio Peixoto
- Arq. Francisco Bologna
- Escultura Bruno Giorgi/A família
- Painel de Azulejos Cândido Portinari
- Ar. Flávia de Faria
- Propriedade: Companhia Industrial de Cataguases/Prefeitura Municipal de Cataguases
- 11 - Ponte Metálica sobre o Rio Pomba
- Propriedade: Prefeitura Municipal de Cataguases
- 12 - Fábrica Fiação e Tecelagem Cataguases - M. Ignácio Peixoto & Filhos
- Praça Manoel Ignácio Peixoto, s/nº
- Propriedade: Indústria Irmãos Peixoto
- 13 - Estação Ferroviária de Cataguases
- Praça Governador Valadares
- Propriedade: Prefeitura Municipal de Cataguases
- 14 - Museu da Eletricidade Cataguases - Leopoldina
- Av. Astolfo Dutra, nº 41
- Propriedade: Companhia Força e Luz Cataguases-Leopoldina
- 15 - Edifício do Antigo Grupo Escolar Coronel Vieira, atual Escola Estadual Coronel Vieira
- Av. Astolfo Dutra, nº 303
- Propriedade: Governo do Estado de Minas Gerais
- 16 - Educandário Dom Silvério
- Rua Dr. Lobo Filho, nº 270
- Painel (fachada externa) Anísio Medeiros
- Afresco Capela Emeric Marcier Góes
- Propriedade: Irmãos Carmelitas
- É meu parecer.
- No IPHAN, 5 de dezembro de 1994
- Ildo Campofioriti

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO CATAGUASES - M. GERAIS

AUTENTICO e. te documento, reprodução fiel do original que me foi apresentado Dou fé. Em testº. da veruado. Cataguases, 09 de 04 de 1996

Sauza Morah + Tabela

ANEXO I**Correspondência do IPHAN para Josélia Medeiros e Cia Industrial Cataguases**

Fonte: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (BRASIL). 13ª Coordenadoria Regional. *Processo de Tombamento. Cataguases. MG. 1.342-T-94*. Belo Horizonte, 1994.

Ministério da Cultura
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN
Gabinete da Presidência

Ofício nº 079 /96-Gab/Presi

Brasília, 29 de abril de 1996.

Prezados Senhores,

Conforme é do conhecimento de V.S^{as}. o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN procedeu ao tombamento da área integrante do "Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico da Cidade de Cataguases", no Estado de Minas Gerais, bem como, em e especial, de bens imóveis e móveis integrados de dezesseis proprietários distintos, dentre os quais está o de sua propriedade.

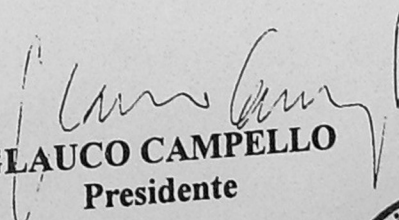
Nos termos do item 1º do art.19 do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, todos os proprietários, pessoas físicas, cujos imóveis estão situados na área do referido "Conjunto" e, ainda, os proprietários de bens individualmente considerados foram notificados do tombamento através do **edital de notificação** publicado, na íntegra, no Diário Oficial da União, Seção 3, de 05 de dezembro de 1994, pág. 24420.

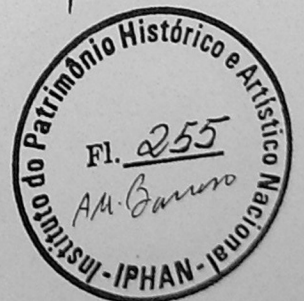
O prazo de 15 (quinze) dias para a impugnação do ato teve início a contar da data da publicação do edital de notificação na imprensa oficial, razão pela qual a peça impugnatória apresentada por V.S^{as}., em 23 de dezembro de 1994, foi considerada **intempestiva**.

Assim sendo, por ser intempestiva, embora o Instituto a tenha recebido não pode, quanto ao mérito, dela conhecer.

Comunico a V.S^a. que por força da decisão proferida pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, embora tenha constado do edital de notificação, foram excluídos do tombamento o mobiliário e o acervo artístico, estando tombado o bem imóvel situado na Avenida Astolfo Dutra nº 146 (Arq. Aldary Henriques Toledo e Paisagismo Francisco Bologna), de propriedade de V.S^a. e, portanto, submetido ao regime de proteção especial nos termos do Decreto-lei nº 25, de 30/11/1937.

Atenciosamente,


GLAUCO CAMPELLO
Presidente



A senhora
Josélia Peixoto Pacheco de Medeiros
Av. Astolfo Dutra, 146
Cataguases/MG

/mjm.

11.257
do processo de
tombamento

Ministério da Cultura
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN
Gabinete da Presidência

Ofício nº 081 196-Gab/Presi

Brasília, 29 de abril de 1996.

Prezados Senhores,

Conforme é do conhecimento de V.S^{as}. o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN procedeu ao tombamento da área integrante do "Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico da Cidade de Cataguases", no Estado de Minas Gerais, bem como, em e especial, de bens imóveis e móveis integrados de dezesseis proprietários distintos, dentre os quais estão os de sua propriedade.

Nos termos do item 1º do art.19 do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, todos os proprietários, pessoas físicas, cujos imóveis estão situados na área do referido "Conjunto" e, ainda, os proprietários de bens individualmente considerados foram notificados do tombamento através do **edital de notificação** publicado, na íntegra, no Diário Oficial da União, Seção 3, de 05 de dezembro de 1994, pág. 24420.

O prazo de 15 (quinze) dias para a impugnação do ato teve início a contar da data da publicação do edital de notificação na imprensa oficial, razão pela qual a peça impugnatória apresentada por V.S^{as}., em 23 de dezembro de 1994, foi considerada **intempestiva**.

Assim sendo, por ser intempestiva, embora o Instituto a tenha recebido não pode, quanto ao mérito, dela conhecer.

Desta feita, por força do edital de notificação, bem ainda em face da decisão proferida pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, os bens imóveis e móveis integrados indicados como "Conjunto de Residências Operárias", situado na Rua Francisca Peixoto (Arq. Francisco Bologna), "Monumento a José Inácio Peixoto" situado na Praça José Inácio Peixoto (Arq. Francisco Bologna), Escultura de Bruno Giorgo "A Família" e o Pannel de azulejos Cândido Portinari "As Fiandeiras" de propriedade dessa Companhia estão tombados e, portanto submetidos ao regime de proteção especial nos termos do Decreto-lei nº 25, de 30/11/1937.

Atenciosamente,


GLAUCO CAMPELLO
Presidente

A
Companhia Industrial de Cataguases
Av. Coronel Augusto de Souza, 216
Bairro Vila Tereza
Cataguases/MG

/mjm.

ANEXO J

Parecer do IPHAN. Bens móveis X declaração de imposto de renda

Fonte: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (BRASIL). 13ª Coordenadoria Regional. *Processo de Tombamento. Cataguases. MG. 1.342-T-94*. Belo Horizonte, 1994.

AÇÃO

Nº DA C.I.

ASSUNTO

Cadastramento de bens móveis de propriedade particular

REMETENTE

Terezinha Maria Lopes Machado - Ass. Jurídico

DESTINATÁRIO

Cláudio Augusto de Magalhães Alves - 7ª DR

Senhor Diretor,

Atendendo solicitação dos técnicos envolvidos no projeto de cadastramento de bens móveis de acervos de propriedade particular, cujo trabalho foi iniciado em Cataguases-MG, fiz uma consulta ao Superintendente da Receita Federal em Minas Gerais, Dr. Geraldo Magela Pinto Garcia, que pode ser resumida no seguinte:

O assunto foi colocado em termos gerais, sem especificar o local inicialmente identificado. Coloquei o problema ' em termos de um trabalho de cadastramento a ser iniciado pela Pró-Memória, tendo em vista a constatação de existência de acervos de obras de arte de propriedade particular, dos quais não há registro oficial, havendo interesse no conhecimento desses bens.

Surgiu a preocupação com relação ao Imposto de Renda, uma vez que algumas pessoas, externaram seu temor em dar acesso ao público da existência dos referidos bens, que foram sendo adquiridos no decorrer do tempo, quando não tinham a valorização que têm hoje e deixaram de ser lançados na Declaração de Rendimentos, muitas vezes por falta de documentação hábil para instruir o procedimento.

O Dr. Geraldo Magela nos informou que a preocupação procede. Há regiões onde a Receita Federal desenvolve programas especiais para conferir a existência de bens não declarados.

AÇÃO

N° DA C.I.

ASSUNTO

Cadastramento de bens móveis de propriedade particular

REMETENTE

Terezinha Maria Lopes Machado - Ass. Jurídica

DESTINATÁRIO

Cláudio Augusto de Magalhães Alves - 7ª DR

A Fiscalização tem programa específico, em formação, com um nível de investigação, que lança no computador dados como: viagem ao exterior, festas de grande repercussão, promovidas por pessoas, exposições, etc. Há um frequente acompanhamento de noticiário em geral.

Qualquer notícia de existência de obra de arte de propriedade particular despertaria a fiscalização, sem dúvida alguma.

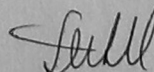
Está havendo uma atenção especial para problemas de obras de arte, porque sua venda por particulares não é tributada e a grande valorização desses bens conduz a um conseqüente enriquecimento ilícito.

O procedimento para regularizar a situação desses acervos seria o lançamento na Declaração de Rendimentos, pelo valor de compra, tendo documento que o comprove.

Não havendo documentação, o valor a ser lançado é o da avaliação da época de lançamento. A regularização seria possível a partir do próximo ano.

No ano passado houve oportunidade de regularizar a situação de bens não declarados nos exercícios anteriores, através da anistia fiscal.

A nível da 7ª DR e Superintendência, da Receita Federal de Minas Gerais não há como oferecer qualquer garantia aos cidadãos no desenvolvimento do trabalho de cadastramento pela Pró-Memória.



ACAO

N° DA C.I.

ASSUNTO

Cadastramento de bens móveis de propriedade particular.

REMETENTE

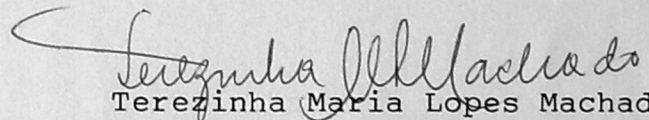
Terezinha Maria Lopes Machado - Ass. Jurídica

DESTINATÁRIO

Cláudio Augusto de Magalhães Alves - 7ª DR

Mesmo não havendo divulgação, a SPHAN/Pró-Memória, se solicitada, não pode negar informações ao Ministério da Fazenda.

A nível de Ministérios, poderia ser encaminhada uma solução, tornando possível a regularização de bens acima especificados, o que seria de grande interesse para o Ministério da Fazenda, o Ministério da Cultura e os contribuintes.



Terezinha Maria Lopes Machado

Ass. Jurídica 7ª DR/SPHAN/FNPM

TMLM/rac

ANEXO K**Parecer do IPHAN para homologação do tombamento**

Fonte: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (BRASIL). 13ª Coordenadoria Regional. *Processo de Tombamento. Cataguases. MG. 1.342-T-94*. Belo Horizonte, 1994.

200.00525/01
02/03/01

PARECER PROJUR/IPHAN/RJ N.º 39/01 Em 17.04.01

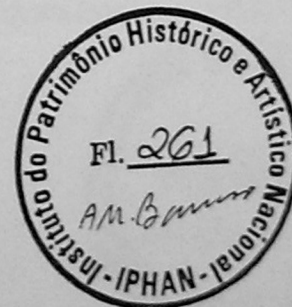
*Assunto: Exame para fins de homologação do tombamento do "Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico da Cidade de Cataguases", em Cataguases / MG
Processo n.º 1342-T-94*

Trata o presente da análise do processo n.º 1.342-T-94, referente ao tombamento do conjunto denominado "Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico da Cidade de Cataguases", em Cataguases, Minas Gerais, para fins de homologação ministerial, conforme solicitação contida no Memorando CC/IPHAN N.º 004/97, da Secretaria do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, onde se indaga se os autos do processo em apreço estão em condições de receber - e em que termos - a chancela prevista na Lei n.º 6.292, de 15 de dezembro de 1975.

Para tal objetivo, faz-se conveniente uma breve referência aos principais documentos do processo, especialmente no que tange ao conteúdo desses expedientes.

Por primeiro, o parecer do Relator, Conselheiro Ítalo Campofiorito, se alicerça nos estudos técnicos desenvolvidos sob a Coordenação do Arquiteto Antônio Luiz Dias de Andrade, pelo que ratifica a área proposta para tombamento, destaca os bens merecedores de proteção individual, e menciona sem muita precisão o acervo móvel que adorna alguns imóveis integrantes do conjunto em questão.

Tanto o edital de notificação de tombamento, publicado no DOU, em 05 de dezembro de 1994, às fls. 24.420, como o ofício de comunicação para o Executivo local, remetido em 02 de dezembro de 1994, descrevem a área objeto de tombamento do conjunto, com menção expressa aos imóveis e bens integrados merecedores de destaque especial, além de fazerem referência genérica ao acervo móvel, estando tudo, portanto, em conformidade com a proposta oferecida pelo corpo técnico e aceita pelo Relator do processo.



Colocada a questão em votação, o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, em sua 7ª reunião ordinária, realizada em 07 de dezembro de 1994, aprovou por unanimidade o tombamento, nos termos do voto do Conselheiro, que relatou a matéria.

Estaria, assim, tudo de acordo com os parâmetros institucionais - ao se considerar a existência de poligonal de proteção traçada, na qual se inclui bens imóveis e integrados merecedores de tombamento individual - se não fosse a falta de precisão acerca do acervo móvel, também objeto de tombamento.

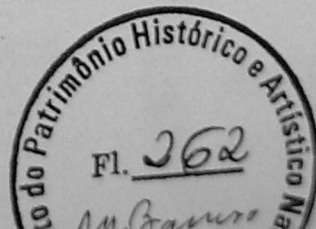
Isso porque, e é importante que se mencione, o Arquiteto Antônio Luiz Dias de Andrade, às fls. 56, de seus estudos, assim se manifesta, com relação ao assunto:

“OBS: O Inventário de Bens Móveis e Integrados da Secretaria Municipal de Cultura/Prefeitura Municipal de Cataguases, cujas cópias passam a fazer parte do presente processo de tombamento, deverá ser completado com relação aos seguintes imóveis tombados: Residência Francisco Inácio Peixoto; Residência A.O. Gomes; Residência Josélia Peixoto Medeiros; Hotel Cataguases, uma vez que o tombamento deverá estender-se ao mobiliário e acervo artístico.”

As considerações acima, não obstante levarem à indicação de proteção do acervo móvel, reconhecem, no entanto, a necessidade desse acervo vir a satisfazer certas exigências, tais como: o fornecimento de uma cópia do inventário de bens móveis promovido pelo Município, além da realização pelo IPHAN do inventário de outros bens móveis, abrigados nas residências ali mencionadas.

Assim é que a Presidência do IPHAN solicitou ao Município de Cataguases, pelo Ofício nº 020/96-PRES, de 30 de janeiro de 1996, cópia do inventário elaborado pela Secretaria Municipal de Cultura, relativo aos bens móveis situados em alguns prédios integrantes do polígono tombado.

Do mesmo modo, o Departamento de Proteção, DEPROT/IPHAN dirigiu-se à 13ª CR/IPHAN, pelo Memorando GAB nº 107/96, de 25 de março de 1996, para solicitar a realização do inventário do restante do acervo móvel, relacionado com aqueles imóveis arrolados na mencionada informação técnica.



Em resposta, a 13ª regional informou que daria prioridade ao assunto, mas que a sua execução dependeria de recursos financeiros disponíveis para essa finalidade.

Passados cinco anos, nem o Município nem a 13ª SR/IPHAN atenderam ao solicitado, já que até o momento não constam dos autos as referências necessárias e indispensáveis à identificação do acervo móvel.

E, considerando que a proteção incidente sobre os bens móveis demanda a realização de inventário contendo dados cadastrais que permitam a plena identificação dessa peças, melhor será, no momento, não contabilizar tal categoria na pretendida homologação do tombamento.

Dessa forma, opino que o tombamento em questão deva ser submetido à apreciação ministerial, para fins de homologação do conjunto em apreço, nos termos do perímetro traçado, o qual inclui com especial destaque alguns bens móveis e integrados, todos ali inseridos.

A proposta de portaria ministerial, portanto, poderá se basear no teor constante do Ofício GAB/IPHAN nº 231/94, de 02.12.94, dirigido ao Município de Cataguases, com exclusão expressa aos bens móveis, nos termos da minuta que se apresenta, em anexo.

Por fim, parece-me conveniente destacar que o tombamento do conjunto em questão, ainda que se indique a adoção da legislação municipal para o seu tratamento, a mesma só deverá ser aplicada em caráter subsidiário e desde que não seja conflitante com os ditames da norma originariamente estabelecida para a proteção em nível federal, disposta no art. 17 do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.

Este é o parecer, o qual submeto à apreciação superior.

Tereza Beatriz da Rosa Miguel

Tereza Beatriz da Rosa Miguel

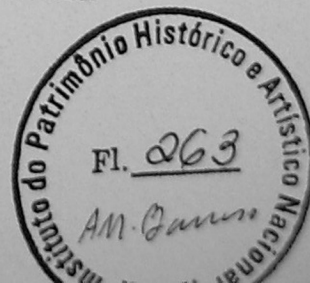
Matr. nº 223115

Aprovo os termos do presente Parecer. Encaminhe-se ao Senhor Presidente deste Instituto, Dr. CARLOS HENRIQUE HECK.

Em 25 de abril de 2001.

Sista Souza dos Santos
SISTA SOUZA DOS SANTOS

Procuradora Chefe/IPHAN
Matr. nº 224191



ANEXO L**“Sociedade, governo e tombamento: um breve manifesto”**

Fonte: CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS/CREA-MG – Inspeção de Cataguases et al. *Sociedade, governo e tombamento: um breve manifesto*. Cataguases: Jornal Cataguases, 16 jan. 2009

Transcrição de “Sociedade, Governo e Tombamento: um breve manifesto.”

A partir do edital de notificação de tombamento federal de dezembro de 1994, Cataguases teve que refletir sobre a ocupação de seu centro histórico, inserido na poligonal que definiu a área de interesse cultural. Ocorria naquela época exagerado movimento de verticalização e não foram editados regulamentos específicos para a área tombada. As decisões na análise de projetos continuam até hoje por conta de técnicos do IPHAN, que dão seus pareceres sem qualquer base normativa e com caráter marcadamente subjetivo e discricionário. Em outras áreas de preservação, como Petrópolis, Paraty, porções do Rio de Janeiro e Salvador, por exemplo, as regras são claras (e acessíveis à sociedade através da Internet). Aqui não é assim: pareceres técnicos variam em função de quem analisa (ou com o humor de quem analisa), resultando em acentuada rejeição ao tombamento por parte do povo.

Precisamos compreender a motivação do tombamento e as formas de alcançar seus objetivos. A intervenção federal em nossa cidade visa a proteção de dezesseis imóveis individualmente tombados, situados no interior de uma área central onde a pavimentação das ruas e avenidas também constitui patrimônio cultural. É através de inventários, relatórios e pareceres que se constata que o tombamento daqui não foi feito com a rigidez que uma notificação “padronizada” faria valer. Precisamos absorver com clareza a motivação da intervenção em nossa cidade.

O parecer final de justificação do ato fala em “tombamento devidamente amenizado, a fim de que a fiscalização administrativa do IPHAN fique reduzida à proteção dos bens tombados e, além disso, as demolições, reformas ou novas construções sejam subordinadas tão somente às posturas municipais”. O relatório dos trabalhos de campo, também de 1994, que sustentou técnica e juridicamente tal parecer, diz a mesma coisa de forma até mais óbvia: “os demais imóveis no interior da poligonal estão livres do controle do IPHAN”. E acrescenta, a contragosto de alguns, que “Cataguases não é a Ouro Preto da modernidade”, apontando claramente a diferença de tratamentos a serem aplicados em diferentes situações, como Ouro Preto, Mariana ou o Plano Piloto de Brasília.

Excetuando-se breve período de dois anos e meio em que o Município editou e fez valer (face à omissão ou desinteresse do IPHAN) uma regulamentação formal para referência, nossos governantes têm de certa forma contribuído para que seus próprios cidadãos sejam reféns daquele órgão. As regras outrora elaboradas levavam em conta que nossos códigos admitiam parâmetros de ocupação e verticalização que poderiam colocar em risco a visibilidade de bens tombados. Assim, procedeu-se ao devido enquadramento dos diversos logradouros no interior da poligonal, definindo para cada um deles aquilo que podia ou não ser construído. Foram também instituídos os entornos sujeitos a tutela do IPHAN, mas logo depois, na ocasião de mudança de administração municipal, desprezou-se o trabalho realizado em vez de aperfeiçoá-lo.

Precisa ter fim a tentativa de nos impor interpretações baseadas exclusivamente no edital de notificação, sem considerar os relatórios que fornecem toda a motivação do tombamento. Quem ignora as justificativas para a intervenção pode deduzir – analisando somente a notificação – que até mesmo Bairro Haidê, Beira Rio ou Granjaria seriam também submetidos ao controle do IPHAN, já que o edital fala em “vizinhança da área tombada”. Então os relatórios e pareceres não valem nada? Para que os fizeram? Ora, fazer valer simplesmente o edital, ignorando a fundamentação do processo, condenará o tombamento ao desrespeito, pois ele só existe se a comunidade vier a apoiá-lo. E para que isso ocorra, ela precisa também ser respeitada.

É urgente a tomada de decisão por parte da nova Administração (Executivo e Legislativo) no sentido de remover de nossa legislação qualquer referência à submissão ao IPHAN de projetos em imóveis não tombados individualmente. Não temos que abrigar em nossa base normativa aquilo que já é objeto de legislação federal específica. A ingerência desse órgão somente se justifica em relação a dezesseis imóveis e à pavimentação das ruas e avenidas na área citada no tombamento. Com os ares de esperança que Cataguases passou a respirar após a eleição e posse de seu novo Prefeito e de uma renovada Câmara de Vereadores, é natural lutar pelo fim do arbítrio e dos excessos.

Conforme apontado pelo próprio IPHAN, Cataguases não é a “Ouro Preto da Modernidade”. Muito menos, uma miniatura de Brasília. Se o fosse, relatório algum dispensaria os demais imóveis do controle do IPHAN, textualmente. Dessa forma, espera-se que a ingerência externa compulsória fique restrita ao necessário!

Devemos ter cuidado para não confundir autonomia do município nas decisões com tentativa de verticalização selvagem ou ocupação e adensamento excessivos. Não é esse, definitivamente, o princípio que defendemos. Nem se pretende aqui a revogação do tombamento através do Decreto-Lei 3866. Entretanto, o órgão que editou uma notificação de tombamento incompatível com os princípios que o justificaram - evidente vício de tramitação - que tome para si a iniciativa de adequá-la. Espera-se do IPHAN parceria na preservação; do governo municipal e dos vereadores, um maior envolvimento visando sensatez e equilíbrio para não transformar essa preservação em estagnação!

- Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais/CREA-MG – Inspeção de Cataguases
- Ordem dos Advogados do Brasil/OAB – Seccional de Cataguases
- Câmara dos Diretores Lojistas de Cataguases – CDL
- Associação Brasileira de Odontologia - ABO Cataguases
- Associação Médica de Cataguases
- Associação Comercial e Industrial de Cataguases
- Sindicato do Comércio Varejista de Cataguases